



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

JÉSSICA GADELHA MORAIS

“AQUI JAZEM” MUITAS HISTÓRIAS: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO ACERVO
HISTÓRICO DO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO, EM
CAMPO MAIOR - PIAUÍ (1804-1978)

TERESINA

2016

Jéssica Gadelha Morais

“AQUI JAZEM” MUITAS HISTÓRIAS: UM ESTUDO
ARQUEOLÓGICO DO ACERVO HISTÓRICO DO
CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM
CAMPO MAIOR - PIAUÍ (1804-1978)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Alves de Carvalho

Teresina
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do CCN

M828a Morais, Jéssica Gadelha.

 "Aqui jazem" muitas histórias: um estudo arqueológico do acervo histórico do cemitério Santo Antônio em Campo Maior - Piauí / Jéssica Gadella Morais – Teresina, 2016.
 222f.: il. color

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Pós-Graduação em Arqueologia, 2016.

 Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Alves de Carvalho..

 1. Arqueologia Histórica. 2. Cemitério – Campo Maior - Piauí. 3. Patrimônio Fúnebre. I. Título.

CDD 930.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga
Teresina, Piauí, Brasil CEP 64049-530
e-mail: ppgarq@ufpi.edu.br telefone: (86) 3215-5723



"AQUI JAZEM" MUTAS HISTÓRIAS: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO ACERVO
HISTÓRICO DO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM
CAMPO MAIOR - PIAUÍ (1804-1978)

JESSICA GADELHA MORAIS


Aprovada em: 05/08/2016

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Maria do Amparo Alves de Carvalho-UFPI
Orientador/Presidente


Prof. Dr. Tânia Andrade Lima- UFRJ


Prof. Dr. Áurea da Paz Pinheiro-UFPI


Prof. Dr. Gregoire Andre Henri Marie Ghislain Van Havre-UFPI

Aos os meus pais, Maria Gorete Ferreira Gadelha e Elias Filho Moraes, e à minha irmã,
Geicyane Gadelha Moraes, meus amores.

Ao meu amado avô Elias Marcolino Moraes, que já não está fisicamente entre nós,
mas que nos acompanha todos os dias em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

Desde 2012 venho a observar o cemitério Santo Antônio, aprendendo a olhá-lo no detalhe, na singularidade, na vida que pulsa no traçado do epitáfio. O cemitério em si, livros, artigos e pessoas foram e são o alicerce do conhecimento acumulado ao longo de anos, são essas pessoas que quero agradecer o compartilhamento de suas experiências que enriqueceram as minhas.

Porém, antes de citá-las não poderia deixar de agradecer primeiro a Deus, que sempre me deu ânimo quando sobre mim se abateram o cansaço e a angústia, próprios do difícil caminho trilhado na produção de uma dissertação, nem por isso intransponível. Ao senhor Deus, meu muito obrigada.

Essencial colaboração teve Alcelina da Silva Neta, mais conhecida como Xuxa, que há 34 anos vive em contato com o cemitério, nele realizando os mais diversos ofícios. Seu interesse e dedicação por ele nos aproximaram bastante. A ela devo agradecer pelas histórias contadas, pelos alertas dados durante a realização da pesquisa de campo, a exemplo do cuidado que eu deveria ter com as abelhas que lá fazem companhia aos que já não se encontram materializado entre nós, e também pela explicação dada a cada visitante dos entes queridos ali sepultados que se alarmaram ao verem a numeração nos túmulos, atribuída ao momento do inventário, temendo perder o local.

Em seguida, agradeço ao Monsenhor Paulo Mateus dos Santos ter permitido o acesso aos Livros de Tombo, o de batismo, de casamento e de óbito, todos situados na secretaria da paróquia¹.

Às secretárias Maria de Jesus Gomes e Marta, que ajudaram na localização dos livros e na forma de consultá-los.

À professora Dra. Jacionira Coêlho Silva sou grata pelo acolhimento no curso, em especial no primeiro semestre, com a disciplina de Atividade de pesquisa I.

À professora Dra. Maria do Amparo Alves de Carvalho, que tão prontamente aceitou orientar esse árduo trabalho, com a calma e paciência que lhes são próprias.

Às professoras doutoras Francisca Verônica e Viviane Pedrazzane, pelas contribuições dadas durante a banca de qualificação deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia que, utilizando o conhecimento e experiência que possuem, apontaram as fragilidades e as potencialidades dos

¹ Localiza-se próximo a Praça Bona Primo, 188.

trabalhos em andamento e com isso nos apresentaram possibilidades distintas de conduzirmos nossas pesquisas.

Ao professor e amigo mestre e doutorando Domingos Alves de Carvalho Júnior, que sempre se colocou à disposição para ler minhas produções textuais recomendando ajustes e novas leituras.

Aos colegas de turma e de instituição que muitas vezes compartilhamos das mesmas inquietações, especialmente a minha querida amiga Gabriela Barreto, que me acolheu tão bem nesse novo espaço de produção de saber acadêmico e abriu as portas de sua casa; ao querido Mauro Rodrigues, pela generosidade do ato de compartilhar bibliografias e o dom da sua arte de ilustrar.

A minha família, que sempre me apoia e que confia nos trabalhos que venho desenvolvendo, principalmente a minha mãe, que me acompanhou em todas as etapas da pesquisa de campo, portanto esse trabalho é tão meu quanto dela.

Ao meu namorado, Diego Rocha, que sempre me apoia com palavras de encorajamento e motivação.

Aos meus amigos de longa jornada Jadson Teixeira, Roniel Ibiapina, Ana Claudia, Anadília Ribeiro, Antônio Serezo, José Sérgio e Sâmara Araújo.

As minhas companheiras de trabalho na Universidade Estadual do Piauí Simone e Izamara.

A todos, meu sincero agradecimento.

Documento material. Esse é o leitmotiv de qualquer fazer arqueológico, até mesmo teórico. Nesse campo, mesmo sem o cheiro da terra e o som da colher de pedreiro, trabalha-se também com o documento material, quer seja pelos vieses dos textos.

José Alberione dos Reis (2004)

Então, a morte existe, ela é parte da vida, é angustiante, não se sabe nunca quando ela vai ocorrer. Eu só peço que ela seja indolor. Não sei se será.

Ninguém sabe como e quando vai morrer. Pessoalmente, tenho mais medo do sofrimento que leva à morte do que da morte propriamente dita. Se não é possível ter a pretensão utópica de sobreviver como pessoa física, é possível ter a aspiração de viver na memória, começando por conviver com a memória dos que se foram. Isso tem alguma materialidade? Nenhuma. Isso é científico? Não é. Mas é uma maneira de você acalmar sua angústia existencial. "Os mortos queridos vivem dentro de nós. Os que morreram continuam a nos influenciar. Nós é que não podemos mais influenciá-los.

Fernando Henrique Cardoso (2012)

RESUMO

O cemitério abriga elementos materiais e imateriais das manifestações do homem diante dos mais diversos assuntos e, portanto, não deve ser visto simplesmente como o espaço destinado ao sepultamento do corpo sem vida, mas como uma potencial fonte de informação da sociedade na qual está inserido. Partindo dessa premissa, o questionamento que norteia a presente pesquisa é de que forma o cemitério Santo Antônio, através de sua arquitetura fúnebre e dos seus artefatos, pode informar sobre como viviam as sociedades do passado. O cemitério está localizado a 86 km da capital Teresina, no município de Campo Maior – Piauí; o último enterramento nele realizado data de 1978. A escolha desse lugar é atribuída ao fato de ter sido provavelmente a primeira necrópole extramuro da cidade. O objetivo da dissertação é investigá-lo destacando o potencial contido em seu acervo como instrumento para tecer reflexões sobre o patrimônio funerário piauiense. A investigação é feita através de descrição e análise interpretativa de seus artefatos e enxoval funerário, cuja ênfase é dada às lápides sepulcrais em virtude da variedade de informações que agregam. Nelas existem elementos iconográficos (desenhos, gravuras, signos etc.) e elementos gráficos (o texto escrito) que revelam ou ocultam a história dos mortos para os vivos, ou seja, permitem identificar possíveis mudanças da representação da morte e também podem ser considerados como documentos (fontes de informações) que possibilitam diferentes análises sobre a comunidade a qual pertencem. O percurso metodológico partiu de: pesquisa *in loco*, com o levantamento de dados por unidade de sepulturas através de elaboração e preenchimento de fichas técnicas, cujo trabalho de inventários realizados por Castro (2014) foi de crucial importância; pesquisa documental, com consulta dos Livros de Tombo da Freguesia de Campo Maior N°1 e 2, de batismo, de casamento, e de registro de óbitos; e pesquisa bibliográfica, consistindo no levantamento de publicações sobre estudos cemiteriais, pela abordagem de distintos campos do saber (Patrimônio, História, Arqueologia histórica, Artes plásticas), incluindo o levantamento da produção local sobre o cemitério Santo Antônio. As atitudes e representações diante da morte, por serem temas afins, também foram contempladas. Entre os autores que se destacam por tais publicações estão Ariès (2000); Reis (1991); Lima (1994); Borges (2002b) e Grassi (2014), entre outros apresentados no decorrer do texto. Os estudos sobre o tema possibilitaram evidenciar aspectos singulares desse espaço funerário em meio a uma história plural (iconografias peculiares), além de múltiplas histórias expressas ou silenciadas.

Palavras-chave: Cemitério. Patrimônio fúnebre. Arqueologia Histórica. Campo Maior - Piauí.

ABSTRACT

The cemetery houses material elements and immaterial of the manifestations of man in front to the most diverse subjects and therefore it ought not be seen simply as the space intended for lifeless body burial, but as a potential source of the information society in which it is inserted. From this premise, the question that guides this research is how the San Antonio cemetery through its funeral architecture and its artifacts can tell us about how the societies lived in past. The cemetery is located 86 km from the capital Teresina in the municipality of Campo Maior - Piauí and its last burial was conducted on the date of 1978. Its choice is attributed to the fact that it probably was the first necropolis outside of the walls of the city. The aim of the dissertation is to investigate it highlighting the potential contained in its collection as a tool to weave reflections on the funerary heritage Piauí. Research is done through description and interpretative analysis of their artifacts and funerary trousseau whose emphasis is on the tombstones because of the variety of information that add. In it, it is found the iconographic elements (drawings, prints, signs and etc.) and graphics (written text) that reveal or hide the story from the dead to the living, that is, identifying possible changes in death representation and can be regarded as documents (information sources) that allow different analyzes of the community to which they belong. The methodological route came from research in loco to the survey data per unit of graves through preparation and filling techniques chips whose work inventories conducted by Castro (2014) was of crucial importance; documentary research with consulting Tombo books of the Parish of Campo Maior No. 1 and 2 of baptism, marriage, and death records; and literature consisting of the survey of publications on cemeterial studies by the approach of history and historical archeology including the survey of the local production on the Santo Antonio cemetery. Attitudes and representations beyond death, being related topics, were also addressed. Among the authors that stand out for such publications are Ariès (2000), Reis (1991); Lima (1994); Borges (2002); and Grassi (2014) among others presented throughout the article. The taken path permitted to highlight unique aspects of this funerary space in middle of a plural history (peculiar iconography), and multiple stories from those, which were told to those, which were silenced.

Keywords: Cemetery. Funeralheritage. Historical Archeology. Campo Maior-Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cemitério do Batalhão	35
Figura 2 – Desenho da cabeceira do túmulo de Clemente Pires	52
Figura 3 – Localização de Campo Maior no mapa do Piauí	53
Figura 4 – Distribuição dos edifícios na Vila de Campo Maior.....	58
Figura 5 – Planta da Vila de Campo Maior	60
Figura 6 – Sepultamento na catedral de Santo Antônio	78
Figura 7 – Vista aérea da cidade de Campo Maior em 1934	80
Figura 8 – Ruas no entorno do cemitério Santo Antônio, Campo Maior - PI.....	84
Figura 9 – Planta baixa do cemitério	85
Figura 10 – Muro de pedra de jacaré parcialmente destruído.. ..	87
Figura 11 – Desenho da fachada do cemitério Santo Antônio	89
Figura 12 – Poste de madeira para iluminação, ao lado do altar	90
Figura 13 – Novo poste para iluminação, ao lado do altar.....	91
Figura 14 – Cruz das almas de madeira	92
Figura 15 – Covas simples com pedra local (campas de ardósia).....	93
Figura 16 – Telha contendo inscrição do fabricante.....	94
Figura 17 – Iconografia na lápide do padre Benedito Portela.....	96
Figura 18 – Iconografia na sepultura do Cônego Gastão P. da Silva	98
Figura 19 – Sepultura mais antiga do cemitério Santo Antônio.....	103
Figura 20 – Sepultura mais recente do cemitério Santo Antônio.....	104
Figura 21 – Transformações culturais no túmulo da menina Maria Lúcia	108
Figura 22 – Fotografias de cunho social	113
Figura 23 – Fotografias do grupo étnico.....	113
Figura 24 – Fotografias de ofício	114
Figura 25 – Fotografia de cunho histórico	115
Figura 26 – Local da fotografia na Sepultura 219 (registro de 2014).....	116
Figura 27 – Fotografias etárias	116
Figura 28 – Fotografia infantil	117
Figura 29 – Fotografias de casais	118
Figura 30 – Fotografias de família.....	119
Figura 31 – Lápide 4	127
Figura 32 – Iconografia da lápide 4	128

Figura 33 – Iconografia da lápide 32	130
Figura 34 – Iconografia da lápide 70 e outros ornamentos da sepultura	131
Figura 35 – Aspectos da sepultura 85, com detalhe das extremidades da grade.....	132
Figura 36 – Iconografias das lápides 410 e 411	133
Figura 37 – Iconografia da lápide 412	134
Figura 38 – Iconografia e aspectos da lápide 413	136
Figura 39 – Aspectos da lápide 415	138
Figura 40– Iconografia da lápide 416	139
Figura 41– Gradil de ferro na lápide 417	140
Figura 42 – Iconografia da lápide 418	142
Figura 43 – Iconografia da lápide 420	142
Figura 44 – Sepultura demarcada com pedra local.....	144
Figura 45 – Lápide 428 e sua iconografia.....	145
Figura 46 – Lápide 441 - Gradil de ferro e iconografia	146
Figura 47– Iconografia da lápide 442	147
Figura 48– Inscrição e detalhamento iconográfico da Lápide 444.....	148
Figura 49 – Gradil e iconografia presentes na lápide 445.....	149
Figura 50– Lápide 448	151
Figura 51– Lápide 449	152
Figura 52– Inscrição no túmulo de Alarico Miranda.....	153
Figura 53– Iconografia da lápide 460	154
Figura 54 – Lápide com gradil de ferro	155
Figura 55 – Iconografia da lápide 465	156
Figura 56– Lápide 502	157
Figura 57– Lápide em forma de papiro	158
Figura 58– Lápide 541	159
Figura 59– Lápide 2 e detalhamento de sua iconografia	160
Figura 60 – Lápide 110	161
Figura 61 – Placa de metal com inscrição	162
Figura 62– Escultura do Sagrado Coração de Jesus	164
Figura 63– Sepultura de Moyses M. Eulálio, com detalhamento da placa	167
Figura 64– Procedência e registro de fabricante gravados na lápide	172
Figura 65– Cristo de Thorvaldsen	173
Figura 66– Corações	175

Figura 67– Curral com Cristo ao alto	175
Figura 68 – Alegoria do princípio cristão e sentimental	176
Figura 69– Archote voltado para baixo.....	177
Figura 70– Ampulheta alada e papoulas	178
Figura 71– Desolação: alegoria do princípio sentimental	178
Figura 72– Sepultura no cemitério São José, em Teresina-PI - I	180
Figura 73– Sepultura no cemitério São José, em Teresina-PI - II	181
Figura 74– Morte e lembrança: alegoria do princípio cristão e sentimental.....	182
Figura 75– Morte e juízo final: alegoria do princípio cristão	184
Figura 76– Alegoria do princípio cristão	184
Figura 77– Outras representações de anjo do século XX	185
Figura 78– Placa de metal	186
Figura 79– Santa Teresinha, São José, São Francisco e Santo Antônio	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registro de óbito: quantidade de sepultamentos, por ano, do século XIX (1873 a 1883).....	99
Tabela 2 – Cultura material: quantidade de sepultamentos, por ano, do século XX	100
Tabela 3 – Registro de óbito: sepultamentos de crianças, por ano, do século XIX	107
Tabela 4 – Cultura material do século XX - Quantidade de sepultamentos por ano.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedência das lápides	172
--	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PATRIMÔNIO FÚNEBRE: UM LEGADO DA CULTURA DA MORTE SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	26
2.1	Sobre o patrimônio	31
2.2	Um destino, múltiplas histórias: arqueologia histórica e outros diálogos possíveis nos cemitérios convencionais	39
2.3	Arqueologia das práticas mortuárias.....	48
3	“PRINCESA DAS CAMPINAS”: ORIGEM E PRÁTICAS MORTUÁRIAS 51	
3.1	Mudança de endereço dos mortos	62
3.2	Irmandade de Santo Antônio	69
4	CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO: UM DIÁLOGO ENTRE SEU ACERVO MORTUÁRIO E AS PALAVRAS	84
4.1	Acervo mortuário do cemitério	93
4.1.1	Sepultamento de crianças	106
4.1.2	Fotografias cemiteriais.....	109
5	CONVERSANDO COM AS LÁPIDES	121
5.1	Lápides do século XIX.....	123
5.1.1	Sepulturas individuais do século XIX.....	123
5.1.2	Sepulturas coletivas do século XIX.....	159
5.1.3	Sepulturas coletivas dos séculos XIX e XX.....	161
5.2	Inscrições do século XX	164
5.2.1	Acervo funerário dos anos 1900-1950 e da segunda metade do século XX	165
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
	REFERÊNCIAS	191
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DE SEPULTADOS	200
	APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	218
	APÊNDICE C – PARECER DO GESTOR	219
	APÊNDICE D – FICHA DE REGISTRO TUMULAR	220
	APÊNDICE E – FICHA DE REGISTRO DE ÓBITO	221

1 INTRODUÇÃO

Os cemitérios têm se constituído, nas sociedades humanas, fontes a céu aberto de vestígios que propiciam interpretações históricas resgatadas através dos estudos arqueológicos dessas sociedades. Por meio de suas fontes escritas e subliminares é possível reconstruir o passado, compreender as relações sociais desenvolvidas na práxis social de determinados grupos. Ao considerar esta temática, a pesquisa aqui delineada elegeu o cemitério Santo Antônio, em Campo Maior – Piauí, em atividade para sepultamentos entre os séculos XIX e XX, como cenário de estudo arqueológico, que objetivou reconstituir a historicidade das sociedades que estiveram em contato com esse sepulcrário. Nesse contexto, a apresentação tumular teve grande importância para a compreensão da cultura material e imaterial, evidenciando rico manancial de informações a respeito dos padrões culturais e suas nuances. As práticas mortuárias constituem-se campo de estudo da Arqueologia, dão-lhe opções de consulta a remanescente de práticas que envolveram os funerais, vestígios para investigação física e busca psicológica a partir da simbologia que insinua significados capazes de uma lógica de composição das memórias.

Esta pesquisa de natureza *in loco* é fruto dos primeiros contatos com a arqueologia ocorridos no segundo período da graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no ano de 2010. Ainda nesse ano foi proporcionada à turma uma viagem a São Raimundo Nonato, onde foi possível visualizar o universo da arqueologia de forma mais próxima, ao visitar pela primeira vez o Parque Nacional Serra da Capivara e o Museu do Homem Americano. O local evocou possibilidades de regresso no tempo e foi impossível não se fascinar com tantos registros do homem primevo.

Neste estudo investigativo, adentra-se o espaço físico do Cemitério (da Irmandade de) Santo Antônio e o espaço temporal do seu passado a partir das opções que aquela sociedade fez para materializar suas intenções e recordações. O cemitério está localizado à Rua Padre Benedito Portela, no município de Campo Maior - Piauí, distante 86 km da capital Teresina, e se constitui em importante acervo histórico, arquitetônico e arqueológico. Seus objetos recontam histórias que repousam acima de sete palmos do chão. São histórias como a do coronel, a do major e a do tenente, que levaram ou não para sepultura a opulência que tinham em vida, de homens e mulheres que vieram de outros estados firmando consórcios nesta cidade e que tiveram muitos filhos ou nenhum, de criancinhas que no mesmo dia conheceram a vida e a morte ou apenas viveram alguns meses ou dias, do poeta que eternizou o padroeiro

da cidade em um hino, do fazendeiro que mesmo com a morte não se separou dos seus currais de gado, de homens simples que lá repousam no anonimato, dentre eles escravos, de padres que dedicaram praticamente uma boa parte da vida à cidade, de criancinha milagrosa que recebe ex-votos como agradecimento pelas graças alcançadas, entre tantas outras como as dos célebres da política que acabaram sendo reverenciados com a nomeação de ruas, avenidas, praças e escolas da região.

Por causa das transformações naturais e culturais, as marcas e os indícios históricos do cemitério em questão vêm sofrendo um processo de degradação acelerado. E por essa razão se torna importante inventariá-lo, dessa forma auxiliando na preservação desse rico patrimônio. Nesta investigação, o objetivo principal é destacar o potencial contido em seu acervo como instrumento que estimula reflexões sobre o patrimônio funerário piauiense.

Essa não é a primeira pesquisa realizada sobre o cemitério Santo Antônio. Em 2011, o então pesquisador Jordelson Carvalho de Araújo desenvolveu seu projeto de conclusão de curso denominado de “A morte contada em vida: um olhar sobre o espaço cemiterial como fonte histórica no Cemitério Irmandade em Campo Maior”. Nesse projeto, o autor discorre sobre as correntes historiográficas e como cada uma delas tratou a fonte de informação, desde a Escola Positivista até chegar a Escola dos Analles, em que há diversificação dos objetos que passam a ser utilizados como importantes ferramentas na construção histórica de uma época. Nesse contexto, analisa a importância do cemitério como fonte histórica sobre os aspectos da sociedade campomaiorense, selecionando alguns túmulos, apenas os mais ricos em detalhes e ornamentos, ao tempo em que desconsidera os mais simples, não buscando nestes o entendimento dos seus não ditos, que também se constituem em informação.

Em 2013, Celson Gonçalves Chaves, através da obra “O cemitério da Irmandade Santo Antônio”, tenta criar um banco de dados, contendo informações históricas sobre o campo santo e a sociedade que o margeia. Analisa a distribuição tumbalística, referindo-se a uma divisão geográfica do espaço entre ricos e pobres, as imagens angelicais, o patriarcalismo dos homens sisudos, entre outros aspectos, destacando o estado que se encontram algumas lápides. Tal como o trabalho de Araújo, faz uma seleção de alguns túmulos, possivelmente baseado nos mesmos critérios.

Além desses estudos existem também outras produções nas quais o cemitério em vez de ser o protagonista aparece como pano de fundo, a exemplo do romance histórico “Pedra Negra”, de Halan Kardec Ferreira Silva (2012), no qual o cemitério é citado logo no início do livro, em que discorre sobre o enterro do major. A obra refere-se a um romance entre padre Hermínio e Mocinha, relacionamento ilícito do qual resultou um filho que não chegou a

nascer, e a uma relação conturbada entre o major e o padre que só se encerra com a morte do primeiro.

Outra abordagem sobre o cemitério Santo Antônio é o trabalho de conclusão de curso de Nara Kerliane de Carvalho Soares (2013), que estuda o processo de sacralização da alma da menina Maria Lúcia Andrade, que faleceu com 7 (sete) anos de idade e, desde então, é considerada santa pela população. Nesse caso, portanto, a autora dedica-se a um túmulo em específico.

O referido cemitério é mencionado ainda no inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizado em 2008, que consistiu no levantamento do patrimônio histórico da cidade. Nessa sistematização consta uma breve descrição do cemitério abordando sobre sua localização, área do terreno, uso original e atual e seu proprietário, suas técnicas construtivas, materiais empregados e a data aproximada de sua construção. De acordo com o inventário a data remete ao final do século XIX, embora não mencione o que dá suporte a informação. Com base no preenchimento das fichas de registro tumular, realizado para este trabalho durante as pesquisas de campo, constatou-se que o cemitério pode ter uma data de construção recuada para o início do século XIX, assim como pode ser um indício de traslado.

A presente pesquisa se configura como sendo de cunho material, compreendendo a etapa de campo e laboratório, bibliográfica e documental. A pesquisa de campo adota como metodologia a prospecção de reconhecimento ou de superfície, entendida como uma forma de detecção arqueológica não intrusiva. Nuno Ferreira Bicho (2006, p. 92), em seu “Manual de arqueologia pré-histórica”, afirma que “quando se fala de prospecção aquilo que se procura não é o sítio arqueológico, mas sim um ou mais elementos, ou seja, os constituintes do sítio. Destes três são detectáveis pela visão humana: os artefatos, estruturas, e solos antrópicos”.

No que diz respeito à prospecção arqueológica do período histórico, em muitos casos, o constituinte principal é a estrutura. No entanto, no presente estudo, toma-se tanto os artefatos como as estruturas, respectivamente definidas por Charles Orser Jr. (1992, p. 31-33) como “itens feitos ou modificados como resultado da ação humana” e “qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações abundantes sobre as atividades desenvolvidas no sítio”. No âmbito da arqueologia, independentemente do período, pré-histórico ou histórico, prospectar consiste em investigar e avaliar o que se tem como objeto de estudo, embora no primeiro seja frequente recolherem-se os artefatos encontrados à superfície para proceder com uma avaliação mais detalhada e aprofundada.

Nas palavras de Bicho (2006, p.107), não há uma receita pronta de como fazer prospecção, e em momento algum essa é a sua pretensão. Seu objetivo é lançar luzes para quem pretende aventurar-se por esse caminho. “A decisão do investigador é o aspecto mais importante do trabalho arqueológico, e essa só pode ser tomada tendo em conta cada contexto específico”.

Uma das luzes lançadas por esse autor e que convergem com esse trabalho dizem respeito ao entendimento da área prospectada. O cemitério é um espaço público administrado pela Prefeitura Municipal de Campo Maior, portanto fez-se necessário procurar o atual prefeito, Paulo Martins, para solicitar a autorização da pesquisa acadêmico-científica (consultar apêndice). Em contrapartida, a sepultura é de propriedade privada e seria inviável² a solicitação de autorização individual de cada familiar. Nesse dualismo público (cemitério) e privado (sepultura) recorreu-se à Constituição Federal de 1988 em busca de algum suporte legal, mas nada em específico sobre pesquisa em cemitério foi encontrado, a não ser sobre o crime de ocultação de cadáver. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, em nenhum momento se cogitou a possibilidade de práticas intrusivas como a escavação. Por ser um espaço onde há túmulos de entes queridos (pais, irmãos, tios, avós e amigos) de moradores da cidade, uma medida como a escavação poderia ser vista como uma profanação das sepulturas, por isso a ênfase de que desde o princípio não houve a intenção de violação das mesmas.

No contexto da investigação arqueológica, o cemitério é entendido como um sítio arqueológico histórico, a sepultura e o sepultamento são vistos como artefatos e os elementos que os adornam (velas, fotografias, alegorias, flores naturais, flores artificiais, desenhos e gravuras, vasos, epitáfios, ex-votos) são avaliados como enxoval funerário, complemento do artefato e conseqüentemente do corpo que ali jaz. Dentre os elementos do enxoval, a vela, as flores (naturais e artificiais) e o culto popular são considerados ritos, ou seja, as regras e cerimônias próprias da prática de uma religião. Ambos, artefatos e enxoval funerário, são entendidos respectivamente em seus aspectos construtivos e simbólicos; são tratados como a materialização dos valores e da organização da sociedade local.

Sepulturas e sepultamentos são termos utilizados de forma indiferenciada significando o local de destino do corpo, independentemente do tipo de edificação construída sobre a mesma. As sepulturas e sepultamentos podem apresentar edificações e materiais construtivos

² Diversos fatores caracterizam essa inviabilidade, entre eles o fato de que muitas sepulturas estão sem identificação, o que dificulta a localização dos parentes. Quanto às que ainda possuem registros, em virtude do estado ruim de conservação em que se encontram, se acredita que a feição de abandono é devido à ausência ocasionada pelo falecimento das gerações subsequentes ou pelo fato de a família morar distante de onde jazem seus entes queridos.

distintos, variando conforme o poder aquisitivo de cada um e da disponibilidade de material na região.

Partindo do pressuposto de que não há um modelo pronto de como fazer a prospecção, foi-se adaptando a metodologia de campo. A coleta de informações foi feita por unidade de sepultamento através da elaboração e preenchimento de fichas técnicas, denominadas de fichas de registro tumular (consultar apêndice). O método utilizado foi o de inventário geral³, que consiste no levantamento das características do cemitério como um todo, portanto estando aí incluso o inventário fotográfico, tendo sido estabelecido duas fotografias por sepultura, mas quando se percebia que imagens de diferentes ângulos revelavam informações enriquecedoras optou-se por mais de duas.

O preenchimento das fichas teve início no lado direito do cemitério, partindo de seu espaço posterior para a parte frontal. Optou-se por começar por esse lado porque, no lado esquerdo, a vegetação intrincada impedia a coleta de importantes informações. Para fins de localização da sepultura, foi realizada a numeração com algarismos arábicos de um ao infinito, uma vez que não se sabia a quantidade de sepulturas ali existentes.

Em laboratório, fez-se a organização do banco de dados das sepulturas; a organização e análise do banco de dados fotográficos, cujos rostos não passaram por um trabalho digital; a organização e seleção de informações das lápides a serem analisadas; a elaboração de lista de sepultados, contendo número da ficha inventarial; nome, data de nascimento, data de falecimento e idade que veio a óbito.

Realizada a pesquisa material e a organização do banco de dados obtidos, definiu-se o recorte temporal que coincidia com a data impressa nas lápides, uma vez que possuem datações precisas. Com esse entendimento, definiu-se o recorte de tempo a partir do sepultamento mais antigo e do mais recente, que são respectivamente 1804 e 1978. Acredita-se que em 1978 o cemitério Santo Antônio teve suas atividades de sepultamento encerradas em virtude da superlotação do espaço e da inexistência de terrenos disponíveis para sua ampliação já tomados por residências. Nesse recorte temporal foram encontradas grandes

³ Os inventários realizados por Elisiana Trilha Castro (2014), principalmente em cemitérios no Sul e Sudeste do Brasil, têm sido referência para muitos países. A autora é Licenciada e Bacharel em História (UDESC), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC) e Doutora em História Cultural (UFSC), tendo recentemente publicado dois livros, “In Frieden: inventário do cemitério de imigrantes alemães de São Martinho” e “Ruhe Sanft: inventário do cemitério de imigrantes alemães de São Martinho Alto”, ambos do ano de 2014. A ficha inventarial por ela utilizada é composta de informações sobre a localização, tipos de ornamentos, número de sepulturas e sepultados registrados, estado de conservação, modelos tumulares, materiais construtivos, ritos etc., além de banco de imagens e transcrição de epitáfios.

lacunas de enterramentos, mas mesmo com as ausências seria impossível trabalhar com tamanho recorte em virtude do pouco tempo destinado à realização da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento de publicações sobre estudos cimiteriais, de distintos campos do saber (Patrimônio, História, Arqueologia histórica, Antropologia, Artes plásticas etc.), incluindo o levantamento da produção local sobre o cemitério Santo Antônio. Considerado um dos espaços que compõem a paisagem de Campo Maior, interessa ainda caracterizar o processo histórico da constituição da cidade, recorrendo à consulta bibliográfica referente à historiografia piauiense. Entende-se que não há como abordar o cemitério sem relacioná-lo com a história da cidade.

No que se refere à pesquisa documental, foram consultados os Livros de Tombo da Freguesia de Campo Maior N° 1 e 2, os livros de batismo, aqueles cujas lápides forneceram dados suficientes⁴ que permitiram sua consulta, os livros de casamento, seguindo o mesmo critério dos de batismo e o de registro de óbito. Este último contempla o nome do falecido, dia, mês e ano do falecimento, a causa da morte, o estado civil e, quando casado, traz o nome do cônjuge, a filiação, o local e data de sepultamento e assinatura do responsável pelo termo. Uma ficha específica foi elaborada para esses livros (consultar apêndice) em busca de confrontar com a relação de sepultados elaborada a partir da coleta individual por sepulturas/sepultamentos.

Todos os livros listados foram localizados na Secretaria Paroquial da Catedral de Santo Antônio. No seu acervo, não foram encontrados os primeiros documentos de batismos, casamentos e de óbito⁵. As atas da mesa da Irmandade de Santo Antônio também não foram encontradas, o que se faria importante já que o cemitério foi em algum momento pertencente a essa irmandade.

Outra relevante fonte elaborada por meio da história oral, que auxiliou no levantamento de dados desta investigação foi à entrevista realizada com a zeladora do cemitério, Alcelina da Silva Neta, um ofício que herdou de sua mãe, dona Tereza. A relação de Xuxa com o cemitério iniciou-se ainda aos 7 (sete) anos de idade, uma menina que cresceu entre a casa e o cemitério, lado a lado, como se um fosse um complemento do outro e que permanece ainda hoje.

⁴ Nome do indivíduo que recebeu o sacramento, data (dia, mês e ano) e nome dos pais. Os dados satisfatórios para a consulta no livro de casamento referem-se ao nome dos indivíduos que contraíram matrimônio e a data (dia, mês e ano) em que ocorreu.

⁵ Marcus Paixão, um pesquisador apaixonado pela história local, através de informação verbal, atribui essa ausência a um incêndio que teria ocorrido e destruído boa parte dos documentos.

Conforme Verena Alberti (2005, p.310) “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. Outro fator que justifica um número reduzido de pessoas a serem entrevistadas é o fato de que a presente pesquisa não é desenvolvida no âmbito da história oral, e sim como contraponto e complemento de outras fontes como a documentação escrita (Livro de Tombo da Freguesia de Campo Maior nº1 e 2, Livro de batismo, de casamento e óbito) e a cultura material. É nesse contexto que entra a contribuição de Alcelina com o “significado de sua experiência” (ALBERTI, 2005, p.310).

Após o contato com os trabalhos de pesquisa citados no início deste texto introdutório, foi possível perceber que ainda há um vasto campo a ser pesquisado. A proposta foi elaborar uma descrição do acervo do cemitério como um todo e selecionar alguns de seus elementos para proceder à investigação, estimulada pelo seguinte questionamento: de que forma o cemitério Santo Antônio, através de sua arquitetura fúnebre e dos seus artefatos, pode informar sobre como viviam as sociedades do passado? Dessa questão surgiram outras, tais como: em que medida, sob o viés investigativo, o acervo fúnebre revela a história da sociedade local? Em que consiste essa arquitetura fúnebre nessa sociedade? O que chegou aos nossos dias como acervo e o que ele representa para a história local?

A dissertação está dividida em seis capítulos. A *Introdução*, capítulo inicial, apresenta o objeto de estudo, contém os procedimentos metodológicos adotados em campo e laboratório, menciona alguns autores que deram suporte teórico, além de delinear o plano de trabalho.

No segundo capítulo, sobre o *Patrimônio fúnebre: um legado da cultura da morte sob o olhar da arqueologia histórica* é apresentada uma discussão sobre a morte e sua representação, mostrando que sempre esteve presente na vida cotidiana de seres humanos e animais, mas que somente os primeiros são capazes de estabelecer relações simbólicas com a mesma, produzindo uma materialidade fúnebre, ou seja, objetos específicos voltados para sua hora última. Isso se evidencia desde quando a espécie Neandertal passa a enterrar seus entes queridos em grutas ou cavernas e se estende até os dias atuais nas sociedades ocidentais cristãs, nas quais o sepultamento se faz nos cemitérios extramuros secularizados ou religiosos, sendo esse o assunto primordial dessa dissertação, com ênfase no cemitério Santo Antônio em Campo Maior - Piauí, evidenciado nos demais capítulos. A trajetória do homem diante da morte é apresentada através do olhar do historiador e medievalista francês Philippe Ariès (2000).

Em seguida, na tentativa de elucidar as características que conferem ao cemitério uma fonte geradora de conhecimentos sobre os grupos sociais em sua diversidade, a pesquisa inicia-se com a discussão desses espaços, enquanto patrimônio cultural da sociedade, onde estão localizados, mostrando que mesmo que um cemitério não esteja dentro da política de patrimonialização, ou seja, tenha sido selecionado pelas instituições de preservação, ainda assim ele se constitui referência da identidade e da memória de grupos sociais.

Os autores Elisiana Castro (2008), José Reginaldo Gonçalves (2007), Gilberto Velho (2007), Maria Cecília Fonseca (2000; 2005), dentre outros, apresentam a evolução semântica do termo patrimônio, apontando que o significado atual é imposto pela modernidade ocidental marcada pelo pensamento cartesiano que rotula e divide o saber. A partir dos diálogos com Bruno Latour (1994), Thomas Kuhn (1992) e Diogo Costa (2010) foi possível perceber que os variados campos de conhecimento (Arqueologia, História, Arqueologia Histórica) e as diversas modalidades de patrimônio (artístico, histórico, religioso, arquitetônico e fúnebre) são uma construção histórica. Portanto, esses autores mostram que a separação entre sujeitos e coisas, mundo natural e mundo social resulta da vontade humana de compreender o mundo.

É nesse contexto que emerge a Arqueologia Histórica com uma série de ramificações entre as quais está a arqueologia das práticas funerárias. A Arqueologia Histórica é uma subdisciplina da Arqueologia e, conforme Orser Jr. (1992), corresponde à expansão do capitalismo e está vinculada à formação do mundo moderno. Trata-se de um campo multidisciplinar, que interage com diferentes tipos de fontes, proporcionando uma melhor compreensão do passado.

A ramificação mencionada é aquela que de fato se volta para o estudo dos cemitérios modernos, e esses, por sua vez, só vieram a se constituir como objeto de estudo da arqueologia histórica brasileira na década de 90 do século XX. Ainda assim a produção de trabalhos é escassa, no entanto vale frisar que a Arqueologia Histórica é apenas um dos diálogos possíveis que podem ser estabelecidos com os espaços funerários.

Entre os autores que contribuíram para as análises e elaboração do terceiro capítulo estão João José Reis (1991), Cláudia Rodrigues (1997) e Tânia Andrade Lima (1994). Por meio desses estudos foi possível estabelecer quando e como ocorreu a construção social dos cemitérios extramuros em solo nacional, alertando para as especificidades regionais, com destaque para o Piauí. Em atenção à temática desse capítulo, intitulado *Apresentando a “Princesa das campinas”*: sobre sua origem e suas práticas mortuárias, se busca respectivamente, através de revisão bibliográfica e da consulta dos livros de Tombo da

Freguesia de Campo Maior, o processo de formação histórica da cidade e a constituição do seu patrimônio fúnebre.

O quarto capítulo, denominado *Cemitério Santo Antônio: um diálogo entre seu acervo mortuário e as palavras*, documenta os elementos fúnebres que se encontram em vias de destruição, analisa seu aspecto arquitetônico externo, informa sobre seu conjunto mortuário e do número de sepultados e analisa a espacialização dos artefatos. Dessa forma, foi feita uma descrição geral do seu acervo e este serviu como pretexto para visualizar o estado de conservação de outros cemitérios do Piauí.

Ainda através das lembranças de Alcelina da Silva Neta, procurou-se identificar acréscimos e retiradas no espaço. São exemplos a capela que aparece mencionada no Termo de Visita Pastoral, e a existência de um muro interno fazendo divisão de classes sociais, segundo Xuxa. Dessa forma buscou-se responder: qual seria a função da capela? Por que ela não existe mais nesse espaço? Qual o local que ela ocupava nesse espaço? O muro realmente existiu? Até quando? Assim como a capela, por que não existe mais? Seria mesmo sua finalidade a segregação social? De igual maneira, como essas reminiscências foram evocadas para se oporem à demolição do cemitério para em seu lugar ser construída uma praça, a Praça das Almas?

Como proposta do quinto capítulo, *Conversando com as lápides*, uma série de informações foi contemplada e acabou revelando aspectos da história da cidade e do Piauí. Os epitáfios, em especial aqueles presentes nas lápides do século XIX e primeira metade do século XX, forneceram a inspiração para o título do trabalho. É recorrente essas inscrições serem introduzidas pelo termo “aqui jaz” seguido do nome do falecido e outras informações a seu respeito, como ritos de nascimento, batismo, casamento e morte. No que se refere ao rito matrimonial, algumas das inscrições informam o número de filhos obtidos no consórcio matrimonial, inclusive especificando quantos sobreviveram. Dessa forma, se entende que as lápides falam e ajudam contarem histórias, motivo de ser-lhes dedicado o capítulo cinco.

São histórias que passam por um “filtro de percepção”, como aponta Maristela Carneiro (2012), uma vez que os dados que compõem a lápide foram cuidadosamente selecionados, ou seja, somente as qualidades do morto aparecem. No entanto, o diálogo que não se limitou às lápides proporcionou identificar contradições e omissões.

Por fim, nas considerações finais, último capítulo, apresenta-se um balanço do tema e uma perspectiva em relação ao assunto. Acredita-se que é o preconceito juntamente com a falta de informação sobre o potencial informativo dos espaços mortuários que se traduzem em um dos principais entraves para repensar o patrimônio funerário piauiense.

O estudo do acervo do cemitério Santo Antônio evidenciou que há múltiplas possibilidades de investigação. O estudo das lápides, em especial, permitiu visualizar a expressão de sentimentos (como o amor, a saudade, a gratidão), a necessidade de se ter muitos filhos, dado que nem todos pudessem sobreviver e dessa forma não se correria o risco de não deixar descendência legítima, além de permitir identificar a lógica de enterramento familiar, a construção dos papéis sociais definidos a partir do gênero e ainda uma preocupação com a morte evidenciada tanto na epigrafia tumular quanto na ornamentação em alto ou baixo relevo e na escultura.

2 PATRIMÔNIO FÚNEBRE: UM LEGADO DA CULTURA DA MORTE SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A morte é um fenômeno natural (biológica, chega para todos) e cultural (o tratamento que lhe é dado), e entendê-la como um fenômeno cultural é único e específico da espécie humana, segundo Ana Catarina Torres (1997). As atividades ritualísticas de sepultamento (aspecto da morte enquanto fator cultural) acontecem desde a pré-história até os dias atuais e, ao longo do tempo, se modificaram significativamente nas decisões por inumar, englobando aspectos como as formas⁶ (direta ou indireta, individual ou coletiva, primária ou secundária) e os locais de sepultar (se em cavernas, mounds⁷, dolmens⁸, pirâmides, igrejas, nos quintais da própria residência, entre outros), ou mesmo pela decisão de incinerar.

Antes de o homem conhecer os processos ritualísticos funerários, o corpo era abandonado como fazem os outros animais. Deixado a própria sorte, às intempéries, aos vermes e às aves de rapina cabia o descarnar, o lamber e o lustrar de seus frios e rígidos corpos arremessando-os aos mais diversos locais. Só muito tempo depois é que o homem começa a ter preocupação com o destino que daria aos restos mortais dos seus falecidos.

Levantando historicamente os achados fósseis humanos verificou-se que entre os grupos neandertais, no Vale de Lepedo, em Portugal, as atividades ritualísticas de sepultamento já era uma prática comum. O homem de Neandertal enterrava cerimoniosamente os filhos e parentes mortos em cavernas, grutas ou dolmens depositando junto ao corpo instrumentos e alimentos. Eles eram parecidos com os homens ditos modernos embora considerados dotados de pouca inteligência, em especial pela habilidade no trato tecnológico com o material lítico e no uso de complexos rituais pós-morte. Conforme Juvandi Santos (2011), foi durante a transição do paleolítico médio para o paleolítico superior que ocorreu a fase final do desenvolvimento cognitivo da mente humana possibilitando elaborar ideias cada vez mais complexas, entre as quais estão os sepultamentos e suas práticas.

Não se sabem os motivos que levaram o homem desde tempos remotos a tratar de seus mortos, empregando tempo e energia no empreendimento de obras colossais de engenharia e arquitetura para guardar os restos dos falecidos, se teria sido o mau cheiro, o horror da

⁶ A maneira ou tipo de sepultamento *direto* ocorre quando se abre cova e deposita o corpo; no *indireto*, o corpo é envolvido em algum material antes de ir para a cova; *individual* ou *coletivo* se referem à quantidade de pessoas por sepultura, podendo ser uma (individual) ou mais (coletivo); no tipo *primário*, o ritual ocorre com o corpo ainda articulado, geralmente em cova, enquanto no *secundário* o corpo passa por um segundo processo de inumação em cova ou urna.

⁷ Montículo artificial de terra, cascalho, areia, rochas ou detritos. O uso mais comum é em referência à formação de barro natural, como montes e elevações. Foram criados por uma variedade de razões ao longo da história incluindo cerimonial (montículo de plataforma), o sepultamento (*tumulus*) e fins comemorativos.

⁸ Monumentos megalíticos tumulares coletivos.

decomposição, a afetividade pelo morto, a preservação do corpo para a vida após a morte, o medo do desconhecido ou mesmo em decorrência dos novos valores criados pela sociedade cada vez mais complexa. São muitas as hipóteses, escassas ainda as comprovações.

Segundo Robson Willians e Walter Malagutti Filho (2009, p.25) apesar de existirem registros arqueológicos que evidenciam o hábito de enterrar os mortos ou cobri-los com pedras desde a pré-história, “os cemitérios terrenos destinados apenas ao sepultamento dos mortos- teriam sido implantados pelos primeiros cristãos”. No ocidente cristão, no século I, o Cristianismo definiu o sepultamento como recomendação preferencial para as ocasiões de morte fundamentadas na crença de uma vida após a morte propiciada pela ressurreição. A morte é um repouso, é um estágio de espera para ressuscitar. Para Rodrigo Caputo (2008, p. 75), “é devido a essa crença que os cristãos há muito tempo enterram os corpos dos defuntos com grandes escrúpulos”.

Ariès (2000) é um dos estudiosos que traça um panorama da morte no ocidente cristão. Em sua obra “O homem diante da morte”, apresenta quatro etapas para as atitudes ocidentais perante o ato de morrer. A morte mansa (do primeiro milênio da era cristã), a morte pessoal (dos 750 anos seguintes), a vossa morte (que expressava uma preocupação de família com seu período, que foi do século XIX até o começo do século XX) e a morte proibida (que vigorou nesses últimos trinta e poucos anos). De tal maneira é importante ressaltar que o comportamento do homem diante da morte não é tão compartimentado como ele sugere, pois o imaginário é algo que ocorre de forma gradual e lenta, sujeito a mudanças e permanências.

Na antiguidade pagã e mesmo cristã, período que transcorre aproximadamente entre o III milênio a.C e o século IV d.C, os antigos temiam a morte, por isso o local destinado aos mortos ficavam distantes da cidade. “Na tradição pagã, traziam-se oferendas aos mortos para acalmar e impedir de voltarem para o seio dos vivos. As intervenções dos vivos não se destinavam a melhorar a sua estada no mundo atenuado dos infernos” (ARIÈS, 2000, p. 174).

Nesse entendimento, a melhor maneira de evitar a volta do defunto era os vivos honrarem os mortos por meio do culto aos mesmos, que era feito através das sepulturas individuais com a identificação e a preservação da memória através das inscrições funerárias, assim como atender ao desejo dos mortos, de ser enterrado próximo aos mártires, esses “os únicos entre os santos (ou seja, os crentes) cujo lugar imediato no paraíso estava assegurado, velariam sobre os corpos e expulsariam os profanadores” (ARIÈS, 2000, p. 41). Inicialmente os mártires tinham sido enterrados nas necrópoles comuns extraurbanas; posteriormente foram enterrados nas cidades, atraindo outras sepulturas.

Para Ariès (2000, p. 41), a aproximação dos vivos e mortos aparece nitidamente no século V d.C “com a penetração dos cemitérios nas cidades ou vilas, no meio das habitações dos homens”. Dessa forma, entre a Idade Média e meados do século XVIII predominou uma relação de proximidade entre os vivos e mortos, uma vez que foi a partir do século V, período que marca cronologicamente o início da Idade Média, que os mortos passaram a ser enterrados nas igrejas e cemitérios integrados⁹ à comunidade, fundamentados na crença de que era necessário ter uma boa morte.

O caráter essencial da boa morte consistia em dar tempo para o aviso. O moribundo pressentia o seu fim próximo e com isso tomava as suas disposições como mandar preparar sua própria pompa fúnebre, dizer previamente as missas para o repouso de sua alma, pedir perdão aos companheiros, reunir os filhos em redor de seu leito para as últimas recomendações, o último adeus. A propósito, uma das características da boa morte é que não se queria morrer sozinho, “morria-se sempre em público” (ARIÈS, 2000, p. 29). Além desses aspectos, o moribundo procurava indicar o local da sepultura do corpo, em geral o local era a igreja ou suas mediações. Nesse contexto, a aproximação com o altar mor ajudaria na proteção do defunto contra o inferno. Essa forma de sepultar inicialmente ficou conhecida como enterramentos *ad sanctos* (junto aos santos), ou seja, “perto do túmulo dos mártires” (ARIÈS, 2000, p. 45) e posteriormente como *apud ecclesiam*. Todavia, já não era a relíquia de determinado santo que se procurava então, era a própria igreja, por ser o local de celebração da missa, e o lugar mais apreciado era o altar, a mesa do sacrifício eucarístico.

A representação da morte era algo controlada, inventada e explorada pela Igreja Católica durante séculos no cotidiano da população da época. A mentalidade do homem medieval encontra-se permeada de pavor supersticioso para com os mortos e com a própria morte. De acordo com Ariès (2000), aquele período pode ser compreendido em dois momentos: o primeiro corresponde à Primeira Idade Média ou Alta Idade Média, que vai do século V ao XII, e o segundo, denominado de Segunda Idade Média ou Baixa Idade Média, indo do século XII até o XV.

Na Alta Idade Média, a representação da morte se tornou familiar, o que não quer dizer que o homem não a temesse como o da antiguidade, mas, diferentemente daquela época,

⁹ Referem-se às sepulturas de adro que se encontravam normalmente espalhadas nos espaços laterais das igrejas, em alguns casos encerradas por muros a fim de evitar a profanação desse espaço sagrado. Mas em outros casos, elas podem manter uma contiguidade visual entre os túmulos sagrados e a vida profana das urbes, pela ausência de delimitação por muros ou cercas circundando o cemitério do adro. Geralmente, os defuntos enterrados nesse local eram escravos e pessoas livres pobres. As campas eram sepulturas que se localizavam no interior das igrejas, consideradas superiores ao adro.

os enterramentos passaram a ser nas igrejas e cemitérios integrados à comunidade, fazendo com que os lugares dos mortos passassem a ser na cidade dos vivos. As sepulturas eram coletivas e os corpos, cobertos apenas com sudários, eram enterrados em valas. Os ricos ficavam no interior das igrejas e os pobres no pátio. Essas sepulturas eram anônimas, uma vez que a identificação do morto através das inscrições e retratos desapareceu. Temia-se muito a morte intempestiva que tirava a oportunidade de o sujeito se preparar bem para a hora da morte. Os ritos eram civis e a igreja só intervinha para absolver.

Com a chegada da Baixa Idade Média, o homem medieval foi perdendo a capacidade de presidir a própria morte, ou seja, foi deixando de orientar as disposições a serem tomadas com seu falecimento. Tornou-se frequente apresentar o corpo à igreja para um ofício, e já não era tão legítimo nem tão usual perder o controle de si para chorar os mortos. Os túmulos, antes anônimos por imposição do poder eclesiástico, passaram, pouco a pouco, com a emergência da burguesia, a receber identificação individualizada, o que já representava um indício do culto à sociedade, que viria a se consolidar na Idade Moderna. Aliás, a concessão perpétua do túmulo é uma ideia moderna.

A racionalidade que predominou durante a Idade Média até meados do século XVIII já não atendia aos anseios da burguesia que surgia na Europa sob o rastro do iluminismo. As explicações já não tinham mais origem no divino e sim na razão científica que passa a produzir os regimes de verdade, dando credibilidade ao discurso que circulava à época. Nesse momento, a ciência ganha espaço na vida cotidiana e com grau de aceitação distinto entre as regiões e os setores da população, seja europeia ou brasileira. Os higienistas passam a ter voz, e para eles figuravam como espaços insalubres os hospitais, hospícios, prisões e cemitérios.

Dizia-se que os vivos de fato deveriam temer os mortos, mas não o regresso de seus espíritos para os atormentarem e sim os malefícios que aquela forma de sepultar provocava à saúde, com base na teoria dos miasmas¹⁰. Por questões de práticas higienísticas, sanitaristas e urbanistas, os enterros nas igrejas passaram a ser proibidos e foram criadas recomendações para a criação de cemitérios ordenados. Entre tais recomendações estavam uma nova localização (afastado da cidade e onde o ar circulasse), sua organização interna (profundidade e espaçamento das sepulturas e a existência de capela mortuária), a observação da altitude do terreno, a composição do solo e a vegetação. Na França, têm-se notícias para a criação de cemitérios fora das cidades desde 1743; Em Portugal, em 1801, o príncipe regente, D. João

¹⁰ Diz que a decomposição dos cadáveres produzia gases ou eflúvios pestilenciais que atacavam a saúde dos vivos.

VI, proibiu os sepultamentos em igrejas, inclusive em suas colônias, como a América portuguesa, embora não tenha conseguido efeito imediato.

No Brasil, em algumas localidades do país, a implantação de cemitérios fora do perímetro urbano e devidamente murados só ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, a exemplo do Rio de Janeiro. O local da sepultura foi apenas um dos aspectos das tradições fúnebres que foram consideradas inadequadas, pois os ritos funerários que acompanhavam o morto – como os dobres dos sinos, o aparato processional do viático, os enterros com grande pompa e a encomendação do corpo feito na igreja – também foram considerados inapropriados pelo discurso da época. “Segundo o dr. Feital, os dobre dos sinos, o aparato processional do viático e os enterros com grande pompa eram causas que induziam o doente a pensar na moléstia e na morte, não devendo por isso, ser permitidos”(RODRIGUES,1997, p.60).

É válido mencionar que os enterros fora das igrejas, antes mesmo de 1850, já eram uma realidade para os escravos e homens livres pobres que não fosse membro de alguma irmandade e/ou não pudessem pagar por uma cova, além dos indigentes, não católicos e os que receberam punição de morte. Nesse contexto pode ser citado o cemitério dos ingleses e dos pretos novos, ambos no Rio de Janeiro, destinado respectivamente aos protestantes e aos escravos, e o Campo da Pólvora, na Bahia, local em que eram enterrados os escravos. Apesar dos cemitérios citados serem do tipo convencional, os mesmos não apresentavam padrões de lotes, e no que se refere ao cemitério dos ingleses acrescentam-se ainda a característica de serem bucólicos e arborizados. Portanto, não continha a normatização recomendada pelos higienistas e sanitarista.

É exatamente por conta da relação do local da sepultura com os tipos de sujeitos que a recomendação de enterrar os mortos fora da igreja foi vista como uma vergonha e motivo de resistência da população, como a ocorrida na Bahia em um episódio conhecido como cemiterada. A aceitação do novo local da sepultura ocorreu quando a parcela burguesa da sociedade, seja carioca ou baiana, visualizou o quanto o novo espaço permitia a espetacularização eterna desejada. (NOGUEIRA, 2013)

Depois dos sanitaristas e higienistas terem empreendido tanto esforço para separar mortos dos vivos visando à salubridade dos núcleos urbanos, no século XX novamente eles passaram a dividir o mesmo espaço, já que com a expansão urbana impulsionada por motivos de ordem prática e econômica os vivos vão ao encontro dos cemitérios. Vivos e mortos estão ao mesmo tempo tão perto e tão distantes, pois nas concepções mais contemporâneas a morte entra em crise e é elevada à categoria de tabu.

Já não se morre em casa na presença de parentes, amigos e vizinhos, mas sozinho na reclusão dos hospitais. Os velórios, que outrora ocorriam em casa, agora passam a ser em salões de funerárias ou nas capelas do cemitério, os rituais fúnebres se tornaram cada vez mais curtos e o homem vive como se fosse eterno, eufórico com o aumento da expectativa de vida proporcionada pelos avanços da medicina.

Também se verificou a criação de outros tipos de cemitérios: os cemitérios jardins, que se confundem com a natureza local e onde os sepultamentos ocorrem diretamente no solo, no qual é sobreposta uma lápide sem a edificação de túmulo propriamente dito; e o cemitério edifício, também denominado de vertical ou gaveta, que são construções em andares com gavetas à base de concreto e assemelham-se com prédios e condomínios (FOCHI, 2011).

Em síntese, a localização dos cemitérios no espaço e os seus tipos estão atrelados à concepção de morte. Indiscutivelmente as sepulturas são registros de uma passagem; são documentos arqueológicos formados pela estrutura mortuária (aspectos arquitetônicos), artefatos (sepulturas) e enxoval funerário (elementos encontrados nas sepulturas). A partir do momento em que o homem passou a enterrar os seus semelhantes construindo da mais simples a mais suntuosa sepultura, ele produz aquilo que se denomina de patrimônio fúnebre. No entendimento de Castro (2008) o patrimônio fúnebre ou funerário é o conjunto de elementos materiais e imateriais presente em locais de sepultamento (cemitério não convencional, mas que pode possuir construções sobre as sepulturas) ou cemitérios. Ele deve ser compreendido em sua trajetória própria e em sua relação com o contexto cultural onde são produzidos e por onde circulam.

Dessa forma os cemitérios extramuros convencionais¹¹, onde se verificou a diversificação de artefatos e elementos funerários, tal como se conhece hoje, nem sempre existiram como regra geral para toda a população. Seu surgimento está relacionado a um dos comportamentos que o homem teve perante a morte ao longo do tempo, e nas últimas décadas, em algumas cidades brasileiras, muitos deles foram retirados, desativados ou transferidos.

2.1 Sobre o patrimônio

A morte é um fim igual para todos, mas cada sociedade, cultura e tradição religiosa preveem diferentes concepções, sentidos, rituais e manifestações a esse momento e

¹¹ Esse tipo de cemitério possibilita a edificação de jazigos sobre as sepulturas encomendados pelos familiares e estar disposto em quadras e lotes. Outras características a ele atribuídas é a presença de muro delimitando o seu terreno e de um cruzeiro central.

experiência. Para Carvalho Júnior et al. (2011), se a morte é um fim igual para todos, por outro lado, a maneira de sepultar e onde sepultar os mortos não é igual nas distintas sociedades. Isso pode ser determinado, entre outras causas, pelo prestígio social, econômico e religioso de cada indivíduo. É nesse contexto que se situa a constituição do patrimônio funerário, também denominado de fúnebre ou cemiterial.

Segundo Gonçalves (2007), patrimônio é uma categoria de pensamento bastante familiar ao moderno pensamento ocidental, ou seja, se encontra dentro do pensamento cartesiano em que o homem é “cortado”, “fatiado”, “separado” para ser entendido. Nele se criam categorias de análise do que se quer entender, seja a política, a ciência, a religião, entre outras esferas.

Essa separação por categorias de análise ganha corpo no século XVIII, época das luzes, da racionalidade, marcado sobretudo pelo pensamento cartesiano e é regido pela constituição moderna, que é um campo de contradições, uma vez que ela diz que “Nós não criamos a natureza; nós criamos a sociedade; nós criamos a natureza; nós não criamos a sociedade; nós não criamos nem uma, nem outra, Deus criou tudo; Deus não criou nada, nós criamos tudo” (LATOURE, 1994, p. 39). Daí se avalia o quão conveniente é essa constituição moderna.

Trata-se do paradigma cartesiano, paradigma no sentido do termo usado na obra de Kuhn (1992) sobre as estruturas das revoluções científicas que designam um modelo para a prática normal da qual decorre uma tradição de pesquisa. Jóina Borges (2002a, p. 45) defende que esse paradigma consiste em dividir tarefas e, “assim, os corpos mortos tornaram-se tarefa da arqueologia, os loucos da psicologia, a cultura da antropologia e os documentos escritos da história”.

Costa (2010) denomina essas mudanças de construção moderna do conhecimento que rotula e divide o saber, apresentando a cada campo do conhecimento um objeto de estudo absoluto, culminando na construção de um corpo disciplinar próprio e claro na segmentação da academia. Até hoje essa separação permanece, mas que fique claro que ela é uma possibilidade de entender o mundo que os ocidentais criaram, é como o ego ocidental se apresenta e, portanto, não é a única, nem a melhor.

Dentro dessa discussão, falar em patrimônio material e imaterial é falar em categorias de análise no âmbito das ciências e, nessa perspectiva, o patrimônio fúnebre (que abrange os aspectos tangíveis e intangíveis) é apenas mais uma das modalidades existentes. Definir o que seja patrimônio infere selecionar com base em certos critérios com variáveis no tempo e no espaço. Regina Abreu (2007, p. 266) defende que “a noção de tempo com a qual nos

habitamos, como ela sempre tivesse existido em todo o tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo”.

Nas sociedades tradicionais, onde prevalece a concepção cíclica de tempo, a memória está difundida no tecido social. Nelas a dinâmica de esquecer e lembrar associa-se ao contexto mítico religioso e às narrativas orais. Os acontecimentos são reversíveis e repetitivos. Com forte potencial de memória não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido de herança tal como se conhece hoje.

Em contrapartida, a sociedade ocidental moderna se articula com a memória social privilegiando a concepção de tempo linear. Nessa concepção os acontecimentos são irreversíveis e, portanto, associados à noção de história, com registros escritos, noções de documentos e de monumento. Jacques Le Goff (2003, p. 256) define monumento como “um sinal do passado”, obra ou construção destinada a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável. Etimologicamente a palavra vem do latim, do verbo “monere”, que significa fazer recordar, de onde avisar, iluminar, instruir.

Outro importante autor que aborda essa relação entre história e memória é o historiador francês Pierre Nora (1993). Para ele, a memória, juntamente com a história, busca significados de um tempo, busca a valorização atual do passado, uma vez que a memória por si só não existe mais no contexto atual das sociedades contemporâneas, sendo portanto mais fácil lembrar-se de algo emoldurado no espaço do que aquilo que se restringe aos limites físicos do corpo constantemente exposto à ação do tempo. Logo o patrimônio não é simplesmente uma invenção moderna, mas coube à modernidade ocidental impor os sentidos específicos que o termo veio assumir.

No século XVIII, a noção de patrimônio é uma invenção associada à ideia de nação, que surgiu na França posteriormente à Revolução Francesa. Nesse período, o significado do termo engloba os elementos artísticos e históricos, como as obras de arte, edifícios e monumentos públicos utilizados na construção e representação da nação, e nele a lógica de conservação patrimonial privilegia o coletivo e o público. Essa “associação do patrimônio nacional a um passado glorioso difundiu-se por todo o Ocidente” (ABREU, 2007, p. 268).

No Brasil, a inclusão do tema entre as elites políticas e os intelectuais brasileiros só tomou vulto no início do século XX, pois até então a preocupação era mais com a modernização das cidades do que com a recuperação dos fragmentos do passado. E quando essas elites passaram a se preocupar com esses fragmentos o patrimônio do Brasil foi visto sob a ótica “pedra e cal”. Fonseca (2005), que pesquisou o processo de construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no país, identifica dois momentos. O primeiro é o

momento fundador (1930-1940) e o segundo é o momento renovador (1970-1980). No primeiro momento, liderado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, vigorou uma visão modernista de expressão artística autêntica, ou seja, houve o privilégio dos objetos e monumentos representativos da memória nacional. Mais uma vez o público e o coletivo se sobrepõem ao individual e ao privado. Em geral, o que era excepcional estava ligado à cultura europeia do colonizador e tinha sua integridade assegurada através do instrumento do tombamento, que, de acordo com Rossano Bastos (2010), é uma prática que não tem tido resultados positivos, se mostrando ao longo do tempo ineficiente para a proteção do patrimônio arqueológico. Ele considera que

Desde a edição do decreto lei de tombamento poucos foram os sítios arqueológicos tombados e os que foram têm resultados, enquanto proteção, bastante duvidosos, a exemplo do sítio arqueológico tipo sambaqui denominado Pindaí, localizado próximo a São Luís, no Maranhão, que hoje ainda tombado tem sobre ele uma rodovia, um loteamento e um bairro (BASTOS, 2010, p. 1150).

O decreto ao qual Bastos (2010) se reporta é o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937¹². Nele o valor patrimonial é qualificado quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. O tombamento é um instrumento legal de ação de preservação de um bem e pode ser feito a nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou ainda em âmbito estadual ou municipal, com suas respectivas leis específicas.

A década de 30 e 40 do século XX é, portanto, a fase da “pedra e cal” em que o alvo de proteção são igrejas, palácios, fortificações, casas de câmara e cadeia e tudo mais que representasse a relação com o passado e a tradição em uma mediação entre heróis nacionais e personagens da história brasileira. O Cemitério do Batalhão¹³ (Figura 1), dada sua importância ligada à história nacional, é reconhecido como patrimônio do Brasil e foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, através do Decreto nº 99-058, de 07/03/1990.

¹² Ele também institui o instrumento do tombamento que visa a regulamentar a proteção dos bens culturais no país, explicita os valores que justificam a proteção pelo Estado de bens móveis e imóveis e busca resolver a questão de propriedades desses bens.

¹³ Está localizado no município de Campo Maior-PI, foi tombado pelo IPHAN em 1938, está inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes e é um dos mais importantes marcos da história do Piauí e da independência do Brasil. Ele guarda os restos mortais dos heróis da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823, entre brasileiros armados apenas de foices, espadas, espetos e velhas espingardas, e as tropas da cavalaria e infantaria do exército português, lideradas pelo major Fidié. As sepulturas simbólicas do Cemitério do Batalhão são marcadas apenas por montes de pedras de jacaré amontoadas umas sobre as outras e cruzeiros de madeira sem inscrição ou qualquer adorno (IPHAN, 2013).

Figura 1 – Cemitério do Batalhão



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2011).

Localizado às margens do Rio Jenipapo, ao norte do território piauiense, o Cemitério do Batalhão é o local de sepultamentos dos piauienses que lutaram em favor dos interesses de Portugal ou pelos interesses da consolidação da imensidão do território brasileiro na Batalha do Jenipapo. Todos os anos, no dia 13 de março, representantes do governo estadual e municipal se reúnem no local para celebrar tal acontecimento, o que vem contribuindo para resultados duvidosos quanto à proteção do bem, ainda que de forma não intencional, mas, sobretudo política.

Sobre essas questões relacionadas à valorização do patrimônio, Castro (2008) relata que, já nas primeiras décadas do século XX, o escritor e poeta Mário de Andrade pedia a preservação de cemitérios, pois, em 1936, o anteprojeto da criação do SPHAN, pensado por ele, contemplava monumentos e as jazidas funerárias, as capelas e cruzeiros mortuários de beira de estrada como bens a serem protegidos. No entanto, o anteprojeto sofreu alterações até a elaboração da versão final do texto que deu origem ao Decreto lei nº 25 de 1937 que criou o SPHAN.

Na década de 70 do século XX, se viu eclodir um momento renovador, no qual as ideias originais de Mário de Andrade foram incorporadas ao SPHAN e então a noção de patrimônio foi ampliada com a ideia de bem cultural. Para Fonseca (2005), esse foi um momento em que houve uma noção mais abrangente de memória social, em que se buscou a participação da comunidade no processo de identificação e proteção do patrimônio cultural. A renovação ocorrida teve Aloísio de Magalhães como um dos seus protagonistas. Ele, que era artista e designer, marcou sua passagem ao propor uma definição do patrimônio brasileiro, na

qual abarcasse a diversidade cultural, religiosa e étnica no país. Com essa medida redirecionou o patrimônio brasileiro, até então visto como pedra e cal, para a noção de bem cultural.

De acordo com Abreu (2007, p. 275), “o conceito antropológico de cultura firmou-se como o condutor de iniciativas relativas ao patrimônio, consagrando a noção de patrimônio cultural”. Assim como a expressão patrimônio, o termo cultura também foi ressemantizada. Historicamente a sua concepção assumiu dois significados: o primeiro se referia às artes, às ciências, portanto se liga ao processo de autoaperfeiçoamento humano. No segundo momento, ela deu uma guinada em direção à antropologia, passando a ser pensada fundamentalmente como expressão da alma coletiva, englobando uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas) e práticas (conversar, ler, jogar).

José Luiz dos Santos (1994), ao referir-se ao conceito de cultura, diz que por cultura se entende muita coisa; em torno desse conceito existe uma variação de sentidos e significados, pois a cultura é a representação da multiplicidade humana em suas diversas formas de existência, como a linguagem, a vestimenta, a alimentação, a morte, entre outras formas de expressão. Todas as formas de expressão humana, materiais e/ou imateriais expressam modos específicos de construir sua cultura. Restringi-la é ignorar a multiplicidade dos aspectos da produção humana. Consoante ao pensamento de Santos (1994), Velho (2007, p. 250) compreende a cultura como “um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade”.

É, portanto, somente na segunda metade do século XX que ficou evidente a ampliação da noção de patrimônio. Foi nesse período que houve a conversão de objetos comuns em bens patrimoniais. “Começavam a ser introduzidas nos patrimônios as produções dos esquecidos pela história factual, mas que passaram a ser objeto principal de interesses da história das mentalidades: os operários, os camponeses, as minorias étnicas etc.” (FONSECA, 2005, p. 70). A semântica da palavra passou a atingir ações populares e as suas apropriações, e então se passou a preservar fábricas, hospitais, escolas etc. Um marco, nesse sentido, foi o tombamento, em 1984, do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador (Bahia). Depois dele, além de outros terreiros, diversos monumentos e construções ligadas a outras tradições não luso-brasileiras foram reconhecidas.

Foi nesse momento ainda que o cemitério passou a ser visto enquanto patrimônio cultural, pois, em geral, o acervo mortuário é de outra ordem que não pública. É familiar,

pessoal e afetivo ainda que administrado por um gestor público. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal do Brasil, 1988, p. 124).

Nessa perspectiva, o cemitério pode representar parte da história das cidades. Ele traz as formas de expressão da sociedade vigente, abarcando tanto o patrimônio tangível, constituído por bens materiais imóveis, e o intangível, que se refere aos rituais. Depois que o corpo é sepultado, as práticas funerárias continuam com as orações, missas de sétimo dia, de mês e ano, construção do túmulo projetado com diversos materiais, adornado por fotografias, painéis, esculturas e epitáfios.

É comum também se depositar nos túmulos objetos do morto e flores artificiais ou naturais, pondo em evidência o poder aquisitivo da família, uma vez que as naturais exigem maior recurso financeiro. Manter a limpeza da sepultura e acender velas são hábitos frequentes das famílias do falecido. “Os cemitérios, como elementos que compõem o conjunto da produção humana, podem assim ser apropriados como representantes ou como bens de referência cultural para determinado grupo ou lugar” (CASTRO, 2008, p. 82), pois envolvem afeto, emoção, variados interesses e preferências dos habitantes de diferentes tipos de localidades. Alguns já são considerados atrativos turísticos como o Père Lachaise, na França, em Paris, e o La Recoleta, em Buenos Aires, na Argentina (NOGUEIRA, 2013). Em solo nacional, iniciativa semelhante vem sendo desenvolvida em especial no cemitério da Consolação, em São Paulo, com o projeto “Vamos passear no cemitério” (BRANDÃO, 2010).

Materializado na paisagem de uma cidade, sua arquitetura fúnebre e seu acervo mortuário – sepulturas e enxoval funerário – são indissociáveis das relações sociais, morais e mágico-religiosas. Em outras palavras, significa dizer que a materialidade e a imaterialidade são inseparáveis (FOCHI, 2011). O túmulo não é simplesmente o suporte, ele é a própria substância da vida social e cultural. De acordo com Fernando Catroga “se o túmulo tem por tarefa devorar e digerir o cadáver, por outro lado ele é constituído por uma sobreposição de significantes (cadáver, vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc) que

induz metaforicamente à aceitação da incorruptibilidade do corpo” (CATROGA, 2010, p.168).

Todos os cemitérios são testemunhos do tempo, por isso Araújo e Rigo (2012) concordam que é preciso se desfazer do preconceito em relação a eles, percebendo sua relevância histórica, cultural e artística, e da ideia de que patrimônio só existe nas cidades históricas ou distantes de nós. Em cada cidade brasileira existe pelo menos um cemitério e, por mais pobres que possam ser os campos santos, eles revelam um pouco da história da localidade.

Contudo, diante do exposto se percebe mudanças na forma como o IPHAN passou a lidar e qualificar o patrimônio. Atualmente seu sentido é a de ressonância, ou seja, sua condição de emocionar, afetar. Para que funcione como forma de comunicação social é preciso que haja interlocutores, conhecedores dos diferentes códigos. Ele deixa de ser elitista na seleção e trato dos bens, deixa de ser limitado a uma vertente (luso-brasileira) e a determinados períodos históricos e passa a envolver progressivamente outros atores que não apenas burocratas e intelectuais. Foi a partir da busca de uma identificação social mais abrangente que os cemitérios passaram a compor os bens culturais e patrimoniais¹⁴.

Com as mudanças no IPHAN a partir da segunda metade do século XX, além do Cemitério do Batalhão outros cemitérios ou partes do conjunto funerário como esculturas, túmulos e portões de entrada também foram tombados. Castro (2008) contabilizou 15 tombamentos dos quais dois ainda se encontram sem inscrição. Outra informação constatada pela autora foi o destaque para as regiões nordeste (Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte) e sudeste, onde há maior número das ações de tombamento, sendo 40% e 33% respectivamente. Ou seja, o nordeste, que detém 40% das ações de tombamento referentes à temática, contraditoriamente possui estudos ainda incipientes. Em 2011, também foi tombado o Mausoléu Ícaro, onde está enterrado o aviador Alberto Santos Dumont, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (NOGUEIRA, 2013).

¹⁴ Um bem cultural não necessariamente funciona como um bem patrimonial. O bem cultural, ao lado do seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc., valor de troca determinado pelo mercado), enfatiza seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração, nos motivos, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a um sistema simbólico. Quanto ao bem patrimonial, possui a intermediação do Estado através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas que priorizam uma determinada leitura.

2.2 Um destino, múltiplas histórias: arqueologia histórica e outros diálogos possíveis nos cemitérios convencionais

Ao delinear o contexto no qual surgiram os cemitérios convencionais e como esses espaços passaram a fazer parte da discussão do patrimônio, cabe citar algumas das múltiplas histórias que esse território dos mortos pode trazer consigo. Cada uma dessas histórias está relacionada à abordagem pela qual são conduzidas as pesquisas.

Santos (2011), em seu artigo intitulado “Vida e morte nos grupos humanos: algumas informações preliminares”, mostra as possibilidades informativas que os cemitérios indígenas podem proporcionar e aponta que essas possibilidades continuam nos tempos atuais, como mostra o sociólogo Clarival Prado Valladares (1972 apud SANTOS, 2011) nos dois volumes do seu livro “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros”¹⁵. Este autor é pioneiro nos estudos dos cemitérios em períodos recentes da história humana.

Além do estudo de Valladares existem outros, como o de Tânia Andrade Lima (1994), intitulado “De morcegos e caveira a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX”. A autora propõe verificar prováveis mudanças no imaginário coletivo sobre a morte, provocadas pelo rompimento da ordem escravocrata e a emergência do sistema republicano. Apesar de fazer o levantamento gráfico e iconográfico, apenas os elementos não verbais são objeto da investigação. Ao todo foram levantados e analisados 2.500 sepulturas, cuja sistemática adotada permitiu constatar 3 padrões dominantes na representação da morte: o inaugural (1850 a 1888), em que as representações são escatológicas, macabras e mórbidas; predominam caveiras, tíbias cruzadas, ampulhetas aladas, plantas narcóticas entre outras; o de transição (1889 a 1902), em que se inicia o processo de substituição de uma categoria de signos por outra, ou seja, foices, morcegos, caveiras cedem espaço a cruzes em múltiplas variações, estas ainda com conotação medieval, demarcando o local onde jaz o corpo morto e não o suplício de Cristo; e o último padrão é o de consolidação (1903 a 1930), momento em que se verifica a inserção de novos materiais nos espaços funerários, como o bronze e outros metais nobres, além de imagens religiosas cristãs, retratos e estátuas do morto em vida. Ostentação, luxo e opulência caracterizam este período.

Em 2002, Maria Elizia Borges escreveu “Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto”. Nessa obra busca preencher uma lacuna na historiografia artística brasileira, que se mantém mais atenta à qualidade estética da obra e à

¹⁵ A obra teve sua edição esgotada, e os poucos exemplares disponíveis para venda possuem um valor muito elevado, o que dificultou o acesso à mesma.

iconografia das elites e dos estetas; procura reproduzir o cotidiano, os instrumentos e condições de trabalho dos artistas imigrantes artesãos italianos, cujos trabalhos hoje praticamente desapareceram, e também faz um inventário tipológico.

O historiador Júlio César Medeiros da Silva Pereira contribuiu, em 2007, com “À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”. Partindo da observação de que a violência contra os escravos vivos são bem conhecidas, mas pouco se sabe da violência cultural contra os escravos mortos, o autor aborda o cemitério com suas múltiplas conexões, (cuja principal é o tráfico negreiro) além dos seus significados.

Outro estudo vinculado ao tema trata-se da obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia”. A mesma compreende uma coletânea de pesquisas, realizadas por acadêmicos do curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientados por Harry Rodrigues Bellomo, publicada em 2008. A obra também envolve aspectos antropológicos, ideológicos, sociológicos e artísticos.

A arqueóloga Ana Lúcia Herberts e a historiadora Elisiana Trilha Castro, juntas e partindo da arqueologia da paisagem, publicaram em 2011 a obra “Cemitérios no caminho: o patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos Campos de Lages”, na qual trazem um detalhado inventário de vinte cemitérios localizados no entorno do caminho dos tropeiros.

No ano de 2012, Maristela Carneiro defendeu sua dissertação intitulada “Construções tumulares e representações de alteridade: materialidade e simbolismo no cemitério municipal São José, Ponta Grossa (1881-2011)”. Basicamente, considerou duas escalas para leitura do cemitério, a dos elementos materiais e a dos elementos simbólicos. Para a autora, a alteridade nas construções tumulares pode demonstrar a singularidade dos sepultados e ainda as trajetórias da coletividade na qual estavam inseridos. A alteridade é o estudo das diferenças e o estudo do outro, ela assume papel essencial na antropologia. O estudo de alteridade que Carneiro faz é especialmente a partir da estatuária e da arquitetura.

Em 2014, foram publicados mais três estudos. Dois deles de autoria de Castro. O primeiro é “In Frieden: inventário dos cemitérios alemães de São Martinho”, um registro de doze cemitérios, sendo oito situados em território do município de São Martinho, três no município de Armazém e um no município de São Bonifácio. O segundo é “Ruhe Sanft: inventário do cemitério de imigrantes alemães de São Martinho Alto”, ainda em pleno uso pela comunidade. Nele a autora apresenta um breve histórico do tema e depois o inventário detalhado. O terceiro estudo é a pesquisa de Clarissa Grassi, que atua nessa linha de investigação há onze anos. Tanto esforço e dedicação já lhe renderam duas publicações de livros: “Um olhar... a arte no silêncio” (2006) e a de 2014, que é “Guia e visitação no

Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano”, este seu trabalho mais recente. O objetivo da obra é promover o resgate de parte das trajetórias ali enterradas, trazendo informações biográficas, arquitetônicas, geológicas e sobre simbologia presentes nos túmulos. Tanto esse trabalho quanto o de Borges (2002b) foram publicados em dois idiomas, português e inglês.

Enquanto alguns autores como Lima (1994), Borges (2002b), Pereira (2006), Bellomo (2008), Herberts e Castro (2011), Carneiro (2012), Castro (2014) e Grassi (2014) trazem os cemitérios como importantes fontes de informação, sob diferentes abordagens, Silva e Malagutti Filho (2009) apresentam esses locais como potencial fonte de contaminação, uma abordagem que não atende às finalidades desse estudo, mas ainda assim é uma via de estudo importante.

Através dos trabalhos acima mencionados verificou-se que boa parte das pesquisas realizadas se concentra na região Sul e Sudeste do país. Sobre o Nordeste, que se destaca com 40% dos tombamentos de patrimônio funerário, pouco se tem pesquisado o tema. No Piauí são poucas as referências a pesquisas com enfoque em cemitérios. Nessa perspectiva Shirlene Matos (2009) fez uma análise dos jazigos e lápides do cemitério Nossa Senhora de Lourdes. O cemitério é datado do final do século XIX e está localizado na cidade de São Raimundo Nonato. Outro trabalho é o artigo de Rafaela Pascuti e Abrahão Sanderson (2014), que trabalharam com o cemitério municipal São José, localizado na zona norte de Teresina, cujo objetivo foi analisar a recorrência dos elementos da egiptomania, entendida como uma apropriação e interpretação da cultura egípcia, e o trabalho monográfico de Jessica Moraes (2014) que precedeu esta pesquisa, também sobre o acervo mortuário do cemitério Santo Antônio, situado na cidade de Campo Maior.

A carência de pesquisa sobre o tema em algumas regiões do país pode ser explicada pelo desconhecimento que gera preconceitos e discriminação. O tema Patrimônio fúnebre é considerado por muitos como excêntrico ou até mesmo mórbido (NOGUEIRA, 2013). É em geral associado a lugares de almas penadas, locais onde se realizam práticas mágicas religiosas do culto não católico, espaço de tristeza, despedida e dor.

Despidos do preconceito, as abordagens dos espaços mortuários têm amplas possibilidades como fonte de informação das localidades onde estão situados, como bem assevera Eduardo Resende (apud BRANDÃO, 2010, p. 4):

O cemitério é uma fonte de pesquisa geográfica (localização e expansão das cidades), histórica (antigos hábitos de inumar), sociológica (como a sociedade lida com a morte e a memória), antropológica (representação individual da morte),

linguística (signos verbais), literária (escritos sobre a morte), artística (escultura), arquitetônica (construção tumulares), hidrográfica (águas subterrâneas cemiteriais), pedológica (solo cemiterial), genealógica e heráldica (famílias, nomes, brasões), demográfica (imigrantes), nobiliárquica (linhagem de nobres), turística (visita a ilustres) e outras.

Entre essas outras possibilidades de pesquisa está a Arqueologia, não numa perspectiva de “remover ossos secos”, mas sim em busca de seres humanos de carne. Trata-se de uma arqueologia que faz uma leitura da distribuição espacial e orientação das sepulturas, dos aspectos gráficos e iconográficos contidos nas lápides, dos objetos e construções que constituem o espaço funerário, das personalidades ali sepultadas e das fotografias cemiteriais. Uma arqueologia sem terra por debaixo das unhas, mas ainda assim uma arqueologia que “escava” nas palavras (documentos escritos) e nas coisas (documento material) o maior tesouro que existe, o conhecimento.

É preciso compreender que assim como as divisões de modalidades de patrimônio são construções históricas, a divisão dos campos do conhecimento citadas por Brandão (2010) também são, logo nem sempre elas conheceram fronteiras tão bem delimitadas.

Um desses campos de saber é Arqueologia Histórica, fruto da distinção que se faz entre a arqueologia do período pré-histórico e a do período histórico consagradas em alguns continentes do globo terrestre, entre os quais a América, Oceania e África Subsaariana. Neles a Arqueologia Histórica corresponde à arqueologia Pós-medieval da Europa.

Vários autores procuraram defini-la: André Proust (1992, p. 543) a define como o estudo de vestígios que evidenciam influência europeia, para o qual se dispõe de documentos escritos; Pedro Paulo Funari (2007) afirma que hoje comumente ela é definida como estudo dos vestígios materiais de sociedades com registros escritos; de acordo com Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore (2002), a Arqueologia Histórica, principalmente no que se refere à literatura mais recente, vem sendo caracterizada como o estudo da formação do mundo moderno a partir da expansão europeia, coincidindo dessa maneira com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social. Na América essa arqueologia está relacionada ao período posterior ao contato entre índios e europeus chegados ao Novo Mundo. Para Orser Jr. (2000), ela é o estudo da materialidade em termos culturais dos efeitos do mercantilismo.

No caso específico do Brasil convencionou-se como marco cronológico 1.500 d.C. Mas como já foi mencionado, esses conceitos, em especial o desses dois últimos, Zarankin e Senatore (2002) e Orser Jr. (2000), não são aceitos por todos os estudiosos que alegam que eles sintetizam ou homogeneizam a chegada do europeu no Novo Mundo. Por exemplo, o marco cronológico estabelecido para o Brasil é problemática, porque em Porto Alegre, em

Manaus ou em qualquer outro estado atual do país, a presença do europeu não foi no mesmo ano do que ocorreu em Porto Seguro (BA).

Porém Orser Jr. (1992), ao conceituar Arqueologia Histórica, manifesta consciência da dificuldade de determinar o início do período histórico, de sua limitação regional e sua imprecisão, o que o autor claramente fala no seguinte trecho:

O que, em verdade, distingue a arqueologia histórica não é o período histórico estudado (histórico ou pré-histórico), os povos aborígenes contatados pelos europeus (vários povos indígenas), os colonizadores europeus (portugueses, ingleses, franceses e outros) ou nem mesmo grupos populares (escravos, africanos, trabalhadores migrantes e assim por diante), mas, ao contrário, como cada elemento se adaptou e foi transformado pelo processo que de início, levou o europeu a estabelecer assentamentos coloniais em todo o mundo e, posteriormente, a formar novas nações (ORSER JR., 1992, p. 22).

Em outras palavras, a definição dessa variante da arqueologia não tem seu foco em uma cronologia, não é uma aferição de uma data, mas de um momento anterior e posterior, nem tampouco se centra no índio, colonizador ou grupos populares. O que a determina é um olhar construído com a história. Hoje seu campo de pesquisa é multidisciplinar, o que lhe confere uma diversidade de fontes de informação disponíveis para contribuir para uma compreensão mais completa da sociedade abordada, trazendo informações inéditas, complementando o que é dito ou desmentido aquilo que foi escrito. As fontes utilizadas podem ser de diferentes áreas do saber como a história (documentos escritos, mapas, a história oral), a antropologia cultural (etnografias, espécimes, de museus e testemunhas orais), a história da arte (pinturas, desenhos, fotografias), a geografia histórica e cultural (mapas, assentamentos e paisagens), a arquitetura histórica (edifícios), o folclore (tradição oral e arquitetura vernacular) e arqueologia (artefatos, estrutura e contexto do sítio).

Os artefatos, definidos por Orser Jr. (1992) como tudo que foi e é produzido ou modificado pela ação humana, são objeto de estudo tanto da arqueologia pré-histórica como da arqueologia histórica. A diferença consiste no fato de que esta última pode valer-se da disponibilidade de determinadas informações sobre os vestígios arqueológicos do período histórico para datar sítios e estruturas. Tais informações podem ser datas, marcas, registros de fabricantes, catálogos etc. Essas informações inclusive podem ser extraídas da cultura material presente na área de pesquisa em questão. Os túmulos e os elementos que os ornamentam desde que foram edificados permanecem em quase sua totalidade intactos, o que é de grande valia para a investigação arqueológica, principalmente no que se refere aos “termos de controle de dados”, conforme afirma Lima (1994).

Sendo o cemitério a área de pesquisa em questão, as informações são encontradas nas lápides sepulcrais que agregam uma variedade de informações. Nelas encontram-se elementos iconográficos (desenhos, gravuras, signos) e elementos gráficos (o texto escrito propriamente dito) que revelam ou ocultam a história dos mortos para os vivos.

Dada a riqueza dos espaços mortuários, Borges (2013, p. 24) comenta que não dá para pesquisá-los dentro de uma vertente somente. No que se refere especificamente à Arqueologia, Mello e Cerqueira (2013) afirmam que há uma escassez de produções acadêmicas, o que explica a dificuldade de citar obras nesse campo de estudo. Talvez a explicação para essa escassez resida no fato de que é recente a abordagem dos cemitérios atuais, pois, a princípio, na Arqueologia Histórica os objetos de estudos e as abordagens pareciam bem delimitados.

É possível visualizar esses objetos a partir da ótica de alguns autores que se debruçaram a estudar a subdisciplina no país: André Prous (1992), em “Arqueologia Brasileira”; Tânia Andrade Lima (1993), em “Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)”, considerada por Funari como a revisão mais exaustiva sobre o tema; e Symanski (2009), em “Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos”.

No período em que cada um escreveu havia uma diferença em termos quantitativos de produções disponíveis. Prous (1992, p. 543) alertava para isso ao dizer que sua pretensão não é “apresentar um panorama geral da arqueologia histórica praticada no Brasil, já que existiam ainda poucas publicações disponíveis sobre o assunto”. O seu trabalho consiste em destacar as quatro universidades federais pioneiras (UFPE, UFRS, UFSP e UFMG), os nomes que estiveram à frente das pesquisas conduzidas em cada uma das instituições acadêmicas anteriormente citadas (Gabriela Martin e Marcos de Albuquerque, Arno Kern, Margarida Andreatta e Carlos Magno Guimarães) e algumas direções de pesquisa. Essas são basicamente quatro: Estudo de grupos indígenas influenciados pelos colonizadores; Estudo de núcleos escravos rebeldes que criaram comunidades independentes; Estudo das comunidades de tradição europeia; e Estudo arquitetural das cidades antigas, dos fortes ou monumentos isolados.

Lima (1993), ao contrário de Prous (1992), dispunha de publicação suficiente para proceder com um panorama geral da subdisciplina no Brasil. Era uma quantidade suficiente para ser considerada como uma revisão exaustiva. Seu trabalho tem servido de ponto de partida para outros autores, a exemplo de Maria Dulce Gaspar (2003), em “História da construção da Arqueologia Histórica Brasileira”, e do trabalho já citado de Symanski (2009).

Este último autor escreveu em um período em que houve uma grande quantidade de publicação, em virtude da proliferação de cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia. É com base nessa revisão proporcionada pelo avanço desses cursos e das pesquisas na área que ora se apresenta esse desdobramento dessa subdisciplina.

No Brasil, de acordo com Symanski (2009), foi somente em 1960 que a Arqueologia Histórica começou a ser realizada por pesquisadores institucionalizados, ou seja, é nesse período que ela se torna uma preocupação acadêmica. Desde então, nos últimos 20 anos houve sua expansão, produto de uma nova geração de arqueólogos que emergiu na década de 90 em decorrência do fortalecimento dos cursos de pós-graduação e da expansão da arqueologia de contrato. E que tende cada vez mais a crescer devido à proliferação de cursos de graduação e *stricto sensu*. Com seu processo de expansão, as pesquisas crescem juntamente com seus temas e abordagens, permitindo, dessa forma, a compreensão de contextos arqueológicos pouco abordados ou relegados a um segundo plano no desenvolvimento dos trabalhos.

Symanski (2009) divide a arqueologia histórica no Brasil em três momentos: o período de formação (1960-1980); o de consolidação (1980-1990); e o período de novas tendências, a partir de 1991. Sua divisão parte do ponto em que a subdisciplina emergiu formalmente reconhecida como campo de pesquisa, no início dos anos 60. Cabe ressaltar que em 1930 já se realizavam pesquisas em sítios históricos, porém eram investigações assistemáticas, sem corpus teórico definido, aliás, isso valia para a Arqueologia como um todo (Pré-Histórica e Histórica). Eram pesquisas mais amadorísticas e ensaístas do que propriamente científica, marcadas por interesses particulares e específicos e sem uma produção acadêmica de análises aprofundadas com o compromisso de elaborar publicações. Contudo, já em 1950 verificam-se trabalhos voltados para tarefas de restauração.

Retomando o diálogo com os momentos estabelecidos por Symanski (2009) verifica-se que o período de formação foi marcado pelo atraso da subdisciplina no que diz respeito às correntes teóricas. Enquanto em 1960 se assinala o ápice da Nova Arqueologia, a Arqueologia Histórica brasileira entre a década de 60 e 70 foi conduzida pelo histórico-culturalismo que o processualismo combatia. Os trabalhos dos histórico-culturalistas realizados por pré-historiadores eram descritivos e buscavam sínteses temporais ou regionais do início do século XX. Entre os objetos de estudo estão as reduções jesuíticas dos séculos XVI, XVII e XVIII no sul do Brasil e os sítios de contato do século XVI no litoral nordestino.

Ainda na década de 70 ela foi introduzida em projetos de restauração de monumentos históricos, mas subordinada à Arquitetura e à História, perdendo seu potencial enquanto

ciência social, reduzida simplesmente a uma técnica de serviço, caracterizando-se a um nível meramente arqueográfico. Subordinada ao interesse do Estado, ela serviu para corroborar a história oficial e nacionalista.

No período de consolidação, além do estudo da produção dos segmentos dominantes, ela também se voltou para o estudo da emergência do capitalismo, estudo das minorias, subalternos e excluídos, introduzidos através do estudo de quilombos em Minas Gerais, aldeamentos indígenas pós-missioneiros no Rio Grande do Sul e do arraial de canudos. Desse modo, acrescenta-se a incorporação de novas temáticas à atualização de preceitos teóricos e metodológicos. A arqueologia Histórica amplia seus horizontes apontando sobre o urbano e investigando, além do tempo, também o comportamento. Passou a utilizar-se de conceitos e definições como cidade-sítio ou padrão deposicional, bem como a aplicação de fórmulas para datação de cachimbos ou de louças. Cabe lembrar que a maioria dos trabalhos, na prática, continuou mantendo o caráter descritivo das décadas anteriores (SYMANSKI, 2009).

Por fim, no último momento verifica-se uma grande diversidade de tipos de sítios históricos desconsiderados nas décadas anteriores que passam a ser pesquisados. Foi nesse contexto que os cemitérios passaram a integrar o bojo dessa especialização da arqueologia. Outra característica desse período foi a atenção dada a outras categorias materiais como a louça, o vidro e o metal. A subdisciplina se solidificou com trabalhos (dissertações e teses) que seguem tanto linhas processualistas como pós-processualistas, principalmente sobre ideologia e simbolismo. Começam aí as abordagens sobre categorias intangíveis como ideologia, gênero, identidade e poder (SYMANSKI, 2009).

Conforme Costa (2013) é com o pós-processualismo que se verificou uma prática multidisciplinar em que a arqueologia busca relacionar-se com as mais diversas ciências sociais, entre as quais a História. Entre os autores que trabalham dentro dessa corrente de pensamento está Ian Hodder. Para ele, a visão de mundo também é importante no processo de interpretação e não somente a adaptação ao meio. Entre suas preocupações estavam as de estabelecer ou propor fatores cognitivos. Portanto trata-se de uma abordagem que envolve categorias mentais e de diversos segmentos contrários ao processualismo (HODDER, 1988).

Cabe ressaltar que dar atenção a outros tipos de sítios não significa dizer que os estudos sejam suficientes. Um exemplo é apresentado por Symanski (2007) ao comparar a arqueologia da escravidão no Brasil com a historiografia sobre o mesmo tema, mostrando que há uma discrepância em termos de produção sobre o assunto. Enquanto na historiografia a produção tem se tornado crescente, na arqueologia esse tema tem sido pouco estudado. Tal

situação não se explica de forma alguma pela inexistência dos restos materiais desse grupo social, mas, sobretudo na habilidade de diagnosticar as evidências a eles ligadas.

A habilidade a que ele se refere correlaciona-se com a visibilidade, que é um termo usado na arqueologia para designar “uma classificação hierárquica na qual os sítios são categorizados de acordo com a densidade e o grau de preservação dos vestígios materiais neles presentes como sendo alta, média ou de baixa visibilidade” (SYMANSKI, 2007, p. 216).

Cada categoria dessas faz variar as chances dos sítios e artefatos neles depositados serem descobertos. Faz-se necessário ainda se desviar de ideias errôneas como correlacionar categoria material com categoria social, aprendendo a identificar por meio da cultura material uma determinada unidade sociocultural, partindo sempre do pressuposto de que a principal variável a ser considerada é o contexto. O contexto refere-se “à localização exata do artefato, em termos verticais e horizontais, em um sítio arqueológico” (ORSER JR., 1992, p. 32).

Trazendo o exposto para os cemitérios atuais se percebe que os estudos ainda são poucos. Dentre os poucos trabalhos conduzidos por essa área do conhecimento está a dissertação de Reinaldo Tavares (2012) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional. O trabalho intitula-se “Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial”.

Trata-se de uma pesquisa arqueológica histórica que teve como objetivo delimitar a dimensão espacial do antigo cemitério dos Pretos Novos, para fins de proteção legal. Segundo o autor, a necrópole era utilizada pelo antigo mercado de escravos do Valongo e recolhia os corpos dos cativos que faleciam ao chegar, durante o período de quarentena no lazareto (edifício para quarentena de pessoas suspeitas de contágio), ou de exposição no mercado. Os recém-chegados só tinham dois caminhos: se mortos, eram enterrados à flor da terra; se vivos, passariam a ser propriedade de algum senhor, passariam a ser negros novos.

A necrópole foi abandonada em 1830, e posteriormente desapareceu, uma vez que foram construídas pequenas casas sobre seu terreno, depois outras maiores e depois outras construções. Enfim, com a especulação imobiliária, o que restou do cemitério ficou no subsolo, invisível em nível de superfície, caracterizando-o como um sítio de baixa visibilidade.

Utilizando-se das cartografias da época, de relatos de cronistas, de documentos oficiais, o autor procurou delimitar o espaço do cemitério através de sondagens internas (no interior de residências) e sondagens externas (em vias públicas). Os resultados apontaram que ali havia três tipos de ocupação: sítio de contato entre indígenas e europeus; sítio histórico

(louças, faianças inglesas e portuguesas, vidro, ossos de animais, sobretudo bovinos, e material relacionado ao cemitério, como ossos humanos, alguns cremados, carbonizados, outros mais longos, e também miçangas brancas e contas de vidro); e um sambaqui (TAVARES, 2012).

Também foi coletado muito lixo, evidência de que, mesmo durante o período de uso do cemitério, o mesmo não recebia somente cadáveres, mas ainda o que não mais servia à sociedade. O que se percebe durante a leitura de seu trabalho é que ora as palavras e as coisas se mostram de forma harmoniosa, ora de forma conflituosa, e que por isso mesmo ajuda na construção daquele passado. Depreende-se, portanto que as fontes ora se complementam ora se contradizem.

Contudo, esse panorama das pesquisas realizadas no Brasil sobre os estudos cemiteriais tem mostrado sua concentração na parte sul e sudeste e apresentado uma produção a partir de uma diversidade de campos de conhecimentos na qual a Arqueologia histórica ainda é tímida. Grande parte dos nomes citados, como Maria Elizia Borges, Clarissa Grassi, Elisiana Trilha Castro e Harry Rodrigues Bellomo, tem contribuído através da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fundada em 2004, na divulgação de trabalhos sob múltiplos aspectos (arte tumular, fotografias cemiteriais, cemitérios como potenciais turísticos e outros).

2.3 Arqueologia das práticas mortuárias

A arqueologia das práticas funerárias é apenas mais uma das ramificações da Arqueologia Histórica. Conforme Marily Simões Ribeiro (2007) é uma linha de pesquisa que visa, através da interdisciplinaridade, a preencher lacunas existentes entre Arqueologia e História. Trata-se de uma via de estudo adotada para analisar e interpretar dados mortuários, informações encontradas no contexto arqueológico que remontam às práticas mortuárias.

A materialidade da morte tem importância na constituição da memória social dos que já se foram. Ela estabelece o que deve ou não ser lembrado; tem sempre carga simbólica. Pode-se falar numa morte biológica sem ter uma morte social, entendida como uma perda de recordação. O não abandono dos mortos implica sua sobrevivência.

Em outros países essa linha de pesquisa recebe outras denominações. É o caso da Inglaterra e Estados Unidos, onde se consagrou a expressão arqueologia da morte. Na França, tornou-se usual a expressão Arqueologia de cemitérios, funerária e ainda ideologia funerária. Ribeiro (2007) discorda do uso de quase todos esses termos, sendo mais tolerante com a forma arqueologia funerária. Segundo a autora, não se estuda a morte em si, mas os

remanescentes das práticas que a envolvem, o funeral, os restos materiais dos atos que foram praticados no destino escolhido para o corpo, os vestígios das opções da sociedade e da família do morto para sua memória e a simbologia que deu lógica as práticas mortuárias. Portanto optou-se pela expressão arqueologia das práticas mortuárias por considerá-la mais abrangente.

O estudo da representação da morte e tudo mais que esteja atrelado ao tema durante muito tempo ficou relegado a um segundo plano no campo historiográfico, vindo a conquistar espaço no século passado quando Marc Bloch e Lucien Febvre articularam a revista dos *Annales* da qual surge a *Escola dos Annales*, em 1929, na França. A proposta inicial do periódico era mudar a visão positivista de um modelo de História, dominante no final do século XIX e início do XX, baseada nos fatos, com a finalidade de aprofundar a compreensão das civilizações com a ajuda de análises interdisciplinares. Assim, abriu um leque de novos tipos de fontes de pesquisa que aproximaram a História das demais ciências sociais. Em especial, seu estudo ganhou força na década de 70 do mesmo século com a Nova História Cultural (NHC).

Para Pesavento (2008), a NHC proporcionou a multiplicação do universo temático e os objetos, bem como a utilização de novas fontes, o que não implica dizer que os tipos de fontes anteriormente conhecidas tenham perdido importância, mas apenas passaram a ser vistos com olhares e questionamentos diferentes. “A Nova História preconiza que os documentos históricos são quaisquer vestígios deixados pelo homem, não só os escritos” (BORGES, 2002a, p. 24).

Tendo em vista essa nova corrente historiográfica, questões antes consideradas secundárias passaram a ocupar um primeiro plano. Com ela o historiador passou a estudar o amor, a dança, a alimentação, a morte e outros. O campo da história tornou-se amplo e diversificado, abrindo possibilidades para a reflexão e produção de trabalhos nessa perspectiva no âmbito acadêmico.

Carvalho (2014) aponta uma aproximação entre a Arqueologia e a Historiografia francesa especialmente a partir da valorização da história das mentalidades, na qual se concebe o mundo a partir do contexto temporal de curta, média e longa duração. Essa aproximação veio a contribuir para alargar as possibilidades do fazer arqueológico. Na Arqueologia, a discussão sobre morte foi reconhecida e ganhou expressividade a partir da década de 70 e 80 do século XX.

Howard Williams, por Costa (2012, p. 106) citado, aponta que a Arqueologia da morte é tão antiga quanto a própria arqueologia, porém no século XIX e início do XX era um tema

ignorado na própria arqueologia quando esta não se preocupava com o “passado do passado”. Esse cenário foi alterado somente pelas abordagens do espelho etnográfico e comparação cultural na década de 1970, em que a morte e seu tratamento eram vistos como um reflexo das regras culturais que aqueles indivíduos praticavam em vida (os mortos falam aos vivos), ou pós-processualista da “máscara” social e leitura contextual da década de 1980, que aborda uma leitura atual e relevante sobre as práticas mortuárias nas sociedades modernas (os vivos simbolizam-se nos mortos). A Arqueologia das décadas de 80 e 90 do século XX “busca romper com a procura de leis que expliquem o comportamento dos grupos, tentando compreender cada sociedade em suas especificidades e não como cumpridoras de padrões previstos em leis gerais” (RIBEIRO, 2007, p. 90).

No Brasil, o desenvolvimento das correntes teóricas e metodológicas do estudo arqueológico das práticas mortuárias ocorre de forma relativamente lenta. Como já demonstrado, o estudo do tema tem sido realizado principalmente no âmbito das ciências sociais.

A seguir, partindo do contexto nacional, procura-se mostrar como se deu o processo de implantação dos cemitérios no Piauí, apresentando as particularidades das suas tradições fúnebres com ênfase no município de Campo Maior. Portanto, o terceiro capítulo se inicia com a formação histórica da cidade e concomitantemente se procura construir o caminho até o cemitério Santo Antônio.

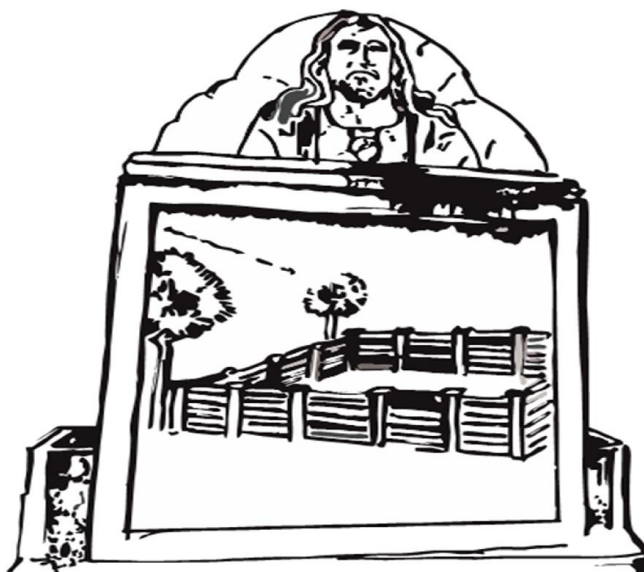
3 “PRINCESA DAS CAMPINAS”: ORIGEM E PRÁTICAS MORTUÁRIAS

Ouve-se com frequência o seguinte comentário: “O país tem mania de realeza”. Sua afirmação é perceptível nas telenovelas (Rei do gado e rainha da sucata), no campo musical (rei Roberto Carlos e o rei do Baião, Luiz Gonzaga, também conhecido como rei Lua), no futebol (com o rei Pelé) e ainda a apresentadora Xuxa, consagrada rainha dos baixinhos. No entanto essa mania de realeza não para por aí. Na pesquisa bibliográfica feita para a produção desta pesquisa constatou-se que a mania alcançou o nome de cidades ou de locais específicos dela. É o caso da Princesa Dona Francisca, atual Joinville (CASTRO, 2008); Rainha da fronteira, hoje Bagé (NOGUEIRA, 2013); Princesa dos Campos, chamada Ponta Grossa no presente (CARNEIRO, 2012); e Princesinha do mar, referindo-se a Copacabana (VELHO, 2007).

No Piauí, a cidade de Floriano é conhecida como a Princesa do Sul e Campo Maior mais conhecida como a Terra dos Carnaubais, mas, sem fugir à tradição de realeza, também recebeu a alcunha de Princesa das Campinas. A expressão é atribuída ao campomaiorense Octacílio Eulálio, que entre seus ofícios estava o de ser poeta, e pode soar um tanto quanto estranha aos leitores tão acostumados com a já consagrada “Terra dos Carnaubais”. Possivelmente agora já devem saber que ambas se referem ao mesmo município, diferindo apenas na frequência com que esses termos são usados.

Enquanto o termo princesa faz alusão à realeza, a segunda parte da expressão, ou seja, “campinas” se refere à extensão de seus campos que foi um atrativo para a instalação de fazendas e da criação de gado, atividade que movimentou a economia do Estado do Piauí até a segunda metade do século XIX. Foi observando a potencialidade da terra para a pecuária que diversos homens decidiram erguer seus currais. Um desses homens foi Clemente Pires Ferreira, que inclusive levou à cabeceira de seu túmulo no cemitério Santo Antônio a representação de um curral (Figura 2). Trata-se de uma sepultura coletiva; pois nela também estão os restos mortais de Lina Carolina Pires Ferreira, provavelmente sua esposa.

Figura 2 – Desenho da cabeceira do túmulo de Clemente Pires



Fonte: Ilustração de Mauro Rodrigues (2015).

Além da presença do curral se observa na imagem a presença de duas carnaúbas que ganharam destaque na economia do Estado na primeira metade do século XX. Aumentando o tamanho de exibição da fotografia, é possível perceber ainda gramíneas em movimento como se estivessem sob a ação do vento. Logo acima do curral e das carnaúbas está Jesus, com seu sagrado coração. A construção tumular foi feita de mármore branco, o que evidencia o poder aquisitivo de Clemente, riqueza muito provavelmente adquirida da pecuária e do extrativismo, como sugere a ilustração.

O município de Campo Maior localiza-se no norte do Piauí a 04° 49' 40" de latitude e 42° 10' 07" de longitude, ocupando uma área de 1.699,383 km², tendo como limite ao Norte: Cabeceiras do Piauí, Nossa senhora de Nazaré, Cocal de Telha; ao Sul: Alto Longá, Coivaras, Novo Santo Antônio; a Leste: Cocal de Telha, Jatobá do Piauí e Sigefredo Pacheco; a Oeste: José de Freitas, Altos e Coivaras.

No início do século XIX, conforme Marcus Paixão (2015, p.152) “uma vastidão de terra formava a macro região de Campo Maior”. O território compreendia os atuais municípios de Nossa Senhora de Nazaré, Sigefredo Pacheco, Boqueirão do Piauí, União, José de Freitas, Miguel Alves, Lagoa Alegre, Campo Largo do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, Esperantina, Madeiro, Joca Marques, Matias Olímpio, São José do Arraial, Luzilândia, Barras, Nazária, Monsehor Gil, Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Pau d’arco do Piauí, Coivaras, Beneditinos, Altos, Novo Santo Antônio, Alto Longá e

Teresina. De 1804 a 1987, período em que está circunscrita a pesquisa ocorre três desmembramentos. O primeiro é a criação de Teresina, capital da província em 1832; o segundo é a criação de Barras, em 1842, seguida da criação de União em 1853. Até 1978, ainda faziam parte de Campo Maior, Boqueirão do Piauí e Sigefredo Pacheco (ambos em 1989) e Nossa Senhora de Nazaré (1994).

Figura 3 – Localização de Campo Maior no mapa do Piauí



Fonte: Cristovane Rodrigues da Silva (2011).

Campo Maior é uma cidade histórica fundada quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Vários atrativos estão incrustados em sua paisagem. Na verdade, poucos permaneceram intactos pelas transformações exigidas pelas investidas sociais que surgiram, e outros elementos desapareceram por completo em virtude da ação das intempéries, seus materiais construtivos pereceram. E, com muita sorte, são encontrados registros em documentos para que se possa ter conhecimento de sua existência, de algumas particularidades próprias da história da cidade, a exemplo do Pelourinho¹⁶ e da Fazenda

¹⁶ Monumento em forma de pilastra ou coluna construído de pedra e argamassa. Segundo Melo (1983). Eram colunas erigidas nas vilas e cidades como um símbolo de autonomia, onde os criminosos eram punidos e expostos. Em Campo Maior, ele existiu até 1844 e, quando já estava bastante deteriorado, foi demolido. Para Paixão (2015, p.167) “o pelourinho era um símbolo humilhante da escravidão e do absoluto poder do homem branco”.

Tombador¹⁷. Esta última foi cantada em verso por Elmar Carvalho (2012, p. 37): “Quando literalmente tombaram a Fazenda Tombador, nenhuma voz se levantou, nem mesmo a voz de alguém, que clamasse no deserto, clamou. E a Fazenda Tombador literalmente tombou”.

Em Campo Maior há casas de feições (fachadas) coloniais que se localizam no centro histórico: a Catedral de Santo Antônio, um majestoso e grande templo que um dia foi uma simples capela de palha erguida pela comunidade em torno de Bitorocara, sob orientação dos missionários da Ibiapaba que por aqui estiveram em 1697 e com os recursos financeiros de Bernardo de Carvalho. A atual construção da catedral de Santo Antônio corresponde ao terceiro templo, construído na segunda metade do século XX, sob a direção do Monsenhor Mateus Cortês Rufino. (PAIXÃO, 2015).

Na cidade, existem também o Santuário de Nossa Senhora do Rosário (Igreja dos negros), o Monumento Heróis do Jenipapo, erigido em homenagem a um momento importante no processo da independência do Brasil, e o Cemitério do Batalhão, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938 e que, em 2013, integrou uma série especial de selos (Cemitérios Brasileiros - Patrimônio Cultural) lançados pelos Correios, além de fazendas históricas, como Abelheiras¹⁸, registro da passagem da Casa da Torre, e a Fazenda Foge Homem, entre outros aspectos que embora, sob forma invisível, também componha tal paisagem, como é exemplo a religiosidade do povo que aí vive.

Para Borges (2002, p. 19), a maioria das cidades brasileiras do século XIX passou por um ciclo evolutivo comum: “vieram os índios... a primeira capela... a freguesia... a vila... o primeiro cemitério público da paróquia”. Esse ciclo também pode ser atribuído a Campo Maior. Os primeiros ocupantes do território que posteriormente seria concebido como Piauí foram indiscutivelmente os índios, mas dentro da aferição do momento a qual está circunscrita a presente pesquisa, a colonização e povoamento dessa parte do território piauiense devem ser compreendidos dentro do contexto da colonização Portuguesa.

O Brasil, a ainda colônia da América Portuguesa, em seu período colonial, era essencialmente rural, baseava-se numa economia centrada na produção de cana de açúcar e a agricultura e a pecuária eram práticas de subsistência, ou seja, voltadas apenas às necessidades da vida nos engenhos e também ao abastecimento urbano da região.

¹⁷ Local em que, depois da Batalha do Jenipapo, o major português João José da Cunha Fidié e suas tropas acamparam. Distava 3 km do centro da Vila de Campo Maior.

¹⁸ No passado, foi uma sesmaria da família Garcia D'Ávila. Ainda se encontra em pleno funcionamento e conserva em seu território marcas da escravidão e da labuta com o gado. Conforme Carvalho (2014, p. 52), ela pertence ao Dr. Anfrísio Lobão e encontra-se dividida em outras tantas fazendas que foram se formando à medida que o patrimônio foi sendo repartido entre novos herdeiros, que nenhum parentesco possuem com os herdeiros da Casa da Torre.

Segundo Brandão (1995) a inserção do Piauí no contexto colonial brasileiro ocorreu na segunda metade do século XVII motivada por uma série de fatores, entre os quais o crescimento da agromanufatura açucareira que demandou a ampliação da área de cultivo, a intensificação do seu aspecto de monocultura e a interiorização das atividades de subsistência. Outro fator foi a preferência pela mão de obra escrava e, portanto, a impossibilidade de os engenhos absorverem mão de obra livre, e a expulsão dos holandeses que gerou uma crise açucareira, uma vez que eles eram uma peça fundamental do sistema econômico vigente. Com sua saída, era necessário ampliar os canaviais e ampliar a produção.

Foi nesse contexto que se deu a “descoberta do Piauí”, por volta de 1674, através da busca de novas terras onde se pudesse criar o gado e praticar atividades de subsistência sem comprometer a economia açucareira.

A conquista e povoamento do Piauí e de outras zonas áridas do Nordeste foi motivada, sobretudo pela expansão da economia açucareira, dependente do gado bovino e cavalari não só como elemento básico da população livre e escrava, mas, sobretudo como transporte e força motriz dos engenhos de açúcar (MOTT, 2010, p. 91).

Vale ressaltar que o povoamento do Piauí não foi concomitante a sua “descoberta”, assim como ocorreu no Brasil colonial. E, como coloca Luiz Mott (2010), foram as fazendas de gado as sementes da ocupação do solo e do processo de colonização do território. Foram elas as responsáveis pela disseminação dos colonizadores ao longo dos sertões.

Padre Cláudio Melo (1983) está entre os autores que escreveram os primeiros momentos da história de Campo Maior, com a obra “Os primórdios de nossa história”. Nela o autor, teve que convencer a si mesmo e a outros consagrados, como Odilon Nunes e João Gabriel Baptista, sobre a gênese do município e de seus primeiros proprietários. No que se refere ao “descobrimento”, ele discorda de que o norte do território do Piauí tenha ocupação mais recente do que a do centro-sul, defendendo que os desbravadores do São Francisco não foram os primeiros a palmilharem o Vale do Longá (Campo Maior). Ao aqui chegarem, já havia grupos vindos do Maranhão. E, quando finalmente chegaram, o interesse e atenção não era o mesmo que tinham pelo Sul. Na parte sul, o processo de ocupação foi a meta, enquanto que no Norte chegaram como guerreiros na caça ao índio. É fato que alguns voltaram com o intuito de fixarem-se (MELO 1983). Quanto à origem, essa cidade não foge à regra das fazendas e de seus currais de gado, nem ao descompasso entre descobrimento e povoação. Contrariando autores como Pereira Costa (1974), Melo (1983) atribui ao português Bernardo de Carvalho e Aguiar a fundação da Freguesia de Santo Antônio do Surubim, com

povoamento iniciado no século XVII, a partir do estabelecimento de uma fazenda denominada Bitorocara, na confluência do Rio Surubim com o Rio Longá. Afinal, localizar-se próximo aos rios era uma das características da ocupação, assim como dispor de grandes glebas de terra para a criação do gado que era feita de forma extensiva.

Carvalho (2012) considera que Bernardo de Carvalho e Aguiar seja o proprietário da Fazenda que deu origem à cidade de Campo Maior. Ele era natural de Portugal, precisamente da localidade “Vila Pouca de Aguiar”, e foi o fundador não somente de Campo Maior, mas ainda de São Miguel do Tapuio (PI), São Bernardo (MA) e idealizador de Caxias (MA). Era um homem rico e de prestígio que se casou com Mariana da Silva, com a qual teve dois filhos, Antônia e Miguel de Carvalho e Aguiar, o último considerado fundador do município de Barras (PI). Bernardo morreu pobre, cercado de uns poucos escravos e índios que lhe tinham apreço.

Para Melo (1983, p. 167), “Campo Maior é a única entre as primeiras povoações do Piauí, cuja origem urbana é desconhecida. Foi a segunda freguesia do Piauí, mas a data de sua criação é ignorada, bem como o nome de seus primeiros vigários”. Em 1713, ela já era conhecida como freguesia, embora sua instalação só ocorresse em 1715. Atendia por Freguesia de Santo Antônio do Surubim, assim denominada para se distinguir da Freguesia de Santo Antônio do Gurgueia (Jeromenha). Ela também foi conhecida como Freguesia do Longá, em virtude do rio que banha sua sede, e por último recebeu o nome de Campo Maior.

Logo cedo, em meados de 1750, o Surubim começou a atrair mais gente às suas margens do que o rio Longá, que é muito mais volumoso, mais extenso e importante. Ainda no século XVIII constata-se que havia mais fazendas e sítios nas margens do Surubim do que nas margens do rio Longá. Tenho certeza que o principal fenômeno de atração do Surubim era o religioso, a igreja de Santo Antonio, sede da Freguesia. Aliás, ressalto que a própria igreja foi influenciada pelo rio, lembrada com o nome dele, e não apenas por Santo Antonio, visto que a igreja era sede da Freguesia de Santo Antonio “do Surubim”. A documentação jurídica mais antiga de Campo Maior repetidamente descreve a vila como “Vila de Santo Antonio do Surubim”. O rio influenciou não só a igreja, também o próprio povoamento. Seu nome indígena, significando “pintado”, ficou marcado no batismo da igreja, da Freguesia e da Vila, todos carregando o sobrenome Surubim (PAIXÃO, 2015, s/p).

Os rios eram utilizados como referências e passavam a integrar o próprio nome e identificação das igrejas, freguesias e vilas. A Freguesia de Santo Antônio do Surubim foi instalada como vila em 8 de agosto de 1762 na presença de João Pereira Caldas, o primeiro governador da capitania do Piauí, que escolheu o nome da cidade que se conserva até hoje. Segundo Mascarenhas (2012), a escolha refere-se aos extensos campos de carnaubais, daí a

sua alcunha de Terra dos Carnaubais. Reginaldo Lima (1995) acredita que o nome é uma homenagem a uma cidade portuguesa de mesmo nome.

Para alguns, o topônimo de Campo Maior originou-se em virtude dos seus belos campos e campinas com opulentos carnaubais. Entretanto, o nome Campo Maior, o que é mais provável, origina-se da “Praça de Guerra” fortificada chamada Campo Maior e sede do condado Portalegre, Portugal, com termo foral concedido por D. Manuel I em 1512. Com terras férteis e próprias para a criação de gado, banhada pelo rio Tejo na separação do direito de Castelo Branco, na fronteira da Espanha, Campo Maior, vila e sede do conselho de Portalegre, possivelmente assemelhava-se à Campo Maior do Piauí (Bitorocara) [...] (LIMA, 1995, p. 72).

A designação Campo Maior, a “Princesa das Campinas”, não é uma exceção em relação às outras seis vilas criadas. Era determinação da coroa que todas elas recebessem o nome de cidades portuguesas. Há uma exceção quanto à estruturação urbana, comparada às demais freguesias: a de Santo Antônio do Surubim apresentava melhores condições que efetivamente lhe proporcionava elevá-la à condição de vila, como se pode perceber nesse relato:

Por época da criação da Vila em 1762 o surubim já tinha uma estruturação urbana das mais atraentes de todo o Piauí. Duas praças em frente e atrás da matriz, quadro completo de moradias junto às duas praças, uma pequena quadra de casas, chamada rua dos negros na baixa que fica à direita da matriz e um esboço de rua da praça do pelourinho em direção ao Rio Surubim. Possivelmente também havia algumas casas de negros do lado esquerdo da matriz no largo onde depois se construiu a Igreja do Rosário (Igreja dos negros), um cemitério junto ao cruzeiro da matriz e outro junto à Igreja do Rosário (MELO 1983, p. 100).

Percebe-se que o autor menciona as edificações que compõem a estrutura urbana de Campo Maior e que nela há uma estratificação social no que diz respeito à localização das moradias dos negros, que se situavam para além das imediações das duas praças junto à matriz. Observa-se também que nela aparecem dois cemitérios, possivelmente outros cemitérios que não o de Santo Antônio e que talvez estejam hoje cobertos pelas casas e pela praça. Um croqui que contém a distribuição das mesmas edificações completa esses dados (Figura 4).

Figura 4 – Distribuição dos edifícios na Vila de Campo Maior

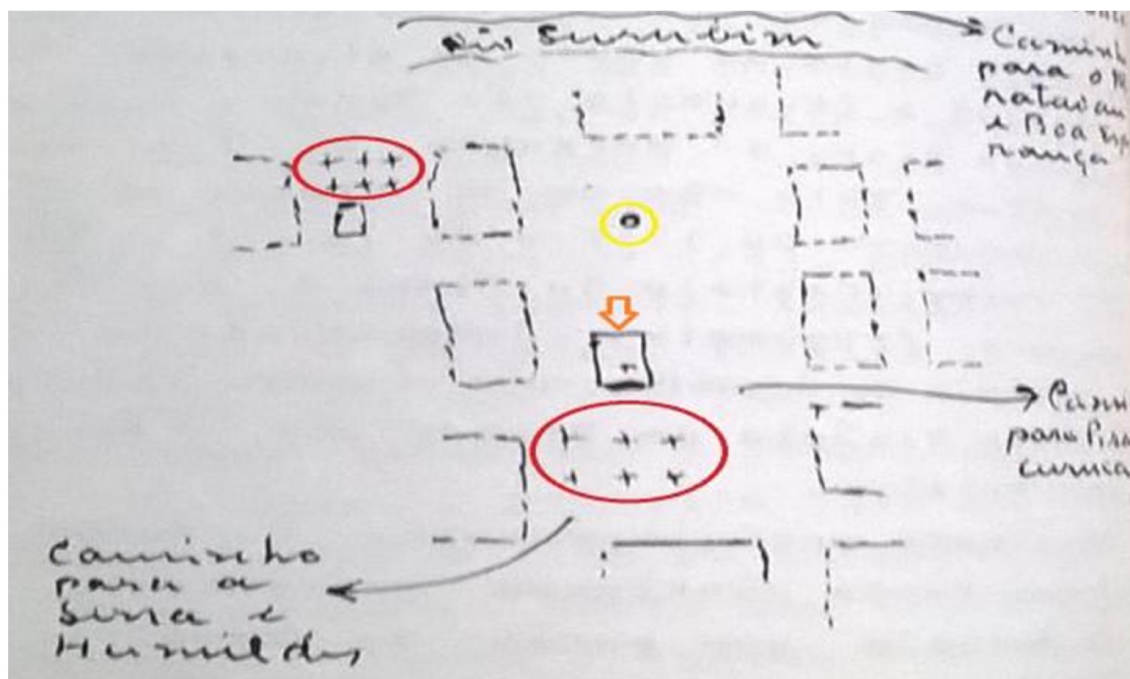


Foto: Melo (1983), com adaptações de Jéssica Gadelha.

Infelizmente o autor não refere a qual edificação corresponde cada uma delas. Ele prefere dar ênfase às direções que conduziam para outras freguesias da mesma província, como por exemplo, ao Marataoã (Barras), Boa Esperança (José de Freitas) e outras localidades na cidade, como a Serra, conhecida como Serra Azul ou Serra de Santo Antônio. A ausência de orientação no croqui também dificulta a leitura da imagem, no entanto lá está o Rio Surubim, este que guiou a tantos no passado e aqui também é o guia.

Supõe-se que as cruzes, circuladoas em vermelho, sejam os cemitérios, o círculo em amarelo o pelourinho e a seta indica a matriz de Santo Antônio do Surubim¹⁹, uma vez que nela há uma cruz. Explicitamente ele diz que um dos cemitérios está junto à Igreja do Rosário, o outro está junto ao cruzeiro da matriz e que ambos estão do lado esquerdo, tendo como ponto de referência a matriz. A impressão que se tem ao visualizar a imagem é a de que um dos cemitérios citados por Melo (1983) está localizado atrás da matriz.

Enfim, o que se sabe da gênese da cidade é que ela foi iniciada em torno da igreja matriz de Santo Antônio. Marcus Paixão (2015) comenta que os núcleos bem estabelecidos só ocorreram quando a igreja de Santo Antônio foi edificada. A renda econômica investida na cidade provinha da criação de gado, que atendia também a outros mercados como o da Bahia (feira Capoeira) e de Pernambuco. Com a concorrência da carne charqueada rio-grandense,

¹⁹ Significando templo-sede da freguesia.

houve o declínio dessa atividade econômica levando-a a dividir espaço com outros tipos de atividades como o extrativismo vegetal, sobretudo da carnaúba²⁰, e posteriormente o comércio, atividade hoje predominante. Na obra “Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo” de autoria de Teresinha Queiroz (2006) é possível visualizar como se deu a transição pecuária e extrativismo. De acordo com a autora, a segunda metade do século XIX da economia do estado é marcada pela associação entre pecuária e economia agrícola de subsistência, com brecha para a produção e exportação de gêneros como o algodão. A primeira metade do século XX pode ser definida como de dominação do extrativismo vegetal ainda em associação com a agricultura de subsistência.

Segundo Queiroz (2006) o comércio de gado foi responsável pela dinâmica da economia até a década de 1870 incitada de forma direta e indireta respectivamente por condições relativamente prósperas da economia nacional nos meados do século e pelo bom desempenho da economia no mercado regional. Vale ressaltar que, apesar do processo de ocupação poder ser explicado fundamentalmente pelo avanço da pecuária, “esta atividade foi mais concentrada em algumas sub-regiões, onde de fato foi o elemento definidor das características da economia e da sociedade” (QUEIROZ, 2006, p. 21). Ou seja, a pecuária não teve o mesmo papel significativo para todas as províncias. Em Campo Maior, Paixão (2015) referindo-se a pecuária comenta que houve um fenômeno do gado. “A terra era convidativa e os rebanhos se multiplicavam. Até hoje, passados três séculos, existe a fama de Campo Maior como a terra da carne de sol, isso remonta a tradição de muito gado da região” (PAIXÃO, 2015, p.156).

De vila ela é elevada à condição de cidade somente em 28 de dezembro de 1889. Tendo como referência a época em que ela é elevada a vila, são mais de 250 anos de existência, com diversidade de histórias que podem ser contadas a partir de seus diferentes aspectos, de diferentes elementos que integram a sua paisagem. Entre esses se optou por falar sobre seu patrimônio edificado, particularmente o cemitério Santo Antônio.

Silva Filho (2007), em sua obra “Carnaúba, Pedra e Barro”, diz que esse cemitério é uma das edificações mais importantes na implantação de Campo Maior, juntamente com a Igreja Santo Antônio (matriz), a câmara, a cadeia, a Igreja do Rosário e o mercado. Portanto, partiu-se do pressuposto de que ele se constitui uma fonte a mais para contar a história da

²⁰ Seu nome científico é *Copernicia prunifera*, popularmente conhecida como árvore da vida, pois dela tudo se aproveita, oferecendo muitas utilidades ao homem. Seus frutos são ricos em nutrientes para a ração animal, o tronco é uma madeira de qualidade para construções, as palhas para a produção artesanal, adubação do solo e extração da cera usada na composição de remédio, cosmético, produção alimentícia e outros.

cidade, e que o seu estudo a partir do viés arqueológico auxilia na preservação desta fonte histórica.

Figura 5 – Planta da vila de Campo Maior



Fonte: Silva Filho (2007), com adaptações de Jessica Gadelha (2014).

Dentre as edificações citadas se destaca a cadeia, a qual passou por uma ressignificação de uso, atualmente sediando a escola pública da rede municipal Mariema Paz. O lugar que abrigara o antigo mercado cedeu espaço para a construção da sede administrativa da prefeitura. Considerando a importância do cemitério na constituição da cidade, torna-se uma referência na busca de múltiplas histórias que repousam acima dos “sete palmos” e que trazem à tona aspectos importantes para compreender como era a sociedade campomaioiense.

Como já dito anteriormente foram utilizadas como fonte de pesquisa a cultura material, os Livros de Tombo da Freguesia de Campo Maior, os livros de registro de óbito onde são feitos os assentos das pessoas que faleciam na freguesia, tendo sido encontrado um livro exclusivo para o registro de óbitos dos filhos da mulher escrava, entre os anos de 1873 a 1883, livros de batismo e os registros de casamento. Todos estão arquivados na secretaria paroquial do município.

Vale ressaltar que nas auscultas da pesquisa não se recorreu a um paleográfico²¹ para o trabalho de leitura e transcrição dos documentos e, nas ocasiões em que não se conseguiu

²¹ Pessoa que possui conhecimento dos escritos antigos e da arte de decifrá-los.

decifrar a caligrafia ali contida, fez-se a representação das ausências pelo indicativo de supressão contido na ABNT, as reticências colocadas entre colchetes: “[...]”.

No que se refere ao livro de óbito dos filhos da mulher escrava constataram-se alguns aspectos que merecem ser evidenciados. O termo de abertura do livro data de 1842. Dessa data para o primeiro registro de óbito transcorreram-se 31 anos, e do primeiro para o último se passaram mais 10 anos. Cada termo menciona o proprietário das mães das crianças. No total, o livro possui 50 registros de óbito, entre os quais 49 são descritos como filhos naturais e 1 como filho ilegítimo. Um desses 50 menciona ainda que a cor da pele era parda.

No ano de 1883, o cemitério aparece mencionado como cemitério provisório da Irmandade de Santo Antônio. Também data desse ano a menção à causa da morte em pelo menos 4 (quatro) registros onde estão citadas as doenças que levaram tais crianças à sepultura. De forma unânime, essa doença era conhecida como “as bexigas”, nome popular como era, à época, conhecida a varíola.

O livro termina com várias páginas em branco, demonstrando uma interrupção abrupta nos lançamentos. Diante dessas observações, alguns questionamentos surgiram. Por que o cemitério no ano de 1883 é mencionado como provisório? Seria isso já uma evidência de sua superlotação? Ou seria algo relacionado à sua localização? Se o cemitério começou a funcionar, conforme se supõe a partir da cultura material, em 1804, no ano de 1883 (época em que é citado como provisório), ele já contava com 79 anos de atividade. No entanto, funcionou até 1978 (data do último sepultamento). Portanto, de 1883 até 1978 foram 95 anos de uso estendido.

Se em 1883 ele já estivesse lotado, como se pressupõe, como teria funcionado por mais 95 anos? Essa demora pode estar associada a alguma resistência da população? Ou na demora da escolha de um novo endereço para os mortos? Infelizmente nem todas as questões e problemáticas que surgiram ao longo do percurso puderam ser respondidas. Diante das circunstâncias adversas de tempo e da necessidade de consultar outras fontes, elas permanecem em aberto provocando os pesquisadores interessados à continuidade da pesquisa.

3.1 Mudança de endereço dos mortos

Cemitério, necrópole (termo já existente mesmo antes do advento do Cristianismo, significando, no grego, cidade dos mortos), campo santo e as formas eufemizadas “última morada”, “cidade dos pés-juntos” e “habitat póstumo” são várias as expressões utilizadas para se referir ao local onde são inumados os corpos sem vida material. A palavra cemitério vem do grego *Koimetérion* e do latim *Coemiteriu*, que significam lugar de dormir, lugar de repouso, ou dormitório (CASTRO, 2008).

A origem dos cemitérios extramuros²² (privados ou públicos) é um tema que tem sido investigado pela historiografia. Apesar de haver ordens expressas de D. João VI proibindo o enterramento em igrejas desde 1801, em Portugal e em suas colônias da América portuguesa, no Brasil eles só são implantados na segunda metade do século XIX por ocasião do deslocamento do território da morte, em geral atribuída ao redirecionamento de medidas urbanísticas, higienistas e sanitaristas, também conhecidas como a medicalização da morte, que começaram a ser implantadas em 1830 (REIS, 1991; RODRIGUES, 1997).

Até a implantação dos cemitérios, os enterramentos eram feitos em igrejas e em terrenos a elas contíguos, uma prática herdada do colonizador português já que este, além de colonizar o território, aculturou ideias. Desde o início da colonização, no século XVI, houve o predomínio do catolicismo tradicional, ou seja, leigo, social e familiar marcado por práticas religiosas como procissões com imagens, promessas a santos e inclusive com o local ideal para sepultamento que, até então, era a igreja, considerada a antessala terrestre do paraíso celestial.

Rodrigues (1997) comenta que a cultura funerária dos brasileiros no século XIX era marcada pela morte barroca, caracterizada como a simbiose entre sagrado e profano. Sua base era o esplendor. No cumprimento dos ritos funerários havia a preocupação com alguns itens como “os dobres do sino”, “o aparato da procissão do viático”, “o vestuário”, os cuidados com o caixão, a armação²³ da casa e da igreja e o local da sepultura. Portanto, como já comentado anteriormente, morrer repentinamente era algo trágico, porque impedia o moribundo de deliberar sobre o próprio cerimonial.

Vivos e mortos ocupavam o mesmo espaço; cemitério e igreja eram um só. É o que aponta Reis (1991, p. 14): “não havia separação radical, como hoje temos entre a vida e a

²² Entende-se por cemitérios extramuros aqueles que estão fora dos limites de uma povoação.

²³ “Armar a casa” significava decorá-la com os símbolos do luto. Na decoração, se usava muito pano cortinado, frisado armado com varas.

morte, entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e a dos mortos”. Muitos abriam mão de ter uma boa vida para ter uma boa morte. A título de exemplificação, alguns escravos que conseguiam juntar algum dinheiro, em vez de comprarem suas alforrias, investiam para ter uma boa morte, se associavam a irmandades na esperança de terem um funeral minimamente decente e uma recompensa além-túmulo. A propósito, o surgimento das diversas associações religiosas, divididas em confrarias, ordens terceiras e irmandades estão intimamente relacionadas com o tipo de catolicismo mencionado (REIS, 1991; NASCIMENTO, 2006).

Esse tipo de enterramento que aconteceu no Brasil oitocentista não foi um caso isolado do que acontecia nos países europeus e sim “o seu reflexo marcado pelo descompasso cronológico e pela condição de colônia da América portuguesa. À época de sua colonização, em 1530, os colonizadores trouxeram uma mentalidade religiosa ainda remanescente do período medieval” (MORAIS, 2014, p. 23). Entretanto, é bem provável que a forma de sepultar em igrejas e terrenos a elas integrados não tenha sequer existido em outras localidades, assim como é provável que em locais onde houvesse aquela forma de sepultar, quando da separação entre vivos e mortos, a aceitação tenha ocorrido de forma diferente.

Rodrigues (1997, p. 54) ao estudar as tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro, aponta que nessa parte do território a implantação dos cemitérios extramuros ocorreu em 1850 e pode ser atribuída ao saber médico, à imprensa e ao poder público. “Tais fatores caminharam paralelamente e estiveram interligados”.

No contexto do Rio de Janeiro, Lima (1994) afirma que os cemitérios extramuros foram implantados em 1850 por uma série de fatores. Um deles é o fato de que o local de sepultar até então conhecido, já superlotado, passou a ser considerado foco de epidemia que assolava a população carioca do século XIX, somado com a necessidade de dar ares modernos à cidade. Todos esses aspectos motivaram a separação dos vivos dos mortos, cada um deles passando a ocupar territórios específicos, e o cemitério se constituindo no que a autora chama de espaço disciplinar, com altura do muro definida de modo que não pudesse ser transposta, horário de entrada e saída, bem como profundidade e espaçamento entre as sepulturas.

O convívio entre vivos e mortos no Oitocentos, em Salvador (BA), também era comum, mas, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, a separação entre eles, em 1836, ocorreu diante da resistência da população culminando com o levante popular conhecido como Cemiterada, em que o campo santo fora quase totalmente depredado. Reis (1991) é o autor que aborda esse levante em sua obra “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”. Ele retrata a sociedade baiana do século XIX

mostrando como essa sociedade se relacionava com a morte e o morrer, em que vivos e mortos dividiam o mesmo espaço, e como essa vivência se constituiu como um entrave na aceitação da implantação de cemitérios extramuros em decorrência do processo de higienização e sanitização das cidades, que já estava ocorrendo desde o século XVII em alguns lugares da Europa.

Rodrigues (1997) analisa o motivo que levou a sociedade, as irmandades e ordens terceiras do Rio de Janeiro atenderem prontamente às recomendações de saúde pública, enquanto ocorreu o inverso em Salvador.

Em Salvador, diferentemente da Corte, tais acontecimentos ocorreram num período em que o discurso médico – normalizador das práticas funerárias – tivera pouco tempo para sua disseminação em ambas as cidades. A faculdade de Medicina fora criada em 1832. Deste período até o estabelecimento dos cemitérios públicos, passaram-se, em Salvador, quatro anos, e, na corte, 18 anos. Por outro lado, na cidade do Rio de Janeiro, a presença do poder imperial, numa época de consolidação e centralização políticas, constituiu-se, também, em motivo relevante para que as irmandades da Corte dessem cumprimento às determinações governamentais. Em Salvador, a presença do poder provincial, num momento de pouca estabilidade, como o período regencial, teria propiciado a eclosão de uma reação mais violenta por parte das irmandades e da população em geral, recusando-se a realizarem-se os sepultamentos no cemitério público. A proibição dos sepultamentos nas igrejas, em 1850, foi, portanto, visto pelas irmandades e ordens terceiras da Corte como um benefício para a saúde pública (RODRIGUES, 1997, p. 134).

Compreende-se, a partir do trecho acima, que o levante popular em Salvador é explicado pelo pouco tempo entre o período que o discurso médico é disseminado no tecido social até o período de implantação do cemitério público.

As formas de resistência contra a proibição dos enterros nas igrejas eram percebidas não só em levantes populares, mas também nos túmulos, que passaram a ser construídos nos cemitérios extramuros. Eram reproduzidos nesses espaços miniaturas de igrejas e capelas. No Rio de Janeiro, essas reproduções em miniaturas também eram percebidas, não como forma de resistência e sim como continuidade.

Segundo Borges (REVISTAINTER-LEGERE, 2013), em seus anos iniciais, os cemitérios extramuros eram administrados por entidades eclesiais que incentivavam o uso de imagens devocionais, *a posteori* por questões políticas, como a secularização que ocorreu em 1890. Dessa forma, era mais cômodo que os mesmos fossem geridos pelas respectivas prefeituras. Como exemplos de resistência estão os túmulos-capelas, anjos, o portão principal do cemitério, alegorias e outras simbologias que enchem esses espaços.

Os cemitérios passaram então a se localizar distantes dos centros urbanos, em locais que deveriam ser arejados, murados, com determinação de numeração, profundidade e

tamanho da sepultura. Em consequência do crescimento das cidades, eles acabaram ficando no perímetro urbano, passaram a ser um espaço dentro da cidade. Em algumas cidades brasileiras eles foram removidos para outros locais para atender ao processo de reurbanização. É o caso do cemitério público de Florianópolis, que teve a remoção iniciada em 1923 da cabeceira da Ponte Hercílio Luz para o lugar denominado Três Pontes, hoje bairro do Itacorubi, como se pode perceber no seguinte relato:

No início do século XIX, Florianópolis passava por diversas reformas urbanas, entre elas, novas redes de água encanada e de esgotos, novas casas, prédios e avenidas, nova iluminação elétrica, enfim lugares e espaços pensados para as necessidades de uma nova cidade. [...] O cemitério público da capital catarinense, instalado em 1841, no alto do morro na entrada da cidade e, portanto, a vista de todos os moradores e visitantes, foi um dos alvos das transformações urbanísticas. Para além de sua localização, o cemitério estava no caminho da ponte Hercílio Luz, obra considerada de grande importância para o desenvolvimento de Florianópolis, e deveria ser retirado para a construção da cabeceira da ponte e das ruas que dariam acesso à mesma (CASTRO, 2008, p. 10 e 13).

Em outras cidades, mesmo com seu crescimento e remodelagem, alguns cemitérios permaneceram nos locais em que inicialmente foram implantados. É o que Correa (1989, 1989, p. 76) considera como processo de inércia cuja área correspondente é a área cristalizada, ou seja, áreas que mantêm a “permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”. O processo de inércia preserva simultaneamente a forma e o conteúdo, principalmente devido aos quatro fatores fundamentais que o autor cita, mas dá ênfase somente ao último, destacando:

(a) Uma realocação poderia implicar custos elevados, os ganhos adicionais de nova localização não justificando os riscos de novos investimentos; (b) A criação de novos fatores de permanência através do aparecimento de economias de aglomeração, pela criação de unidades de produção e serviços situadas à montante ou à jusante da unidade em questão, garantindo vantagens outras que não aquelas existentes quando da implantação original; (c) Pela inexistência de conflitos com outros possíveis usuários do solo urbano em torno, ou pretendentes àquela porção do espaço, ou pelo fato de que outros usuários não detêm poder para forçar a remoção daquela unidade; (d) Pela força de sentimentos e simbolismos que atribui às formas espaciais e ao seu conteúdo (CORREA, 1989, p. 76).

Ele justifica sua ênfase no fato de remeter mais à esfera do bairro, do cotidiano e ao espaço residencial, onde há reprodução dos grupos sociais. Ainda chama a atenção ao se definir uma área cristalizada, o que para uns se configura inércia e para outros pode ser apenas uma mudança lenta, por isso Correa (1989) afirma que esse processo é o mais relativista que

os demais processos abordados (Centralização, Descentralização, Coesão e Segregação). E problematiza a “força de sentimentos” que mantém a preservação do uso da terra. São sentimentos compartilhados por todos ou sentimentos impostos pela classe dominante, difundidos e aceitos como de todos? Essa é uma pergunta interessante e que será retomada nos lugares próprios, nesta pesquisa.

Em outras localidades, onde os sepultamentos em igrejas e cemitérios integrados inexistiram, os cemitérios podem ter sido a regra geral para sepultar desde sempre, como afirma Jaqueline Sousa (2011) sobre os sepultamentos realizados no interior do Piauí. A autora, que estudou como a população de Cocal (PI) e seus arredores lidam com a morte, como tratam seus mortos e o lugar que esses ocupam, constatou que nessa parte do território brasileiro os sepultamentos nas igrejas parecem não ter sido uma prática comum. O rito da morte se encerra no cemitério, lugar que ela diz ter origem desconhecida, ser um mistério.

Há, no entanto, controvérsia no pensamento de Sousa (2011). Para Silva Filho (2007), os cemitérios antecedem ao surgimento das cidades, sendo comuns os sepultamentos nas estradas, nos cemitérios particulares e próximos à residência do morto. “Antes das primeiras taperas fixadas pelos sertanistas e curraleiros nos campos e tabuleiros do Piauí, possivelmente uma ou outra sepultura tenha antecedido às prefixações dos vaqueiros” (SILVA FILHO, 2007, p. 223).

O estudo de Matos (2009), embora objetive o estudo da estrutura do túmulo, também aborda as práticas mortuárias na cidade de São Raimundo Nonato. A autora reforça a afirmação de Silva Filho (2007) ao comentar que no sertão do Nordeste do Brasil as práticas mortuárias tenham características próprias. Matos (2009, p. 11-12) cita um relato de Paiva e Neiva do ano de 1916 e ressalta essas características dizendo:

Quando o numero de habitante é grande, controe-se então o cemitério; trata-se dum cercado de grossas estacas e que não possue porta; para se entrar, deslocam-se alguns páos; no centro, ergue-se dominando o recinto, grande cruzeiro de madeira. Cemiterios murados só nas grandes povoações; em algumas localidades piauienses e goianas, os enterramentos das melhores famílias locais são ainda realizados no interior das igrejas, como podemos verificar em Jiti, Parnaguá e Descoberto.

Percebe-se no relato que os sepultamentos em igrejas foram uma prática restrita às elites locais. Quanto às pessoas que não pertenciam a um segmento de prestígio, as alternativas para sepultar seus mortos, além das já citadas, era o quintal ou pátio da casa ou ainda à margem dos caminhos de muitas estradas.

No arquivo paroquial de Campo Maior foi encontrado um documento que dá suporte à ideia de Silva Filho (2007) e Matos (2009). Ele intitula-se “Sepultamentos nas estradas”. Dada a riqueza do mesmo, optou-se por transcrevê-lo na íntegra. Infelizmente o documento²⁴ não está datado, mas acredita-se que seja da mesma década da data do termo de abertura do Livro de Tombo no qual o registro se encontra. No referido documento, o bispo expressa o seu sentimento em relação aos sepultamentos da seguinte forma:

Assim sendo, a primeira vista de tristeza que vibrou em nosso coração de bispo, foi exibido à beira das estradas, semeados a esmo, por aqui, ali e acolá, sem nenhuma reverência, sepulturas de christãos, cujos cadáveres parecem ter sido inhumados, não por qualquer sentimento de piedade, tal é o abandono a que foram atirados, mas unicamente, para serem evitados os perigos da putrefação e nada mais.

A igreja, necessária irmãos a todos [...] em todos os tempos guardou para os mortos um respeito profundíssimo, se recomendando [...] adefctos que eles devem piedosas sepultura.

Bem sabemos que os nossos cooperadores tem, como nós, os seus corações dilacerados de dor por esse [...] para com os cadáveres daquelle que, tendo sido nossos irmãos pela fé e segurados espiritualmente pelo Santo Sacramento da igreja, jazem hoje abandonados ali pelos caminhos, sem amparo algum contra as [...]. Mas, amanhã, quando o anjo do senhor soar a trombeta chamando a vida os mortos, para comparecerem ao juízo final (João Cor. XV, 52) que dirão aos Paes os filhinhos, os Paes aos filhos, os maridos às mulheres, os amigos aos amigos, por havel-os assim abandonados, após a morte, quando na vida nos cercaram pelos mais puros affectos para a felicidade dos outros?!

E o que é mais ainda, fomos informados de que esses pobres defunctos, não so tem os seus corpos abandonados, mas também inteiramente abandonados as suas almas, que não recebem o [...] nem a encomendação feita pelo vigário, nem [...] sem obra alguma de piedade por parte dos parentes, como se fossem seres irracionais!

[...] desgraça, [...] por ser a nossa amada diocese do Piauhy [...], pode-se diser, exclusivamente de catholicos!

[...] queridos sacerdotes, para o vosso reconhecido que seja semelhante [...], semelhante sacrilégio quanto possível e rogai, frequentemente [...] fieis sobre esse assumpto, mostrando-lhes a sua ingratição para com aqueles que se não podem mais defender de tão grande ultraje, aconselhar-lhes que suffraguem caudaramente as almas dos seus mortos, e entendei-vos com as autoridades locaes para que se multipliquem os campos santos, os cemitérios devidamente murados, de modo que os mortos fiquem salvaguardados de qualquer profanação sacrileja (LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1, 1883, p. 21-22).

Nesse relato, o bispo manifesta seu profundo pesar ao perceber que os cristãos não estão tratando os mortos de acordo com as recomendações humanas e cristãs, e ele faz um apelo emocionado, a partir da relação entre pais e filhos, para que o cuidado com a sepultura se torne uma manifestação de amor e memória aos antepassados ausentes. Seu conteúdo é de manifestação contra os sepultamentos nas estradas e ao mesmo tempo de revolta, dado que estão totalmente fora dos preceitos cristãos recomendados pela igreja católica. Aos olhos do bispo, essa forma de sepultar é repugnante, é desumana. É desrespeitoso tratar os entes

²⁴ Este documento não possui data, portanto se usa como referência a data de abertura do Livro de Tombo de 1883.

queridos como seres irracionais. E aqueles que ali estão sepultados “sofrem” de um duplo abandono, primeiro pelo tipo de sepultamento e segundo o abandono de suas almas pelos seus amigos e familiares. O bispo ainda apela para que os sacerdotes procurem sensibilizar os parentes dos defuntos levando-os a reverem o abandono a que submeteram o corpo e a alma dos seus entes queridos falecidos, lembrando que no dia do juízo final a ausência dos vivos para com seus mortos poderá ser cobrada. Chama a atenção ainda a recomendação para a criação de mais cemitérios devidamente murados. O muro, segundo o bispo, tem finalidade específica e definida: salvar os mortos de qualquer profanação sacrílega.

Talvez atendendo a essas recomendações tenha sido feita a petição dos paroquianos de Campo Maior do Piauí para a criação de um cemitério na localidade denominada Bom Jesus, chamado pelo mesmo nome do lugar. Foi autorizado pelos superiores com o encargo de que fosse mantido em condições adequadas, como por exemplo, sua capela estar asseada e provida dos paramentos sagrados e outros objetos necessários e decentes. Além do mais, o pároco deveria responsabilizar-se pelos termos de óbito dos que ali adquirissem sepultura. Um detalhe importante é que não era todo o cemitério que era bento como expressa a autorização:

Havemos por bem, pelo presente, confirmando aquelle nosso despacho, auctorisar o mesmo parochia para benzer o dicto cemitério na forma do Ritual Romano (menos a área destinada para aquelles a quem a Igreja não permite sepultura em sagrado) á fim de que tenham logar a encomendação dos corpos, contanto que a inhumação dos cadáveres se faça gratuitamente na forma da constituição diocesana e sejam remetidos trimensalmente ao parochia os assentos de óbito em cadernos para serem registrados no livro da parochia, sem prejuízo dos direitos parochiaes (LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1, 1883, p. 4).

A área que não deveria ser benta corresponde àquela destinada a pessoas que a igreja não permitia sepultura em sagrado, mas não as específica. Possivelmente, os não católicos, excomungados, supliciados, suicidas, dentre outros. É possível que a capela tivesse a função de sediar a encomendação dos corpos, e o enterro deveria ser realizado de forma gratuita.

Em síntese, em locais como Rio Janeiro e Salvador, foram práticas higienistas e sanitaristas as responsáveis pelo deslocamento do território dos mortos, dando origem aos cemitérios extramuros (privados ou públicos) e, com a expansão urbana, elas voltaram a fazer parte do seio dos vivos. Em algumas cidades brasileiras, como ocorreu em Florianópolis, após a reurbanização os cemitérios são removidos para outros locais.

Nas cidades piauienses, a regra parece ter sido desde cedo o cemitério. Em Campo Maior, a data gravada na lápide mais antiga encontrada no cemitério Santo Antônio é de 1804 o que permite levantar duas possibilidades: a de um traslado ou a de que já desde o início do

século XIX o cemitério estava incrustado na paisagem da cidade. Caso seja comprovada a segunda possibilidade levantada será possível lhe atribuir uma singularidade de implantação quando comparada a outras localidades do país.

Antes de abordar a cultura material do cemitério se buscou um pouco de sua história. As notícias que se tem sobre ele são escassas e chegam quase que exclusivamente através dos termos de visita pastoral registrados nos Livros de Tombo e nos livros de registro de óbito. Numa tentativa de investigar sua história, foi feito um levantamento da produção acadêmica local que tenha contemplado o cemitério aqui pesquisado.

3.2 Irmandade de Santo Antônio

A partir da obra “Ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX”, publicada em 2001, de autoria de Áurea da Paz Pinheiro, é possível entender o contexto em que ocorriam as visitas pastorais. A área de interesse da autora é o aspecto da relação igreja e sociedade que ajude a explicar as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX.

Essa tensão no Piauí resultou de um processo mais geral que foi o de secularização da sociedade moderna. A secularização assinalou o momento em que foram definidos os papéis específicos da igreja e do Estado de tal forma que a igreja Católica passou a não deter mais o poder absoluto sobre a ordem temporal e atemporal e o controle da vida do ser humano nos aspectos religiosos doutrinários, político e social, exercidos desde a Idade Média. Dessa maneira a instituição e alguns membros em particular passaram a ser criticados ferozmente, especialmente por possuírem comportamentos considerados inadequados e pouco moralizantes. Procurando manter sua unidade e o poder sobre seus fiéis, a igreja buscou se atualizar através da restauração de sua autoridade pastoral e doutrinária.

É importante considerar que no Brasil, ao final do século XIX, com a Proclamação da República e oficialização do novo regime, ocorreram algumas transformações na estrutura oficial católica, entre as quais o aumento do número de bispados, para alargar a influência do catolicismo combatendo os seus inimigos e suas ideias, ao tempo em que os pastores estariam mais próximos do povo e conseqüentemente haveria um aumento do seu rebanho. É nesse contexto da Reforma Católica do século XIX que é criado o Bispado do Piauí, no início do

século XX, para atender às ideias ultramontanas²⁵ da Igreja Católica, mais romanizada e hierarquizada. Até então, o Piauí não tinha autonomia eclesiástica; era subordinado ao Maranhão. Inclusive a distância entre Teresina e a sede episcopal maranhense foi usada como justificativa para a criação do Bispado piauiense²⁶.

A proposta desse bispado era a moralização do clero e da igreja e era ainda um meio para a afirmação do catolicismo no Estado. Para alcançá-la eram necessários a união do Episcopado e o compromisso individual de cada bispo. Dessa forma,

A igreja passou a orientar os bispos em direção a um controle mais efetivo da vida dos fiéis e sacerdotes através de diferentes dispositivos: frequência aos Seminários; confissões e comunhões; comunhão pascal e assistência à missa; frequência ao catecismo; devoções e novenas; obras das associações beneficentes. Os bispos eram orientados a promover visitas pastorais frequentes a toda sua diocese, a fim de fiscalizar e orientar as ações dos párocos e dos fiéis (PINHEIRO, 2001, p. 40).

As visitas pastorais, presididas por bispos e auxiliares, eram parte das atividades do Bispado. Era uma forma de estarem mais próximos de seus subordinados imediatos, fiscalizando-os, orientando-os, verificando a presença ou ausência de abusos dos párocos como, por exemplo, a cobrança de grandes somas de dinheiro aos fiéis para realização de batizados e casamentos, posto que nem todos eles possuíam essas quantias para pagar e então passavam a viver em mancebia. Percebe-se que, com a mudança na estrutura oficial católica, os bispos saem da subordinação do governo civil, da figura do administrador e político, e passam a ser subordinados somente à Santa Sé, assumindo a figura de pastor apóstolo e santo.

Pinheiro (2001) comenta ainda que antes da criação do Bispado do Piauí, em 1906, o Estado contava com a pequena presença do clero católico, predominava o catolicismo devocional (marcado por rezas, novenas, promessas aos santos, procissões com imagens e outras), e as visitas ocorriam de forma esporádica para administrar sacramentos como batizados e casamentos. Também inexistia a orientação de práticas religiosas cotidianas.

Com a criação do Bispado houve a intensificação das visitas, em que o bispo e seus auxiliares procuravam usar uma linguagem simples tendo em vista que o povo pouco conhecia as normas oficiais da religião católica, ou seja, do catolicismo renovado.

²⁵ Refere-se à doutrina política católica que tem Roma como principal referência. Elas reforçam e defendem o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

²⁶ A determinação para a criação desse bispado data de 20 de fevereiro de 1901, mas provavelmente por desinteresse do Bispado do Maranhão somente em 1903 através da bula *Supremum Catholicam Ecclesiam* é que se tomou conhecimento da vitória da autonomia do Bispado do Piauí.

As visitas pastorais feitas à cidade de Campo Maior foram registradas nos livros de tomo da igreja. Neles constam que as visitas eram presididas pelos bispos, auxiliados por padres, um ou mais, e seus objetivos consistiam na instrução conveniente aos fiéis. Sua missão era civilizar os costumes conforme os preceitos do Pontificado Romano:

Expedientes e audiências as geantes, administrando o sacramento da confirmação, e pregando a noite aos fiéis a palavra divina, ensinando-lhes tudo o que é necessário um christão fazer para salvar-se, combatendo os vícios e pecados mais comuns na parochia (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883).

A recepção dos visitantes era feita à porta da Igreja Matriz com cerimônias de costumes pelo pároco encarregado da freguesia e preces prescritas pelo Pontifical Romano. A matriz era por excelência o local mais importante da vila. Nela tomavam-se as mais importantes decisões e se consolidavam por meio de ato solene. Muitos sacramentos ali se consumaram, muitas trezenas do padroeiro Santo Antônio nela se celebraram.

A importância da igreja é notória nesse contexto que vai desde a criação da freguesia, passando à vila e cidade. Enquanto povoação, Campo Maior atualmente conta com quase trezentos anos de existência, e dentro de sua história não se sabe há quanto tempo o cemitério Santo Antônio está incrustado em sua paisagem. Se 1804 corresponder ao primeiro sepultamento então será mais de dois séculos de existência na “Princesa das Campinas”. Por ter sido preservado parte do seu acervo original, o cemitério pode ser considerado mais rico enquanto fonte de informação, uma vez que não foi completamente demolido como foi a igreja matriz, em 1943²⁷.

Da instalação de Campo Maior como vila, em 1762, até 1873, data dos primeiros registros de óbitos encontrados, há uma perda de informação de 111 anos. Já nas primeiras páginas do Livro de Tombo é mencionado o atraso de registros e até mesmo a ausência de livros da Paróquia, conforme o relato seguinte:

Do exame a que procedemos nos livros dos registros parochianos achamos estar Ella feita com limpeza e regularidade, mas notamos que há sempre nella atraso de muitos annos, como se verifica pelas datas dos termos de abertura e encerramento de cada um dos livros, comparadas com as datas dos primeiros registros nelles escripturados, havendo livros que denotam ser esse atraso de trez, sete, oito e onze annos, e não encontramos o necessário livro de Tombo da Parochia. Todos os R.^{dos} Parochos que não tem sua escripturação em dia apresentam sempre a fútil rasão da dificuldade de que encontram para obterem os livros em tempo, sem lembrar-se que o meio para remover essa dificuldade é facilimo, mandando preparar novos livros antes de

²⁷ A demolição do antigo templo está associada à chegada do padre Mateus Cortez Rufino, no dia 28 de novembro de 1941, para assumir a paróquia de Santo Antônio. Após quase dois anos, já na cidade, ele inquietou-se com o tamanho da antiga igreja; achou que ela era pequena demais para ser matriz da cidade.

estarem cheios os que se acham em trabalho, e de mais essa razão não prevalece de modo algum para justificar o atraso de onze annos na escripturação. Como proverão os Reverendos Parochos fornecerem a seus parochianos certidão em forma geral de baptismo, óbitos e casamentos quando necessitar de taes documentos para os negócios de particulares (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883, p. 3).

Mas mesmo com atrasos e ausências se procura entender sobre o cemitério Santo Antônio. Para chegar às ponderações que se seguem foi necessário costurar os fragmentos e pistas nas fontes dispersas e reduzidas. A princípio, o cemitério era de propriedade privada, pertencente à Irmandade de Santo Antônio e, posteriormente, passa a ser público, de propriedade do município.

Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras são divisões de confrarias, que eram formadas por religiosos e leigos, mas as ordens terceiras se associavam a ordens religiosas conventuais (franciscana, dominicana, carmelita) dando-lhe maior prestígio. Ambas realizavam caridade para associados e não associados, desde que estes últimos fossem carentes. De acordo com Reis (1991), elas existiam em Portugal desde o século XIII e disseminaram-se por outros países, chegando ao Brasil a partir do século XVI com os primeiros colonizadores.

As irmandades comuns foram bem mais numerosas e cada templo podia acomodar diversas irmandades em altares laterais. Reis (1991, p. 51) a define como “associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas na hierarquia social”. Para que pudesse funcionar, era preciso uma igreja que a acolhesse ou então construir sua própria igreja e ainda ter aprovado seu estatuto ou compromissos pelas autoridades eclesiásticas. Cabia à Mesa de Consciência e Ordens, situada em Portugal, deferir ou indeferir seus compromissos. Com a transferência da corte para sua colônia na América Portuguesa, a referida Mesa também foi transferida.

Mara Regina do Nascimento (2006, p. 28) afirma que “uma irmandade ou uma confraria religiosa pode, grosso modo, ser compreendida como uma união de oração e uma sociedade de socorro”. Ela se sustenta na tríade piedade e vida litúrgica, caridade e sociabilidade. Cada irmandade possuía seus estatutos, seus funcionários, assembleias e orçamento próprio. Tais compromissos, que dependiam da aprovação da Mesa de Consciência e Ordens, consistiam em regularizar a administração da Irmandade, presidida por uma Mesa (juizes, presidentes, provedores ou priores) e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores e mordomos que realizavam diversas tarefas, e estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios e seus deveres e direitos. Entre os direitos, em

especial, estava o enterro decente para si e para a família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria e sepultura na capela da irmandade.

Melo (1991) atribui a regularização das irmandades de Campo Maior ao Pe. Manuel Covette, ainda no século XVIII. E, segundo o autor, além da Irmandade de Santo Antônio havia ainda a do Santíssimo Sacramento, a das Almas e posteriormente a do Rosário. Ele ressalta:

Em São Luis, junto à Cúria Diocesana fez o termo de sujeição da Irmandade do Santíssimo Sacramento e conseguiu a aprovação e confirmação do compromisso da Irmandade de Santo Antônio. Assim, graças a seu zelo, Campo Maior tinha regulares suas irmandades (Almas, Santíssimo Sacramento e Santo Antônio). A Irmandade do Rosário só foi instalada tempos depois, é o que parece (MELO, 1991, p. 52).

Na documentação consultada referente à Campo Maior só se encontrou menção à Irmandade de Santo Antônio, e, ao que tudo indica, ela esteve atrelada ao poder da igreja, representado pela figura dos diferentes vigários que estiveram no comando da matriz. Uma entre várias outras medidas tomadas pelo primeiro bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida (1906-1911), foi a reformulação das irmandades com a criação de novos estatutos. Não se sabe se a Irmandade de Santo Antônio foi uma delas. De acordo com Paixão (2015, p.164) “a Irmandade de Santo Antônio está presente em Campo Maior desde 1770. Provavelmente até mesmo em data anterior.”

Santo Antônio é o padroeiro dos adivinhadores. De acordo com as crenças populares ele ajuda a encontrar coisas perdidas e até nunca possuídas, como um esposo. Dessa crença surge sua imagem como um santo casamenteiro. Em troca da proteção aos devotos, recebe exuberante festa, celebrada entre os dias 31 de maio a 13 de junho e que se conserva até hoje no município, atraindo fiéis e movimentando a economia local.

Na documentação consultada, não foi encontrada a data da criação da Irmandade de Santo Antônio, nem daqueles que presidiam a mesa. Apenas aparece, de forma esporádica, o nome do fabricante²⁸, em 1930, Coronel Antônio Maria Eulálio Filho, bastante elogiado pelo cuidado e zelo no asseio, conservação e administração das coisas eclesiais e patrimoniais; o do procurador²⁹ do patrimônio de Santo Antônio, em 1942, o senhor Octacílio Eulálio,

²⁸ Encarregado de receber as rendas da Irmandade e de cuidar das alfaias, paramentos e administração interna da mesma.

²⁹ Tem como função cuidar, de um lado, das questões judiciais que envolvessem recebimentos de joias ou anuais atrasados e, de outro, cuidar das obras, construção e reparos de casas e receber os aluguéis das mesmas. Ele era uma espécie de elo da irmandade com os assuntos externos.

aquele a quem atribuímos a autoria da expressão que abre esse capítulo; e, na mesma época, era sacristão o senhor Antônio Maria.

Algumas associações piedosas existentes da paróquia, integrantes e atribuições foram identificadas, ainda que de maneira fortuita. Consta que, em 1947, elas “são numerosas e bem organizadas, merecendo especial atenção os da Doutrina Cristã e da Obra das Vocações Sacerdotais” (LIVRO DE TOMBO N° 2, 1942, p. 27).

Em uma sessão presidida pelos visitantes, em 1906, foram mencionadas algumas das associações, dentre elas o Apostolado da Oração, caracterizado como o centro que deve reger os centros do Apostolado. Eram seus integrantes: zeladoras, a quem competia visitar todas as tardes o S.S. Sacramento, “uma devoção mui piedosa e uma pratica de grande amor a Jesus sacramentado” (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883), o ensino, administração e instrução de aulas de catecismo para meninas e meninos. De início, a Associação do Apostolado da Oração era pertencente à matriz e posteriormente foi transferida para a capela de Nossa Senhora do Rosário, que, em 1939, passou a ser responsável por ela.

O ano de 1906 data também a criação da Conferência de S. Vicente de Paulo da qual passaram a fazer parte cidadãos respeitáveis dessa localidade. Voltava-se para obras de caridade e piedade e, tempos depois, suspendeu suas sessões levando os visitantes de 1916 a clamarem por sua reinstalação da seguinte forma:

Avaliando as extraordinárias benções que esta Instituição Santa traz para as parochias, depois de havemos falado para sua reinstalação, com o Revmo [...] vigário da parochia e os mais rentáveis homens do lugar, repetimos aqui nosso apello e as nossas instancias para que elles, visíveis [...] sem demora satisfaçam este nosso ardente desejo que tende ao maior brilho da fé (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883).

O pedido parece ter sido atendido, uma vez que na visita de 1921 os visitantes apontam ter sido sucessivamente visitados pelo Apostolado da Oração, pelos Vicentinos, pelas filhas de Maria, pelo comércio, pela mocidade, pelas senhoras da cidade, pelas cearenses aqui domiciliadas e pelas crianças. Ainda em 1916 foi citado o Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus.

Em 1934, têm-se notícias da Obra das Vocações, encontrada em

lastimável desanimo com apenas quatro zeladoras e dezeseite sócios contribuintes. Fizemos ver sua importância e sua necessidade e nomeamos imediatamente mais dez zeladoras, seis dos quais zeladoras do Apostolado da Oração, que espontaneamente se ofereceram. Dois dos sócios logo se fizeram protetores (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883).

O desânimo foi o mesmo motivo que levou a Conferência de S. Vicente de Paulo a suspender suas sessões. Nesse aspecto, as visitas pastorais funcionavam como “injeções de ânimo” incentivando a continuar nas atividades de misericórdia.

Em 1943, as associações aparecem divididas em femininas e masculinas embora com os mesmos propósitos, dedicarem-se aos fiéis a que se propõem. As femininas foram especificadas: o Apostolado da Oração, Obra das Vocações, Propagação da Fé, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Doutrina Cristã e Cruzados. Nas entrelinhas, percebe-se que a de S. Vicente de Paulo era masculina e requeria um status socioeconômico para dela ser participante (os homens mais abastados do lugar). Não se sabe dizer se essas divisões de sexo sempre prevaleceram, e acredita-se que essa irmandade não discriminava brancos, pardos e negros, porém, tendo por base a de S. Vicente de Paulo, discriminava classes sociais.

Parte das rendas do patrimônio de Santo Antônio era empregada na compra de paramentos, como ornamentos, alfaias, objetos de culto divino para a igreja matriz e capelas. Uma das causas que levavam um indivíduo a aderir a uma irmandade religiosa era a preocupação constante com a iminência da morte, daí entre os bens de seu patrimônio estar o cemitério (da Irmandade) de Santo Antônio. Nele eram realizados os sepultamentos dos seus mortos.

Ainda nesses termos, as visitas pastorais na paróquia de Santo Antônio, sendo uma datada de 10 de fevereiro de 1883 e a outra do dia 7 de julho de 1906, apresentam indícios de que o cemitério da Irmandade Santo Antônio, como o próprio nome denota, esteve em seu primeiro momento sob a propriedade e administração da igreja, era extramuro e religioso, e depois passou a ser de propriedade da prefeitura municipal, não se tornando necessariamente responsabilidade da administração pública. Somente muito tempo depois ele passou a ser de fato lugar de uma prática secular.

Com a mudança de proprietário podem ter sido feitas alterações no que se refere ao nome do campo santo. Cemitério da Irmandade de Santo Antônio é como a Igreja o denominava. Hoje a população local o conhece como cemitério velho, visto que o mesmo foi fechado para sepultamentos e outros foram surgindo na cidade. Chaves (2013, p. 13) afirma que “há um outro nome para o cemitério, São Vicente de Paulo, sustentado talvez por alguma lei municipal”, o que não deixa de ter sido uma indicação da igreja ao novo proprietário (poder municipal) ou uma atitude oriunda da própria gestão do município inspirada em uma associação existente na paróquia, no caso a associação São Vicente de Paulo, criada em 1906, que suspendeu suas atividades por algum período (não determinado) e retomou-as em 1921 ou anteriormente.

A igreja matriz ao longo de sua existência com certeza assistiu a inúmeros sacramentos (casamentos, batismos) e trezenas ao santo padroeiro. Quanto aos sepultamentos, tanto na matriz como em outras igrejas e capelas da cidade, não se sabe se foi prática comum ou se foi uma prática restrita a determinado segmento da sociedade, aos párocos ou qualquer outra função religiosa, como também aos que tiveram iniciativa particular em erguer as capelas, a exemplo do filho de Bernardo de Carvalho Aguiar, o coronel Miguel de Carvalho Aguiar, construtor da Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Barras, onde foi enterrado conforme disposição testamentária. (CARVALHO, 2012)

Embora não se saiba se os sepultamentos nas igrejas e capelas da cidade foram ou não uma prática comum, documentos mencionam o traslado de crânios³⁰, em pequenos números, encontrados nas ruínas da igreja Nossa Senhora do Rosário, conforme atesta o seguinte relato:

Em seguida nos dirigimos ao cemitério da parochia que é de propriedade e administração da irmandade de Santo Antônio, órgão da matriz, visitamos a capella e altar nele existentes, e achamos tudo sem decencia, limpêsa e ordem necessarias, e em quanto ali nos achamos fizemos trasladas dois craneos e alguns ossos humanos que encontrámos nas ruínas da Igreja do Rozario, e com outros inconvenientemente espalhados pela área do cemitério mandamos tudo enterrar. É lastimável que no meio de uma população catholica haja tão pouco cuidado e tanta falta de respeito para com os restos mortaes de nossos irmãos fallecidos, e o lugar onde devem eles repousar, cabendo aqui uma grande censura áqueles aquém incumbe a administração e fiscalização do serviço do dicto cemitério, esquecido de [...] nelle toma para seus mortos, tem direito a exigir que o cemitério seja decente e o serviço de enterramentos regularmente feito... (LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1883, 10 de fevereiro).

O relato traz dados de extrema relevância. Deixa de forma explícita que o cemitério é de propriedade e administração da Irmandade de Santo Antônio e que os serviços prestados deixam muito a desejar, uma vez que os corpos são enterrados “à flor da terra”, ou seja, os corpos eram inumados próximos à superfície, e que suas edificações (capela e altar), assim como o local como um todo que era destinado aos sepultamentos também não era dos melhores; não tem decência, limpeza e ordem necessárias. Em outro trecho do mesmo documento, é relatado que, em geral, o que estava sob a administração das Irmandades encontrava-se sob péssimas condições.

Sobre o estado desta Igreja, os reparos e melhoramentos de que ella neecessita, nos limitamos a fazer ao Reverendo Parocho as observações convenientes, sem entretanto podermos nada prover e determinar definitivamente por estar a Igreja e o fornecimento do que nella é necessário para o exercício do culto à cargo da Irmandade de Santo Antônio, órgão da matriz, e, como é sabido de todos, nesta Diocese todas as Igrejas que estão entregues aos cuidados das intitulas

³⁰O documento não menciona a quem pertencia tais crânios.

Irmandades por via de regra, sam as que se acham sempre em piores condições (LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883, p. 3).

Não era, portanto, exclusividade da Irmandade de Santo Antônio as características de precariedade. E que aqueles que buscam os serviços do dito cemitério tinham direito a reclamar e exigir melhores condições, para que ele fosse decente e os sepultamentos regularmente feitos. Como se percebe, o cemitério é o local em que os católicos e os responsáveis pela sua administração direta deveriam assegurar as condições necessárias para o descanso de seus mortos.

Além do descontentamento com o serviço e fiscalização do cemitério, tem a notícia do traslado de crânios e ossos humanos das ruínas da Igreja do Rosário. Resta saber se é do seu interior ou do cemitério junto a ela que Melo (1983) descreve. Outro sepultamento é relatado, dessa vez na igreja matriz, o que ainda não permite afirmar que os sepultamentos nas igrejas eram frequentes.

Aos vinte nove dias do mez de dezembro do anno de mil novecentos e três a sete horas da noite falleceu nesta cidade de Campo Maior, freguesia de Santo Antonio o revereno vigário collado desta mesma freguesia. P^{se} Manoel Félix Cavalcante de Barros, sendo sepultado no dia seguinte as doze horas do dia, na capella mor da Igreja matriz desta cidade, em assistência de sacerdote, o seu corpo foi acompanhado e assistido ate descer a tumba por grande multidão de pessoas de ambos os cexos. Contava oitenta e cinco annos de idade, sendo já cesenta annos de parochio desta freguesia. Para constar fiz este assento, que asseguro.
Campo maior, 30 de janeiro de 1904. P^{se} José Paulino de Miranda, Encarregado da Freguesia (LIVRO de tombo da freguesia de campo maior n° 1883, 10 de fevereiro).

No relato, é revelado o horário e o local do sepultamento e o nome do corpo que está sendo sepultado. Trata-se do padre Manoel Félix, o que talvez justificasse o seu sepultamento neste espaço. Não era somente pelo fato de ser padre, pois a freguesia tivera muito outros, mas ainda pelo fato de ele ter dedicado longo período de tempo de sua vida aos trabalhos na cidade, pois 60 dos seus 85anos de existência foram de pároco dos campomaiorenses. Todos os registros de óbitos pesquisados trazem sua assinatura.

Já em 1803, Melo (1991) relata o sepultamento, na igreja matriz, do Pe. Francisco Raimundo de Oliveira, nomeado como pároco da Freguesia do Surubim em 1798, vindo a falecer cinco anos depois. Era ainda jovem quando assumiu essa Freguesia, 32 anos, mas suficientemente instruído e bom. Atribui-se o estado de irregularidade em que ele deixou o arquivo paroquial à sua doença, que possivelmente exauriu-lhe as forças, deixando-o impossibilitado até mesmo de assinar os registros. Ou seja, as irregularidades do arquivo paroquial, além de serem atribuídas às alegações de dificuldade de se obterem novos livros

para os registros, também são justificadas pelas doenças que levavam os encarregados da paróquia a óbito antes de terem cumprido com suas obrigações para com os seus arquivos.

Natalia Oliveira (2011), em seu trabalho intitulado “Ver, Viver e Sentir: uma história do patrimônio religioso de Campo Maior - Piauí”, aborda as transformações arquitetônicas pelas quais as igrejas passaram, dentre elas a matriz e a Igreja do Rosário, e em nenhuma delas a autora menciona a existência do traslado de corpos durante as reformas. Os únicos sepultamentos que ela menciona é do Monsenhor Mateus Cortez Rufino e do Dom Abel Alonso Nunes, esses feitos muito depois que o novo templo havia sido erguido (Figura 6).

Em seus epitáfios está gravada a importância que tiveram para a sociedade local. O primeiro aparece citado como o construtor da Catedral de Santo Antônio e o segundo como o primeiro bispo da cidade.

Figura 6 – Sepultamento na catedral de Santo Antônio



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Ainda no tocante à discussão de propriedade do cemitério na visita pastoral do dia 7 de julho de 1906, é importante relatar que a mudança de proprietário já havia acontecido, e é desde o termo de visita desse ano que se percebe maior asseio do cemitério.

Em boa ordem achamos a igreja matriz que embora pequena está limpa, e em bom estado seus ornamentos, alfaias e mais objetos de culto divino, como também arquivo parochial e cemitério público onde celebrávamos missa e fizemos preces pelos fiéis defunctos (LIVRO DE TOMBO, 1906, p. 13).

O cemitério aparece seguido do termo público, e se é público é secular e não da irmandade, o que leva a supor a transferência. O termo de 1916 reforça a suposição, já que o mesmo atende apenas sob a invocação de cemitério:

Achamos na visita minuciosa que fizemos à matriz, às Igrejas, à residência do Reverendo Vigário e ao cemitério, tudo em ordem, devendo apenas observar que varias das imagens sagradas da Igreja Matriz precisam ser reincarnadas (TERMO DE VISITA PASTORAL, 01/06/1916 ATÉ 09/06/1916, LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883, p. 27).

O que, na prática, foi descrito como minuciosa não pôde ser dito o mesmo na hora de redigir o termo. O visitador foi breve em suas palavras pouco descrevendo os locais por ele visitados. Em 1921, o cemitério vem seguido da expressão “parochial” e depreende-se que ele seja da paróquia, mas sem referenciar o proprietário e o gestor.

Visitamos o cemitério parochial, visita que nos deixou a melhor impressão pela hygiene, asseio e limpeza que encontramos, pela altitude religiosa e piedosa do povo que em grande massa nos acompanhou (TERMO DE VISITA PASTORAL, 02/06/1921 ATÉ 09/06/1921, LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883, p. 39).

O que se acreditou ter desvelado veio novamente à tona com um documento datado de 1930 causando inquietação e sem alcançar respostas mais claras. Nessa data, embora invocado simplesmente sob a denominação de cemitério, ele ainda é referido como um bem da matriz e administrado por membro de sua irmandade.

Visitamos a igreja matriz e suas dependências tudo encontrando em boa ordem, desde o sacrário ate sua pia baptismal; bons e abundantes paramentos, e o archivo com sua escripturação em dia. Visitamos ainda a capella do Rosário que se acha em muito bom estado de conservação, embora desprovida, e o cemitério que encontramos convinentemente zelado.

Em vista do estado de saúde do administrador deste, e pela conveniência de ficarem todos os bens da matriz aos cuidados de uma só pessoa, resolvemos passar a administração do cemitério para o senhor C^{el} Antonio Maria Eulálio Filho, já fabriqueiro, o que fizemos por portaria que será transcripta neste livro (TERMO DE VISITA PASTORAL, 24/05/1930, LIVRO DE TOMBO N° 1, 1883).

Em virtude da saúde fragilizada do administrador cujo nome não é revelado, é feita a transferência do cemitério para outro administrador, o coronel Antônio Maria Eulálio Filho, que já administrava os outros bens da matriz e, segundo o trecho citado, era conveniente que todos eles ficassem sob os cuidados de uma só pessoa, não especificando tal conveniência. Infelizmente a portaria mencionada não foi encontrada.

Nas visitas de anos seguintes, o cemitério não mais aparece de forma específica e, se aparece, foi abordado de forma generalizada, como na visita de 17 de maio de 1934, limitando-se a dizer: “Aqui demorando pelo espaço de seis dias completos, encontrando tudo em boa ordem e asseio”.

Figura 7 – Vista aérea da cidade de Campo Maior em 1934



Fonte: Acervo pessoal de Marcus Paixão.

A fotografia acima data do ano de 1934. Nela identificam-se as edificações que autores como Melo (1983) e Silva Filho (2007) já haviam mencionado: a matriz de Santo Antonio, a Igreja do Rosário, o mercado e o cemitério, marcados na foto por um círculo em vermelho, em laranja e em azul e uma seta amarela (Figura 7). O cemitério aparece já sendo “engolido” pela expansão urbana, que, pelo visto, se dava a passos lentos, pois a cidade aparece com um aspecto bastante rural, com casas situadas em grandes terrenos devidamente murados, onde a população que ali residia ou os que ali transitavam tinham a seus pés chão em terra batida em vez de ruas e avenidas. De cidade só tinha propriamente o nome.

Na visita de 14 de outubro de 1939, apenas a igreja matriz, a capela de N. S. do Rosário, à época confiada ao Apostolado da Oração, e o arquivo são aferidos. Na de 27 de maio de 1943, encontraram “tudo em boa ordem e perfeito aceio” (TERMO DE VISITA PASTORAL 27/05/1943, LIVRO DE TOMBO N°1, 1883, p. 10).

Entretanto o Livro de Óbito N° 3 indica que a transferência de administração do cemitério se fizera bem antes que 1906, no caso, já em 1893, quando ele é chamado de Santo Antônio apenas.

Foram poucos os campomaiorenses que se dedicaram a pesquisar o cemitério Santo Antônio, entre eles: Araújo (2012), com o trabalho “A morte contada em vida: um olhar sobre o espaço cemiterial como fonte histórica no Cemitério Irmandade em Campo Maior”, onde ele seleciona alguns túmulos, os mais ricos em ornamentos, para suas análises; Chaves (2013), com o livro “O cemitério da Irmandade Santo Antônio”, que consiste em um levantamento de dados, sem no entanto partir por unidade de sepultamento; a pesquisa de Soares (2013), “Do anonimato à santa do povo: devoção popular em Campo Maior-PI (1968-2010)”, cujo enfoque é dado apenas a um de seus túmulos, em virtude do culto popular que ele apresenta, conferindo ao cemitério um aspecto secundário; e Moraes (2014), com “A história dos mortos para a história dos vivos: análise do acervo do Cemitério Santo Antônio, em Campo Maior - Piauí”, onde foi feito o inventário do acervo mortuário a partir da coleta de dados individual por sepulturas.

Esse trabalho de Moraes (2014) teve início em 2012 e, a partir dele, outros foram surgindo, alguns em parceria com outros pesquisadores: “‘Escavando’ estórias: o patrimônio (i) material do Cemitério (da Irmandade de) Santo Antônio em Campo Maior - Piauí” (MORAIS; CARVALHO JÚNIOR, 2015), “Turismo e paisagem no cemitério do Batalhão em Campo Maior - Piauí (MORAIS et al., 2015)”, “Uma história com muitas histórias: um passeio pelos cemitérios de Campo Maior - Piauí” (MORAIS; CARVALHO JÚNIOR, 2013), “‘Aqui jaz’: a saudade dos entes queridos” (MORAIS; CARVALHO JÚNIOR, 2013), “A primavera nos cemitérios do Piauí” (MORAIS et al., 2014), “Retratos de histórias: uma ‘escavação’ do acervo fotográfico do cemitério Santo Antônio em Campo Maior - Piauí” (MORAIS; CARVALHO JÚNIOR, 2014) e “Lápides que falam e ajudam a contar histórias: uma análise a partir do cemitério Santo Antônio de Campo Maior” (MORAIS; CARVALHO JÚNIOR, 2012).

Além desses estudos de produção mais local, há ainda o romance histórico “Pedra Negra”, de Silva (2012), onde o cemitério é citado logo no início do livro, com o enterro do major. Tal como o trabalho de Soares (2013), o cemitério serve-lhe apenas como um cenário; não é o protagonista da obra. E encerrando a produção que o contempla, o inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que traz como data aproximada de sua construção o final do século XIX.

Desses trabalhos apenas o de Morais (2014) contém brevemente informações históricas sobre o Cemitério Santo Antônio. Acredita-se que se em determinado momento ele pertenceu à Irmandade de Santo Antônio esse é um ponto crucial para o seu entendimento. Nesse aspecto, os trabalhos anteriores pouco servem de subsídio para a presente pesquisa, o que confere às linhas desse tópico acima escritas certo ineditismo; são as primeiras palavras de uma pesquisadora e curiosa pelos assuntos de sua terra natal, como disse o poeta Álvares de Azevedo (2007, p. 7): “Desculpai-as. As primeiras vozes do sabiá não têm a doçura dos seus cânticos de amor”.

A partir do exposto neste capítulo, foi possível aferir algumas informações e encontrar algumas lacunas. Há evidências de que na “Princesa das Campinas” os enterramentos em igrejas não foram uma prática comum e que o local dos mortos já poderia ter sido o cemitério extramuros, cabendo à Irmandade de Santo Antônio, atrelada ao poder da Igreja, um importante papel social e religioso no momento da morte. Além disso, os mortos tinham como local derradeiro de seus corpos os cemitérios particulares, sepulturas próximo a suas residências ou eram sepultados a esmo à beira dos caminhos.

Até onde se sabe o tema das irmandades religiosas, em especial da Irmandade Santo Antônio, do Santíssimo Sacramento, das Almas e do Rosário não recebeu tratamento por parte dos historiadores da cidade. Dessa forma, o assunto enfrenta certa solidão e gera grande desafio. É uma via de estudo que ainda não foi trilhado. E quanto aos restos mortais na igreja matriz a que a documentação se reporta, não se sabe que destino tiveram com a demolição do antigo templo, se lá permaneceram ou se foram transferidos para o cemitério. Também não foi possível determinar precisamente quando se deu a transferência de proprietário e gestão do cemitério, o que não implica dizer que outro autor não o possa fazer e caso seja do seu interesse ou curiosidade fazer. A documentação é confusa, de certeza o que ora se apresenta é que já desde 1893 já se invocava o cemitério simplesmente de Santo Antônio, e desde então se apresenta ora com ora sem a expressão “Irmandade”.

Quanto ao encerramento das atividades de sepultamento, na segunda metade do século XX, tem relação com o conteúdo do seguinte documento, encontrado no arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior.

Projeto lei nº 50

Abre crédito de Cr\$ 20.000.00 e dá outras providências

Art. 1º: - Fica o Sr. Prefeito autorizado a construir, até maio do corrente ano, um cemitério, nesta cidade, devendo a saúde pública ser ouvida, quanto à sua localização.

Art. 2º: - O atual cemitério deverá ser interditado, logo seja terminada a construção do constante do presente projeto.

Art.3º: -Fica aberto o crédito de Cr\$20.000.00 para ocorrer às despesas referentes à construção do cemitério em aprêço.

Art. 4º: - O presente projeto entrará em vigor na data de sua publicação, em editais afixados nesta cidade, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da câmara, em Campo Maior, 1 de fevereiro de 1949.

[...] Vereadores

Justificativa: Há muito, Campo Maior se ressentia de um novo cemitério. O atual, com o desenvolvimento da cidade, está hoje, encravado às ruas “Pe. Benedito Portela” e “Cel. Eulálio Filho”, o que constitui um sério perigo à saúde, porquanto, de um momento para outro, pode dar causa a um surto epidêmico. E como cabe aos poderes públicos zelar pelo bem estar da população, deliberamos apresentar o presente projeto de lei; certos de que terá ele dos demais ilustres representantes do povo, a melhor acolhida.

Campo Maior, 1 de fevereiro de 1949.

Depreende-se do projeto lei que o cemitério Santo Antônio era o único que a cidade possuía e com a expansão urbana o mesmo ficou encravado às residências passando a ser visto como um perigo à saúde pública. Portanto, a construção de um novo espaço para os mortos representava na concepção do poder público o bem estar da população. O prazo para a construção do novo cemitério era até maio de 1949 e quando estivesse pronto o cemitério Santo Antônio seria interditado. Não se sabe qual foi a localização do novo espaço destinado para sepultamentos, mas é informado que o novo local deveria ser escolhido depois de “a saúde pública ser ouvida”, e a quantia destinada as despesas referentes a obra no valor de Cr\$20.000.00. Comparando o documento com a pesquisa in loco também foi possível levantar duas hipóteses. De acordo com os dados do acervo do cemitério Santo Antônio a data do último sepultamento é de 1978, dessa forma ou o prazo para a construção do novo cemitério não foi alcançado ou mesmo o prazo tendo sido seguido o cemitério Santo Antônio continuou suas atividades contrariando o segundo artigo do projeto lei nº50.

Apresentada, enfim, a cidade e suas práticas mortuárias, agora é chegada a hora de apresentar o cemitério Santo Antônio através do diálogo entre seu acervo e a documentação escrita.

4 CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO: UM DIÁLOGO ENTRE SEU ACERVO MORTUÁRIO E AS PALAVRAS

A cidade de Campo Maior possui três cemitérios, todos do tipo convencional, o cemitério do bairro São João, o do bairro da Cidade Nova e o Santo Antônio³¹. Desses três apenas os dois primeiros estão em funcionamento. O Santo Antônio que é objeto desta investigação não recebe mais corpos desde 1978.

Três ruas dividem espaço com o cemitério Santo Antônio: a Rua Padre Benedito Portela, onde está o portão de entrada; a Rua Capitão Manoel Oliveira, que passa ao seu lado esquerdo (tendo como referencial a frente do cemitério), conduzindo a uma praça atrás da matriz; e a Rua Coronel Eulálio Filho, que passa por trás do cemitério. Um aspecto em comum entre essas ruas é o fato de levarem o nome de pessoas que ali jazem (Figura 8). Vale ressaltar que várias outras ruas da cidade receberam o nome de um dos seus sepultados.

Figura 8 – Ruas no entorno do cemitério Santo Antônio, Campo Maior - PI



Foto: Google mapa (2016), com marcações da autora.

Do cemitério à igreja matriz de Santo Antônio são 4 quadras, e há uma rua, a Honório Bona Neto, quase em frente ao portão do cemitério, que vai direto à frente da matriz. O

³¹ Os dois primeiros cemitérios citados são mais conhecidos pelos nomes dos bairros em que estão localizados.

cemitério Santo Antônio está localizado no eixo comercial antigo da cidade, que, de acordo com Chaves (2014), compreendia o entorno das praças Bona Primo e Rui Barbosa, das Ruas Santo Antônio e Capitão Manoel Oliveira. Posteriormente, esse eixo foi transferido para a Avenida José Paulino e, sobretudo, para a Avenida Demerval Lobão.

O sítio ocupa uma área cujo traçado não possui formato geométrico definido e o único portão de entrada está voltado para a direção do sol nascente (o leste), como pode ser visualizado na planta baixa do inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Figura 9).

Figura 9 – Planta baixa do cemitério

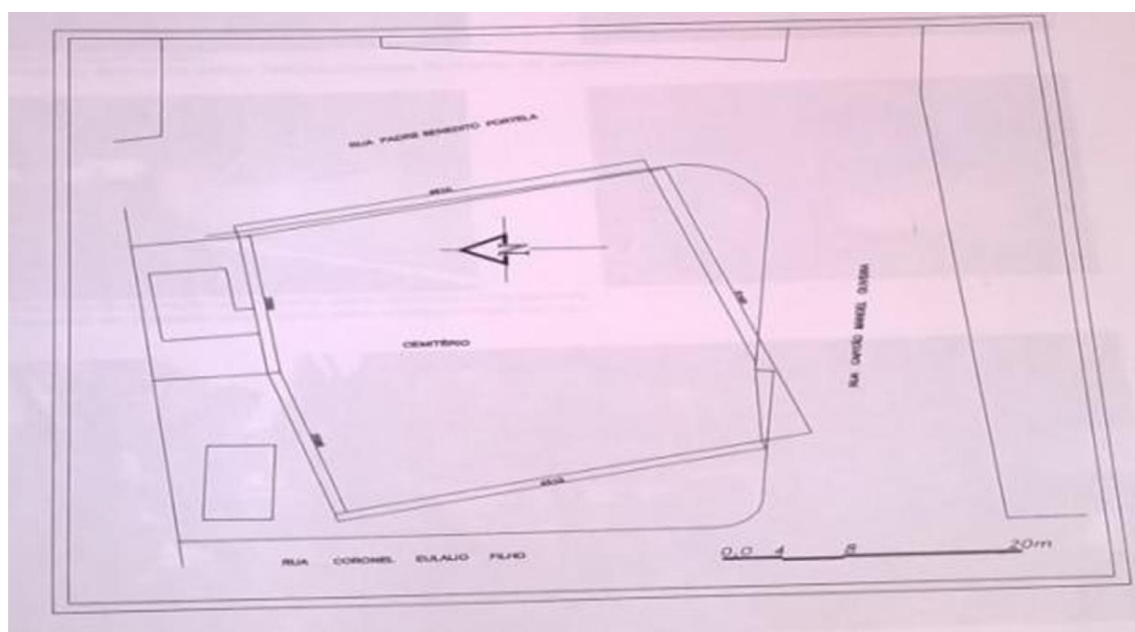


Foto: Inventário do IPHAN (2008).

No estudo de Hertz (1980) sobre a polaridade religiosa entre a mão direita e esquerda, a orientação leste corresponde ao lado direito. “A relação que une a direita ao leste ou ao sul e a esquerda ao norte ou ao oeste é ainda mais constante e direta a ponto de, em muitas línguas, as mesmas palavras denotarem os lados do corpo e os pontos cardeais” (HERTZ, 1980, p. 113).

Segundo esse autor se verifica uma preeminência da mão direita sobre a esquerda e isso deve ser atribuído tanto a fatores orgânicos quanto também culturais. No que diz respeito aos fatores culturais, a direita é associada ao sagrado enquanto a esquerda se ocupa de tudo que é demoníaco. Sendo o cemitério um lugar de repouso dos fiéis cristãos e, por isso, é um

edifício sagrado, sua posição no espaço não é indiferente nem arbitrária, portanto está direcionado para onde o sol, fonte de toda vida, nasce.

Tal como o portão de entrada, a grande maioria dos sepultamentos está voltada para o leste, pois, para Ribeiro (2007, p. 56), assume-se que essa é uma orientação das sepulturas que “corresponde a algo bem mais genérico, quais as ideias de nascente e poente, vida e morte”.

O terreno onde ele está situado muito provavelmente foi doado por um dos irmãos da irmandade, e coube a esses ainda providenciar os recursos financeiros para a aquisição dos materiais construtivos. Paixão (2015) considera a Irmandade de Santo Antônio a responsável por ter obtido recursos para a ampliação da igreja matriz. “Em 1779, a Irmandade de Santo Antonio já bem organizada, escreve diretamente à rainha de Portugal, Maria I, solicitando recursos para terminar a construção da nova igreja de Santo Antônio, isso porque a primeira demolida, já não suportava o crescente número de fiéis” (PAIXÃO, 2015, p.164). Portanto, é quase certa a participação da Irmandade Santo Antônio na construção do espaço para seus mortos. Falta saber se foi às suas próprias custas ou se contaram com a ajuda financeira da rainha, tal como na ampliação da igreja.

A construção, seja ela qual for, procura conciliar o seu propósito com o material disponível na região e às condições climáticas. Observando as edificações de Campo Maior que remetem ao período colonial, nota-se que elas apresentam paredes espessas e meias paredes construídas de adobe³², um excelente material para manter as temperaturas amenas no interior das residências, além da cobertura com telhas vãs facilitando a circulação do ar. “As construções do Piauí mostram sistemas correntes em toda a colônia, como o adobe, a taipa de varas ou pau-a-pique, a pedra e barro, as tijoleiras e as alvenarias mistas” (SILVA FILHO, 2007, p. 68).

O muro do cemitério foi construído em pedra com acabamento, em sua totalidade, pintado com cal hidratada³³, que não se sabe exatamente como foi introduzida no sertão. “Ele é revestido com chapéu de telhas, que pode ser apontada como uma técnica utilizada para protegê-lo das chuvas” (MORAIS, 2014, p. 41). Mesmo com a baixa incidência pluviométrica e o intenso calor, em boa parte das cidades do Piauí o muro é rematado “com chapéu de telhas ou lajes intercaladas de telhas bicas” (SILVA FILHO, 2007, p. 79).

³² Material vernacular usado na construção civil, um dos mais antigos, ele foi amplamente usado na civilização do crescente fértil em especial no Egito Antigo e Mesopotâmia, sendo considerado um dos antecedentes históricos do tijolo de barro. Ele é formado de terra crua, água e palha e algumas vezes fibras naturais, no geral são muitos resistentes, suportando a altas temperaturas.

³³ Para obtenção da cal hidratada é necessário promover a reação da cal virgem com água, o que resulta em hidróxido de cálcio. A geração de calor nesse processo é tão grande que parte da água evapora e parece uma fumaça.

Alguns de seus trechos não resistiram às intempéries, sendo reerguidos e conseqüentemente perderam seu traçado original. Por isso se observa uma parte do muro construída com tijolo de seis furos e sem o revestimento com telhas. É possível que sua finalidade primordial fosse delimitar territorialmente a área do campo santo, seguindo muito provavelmente a recomendação do bispo de evitar a profanação desses espaços, e não se sabe se ele é antecedente aos sepultamentos ou posterior a eles.

Quanto à altura do muro, por ser baixo, pode ser facilmente transposto, o que se faz desnecessário, pois, em virtude de sua destruição parcial, por conta das intempéries, ele apresenta fissuras profundas por onde se pode facilmente adentrar o local (Figura 10).

Figura10 – Muro de pedra de jacaré parcialmente destruído



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2015).

Transpor o muro ou aproveitar-se de suas fissuras tem sido uma ação dos ladrões de túmulo que buscam aí peças de valor, tal como esculturas de bronze e mármore. Por estar interdito para sepultamentos desde a segunda metade do século XX, o cemitério permanece fechado e aqueles que desejam visitar os seus mortos se dirigem à residência de Dona Alcelina, zeladora do cemitério, situada ao lado do mesmo.

Dona Alcelina nasceu a 13 de novembro de 1960 e sempre viveu na cidade de Campo Maior. Foi a única sobrevivente dos treze filhos de sua mãe, dona Teresa. Todos os outros doze (12) irmãos, que ela não chegou a conhecer, estão sepultados nesse cemitério. O ofício

de cuidadora do cemitério chegou à sua família depois de uma sucessão de doenças e morte dos antigos funcionários. O primeiro que ela se recorda foi o Senhor Neuta, que era ao mesmo tempo o vigia e o coveiro. Com o falecimento deste, a responsabilidade foi atribuída à dona Benedita que, segundo a entrevistada, morava na esquina do cemitério. Depois desta senhora, veio a mãe de Alcelina, dona Teresa, lá permanecendo de 1967 a 1988. Vale ressaltar que, ao contrário dos outros dois funcionários, dona Teresa deixou o cargo com vida, deixou porque a idade avançada já não era compatível com as atribuições que o cargo exigia. Xuxa (Alcelina), que já desde os sete anos auxiliava sua mãe no cemitério foi quem a substituiu e lá permanece há 34 anos.

Ao conversar com Xuxa se percebe, em sua fala, um forte componente de denúncia em relação ao estado de abandono em que o cemitério se encontra por parte do poder público municipal. Quando o cemitério estava sob a administração da ordem religiosa Irmandade de Santo Antônio as coisas por lá eram diferentes. Sua vivência naquele espaço lhe confere uma autoridade para falar sobre ele, inclusive tem informações que não estão presentes nem na cultura material nem na documentação escrita.

Muitos foram os aspectos arquitetônicos originais do Cemitério Santo Antônio que se perderam, como a capela mencionada nos registros da visita pastoral do dia 10 de fevereiro de 1883, o passeio lateral esquerdo, sacrificado para o alargamento da rua, e o muro interno, que, de acordo com Xuxa, dividia as sepulturas, os ricos dos pobres. O muro foi demolido atendendo às ordens do Monsenhor Mateus Cortez Rufino, após flagrar um casal praticando ações inadequadas a esse espaço dos mortos. Quanto à capela, Xuxa diz que não a alcançou em pé, mas as histórias que ela ouviu falar são de que se tratava de uma capela pequena que ruiu por fatores naturais, e em seu lugar se encontra atualmente o cruzeiro (SILVA NETA, 2015).

Segundo Reis (1991) no processo de separação entre vivos e mortos em Salvador (BA), houve as normas prescritas pelos códigos da postura municipal e o regulamento religioso. No que se refere ao regulamento, se recomendava a segregação por um muro e com uma entrada própria para os não católicos e os excomungados. Para Xuxa, no cemitério Santo Antônio o muro foi uma realidade, mas a entrada foi única (MORAIS, 2015).

A vista frontal do cemitério não apresenta placa de identificação e sua fachada encontra-se ornamentada com pedras de ardósia³⁴, onde somente a parte inferior está pintada com cal hidratada. Outros elementos identificados nessa parte são o portão, a cruz logo acima

³⁴ É uma rocha utilizada na pavimentação, fachadas e decorações.

do portão, e os degraus (Figura 11). O primeiro não apresenta em seu formato simbologia litúrgica, “embora ele em si próprio, tenha seu simbolismo, que é o de passagem. A cruz ao alto representa a cristandade e a presença de degraus faz alusão à ascensão ao plano superior” (MORAIS, 2014, p. 42).

Figura 11 – Desenho da fachada do cemitério Santo Antônio



Fonte: Ilustração de Mauro Rodrigues (2015).

A simbologia de cada um desses elementos, portanto, está atrelada à interpretação da fé daqueles que ali jazem e dos vivos inseridos naquele contexto social. Gregório (2013), referindo-se aos degraus, diz que esses são recorrentes nas civilizações antigas, como os Zigurates, na Mesopotâmia, as pirâmides da costa peruana e os antigos templos dos gregos. Todos eles fundamentados em degraus.

Percorrendo seu interior se encontram um altar, a cruz das almas e a manilha. O primeiro é destinado à celebração da missa no dia dos finados, e até o primeiro semestre de 2015, ao lado desse altar, era possível visualizar um poste de madeira com a finalidade de puxar fios de energia da casa de dona Alcelina (Figura 12).

Figura 12 – Poste de madeira para iluminação, ao lado do altar



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Atualmente, o poste foi substituído por um novo, de energia permanente. Chaves (2014, p. 26) aponta que ainda na década de 40 do século XX a iluminação na cidade era feita em poste de madeira e que

A Rua Santo Antônio foi uma das primeiras vias públicas do centro de Campo Maior a receber infra-estrutura urbana como calçamento e iluminação (poste de madeira de carnaúba), porém de forma bastante precária. As casas na maioria eram de paredes de adobes, pisos de ladrilhos comum, coberta de telhas, madeira redonda e ripas de carnaúba. Banheiro e sentina rústicos sem água canalizada. Algumas residências do centro da cidade possuíam poços artesanais nos quintais.

Considerando que os mortos falam aos vivos, a iluminação do espaço dos mortos refletia a iluminação que havia na cidade dos vivos até a década de 40 do século XX, e ainda que de forma lenta venha acompanhando as mudanças que nela ocorrem. Mesmo que se possa afirmar que o sistema público de iluminação agora seja existente dentro dos seus limites, ainda assim é feito de forma precária (Figura 13).

Figura 13 – Novo poste para iluminação, ao lado do altar



Fonte: Acervo Pessoal de Jessica Gadelha (2015).

Como se pode observar, o registro arqueológico funerário não é estático; ele passa por transformações culturais, como essas do poste, e naturais, como a destruição parcial do muro por conta das intempéries. Ainda no grupo das transformações culturais estão os enterramentos secundários, a ação de ladrões de túmulos, as ofertas posteriores e a remoção dos cemitérios. E nas transformações naturais, os abalos sísmicos, os solos ácidos, as enxurradas, dentre outras.

A cruz das almas, ou cruzeiro,

é uma cruz em pedra ou madeira, normalmente colocada sobre plataforma podendo ter ou não degraus. Os cruzeiros podem ser de diversas dimensões e encontrados nos adros das igrejas, cemitérios, lugares elevados ou em encruzilhadas de caminhos (HERBERTS, 2011, p. 48).

A que está presente no acervo em questão é de madeira e está em uma plataforma sem degraus (Figura 14). Nela “são acesas as velas pela alma dos mortos, local onde no passado ficava a capela mencionada no Livro de Tombo da Freguesia de Campo Maior” (MORAIS, 2014, p. 46). Em geral as pessoas que não puderam, por algum motivo de força maior, se deslocar para as cidades onde estão sepultados seus entes queridos acendem velas nos cruzeiros de cemitérios nos municípios onde residem.

Figura 14 – Cruz das almas de madeira



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Nesse cruzeiro foi encontrado um ritual não católico, “uma faca de mesa com cabo preto e lilás, sob um pedaço de papel no qual estava escrito o nome de três pessoas do sexo feminino e uma vela preta”. Esses tipos de rituais reforçam o preconceito em relação a esses espaços, como lugares de assombração, almas penadas e magias negras “impossibilitando que a população veja além do visível as singularidades de cada artefato, e como a junção de seus elementos denuncia a memória coletiva da região” (MORAIS, 2014, p. 46).

Um último elemento a ser descrito é a manilha. Ela acumula água para a lavagem das edificações sob as sepulturas. Seu uso no local deve ser recente, pois até o ano de 1940 o serviço de canalização de água era precário. Tanto o cruzeiro quanto as manilhas estão sempre presentes nesses espaços (MORAIS, 2014, p. 46).

A forma como o cemitério se encontra atualmente é resultado de fragmentos representacionais do início do século XIX até os dias atuais. Mesmo fechado para sepultamentos, os rituais ainda são presentes. Carneiro (2012) considera que a paisagem contemporânea dos cemitérios é produto da sobreposição de várias camadas de representação construídas, como novos sepultamentos, reformas e ampliações nas construções, transferência

de concessões, demolições e intervenções em geral, e que a necrópole sem a cidade não existiria.

4.1 Acervo mortuário do cemitério

Integra o acervo mortuário do cemitério Santo Antônio um total de 870 sepulturas e um número de 1.040 sepultados, uma vez que existem sepulturas com enterramento coletivo. “Vale ressaltar que o número de sepultados pode ser bem maior, tendo em vista que, para as sepulturas sem identificação, considerou-se sepultamento individual” (MORAIS, 2014, p. 46).

Verifica-se que os materiais empregados na construção das edificações sobre as sepulturas são metal, granítica, alvenaria, azulejos, mármore e campas de ardósia. Essa última, pela grande ocorrência de sua utilização no lugar, se caracteriza como pedra local. “As que estão em menor número são a granítica, sendo predominante a pedra local. Túmulos, amontoados de pedras, gradil de ferro e covas simples formam seu conjunto tumular, prevalecendo o sepultamento em covas simples” (MORAIS, 2014, p. 48).

Figura 15 – Covas simples com pedra local (campas de ardósia)



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

As covas simples com campas de ardósia predominam, sobretudo na parte frontal, como mostra a Figura 15, na página 93. Do total, apenas dois jazigos integram seu acervo,

“um deles revestido parcialmente por suas telhas originais, onde há a inscrição Olaria Veneza” (MORAIS, 2014, p. 49).

Figura 16 – Telha contendo inscrição do fabricante



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Nos estudos de Natália Oliveira (2011) sobre o patrimônio arquitetônico religioso de Campo Maior, cita duas olarias que forneciam materiais para a construção da nova matriz, a do Caiçara e a do Zé Doia. Eram muitas as olarias existentes e a Veneza era uma delas. As olarias quase não foram referidas na produção acadêmica local. Fica, portanto, o registro como mais uma possibilidade de investigação, o que não será contemplado nesta pesquisa.

Após o levantamento da cultura material do cemitério, observou-se que ali repousam coronéis, padre, cônego, capitães, tenentes coronéis, poeta, médico, alferes do exército, homens e mulheres que vieram de outros estados firmando consórcios nesta cidade e que tiveram muitos filhos ou nenhum, crianças e recém-nascidos que interromperam a ordem natural das coisas ao falecerem antes de seus pais e homens simples que lá descansam no anonimato. Algumas das figuras de destaque acabaram sendo homenageadas com nome de ruas e avenidas, escolas e biblioteca da cidade. A própria rua na qual está localizado o portão de entrada do cemitério, como foi visto anteriormente, leva o nome de um dos seus sepultados, o padre Benedito Portella Lima.

Aqui jaz o padre Benedito Portella Lima ordenado a 17 de dezembro de 1887, no seminário de Santo Suplicio em Pariz, foi vigário desta freguezia durante 14 annos.

Nasceu em Oeiras, deste Estado, a 6 de janeiro de 1862, vindo a succumbir no dia 24 de julho de 1918, quando em desobriga no interior deste município. Homenagem sincera dos seus parochianos e amigos, admiradores das grandes virtudes de que era exemplo. Uma prece a Deus pelo bondozo e inesquecível parochio. A. M. GONDIM Rua do Sol 15 Maranhão (LÁPIDE 3, 1918).

Benedito Portella Lima foi um dos jovens que optou pelo sacerdócio. Aos 25 anos já era padre, e durante 14 anos foi vigário da Freguesia de Santo Antônio do Surubim. Quando em desobriga, faleceu no interior deste município.

As desobrigas consistiam em cumprir as obrigações da vida religiosa e davam-se por meio de campanhas e atividades promovidas na sede (zona urbana) e no interior (zona rural), como pregações, encontro dos casais para estudo e solução dos problemas dos mesmos, legitimação de uniões e reajuste de outras, visitação a capelas do interior e fazendas. Visavam à intensificação da vida cristã e à defesa da fé contra as heresias.

“Foi cumprindo o seu sagrado dever que o padre Benedito pagou o forte tributo a que toda humanidade está sujeita. Teve que submeter-se à lei irrevogável da natureza” (MEMORANDUM- LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1, 1883). No memorando redigido para comunicar o falecimento do referido padre, consta que há muito tempo padecia de duas traiçoeiras moléstias (não identificadas), mas mesmo conhecedor de seu precário estado de saúde “lançou-se a percorrer o interior para se fazer cumprir o seu alto dever”. Pôs-se a caminho do interior para atender à necessidade espiritual dos seus paroquianos.

Mas era que este distinto sacerdote e zeloso vigário trazia bem esculpido em sua bem formada consciência aquellas mensuráveis palavras e judiciosa recomendação do Príncipe dos Apóstolos, em sua primeira epistola, capitulo quinto e versículo dois e três, em que traçava, em synthese a summula dos actos deveres e obrigações, do parochio ou do pastor d'almas (Memorandum, LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1, 1883).

O príncipe dos apóstolos a que se refere o Livro é Pedro, aquele a quem Cristo confiou a sua Igreja. A passagem bíblica citada atende por função dos presbíteros. Este é o pastor que testemunha o Cristo a que serve, que se coloca a serviço da comunidade de forma livre e espontânea, com generosidade, como modelo. Os versículos assim dizem:

² cuidem do rebanho de Deus que lhes foi confiado, mas não por imposição, mas de livre e espontânea vontade, como Deus o quer; não por causa de lucro sujo, mas com generosidade; ³ não como donos daqueles que lhes foram confiados, mas como modelos para o rebanho (1 Pedro, 5:2-3).

Com apenas alguns poucos dias que estava no interior, na fazenda Furnas, o presbítero deixou definitivamente seu rebanho. Sua morte foi anunciada como uma fatalidade, e seu corpo recebeu as devidas encomendações.

Seus sagrados despojos foram conduzidos por alguns homens a esta cidade, onde chegaram na manhã (3 horas da madrugada) do dia seguinte – vinte e cinco do mesmo mês. Com a notícia do padecimento do digno vigário, os sinos dobraram logo à finados, e grande foi a aglomeração do povo, nas ruas até a casa de sua residência.

Revestido das vestes sacerdotais, completamente paramentado, conforme o disposto na sagrada liturgia, foi elle sacerdote levado à necrópole, tendo um concorridíssimo acompanhamento. Acha-se sepultado ao lado direito da porta do cemitério (Memorandum. LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE CAMPO MAIOR N° 1, 1883).

A passagem revela que o sacerdote era uma pessoa querida. Confirma a assertiva o cortejo fúnebre “concorridíssimo” e a dedicatória em sua lápide. Outro aspecto que chama atenção na passagem acima são os sinos dobrando a finados, que revelam um pouco da mentalidade funerária da época.

Além das vestes sacerdotais com as quais o padre Benedito foi sepultado outra referência de sua vida eclesiástica consta na sepultura, trata-se de um cálice, um ramo de trigo, uma Bíblia, uma cruz e uma estola.

Figura 17: Iconografia na lápide do padre Benedito Portela



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

O Cálice é um recipiente onde se consagra o vinho durante a missa, percebe-se que a cima dele está presente a inscrição JHS. Ela é uma sigla cristã que representa as iniciais de Jesus Salvador dos Homens, é um dos símbolos da Igreja Católica que aparece em relevo nas

hóstias que o padre consagra e oferece aos fieis nas missas. O trigo é o elemento que se faz o pão, o qual Jesus transformou em seu corpo, alimentando as almas e fortalecendo-as de paz, amor e esperança. A Bíblia fechada, que está baixo do cálice, representa a palavra de Deus, a cruz reporta-se ao sofrimento e a ressurreição, pois Jesus foi crucificado, mas voltou à vida.

A estola é uma espécie de faixa que o sacerdote pendura no ombro sobre o peito e ajuda com um cingulo³⁵ sobre a alva³⁶ e sob a casula³⁷. Segundo o padre Henry Vargas Holguin (2015) ela possui 7 simbolismos, são eles: a autoridade sacerdotal, a dignidade do primeiro homem, ou seja, do homem antes do pecado original, a inocência necessária para o cumprimento do serviço sacerdotal, as ovelhas que o bom pastor carrega sobre os ombros, o calvário para qual Jesus foi arrastado e o sacrifício e generosidade ao serviço da comunidade cristã.

Conforme a epigrafia tumular presente na sepultura do padre Benedito dentre os simbolismos citados pelo padre Henry a estola representa sacrifício e generosidade ao serviço da comunidade cristã. A posição de sua sepultura está em conformidade com a cultura material; é a terceira do lado direito do portão do cemitério.

Outro sepultado no cemitério que compartilhou da vocação para o sacerdócio foi o Cônego Gastão Pereira da Silva, nascido a 16 de agosto de 1886. Era filho de Ludgera Pereira da Silva e do Coronel Lysandro Pereira da Silva, um dos seis filhos do casal, e o único que se fez padre. Faleceu em 4 de maio de 1944. Em sua lápide há uma cruz em alto relevo sob a Bíblia, e em sua volta há uma estola, onde, em cada extremidade, há uma cruz. A Bíblia diferentemente da iconografia anterior se encontra aberta sob um suporte.

³⁵ Cordão longo usado pelo sacerdote para prender a alva

³⁶ Veste geralmente de tecido branco

³⁷ Também é uma veste litúrgica que pode ser confeccionada em seda ou damasco. As cores variam conforme o rito litúrgico. Utiliza-se sobre a alva e a estola durante a celebração de missa.

Figura 18: Iconografia na sepultura do Cônego Gastão P. da Silva



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Assim como a documentação escrita reforça os dados obtidos em campo, como foi o caso da sepultura do padre Benedito, ela também acrescenta informações novas e até mesmo as contradiz. Por exemplo, os termos de óbito apresentam uma diversificação de sujeitos que eram enterrados no cemitério. Eram assassinos, filhos naturais e transeuntes, que é improvável se visualizar nos epitáfios, uma vez que estes são cuidadosamente selecionados, ou seja, passam por um filtro de percepção.

Ainda na consulta dos Livros de óbito foi encontrado um exclusivamente dedicado aos registros de falecimento dos filhos da mulher escrava. Os escravos eram outro segmento social a compor os sujeitos que repousavam no espaço. Segundo dona Alcelina, foram os escravos que ergueram o muro do cemitério e tiveram outras contribuições na construção de edifícios na cidade, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (MORAIS, 2015). Paixão (2015) atribui à mão de obra africana a construção dos primeiros prédios públicos da nascente Vila de Campo Maior. “Os principais patrimônios histórico-culturais de Campo Maior foram erigidos pelos escravos africanos: a igreja de Santo Antônio, as primeiras paredes do açude grande, e o primeiro complexo de casas da Praça Bona Primo” (PAIXÃO, 2015, p.172).

A existência do livro de óbito dos filhos da mulher escrava deu margem a reflexões sobre a existência do muro interno, mencionado por Xuxa, pois se havia uma preocupação de

separar por escrito os filhos da mulher escrava dos filhos dos demais homens (livres/ricos, livres/pobres) é provável que havia uma preocupação de uma segregação física.

Uma contradição presente na documentação material e escrita diz respeito à relação de sepultados. Nos livros de óbito dos filhos da mulher escrava e no Livro de Óbito nº 03, os nomes listados ultrapassam a relação feita com os dados levantados em campo. Só no período de 23 anos foram 1.098 sepultados, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Registro de óbito: quantidade de sepultamentos, por ano, do século XIX (1873-1883)

Ano	Quantidade de sepultamentos
1873 a 1883	50
1887	79
1888	71
1889	75
1890	74
1891	78
1892	58
1893	98
1894	86
1895	103
1896	110
1897	111
1898	79
1899	27
Total	1.098

Fonte: Elaborada pela autora.

Vale ressaltar que a consulta dos registros de óbito do ano de 1899 não foi concluída porque o objetivo era mostrar a contradição que há entre a cultura material e a documentação escrita e não esgotar essa segunda fonte, que inclusive adentra o século XX. A margem de diferença da segunda para primeira é de 58 sepultados a mais. Cabe lembrar que essa margem é ainda maior pelo motivo anteriormente explicado.

O que justificaria um número de sepultados menor para um período de tempo maior (1804-1978), enquanto em apenas no período de 23 anos o cemitério já contava com 1.098 sepultados? Qual seria a razão de, nos termos de óbito, aparecerem nomes de pessoas cujo

local de sepultamento consta o Cemitério da Irmandade de Santo Antônio e essas pessoas não constarem no registro da cultura material?

A julgar pela confrontação de fontes, é provável que diversas sepulturas tenham sido reutilizadas para novos sepultamentos, sem que houvesse preocupação com a memória dos corpos anteriormente sepultados. Acredita-se que os enterros no Cemitério Santo Antônio eram gratuitos para quem não podia pagar por ele. Quem podia pagar pelo pedaço de chão no qual passariam a jazer os corpos tinha sepultura perpétua, podendo na morte juntar-se com seus entes queridos, caso fosse de suas respectivas vontades.

Quem não podia pagar dispunha dos enterramentos gratuitos concedidos pela Irmandade de Santo Antônio, mas sujeitos a terem sobre seus corpos outros corpos com os quais em vida não tinham nenhuma relação afetiva e familiar e nem mesmo compartilharam da existência no mesmo século. Sendo assim, além de suplantados os corpos, também tiveram rebaixada a memória. Para isso bastava que houvesse transcorrido tempo suficiente para a reabertura da cova ou não. Pelo fato de as sepulturas não serem numeradas acredita-se que não era possível um maior controle da reabertura ou não de covas.

Das 870 sepulturas e dos 1.040 sepultados que a cultura material aponta, 32 sepulturas e 33 sepultados são respectivamente do século XIX. Das 32 sepulturas, 5 possuem tipo de sepulturas coletivas, onde 4 delas mesclam enterramento do século XIX com o XX, e apenas uma trata-se de sepultura coletiva com enterramento apenas do século XIX.

Partindo da análise dos sepultamentos do século XIX, verifica-se que do (suposto) sepultamento mais antigo (1804) ao subsequente há uma lacuna significativa de 36 anos e que até a última data para esse século, conforme a cultura material do cemitério, a lacuna foi diminuindo para 20, 9, 5, 4, 2 e 1 ano (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Cultura material: quantidade de sepultamentos, por ano, do século XIX

Ano	Quantidade de sepultamentos
1804	1
1840	1
1869	1
1871	1
1872	1
1874	1
1875	1
1879	1

1884	1
1885	1
1886	1
1887	1
1888	1
1889	3
1890	1
1891	1
1892	1
1893	3
1894	1
1895	4
1896	3
1897	2
1899	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Chama atenção o silenciamento para o ano de 1823, data em que ocorreu a Batalha do Jenipapo. Existe a possibilidade de que o cemitério Santo Antônio já existisse anteriormente à deflagração da Batalha e que poderia ter recebido os corpos daqueles que morreram imediatamente no campo de combate, ou então dos que vieram a falecer anos depois em decorrência dela. O que aconteceu então com os corpos dos combatentes do Jenipapo? Foram todos sepultados no campo de batalha, os que tiveram e os que não tiveram morte imediata? Ou alguns deles podem de fato repousar no Santo Antônio? Pode ser que sim, pode ser que não, mas é fato que os heróis “de que tanto se fala”, são heróis que pouco se conhece. Foram homens que viveram e findaram-se no anonimato. Suas sepulturas são tão anônimas quanto seus corpos. Espera-se que tal silenciamento possa inquietar o leitor.

A maior regularidade de sepultamentos por ano se inicia a partir do ano de 1869, entretanto, como foi demonstrado na Tabela 1, verifica-se que o número de sepultados por ano é bem maior, reforçando a ideia de reutilização das sepulturas. A hipótese levantada é a de que a grande maioria foi reutilizada sem referenciar qualquer outro corpo ali sepulto.

Pode-se inquirir que se havia a reutilização das sepulturas então por que o fechamento do cemitério em 1978? Por uma questão de saúde pública como foi demonstrado no projeto lei nº50, apresentado no capítulo três. Outro fator pode ter sido o crescimento de aquisição de sepulturas perpétuas e a falta de terreno para ser ocupado.

Quanto à espacialização das sepulturas, de uma forma geral, não há alinhamento entre elas. Estão situadas, em sua maior parte, umas próximas das outras e distribuídas em quase todo o terreno. A forma como estão distribuídas a sepultura mais antiga e a mais recente permitem tecer considerações de como se deu a ocupação do sítio.

“O sepultamento mais antigo data de 1804, é de uma senhora chamada Ernestina Roza de Brito, que faleceu com 40 anos de idade” (MORAIS, 2014, p. 51). Ressalte-se que, em 1804, estava sendo inaugurado por ordens de Napoleão Bonaparte o cemitério Père Lachaise, em Paris, o mais famoso do mundo, segundo Nogueira (2013). Ainda de acordo essa autora, devido à recusa da população em aceitar os novos modelos que orientavam a legislação de sepultamentos, a necrópole permaneceu sem ser utilizada até 1817. Em cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e Porto Alegre, por exemplo, os cemitérios extramuros só começaram a ser implantados em 1850.

Na Bahia, o levante popular conhecido como cemiterada mostra que já em 1836 havia sido criado um cemitério extramuros denominado de campo santo, mas a população, ainda afeita as suas tradições funerárias, destruiu-o quase que completamente. Se na Princesa das Campinas, o cemitério Santo Antônio já estivesse em funcionamento, conforme atesta o sepultamento mais antigo, seria uma história singular em meio a uma história plural no que se refere à implantação de cemitérios extramuros.

Figura 19 – Sepultura mais antiga do cemitério Santo Antônio



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Na sepultura de Ernestina Roza (Figura 19) também está enterrado José Pedro da Costa, falecido em 1931, provavelmente filho dela, uma vez que quem lhe dedica a lápide é seu neto, atendendo por nome José Pedro da Costa Neto. Trata-se de uma sepultura coletiva. A sepultura está localizada no lado direito, lado em que está à sepultura do padre Benedito Portella.

A ordem em que o nome dos sepultados aparecem na lápide é inversa a essa apresentada, que é utilizada apenas para evidenciar o sepultamento mais antigo (1804). Muito provavelmente as sepulturas que abrigam corpos de distintas temporalidades (século XIX e XX) sofreram modificações em suas edificações e nos elementos que os ornaram devido ao último sepultamento nele realizado. Em alguns, a lápide faz referência ao corpo anteriormente

sepultado; há uma preocupação com a memória de seus entes queridos. Nesse contexto, nas 3 sepulturas coletivas, verifica-se essa preocupação.

A sepultura mais recente é de 1978 (Figura 18), onde jazem os restos mortais de Marion Saraiva Monteiro, localizado no lado esquerdo (parte posterior esquerda, próximo ao muro).

Figura 20 – Sepultura mais recente do cemitério Santo Antônio



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2014).

O posicionamento de ambas as sepulturas, a mais antiga e a mais recente, faz com que seja descartada a possibilidade de que o sítio foi inicialmente ocupado na parte frontal, próximo à entrada, e na parte de trás, uma vez que o posicionamento do sepultamento mais recente está depois do mais antigo. “E leva a acreditar que lotes de terra eram previamente adquiridos, por quem tinha poder aquisitivo para isso, provavelmente através da compra, como também na possibilidade de enterramentos aleatórios” (MORAIS, 2014, p. 52). O sentido dos sepultamentos em sua quase totalidade está voltado para o portão de entrada (leste), havendo um pequeno número voltado para a cruz das almas, para o muro lateral direito e esquerdo.

O estado de conservação do acervo como um todo é precário. Entre seus principais problemas se pode listar o desmoronamento parcial do muro, destruição das edificações construídas sob as sepulturas, ausência de partes dessas edificações, como “hastes de cruzes, revestimentos de azulejos, partes de inscrições que não resistiram à ação natural ou à queima

de velas que familiares e amigos acenderam ou acendem provocando seu escurecimento” (MORAIS, 2014, p. 49), gradil de ferro retorcido, peças saqueadas, letras e números que se desprenderam da lápide, cruzeiros, lápides e esculturas avulsas e esculturas decepadas. Esse estado de degradação em que o cemitério se encontra é atribuído tanto a fatores naturais quanto culturais. “A pouca arborização no seu interior faz com que as sepulturas fiquem diretamente expostas à incidência dos raios solares e das chuvas, o que acelera o processo de desgaste dos elementos que o compõem” (MORAIS, 2014, p. 49). O estado de conservação das construções é influenciado principalmente pelo material escolhido pelos proprietários para revestimento. Lembre-se que o tipo de material da construção tumular é fator de diferenciação social; evidencia poder econômico, condições econômicas precárias ou escolha pela simplicidade.

O sistema de iluminação precário e a ausência de vigilante torna o cemitério um alvo fácil para os ladrões de túmulo que, além dos objetos de valor, levam também os ex-votos da única sepultura que apresentou como rito o culto popular. Em seu estudo, Soares (2013) denuncia o estado de abandono em que o cemitério se encontra, pois na maior parte do ano a vegetação permanece alta, “engolindo as sepulturas”. A limpeza do terreno só é feita duas vezes ao ano, no dia das mães e dia dos finados.

Para Xuxa, o Cemitério da Irmandade de Santo Antônio, como é por ela invocado, sempre está tomando o mesmo rumo que tiveram outros edifícios da cidade que materializam parte do processo histórico local, ou seja, o desaparecimento, e que seu destino tornou-se incerto depois que ele passou a ser gerido pela municipalidade. O ápice do problema de desorganização, para Xuxa, foi quando se cogitou a possibilidade de destruir o cemitério para construção de uma Praça das Almas (MORAIS, 2015).

Por não possibilitar mais sepultamentos desde 1978, as autoridades consideraram que o cemitério não consegue mais cumprir sua função como um aparelho dentro do sistema urbano. Daí a proposta de sua demolição para construção de uma praça. Essa tem sido uma prática recorrente no país. Referindo-se aos três primeiros cemitérios de Ribeirão Preto, Borges (2002) coloca que nada restou deles, pois com a expansão da cidade foram descaracterizados. “No lugar dos mortos, nasceram árvores e flores, construíram-se fontes luminosas, coretos, enfim, praças onde a multidão de vivos se reúne para se distrair e celebrar a vida” (BORGES, 2002, p. 30). O mesmo ocorreu em Florianópolis (SC) e em Pedro II (PI).

Em Campo Maior, o cemitério Santo Antônio não chegou a ser demolido porque, segundo Xuxa, a família Castelo Branco disse que “enquanto for viva ninguém destrói o cemitério” e também que se depender dela “ali ninguém mexe”. Cabe aqui retornar ao

questionamento feito no segundo capítulo. Os sentimentos que mantêm a preservação do uso da terra são compartilhados por todos ou são impostos pela classe dominante, difundidos e aceitos por todos? Percebe-se na fala de Xuxa que embora a força de sentimentos pelos entes queridos ali sepultados seja compartilhada por todos, é um grupo de pessoas de prestígio econômico e político local que tem assegurado a permanência do uso da terra como cemitério.

4.1.1 Sepultamento de crianças

Consoante a cultura material, o número de sepultamentos de crianças em relação ao número total de sepultados é pequeno. Moraes (2014) aponta que dos 1.040 sepultados, 62 são crianças divididas em infantil e inocentes. Ela considera infantil aqueles que possuem faixa etária entre 8 e 14 anos e inocentes os que estão entre 0 e 7 anos. “São chamados de inocente porque representam a inocência, a pureza, deixam a vida sem terem adquirido os vícios e pecados do mundo. Desde o início do século XIX, no Brasil, elas são chamadas de anjinhos” (MORAIS, 2014, p. 53).

Desses 62 (sessenta e dois), 19 (dezenove) eram infantis (2 do século XIX e 17 do século XX), 9 (nove) do sexo feminino, 8 (oito) homens e 2 (dois) não identificados. Dos 43 (quarenta e três) inocentes (5 do século XIX e 21 do século XX) não foi possível delimitar a que século pertencem 17 (dezessete) deles, 3 (três) por não possuírem nem data de nascimento nem de falecimento e também pela abreviação de apenas os dois últimos algarismos. Desses 43 (quarenta e três), 26 (vinte e seis) são do sexo feminino, 16 (dezesseis) homens e 1 (um) não identificado. Portanto, predominam os sepultamentos de crianças do sexo feminino. Tanto elas quanto os homens trazem nome de Santos. No Livro de Tombo da Freguesia de Campo Maior Nº 1, de 1883, verificou-se que a Igreja intervinha na escolha do nome a ser dado à criança no ato de batismo, recomendando aos pais que fosse retirado de algum santo, pois desse modo elas teriam um protetor a mais. No entanto, nessa freguesia, essa recomendação nem sempre era seguida, e as crianças recebiam nomes que essas autoridades religiosas denominavam fúteis e ridículos. Para os vigários, era um abuso, um hábito pagão que eles não poderiam permitir que se proliferasse. Na tentativa de impedi-lo, a Igreja determinou que tais nomes³⁸ não fossem aceitos quando fossem conferir a Santa Crisma.

Não obstante, o que mostram os registros de óbito, só no século XIX é que a taxa de mortalidade entre as crianças supera aquela que aparece no acervo do cemitério. Segundo o

³⁸ O documento não cita exemplos dos nomes.

Livro de Óbito dos Filhos da Mulher Escrava da Freguesia de Campo Maior (1873-1883), as causas mais frequentes eram febre, estupor, hidropisia, úlcera no rosto, sarampo, espasmo, gangrena, sesões, dentição, aneurisma, tumores, diarreia, vermes, asma, indigestão, convulsões, coqueluche, veneno de cobra (entre as quais a cascavel), inflamação na garganta, queimaduras, paralisia, moléstia interior, pleuris, escrófula, coice de animal, queda e outras não mencionadas. Reis (1991, p. 36), referindo-se aos livros de óbito por ele consultado, comenta que essa expressão moléstia interior “era usada quando não se podia associar os sintomas do moribundo a uma enfermidade conhecida. Muitas vezes os padres registravam um nome descritivo para a causa da morte”. Os dados da Tabela 3, abaixo, só vêm reforçar a hipótese levantada na presente pesquisa.

Tabela 3 – Registro de óbito: sepultamentos de crianças, por ano, do século XIX

Ano	Quantidade	Inocente	Infantil
1873 a 1883	50	49	1
1887	25	23	2
1888	32	31	1
1889	28	28	0
1890	30	29	1
1891	29	28	1
1892	20	19	1
1893	35	31	4
1894	29	26	3
1895	41	36	5
1896	48	46	2
1897	45	41	4
1898	27	23	4
1899	11	11	0
Total	450	421	29

Fonte: Elaborada pela autora.

Observe-se que já entre 1873 a 1883 a quantidade desse tipo de sepultamento quase atinge a marca de 62, e é obvio que na lacuna entre 1883 até 1887 a mortalidade de crianças não deixou de ocorrer, além do que a tabela não apresenta os dados referentes ao século XX.

Entre os sepultamentos de inocentes do sexo feminino no século XX no cemitério em estudo destaca-se o túmulo da menina Maria Lúcia Andrade (Figura 21).

Figura 21 – Transformações culturais no túmulo da menina Maria Lúcia



Fonte: Acervo pessoal de Nara Carvalho Soares (2013) e acervo pessoal de Jessica Gadelha Morais (2014 e 2015).

A primeira imagem da Figura 21, acima, tem origem na época em que o túmulo da menina Maria Lúcia e os ex-votos ficavam ao relento, e a capela que segue nas outras imagens foi construída como pagamento da promessa de um devoto que teve sua mulher curada de um câncer. A capela é de tijolo de seis furos, com cobertura de madeira cerrada e

telhas vãs. Posteriormente, as paredes foram chapiscadas, rebocadas e pintadas. A cor da tinta foi escolhida cuidadosamente. Era necessário ser uma cor singela, daí um azul que remete à cor do céu. Dessa forma, os ex-votos estavam a salvo das intempéries, mas não da ação de ladrões de túmulos. Na tentativa de inibir essa ação, a capela recebeu um portão com a ajuda financeira dos devotos, mas não adiantou muito, pois metade da grade já foi arrancada e boa parte das oferendas continua sendo saqueada.

Soares (2013), ao estudar o processo de sacralização popular em torno da alma milagrosa da menina, defende que foram seus atos cotidianos em vida que ajudaram na sua formação atual como alma milagrosa. Conta-se que ela sofria de uma doença renal, mas sempre que podia, ou seja, assim que apresentava uma melhora, estava brincando com outras crianças na praça que ficavam em frente a sua residência, a Praça Bona Primo, onde hoje funciona a Academia Campomaiorensense de Artes e Letras. Também gostava de ajudar os outros; a todos que passavam pedindo esmola ela não negava assistência. Faltavam 14 dias para Maria Lúcia completar 8 anos de idade quando faleceu” (MORAIS, 2014, p. 54). Ela é chamada pela população também de “santinha da eucaristia” e “Lucinha”. Um de seus devotos era o senhor Octacílio Eulálio. Seu túmulo é outro exemplo de transformação cultural.

Anteriormente à colocação do portão, outra medida já havia sido tomada na tentativa de evitar os furtos. Dona Alcelina passou a guardar os brinquedos em sua residência, “repondo-os no dia da criança e dia de finados” (MORAIS, 2014, p. 55). Nesses dois dias, as oferendas se multiplicam.

4.1.2 Fotografias cemiteriais

A fotografia é um dos elementos presentes no cemitério que carrega uma forte carga de representação da memória e da identidade da comunidade. Ela é a memória na imagem; é uma fixação da lembrança. Miriam Leite (2001), em “Morte e fotografia”, aponta a foto como um desencadeador da reflexão psicológica. “O tempo fotográfico recompõe o tempo da memória, alheio ao tempo cronológico. São instantâneos, irregulares e arbitrários, ligados e separados pelo esquecimento” (LEITE, 2001, p. 44).

Depreende-se da afirmação da autora que a fotografia é a captura de um momento significativo capaz de agregar vários sentidos, como cheiros, sons e sensações térmicas. A memória, através da lembrança de sentimentos e percepções, possibilita a ligação com o

tempo presente, há o compartilhamento de momentos, pensamentos e ainda revela traços e hábitos. Em virtude de sua reprodução ser polissêmica, é capaz de atingir os leitores em diferentes níveis da percepção e das emoções.

De acordo com Miguel Augusto Soares (2007), os retratos fotográficos podem ser de dois tipos: os retratos mortuários e os retratos cemiteriais. Os primeiros constituem as representações de pessoas já sem vida; os segundos dizem respeito as fotografias realizadas em vida que passam a representar os corpos sepultados e são usadas como elementos que adornam as sepulturas. Vale ressaltar que retratos mortuários podem ser encontrados nos espaços cemiteriais.

Referindo-se aos retratos mortuários, Mauro Guilherme Koury (2001) informa que eles fizeram sucesso da segunda metade do século XIX até as décadas de 1930 e 1940. A finalidade desses retratos era expressar a face da boa morte cristã (associada ao sono, expressando uma morte tranquila), poder atestar as relações sociais através deles na posterioridade (demonstração social do prestígio do morto e da família de que fazia parte), revelar a emoção dos parentes próximos junto ao corpo e ainda contribuir para que a morte do ente querido não o relegasse ao esquecimento. Esse tipo de retrato era realizado exclusivamente por fotógrafos profissionais.

Com sua acentuada popularização, dos anos 50 em diante, os retratos mortuários chegam a todas as classes sociais e categorias sociais. Os registros então deixam de ser feitos exclusivamente por profissionais e os amadores passam a registrar o cotidiano pessoal e familiar. Também se verifica nesse momento o declínio da fotografia mortuária, que passa por uma reconfiguração, ou seja, sai do cunho privado dos álbuns de família e passa a compor os santinhos, que são cartões de agradecimento aos presentes nos funerais e de lembrança do morto, mas retratados em vida.

Jay Ruby (2001) também se reporta aos tipos de fotografias mortuárias que denomina fotografias pós-morte, nos Estados Unidos da América. Até 1900, diz a autora, os fotógrafos profissionais anunciaram regularmente o trabalho de retratar pessoas falecidas, e pelo menos três estilos emergiram durante o século XIX, dois deles voltados a negar a morte com a ideia de último sono e o último estilo denominado retratos funerais, ocupado em retratar os mortos como um objeto de dor circundado por entes queridos enlutados. Apesar de tais serviços não serem mais anunciados, o costume de utilizar retratos pós-morte não foi abandonado; apenas circulam sob forma privada.

Com a atitude de tabu diante da morte, esses tipos de fotografias ganharam sentidos de morbidez, patologia ou de superstição. Independentemente se do tipo mortuário ou cemiterial,

“preservar memórias parece ser inquestionavelmente uma motivação básica para a criação da fotografia” (RUBY, 2001, p. 105). A imagem é algo visível que carrega o invisível e que pode ser velada pelo esquecimento, revelada por novas lembranças e revelada pela memória alheia.

No cemitério Santo Antônio só foram encontradas as fotografias cemiteriais. Isso quer dizer que os sujeitos tiveram tempo suficiente para escolher um dado momento para capturar lembranças significativas. Do acervo de 870 (oitocentas e setenta) sepulturas Morais (2014) registrou 24 (vinte e quatro) fotografias, todas do século XX. Em uma das sepulturas havia local para fotografia e em 18 (dezoito) havia fotos, sendo que em 4 (quatro) desses 18 túmulos havia 2 (duas) fotografias e 1 (um) desses túmulos apresentava 3 (três) imagens. Os demais jazigos apresentavam apenas 1 (uma). Em quase todos há placas de porcelana gravadas, revestidas por placa de metal e em bom estado de conservação. “O maior número de retratados são os homens (18), dois deles idosos. Em seguida, estão as mulheres (5), duas idosas e uma criança, a única de todo o acervo fotográfico” (MORAIS, 2014, p. 56).

As sepulturas que, segundo Morais (2014), continham apenas o local da fotografia, observou-se no presente que já a possuem. E, com exceção da fotografia da sepultura 707, que está mais para uma pintura, a tonalidade das demais fotografias estão em tom escuro (preto) ou claro (branco). Para Borges (2002), pintura e escultura também são tipos de retratos. E o retrato, segundo Pesavento (2002), é uma possibilidade de visão do real e não de fato o real, e que a representação do mundo faz parte da realidade.

Quanto à tonalidade mencionada, escura ou clara, pode ser atribuída à ambientação das fotografias em estúdio, o que demonstra que a atividade ainda não atingira sua popularização na cidade. O fotógrafo do estúdio criava um cenário, palpitava na pose a ser assumida pelo retratado.

A propósito, rir parece não ser habitual, pois predominam as expressões de seriedade e feições jovens. Desde períodos mais remotos a seriedade tem associação com responsabilidade e, nessa época, ser retratado era privilégio de apenas alguns mais importantes e, como queriam ser imortalizados, inclusive com a fotografia, era muito importante que tivessem a postura correta em suas poses. Sorriso com dentes visíveis contrariava as regras de seriedade nas maneiras, conforme já prescrevia João Batista de La Salle, em seu livro “Regras do Decoro e Civilidade Cristã”, de 1703. Além disso, havia um espírito de solenidade herdado há bem pouco tempo dos retratos pintados.

Nicholas Jeeves (2014) escreveu um texto sobre o interdito cultural do sorriso em fotografias, no século 17: “era algo bem estabelecido que quem sorria abertamente, na vida e

na arte, era somente o pobre, o libidinoso, o bêbado, o inocente e quem trabalha para entreter a outro”.

Para Bellomo (2008, p. 22), “as fotos quase sempre mostram os mortos mais jovens e saudáveis, forma de esconder a realidade da morte”. Assim, eles serão sempre lembrados como jovens. A inscrição contida na fotografia 730, em placa de madeira, confirma a assertiva de Bellomo (2008): “Eu nasci no dia 01 de julho de 1942. Não envelheci porque Deus não quis. No dia 26 de abril de 1967, ele me disse: permanecerás eternamente jovem”. Nesse contexto chama a atenção ainda a fotografia de um jovem gravada na sepultura 150, mas que no período do falecimento já estava com 54 anos.

A pose impressa pelos sujeitos das fotografias é do tipo frontal ou de perfil, e isso pode ser explicado pela escolha de uma imagem que mostrasse melhor o rosto e, portanto, facilitasse o reconhecimento por parte dos observadores, mas também subentende que as pessoas à época tinham pouca liberdade para fazer o registro. Havia um decoro para se posicionar diante das velhas câmeras.

O vestuário é pouco diversificado. Na veste masculina predomina o terno em diferentes tonalidades, com exceção das fotografias contidas nas sepulturas 463, 676 e 730, que mostram roupas mais simples. A de número 676 também apresenta uma aparência modesta comparada com as demais. A indumentária feminina é marcada pelo vestido, também com diferentes tonalidades, com ou sem estampa. “Todas as mulheres usavam o cabelo preso, com exceção da criança que o penteava solto e enfeitado com um laço” (MORAIS, 2014, p. 57).

Os aspectos apresentados nas fotografias do cemitério Santo Antônio se assemelham às tipologias apresentadas por Rigo (2008). Conforme essa autora, as fotografias cemiteriais são de oito tipos: de cunho social, étnico, de ofício, de época, etárias, infantis, de casais e de família.

As de *cunho social* são aquelas que apresentam tipos de roupas e acessórios que identificam as pessoas de acordo com o status social. É o caso das fotografias presentes nas sepultura de número 150, 162, 166, 168, 455, 542, 636 e 707 respectivamente.

Figura 22 – Fotografias de cunho social



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

As fotos classificadas como pertencentes ao grupo *étnico* são identificadas a partir de características físicas do fotografado (branco, pardo, preto, amarelo e indígena), indumentária, cabelo e acessórios.

Figura 23 – Fotografias do grupo étnico



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na Figura 23 acima estão as fotografias referentes às numerações 556 e 433. Mesmo com a pouca nitidez das fotos, em virtude da qualidade do registro, do tempo e de agentes externos, é possível avaliar pelos traços físicos que se tratam de um indivíduo de cor parda e de uma mulher de pele bem clara. Não há registros evidentes de pessoas com descendência indígena, asiática ou de nuance bem escura.

As *de ofício* apresentam o falecido com o uniforme de ofício, a foto da formatura ou praticando sua profissão, como a que aparece na de número 421, reforçada ainda pela titulação de doutor, provavelmente reproduzida da tradição cultural e não acadêmica abreviada e gravada na própria imagem.

Figura 24 – Fotografia de ofício



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O termo “doutor” depõe historicamente sobre as relações sociais, e com maior relevo nas pequenas comunidades, lugares onde é mais reproduzido como pronome de tratamento e não como título acadêmico. Não é uma questão somente de linguagem, pois as mudanças da língua acompanham as mudanças das pessoas. O termo “doutor” tão enfatizado na fotografia fala muito sobre as relações de poder a que o Brasil assiste há muito tempo. Revela, sobretudo, a desigualdade de cunho social e econômico: é como o pobre trata o rico e como os que não puderam estudar tratam os que puderam adquirir educação formal de qualidade. É notório que até hoje essa acepção de poder ainda não perdeu a força, não entrou em desuso, apesar de sua pública legenda, isso porque o código linguístico é arbitrário, mas não o seu

uso, neste caso marcado pela superioridade de alguns sobre muitos, no Brasil, no passado e no presente. O problema é que as pessoas não mudaram, ou pelo menos esse tipo de mudança não houve aqui.

As fotografias dizem muito a respeito do tempo histórico do indivíduo, pois cada época se identifica pelos gostos generalizados por certas tendências estéticas, servindo a propósitos sociais de inserção em determinados grupos e, assim, a escolha dos modelos de roupas, adereços e cortes de cabelo carregam uma ideia de conveniência coletiva de se inserir em um padrão identificador de uma classe. Nesse entendimento, tem-se a fotografia *de época*. Estão nesse grupo as imagens presentes nas sepulturas de número 219, 433, 556 e a 676, nessa ordem apresentadas a seguir, Figura 25.

Figura 25 – Fotografia de cunho histórico



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Cabe aqui destacar que a fotografia da sepultura 219, a primeira à esquerda da Figura 25, foi colocada como adorno do túmulo no ano de 2015. No registro fotográfico de Moraes (2014) realizado no ano de 2014 havia somente o lugar designado à fotografia, sem a imagem (Ver Figura 26). Por ocasião desta pesquisa, em 2015, a referida fotografia preencheu o lugar vazio.

Figura 26 – Local da fotografia na Sepultura 219
(registro de 2014)



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha
(2014).

As fotografias que indicam faixa de idade dos falecidos são denominadas *etárias*: são as que retratam os enterrados que podem ser agrupados segundo a idade que apresentavam na época de falecimento. Assim, pode-se dizer que estão inseridos em um grupo de bebês, de crianças, de adolescentes, de adultos ou de idosos.

Figura 27 – Fotografias etárias



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na Figura 27 acima, a fotografia à esquerda pode ser inserida na faixa de crianças e a foto à direita no grupo de adolescentes. Diga-se que, no cemitério em estudo, há apenas uma fotografia com os elementos do tipo *infantil*, a de número 9 (Figura 28). Esse tipo de

fotografia pode apresentar crianças com seus brinquedos, com trajes de festas e até mesmo o registro fotográfico de seu falecimento, o que não é caso da menina Maria Lúcia Andrade, que foi fotografada em vida. Como dito anteriormente, Maria Lúcia faleceu quando iria completar 8 anos de idade.

Não se pode deixar de notar que a expressão da menina parece ser de desconforto, pois, em vez do riso, sua face traz a feição do choro. Há uma lógica em pensar que não era preocupação com o decoro que fazia as crianças de antigamente ficarem sisudas, mas sim a estranheza das câmeras, que não era um objeto comum, e além disso elas precisavam de longo tempo de exposição até a captura da foto, de 5 a 30 minutos – não daria para deixar um sorriso aberto durante tanto tempo.

Figura 28 – Fotografia infantil



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Nas fotografias *de casais* é comum eles aparecerem no dia do casamento ou apenas lado a lado em uma mesma foto (Figura 29). No caso dos registros existentes no cemitério Santo Antonio, não se encontra imagem de casal em uma mesma foto.

Figura 29 – Fotografia de casais



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Há casos de fotografias cemiteriais em que um deles ou o casal retratado está morto e passa por uma preparação de estúdio de forma a parecer vivo na imagem. No acervo contido no local de estudo não foi encontrado esse tipo de fotografia e nem de casal no dia do matrimônio; apenas lado a lado e com um detalhe: em molduras separadas. Essas fotografias são observadas nas sepulturas de número 69, 446 e 546, conforme Figura 26 acima.

O último tipo é a de *família*. Essa tipologia se refere às fotos que representam a união e a estabilidade de uma determinada família. Foi possível notar, a esse respeito, que várias inscrições enfatizam o grau de parentesco dos enterrados. São dados que reforçam a disposição das fotografias de familiares e ajudam o observador menos informado a filiá-los a um ancestral comum (Figura 30).

Figura 30 – Fotografias de família



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

A forma como elas estão organizadas pode, em alguns casos, representar uma interessante árvore genealógica. Nessa configuração estão as de número 454 e 463. Quanto a todas essas tipologias apresentadas cabe uma observação, a de que uma fotografia pode apresentar aspectos que permitam inseri-la em mais de um tipo.

Como dito anteriormente, as fotografias são apenas um dos elementos do patrimônio funerário. Além desses, foram apresentados neste capítulo os aspectos arquitetônicos, o número de sepultamentos e sepultados, a distribuição e orientação das sepulturas e de que forma a leitura desses aspectos informa aos transeuntes.

Contudo, assim como outras edificações da cidade, a exemplo da Fazenda Tombador e do Museu do Couro³⁹, daqui a algum tempo o cemitério não existirá mais, principalmente em decorrência das intempéries e da omissão daqueles que por ele poderiam tomar medidas mais

³⁹ O museu do couro foi fundado em 1984, seu acervo abrigava elementos representativos das fazendas coloniais na lida com o gado. No final da década de 1990 o casarão que o abrigava foi vendido e o seu acervo transferido para o casarão da família Bona Primo, ao lado da igreja de Santo Antônio, e de lá foi transferido para o Museu do Jenipapo no governo Mão Santa, por volta do ano 2000.

energéticas e concretas para moderar a ação do tempo. Xuxa, à sua maneira, muito tem feito pela preservação desse patrimônio, mas sozinha reconhece que não consegue muita coisa e por isso convida a sociedade a aderir à sua luta, uma luta a favor da memória e da história. O cemitério é uma excelente fonte histórica, porém em vias de destruição.

De acordo com o que foi observado neste passeio historiográfico ao cemitério, comparados com as lápides os registros fotográficos estão em ótimo estado de conservação. E são as lápides e o que elas representam e reproduzem da vida de quem na morte foi ali lembrado ou esquecido o foco do próximo capítulo.

5 CONVERSANDO COM AS LÁPIDES

Se a Arqueologia Histórica é apenas um dos diálogos possíveis de se estabelecer com o cemitério, as lápides são apenas um dos seus elementos com os quais o pesquisador busca dialogar. A lápide é uma laje tumular que contempla duas diferentes linguagens, a imagética e a escrita sobre as quais se construiu este capítulo.

As imagens referem-se às gravuras que se apresentam em baixo ou alto relevo⁴⁰. Elas são expressões e representações da morte, são confissões religiosas, brasões de família ou ainda aspectos singulares das pessoas.

A escrita refere-se aos epitáfios, entendidos como uma inscrição tumular. Eles podem ser palavras, frases, citações bíblicas ou frases celebrativas referentes à pessoa morta ou de sua memória. Tais inscrições são encontradas tanto nas lápides quanto horizontalmente sobre a edificação erguida (HERBERTS, 2011). O epitáfio expressa um desejo de recordar a pessoa que deixa de existir de forma física e passa a ter uma nova forma de existência através da memória. Carneiro (2012) diz que a memória é sempre seletiva. Assim, os textos escolhidos para as lápides devem traduzir ideias e pensamentos considerados relevantes para que se tornem atemporais e metaforizem os valores existenciais do falecido.

O espaço cemiterial, por conseguinte, é privilegiado para a expressão das práticas identitárias, visto que a individualização das sepulturas e os valores expressos nas mesmas demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória dos mortos, servem à demonstração e/ou transmissão dos valores culturais e à própria reconstituição do sentido existencial para os que ficam. Entende-se que o culto aos mortos passa por um filtro de percepção, permitindo que somente os valores considerados essenciais pelos vivos, para a recomposição do sentido da vida, sejam expressos neste espaço (CARNEIRO, 2012, p. 278).

As inscrições podem revelar um desejo da pessoa morta ou um desejo dos vivos sobre o morto e em geral nelas são encontradas sempre as virtudes. Cabe ressaltar que as inscrições podem retratar os ritos de passagem da vida: nascimento, batismo, casamento e morte. Esses momentos da vida faziam parte do que Priori (1997) chama de grandes ritos de existência no Brasil Colônia, que, juntamente com pequenos ritos cotidianos, compunha o que a autora denomina de ritos da vida privada, esta entendida como as questões ligadas a assuntos familiares e de interesses domésticos.

⁴⁰ O alto relevo é um processo que consiste em esculpir o objeto desejado sobre o plano de fundo, do qual ele se sobressai em relevo. As que se encontram em baixo relevo são aquelas que sobrelevam muito pouco o plano que lhe serve de fundo.

Em virtude das informações que agregam, as lápides permitem possibilidades de interpretação e reflexão em torno das distinções sociais, dos estilos artísticos, dos aspectos religiosos e culturais e os sentimentos presentes nesses espaços. Nesse sentido, serviu de subsídio para interpretação e reflexão aqui feitas o trabalho de Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho intitulado “Antropologia das emoções”, publicado em 2010, e o artigo “Pessoas, genealogias e lugares mortuários: lógica de nomeação, de distinção e de reconhecimento entre elites brasileiras e portuguesas em cemitérios oitocentistas” de autoria de Antônio Motta, de 2012. Além desses, citem-se os trabalhos já referenciados nos capítulos anteriores, entre os quais o de Carneiro (2012), Bellomo (2008), Borges (2002) e Lima (1994).

O epitáfio tem conteúdo, sentido e sentimento (FOCHI, 2011). E é o sentimento que abordam as autoras Rezende e Coelho (2010). Elas desnaturalizam a expressão dos sentimentos como um equipamento biológico e inerente à espécie humana, ou seja, as emoções como o amor, o medo, a raiva, o ódio e outras não têm natureza universal; elas não provêm espontaneamente do íntimo de cada um. As autoras defendem que as emoções trazem a marca da cultura nas quais as pessoas vivem e que as mesmas encontram suporte no corpo e nas palavras. “No entanto, as palavras nem sempre são vistas como expressando de fato o que o sujeito sente” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 24), o que reforça a distinção entre uma forma de expressão de ordem social, como as normas, que exprimem as emoções em determinada situação, e o sentimento de natureza individual.

Motta (2012), em seu artigo, aborda duas lógicas de sepultamento que tiveram recepção positiva em Portugal e no Brasil a partir de 1870. A primeira é o túmulo de família que chegou ao seu apogeu durante a segunda metade do século XIX. Pode ser caracterizado como a nuclearização da família após a morte. Nele a pessoa abre mão de sua individualidade em prol de um sobrenome da família. É a linha paterna que determina a referência tumular. A nuclearização expressa o desejo de unidade e de continuidade. O princípio que rege essa lógica de sepultamento é aquele de reproduzir a hierarquia que deveria reger as relações entre pai, mãe e filhos na casa. Importa o sujeito social genérico, constituído a partir da referência a um antepassado ou a uma herança comum à qual se liga através de relações com seus ascendentes e descendentes.

No entanto, no início do século XX, ocorre uma mudança na epigrafia tumular em que a família não desaparece, mas predomina o ser individual, caracterizando a segunda lógica de sepultamento: “no túmulo construído para um único indivíduo ou casa sobressaía o desejo de valorizar e enaltecer determinados atributos da pessoa do morto, ocultando-se os

indesejáveis” (MOTTA, 2012, p. 127). Trata-se do filtro de percepção de que Carneiro (2012) menciona. Delineados esses aspectos se inicia este diálogo dissertativo com as lápides do cemitério Santo Antônio.

5.1 LÁPIDES DO SÉCULO XIX

Como já citado no quarto capítulo, todos os túmulos do século XIX, presentes no acervo do Cemitério Santo Antônio, possuem epitáfio e quase todos com iconografias. O que chama a atenção é que na parte posterior do cemitério, em especial no lado esquerdo, se concentram vinte e seis (26) do total de trinta e dois (32) sepulcros. Cabe lembrar que era na parte posterior onde estava localizada a capela, espaço este que depois cedeu lugar a cruz das almas, sendo, portanto, por onde circulam mais pessoas. A proximidade com a cruz das almas já é um indício de distinção social, uma vez que a cruz valoriza o local de sepultamento.

As lacunas entre o provável primeiro sepultamento (1804) e o último do século XIX (1891), bem como a quantidade ínfima de sepultamentos realizados por ano, sendo o maior número observado em 1895, com 4 sepultamentos, não permitem estabelecer uma análise das lápides a partir de recortes cronológicos como fez Lima (1994), portanto o critério adotado é analisá-las individualmente através da divisão por tipos de sepultamentos. No cemitério Santo Antônio eles se classificam em três tipos: Sepultura individual do século XIX (28); Sepultura coletiva do século XIX (1); sepultura coletiva mesclando enterramento do XIX com o do século XX (3).

5.1.1 Sepulturas individuais do século XIX

Neste diálogo a respeito dos sepultamentos, Borges (2008, p. 2) considera que “as primeiras lápides sepulcrais normalmente contêm no epitáfio dizeres sobre a história de vida da pessoa, sua condição social e dados biográficos, completa a lápide com ornatos emblemáticos e florais”. As inscrições que datam desse século no acervo do cemitério Santo Antônio não foram diferentes. É recorrente os seus epitáfios serem introduzidos pelo termo “Aqui jaz os restos mortaes”; “A memória de”, “Aqui descança os restos mortaes”, “Na paz do senhor aqui descança os restos mortaes”. Seguem essas expressões o nome do(a) falecido(a), a naturalidade, a filiação, o rito de nascimento, o batismo, o casamento e morte, bem como o número de filhos obtidos do consórcio do matrimônio, inclusive algumas

especificando quanto destes sobreviveram. Dessa forma entende-se que “as lápides falam e ajudam a contar histórias” (MORAIS, 2014).

Nem todos os termos listados aparecem de uma só vez em uma única laje tumular. É a partir daí que se começa a selecionar o texto que nela será “impresso”. Algumas lápides do século XX e os termos de óbito foram aqui utilizados porque servem como registro documental das histórias. Também se utilizou dos registros de casamento e dos de batismo, cujas sepulturas trazem os dados que possibilitam guiar a busca em tais índices.

Nesse tipo de sepultura verificou-se que a informação dos ritos de passagem da vida foi feita através de: parte numeral e parte por extenso ou somente numeral (dia/mês/ano). No entanto, algumas incoerências foram observadas: pessoas casando antes mesmo de nascer, contradições entre a lápide e a documentação escrita para a data de óbito e a idade com que a pessoa veio a falecer e a idade com que contraiu o matrimônio. A lápide 539 (do ano de 1890) e 541 (do ano de 1840) são exceções, pois apesar de estarem incluídas nesse tipo de sepultura já apontam para o uso da cruz e da estrela para se referirem respectivamente ao nascimento e morte do sujeito, uma característica predominante do tipo de sepultura que mescla enterramento do século XIX com o do XX.

Em algumas lápides é utilizada a palavra consórcio para referir-se ao casamento. Para Rezende e Coelho (2010) o amor como motivação para casamento, ou seja, escolher seu cônjuge por questões de foro íntimo é uma invenção recente. A palavra consórcio presente nas lápides demonstra que a escolha do cônjuge estava atrelada à preocupação com o estabelecimento de aliança, motivação típica das sociedades tradicionais. O ideal de matrimônio era aquele “subordinado aos interesses econômicos de reprodução social do grupo, ao invés da união conjugal por motivação afetiva” (MOTTA, 2012, p. 127). Os filhos eram um legado da existência de seus pais. Ou não tinham nenhum filho ou, se tinham, eram muitos, e nem todos sobreviviam e, desses, nem todos eram legítimos, ou seja, não eram reconhecidos como filhos de um casamento instituído pela Igreja católica e aceitos como tal pela sociedade, constituindo dessa forma uma família natural. Segundo Danda Prado (1985, p. 38), esse tipo de família é composta “por mãe e filhos menores sem nenhuma ligação entre estes e o pai biológico, assemelhando-se à quase totalidade dos animais”. A família natural, portanto, simplesmente reproduz indivíduos.

Pelo que se percebe, o legado da existência por meio dos filhos fazia-se através da mesma profissão do pai, do sobrenome do pai, que era dado também à esposa quando o filho contraía matrimônio e aos netos frutos do matrimônio, e também da riqueza deixada pelo pai, ou seja, dos negócios da família. O casamento endogâmico era uma tentativa de manter as

relações de parentesco dentro do próprio círculo familiar. “O que unia o homem e a mulher, acima de tudo, era um casamento que pudesse assegurar o patrimônio de ambas as famílias e não o amor, o que explica a endogamia observada” (MORAIS, 2014, p. 59). O sobrenome derivado do pai era conservado inclusive na sepultura confirmando a assertiva de Motta (2012) quando ele coloca que era o lado paterno que determinava a referência tumular. E era “transmitida aos filhos, netos e bisnetos, podendo o sobrenome vir gravado muito discretamente ou visivelmente no frontispício do túmulo” (MOTTA, 2012, p. 119).

Dentre as profissões observadas predominam aquelas dedicadas às patentes militares (Tenente Coronel, Coronel, Major, Alferes do Exército, Capitão). Alguns dos filhos homens que não seguiram profissionalmente os pais se dedicaram a ser padre ou doutor, não se sabe se por livre e espontânea vontade ou por pura pressão familiar. A filha, ao que tudo indica, era instruída para ter um bom casamento, ensinada a preservar sua castidade e assim poder gerar filhos legítimos, e uma educação adequada para exercer seus papéis de esposa e mãe. Ao seguir tais instruções podia ser considerada uma boa filha. Portanto, homem e mulher tinham papéis sociais bem definidos.

Em quase todas as inscrições revelam um desejo dos vivos sobre o morto. Ora aparecem nelas as virtudes do (a) falecido (a), ora da pessoa que lhe dedicou a laje tumular. Algumas das famílias citadas como naturais da cidade Campo Maior ainda se configuram até na atualidade como famílias tradicionais, como as famílias Bonna e a Costa Araújo. Também fica evidente a preocupação com uma vida após a morte diante da constante súplica de oração pela alma do morto, sobretudo um “padre” nosso e uma ave Maria. Talvez pelo fato de que “uma lágrima pelos finados se evapora; uma flor sobre seu túmulo fenece; uma prece pela sua alma recolhe-se a Deus” (STEYER, 2008, p. 75). Essa preocupação pode ser traduzida como o medo da pós-morte e do esquecimento dentro do grupo social ao qual esse pensamento pertencia. Sentir medo faz parte do ser humano, mas medo do quê e de quem são fruto de circunstâncias históricas e culturais. “O sentimento de medo surge associado a noções de perigo e risco que ameaçam o indivíduo seja sua integridade física, sua autoimagem ou sua posição social ou um determinado grupo social” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 37). A sociedade do século XIX foi, portanto, nesse entendimento das preocupações com a vida espiritual, uma sociedade sempre preocupada com o gozo da vida eterna. Para Prado (1985, p. 67), “numa sociedade pré-industrial, é inconcebível dissociar família e religião”.

Quanto às representações iconográficas do cemitério, predominam as cruzes nos mais diferentes estilos. Em alto e baixo relevo, com flores e galhos floridos, perpassada por uma

foice, com anjos em sua volta e com coroa de flores. Além de anjos em alto relevo, archotes voltados para baixo, ramos de flores em alto relevo.

A cruz perpassada por uma foice e os archotes é considerada por Lima (1994) como representação escatológica entendida como representações macabras e mórbidas que remetem à consumação dos tempos. Nos cemitérios estudados pela referida autora essas representações aparecem entre 1850 a 1888, enquanto no cemitério Santo Antônio de Campo Maior elas aparecem somente em quatro sepulturas e datam respectivamente de 1879, 1899, 1926, 1911⁴¹. Quanto à representação da cruz, a autora sustenta uma conotação ainda medieval, utilizada para demarcar o local do morto. Essa marcação, para Reis (1991), funciona como um pedido de ajuda aos transeuntes.

A partir do diálogo com cada uma dessas lápides é possível visualizar as características acima mencionadas para esse tipo de sepultura. No início das análises já se verifica uma incoerência quanto ao rito de casamento na lápide de D. Maria Joaquina.

⁴¹ 1911 corresponde à data de construção da edificação sobre o sepultura.

Figura 31 – Lápide 4



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Nas inscrições da lápide 4 (1893), em homenagem à D. Maria Joaquina, transcritas a seguir, é possível visualizar tal equívoco:

Aqui jaz os restos mortaes de D. Maria Joaquina do Nascimento Casou-se no dia 7 de janeiro de 1817 com o Tenente Coronel Honório Joze Nunes Bonna de cujo consórcio teve 5 filhos faleceu no dia 15 d'outubro de 1893 com 73 annos de idade mãe extremoza e espoza dedicada A paz seja com sua alma.

Se D. Maria Joaquina faleceu com 73 anos em 1893 é porque ela nasceu em 1820, como poderia ter casado antes de nascer? Para além dessa contradição, esse epitáfio menciona o nome do esposo, o Tenente Coronel Honorio Joze Nunes Bonna (lápide 47). Ele era natural da vila de Campo Maior. O ano de seu nascimento (em dezembro de 1823) reforça a

incoerência da data em que contraíram matrimônio. Com ele teve cinco (5) filhos, mas apenas três (3) foram identificados: Antônio José Nunes Bonna, José Nunes Bona e Isaú José Nunes Bona. Como se pode observar, todos os filhos receberam o sobrenome do pai. Ela, no entanto, levou para a lápide seu sobrenome de solteira. O sobrenome é um atestado de pertencimento a um grupo familiar.

O primogênito, tal como o pai, era Tenente Coronel e casou-se com D. Lina Fortes Bona e permaneceram unidos até mesmo na morte, uma vez que estão sepultados juntos (lápide 563). Deram netos a D. Maria Joaquina, não se sabe quantos. É ele que dedica a lápide ao seu pai, o Tenente Coronel Honorio Joze Nunes Bonna (lápide 47). Já seu filho José Nunes Bona, com sua esposa Roza de Rezende Bona, deu-lhe três (3) netos: Maria, Lili e Raymundo. E Isaú José Nunes Bona se casou com Severa Amélia da Silva e teve com ela um filho, Esaú Bona.

Além do nome do cônjuge e do número de filhos do consórcio, o epitáfio exalta os feitos da falecida em vida, sua qualidade de mãe e esposa. Orna a laje tumular uma cruz em alto relevo com flores ao centro.

Figura 32 – Iconografia da lápide 4



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Nos cemitérios, as flores podem ser encontradas de diferentes formas. Segundo Bellomo (2008) quando elas aparecem junto da cruz, como na figura 32, significam o amor divino e a fé. São diversas suas representações. Num aspecto geral, referem-se à fragilidade e singeleza. Mas a combinação é tão ampla que as espécies, e mesmo a quantidade de pétalas, possuem significados específicos. Flores com cinco ou doze pétalas representam as chagas de Cristo ou fazem alusão aos apóstolos. A utilização das flores se popularizou a partir de 1800. (CEMITÉRIOSP, 2016). Até hoje a família Bona é considerada uma das famílias tradicionais da cidade.

À medida que os filhos de D. Maria Joaquina foram contraindo matrimônio, ou seja, estabelecendo novas famílias nucleares, adotaram uma referência patronímica secundária, o que explica a conservação apenas do Bona.

Outras inscrições que metaforizam os valores existenciais dos falecidos foram encontradas nas lápides 32, 70 e 85, onde se lê respectivamente:

Na paz do senhor, aqui descansa o alferes do exercito Alvaro Furtado de Mendonça casado com Dona Candida Furtado de Mendonça Fallecido a 18 de setembro de 1899 com 35 anos de idade em testemunha de sua eterna saudade sua esposa lhe dedicou esta lapida (LÁPIDE 32, 1899).

Aqui jazem os restos mortaes do Tenente Coronel Jose Higino de Souza nasceu a 11 de janeiro de 1833 e faleceu a 9 de outubro de 1884 [...] Pace Amen (LÁPIDE 70, 1884).

Aqui jaz os restos mortaes Abraham Lopes Teixeira nasceu em 1814 e faleceu a 5 de abril de 1888. Era bom espoz e amigo fiel e dedicado P.UM.P.N e uma Ave Maria (LÁPIDE 85, 1888).

Entre as informações que constam na laje tumular 32 estão o nome da esposa de Alvaro Furtado, com sobrenome de casada, e é ela quem lhe dedica à lápide, além da profissão do falecido. Para Dona Candida, a saudade não cessará, sua saudade é eterna e chega a ser uma espécie de solidão marcada pelo sentimento de separação do outro. A saudade, conforme Rezende e Coelho (2010) é uma experiência emocional que fala da percepção de uma falta, de uma ausência; é uma maneira de sentir e refletir sobre o passado.

Na laje (Figura 33) aparece ainda uma cruz em alto relevo ornamentada com galhos floridos em sua base.

Figura 33 – Iconografia da lápide 32



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Da cruz afixada na laje saem raios, o que fez com que esse tipo de cruz ficasse conhecida como cruz radiosa ou radiada, tal como o dito “aquilo que se crê é aquilo que se irradia na fé” (HIEROMONGE, 2016).

A lápide de número 70 é um exemplo de epitáfio que poderia ser bastante simples se não fosse o termo em latim. A laje contempla os ritos de nascimento e morte, a profissão e, no que diz respeito à iconografia, há uma cruz em baixo relevo. A propósito, a cruz “é um símbolo originalmente pagão, e posteriormente adotado pelo cristianismo” (CEMITÉRIOSP, 2016).

Figura 34 – Iconografia da lápide 70 e outros ornamentos da sepultura



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

No gradil de ferro que cerca a lápide 70 tem detalhes pontiagudos nas quatro extremidades. A grade, colocada em torno de sua sepultura, “é a maneira encontrada para resguardar o espaço individual, além de protegê-la contra invasores. Havia também uma intenção eminentemente decorativa” (BORGES, 2002b, p. 215).

Na última citação que equivale à epigrafia tumular da lápide identificada com o número 85 aparecem novamente os ritos de nascimento e morte e a herança espiritual do morto traduzida nas palavras “bom” e “fiel”, em exaltação às suas virtudes em vida. Entre o papel de esposo e amigo, há uma ênfase no segundo. A palavra “fiel” e “dedicado” demonstra respectivamente a confiança e a doação ao outro. Também é uma peculiaridade dessa inscrição a súplica de oração feita através de um “Padre Nosso e uma Ave Maria”. Conforme o registro de óbito, ele era natural da Vila de Campo Maior e filho natural de Claudina Maria da Natividade. Enquanto sua lápide silencia quanto ao seu estado civil, o atestado de óbito revela que ele se casou com Candida Maria da Natividade e faleceu de febre aos 74 anos.

À semelhança da sepultura 70, a 85 é cercada por grades de ferro fundido, com o diferencial de que em suas extremidades há vasos, também em ferro, semicobertos por um manto (ver Figura 35).

Figura 35 – Aspectos da sepultura 85, com detalhe das extremidades da grade



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Quando o vaso se apresenta vazio significa o corpo sem alma por causa da morte e quando coberto pelo manto representa a tristeza que o cobriu (CEMITÉRIOSP, 2016).

Foram encontradas também lápides com grafias e representação iconográfica iguais, como se percebe na descrição seguinte:

Aqui jaz os restos mortaes de D. Elvina Fortes Castello Branco filha legitima do Doutor Estevão Lopes Castello Branco e D. Archangela Fortes Castello Branco. Nasceu a 2 de fevereiro e baptisou-se a 25 de março de 1867 e falleceu a 11 de dezembro de 1869 (LÁPIDE 410, 1869).

Aqui jaz os restos mortaes de D. Angela Pia Fortes Castello Branco filha legitima do Doutor Estevão Lopes Castello Branco e D. Archangela Fortes Castello Branco. Nasceu a 5 de maio, baptisou-se a 18 de junho de 1860 e falleceu a 25 de novembro de 1872 (LÁPIDE 411, 1872).

Essas duas lápides são de duas irmãs da família de sobrenome Castello Branco, posicionadas uma ao lado da outra e trazem exatamente a mesma ordem de informação. Filiação, rito de nascimento, batismo e morte. Completam as lápides ornamentos de significação não identificada.

Figura 36 – Iconografias das lápides 410 e 411



Fonte: Acervo Pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Não se pode descartar que essas iconografias possam ter sido usadas como acabamento da lápide, ou seja, sem ter necessariamente um sentido simbólico. Observa-se também que mesmo não sendo enterradas juntas em uma mesma sepultura, houve a preocupação da proximidade de sua morada póstuma. A filiação é um elemento identitário, e isso implica dizer que citar o nome dos pais expressa o desejo de perpetuar os vínculos parentais. Também contribuiu para essa lógica de enterramento o fato de as irmãs terem falecido solteiras, ou seja, não constituíram novas famílias nucleares.

Quanto ao batismo há em ambas a preocupação da realização desse rito após um mês de nascida. Chama a atenção ainda a abreviação “D.” provavelmente de dona, o que lhes confere uma certa importância por serem filhas de uma família de destaque social na cidade.

D. Ângela era a filha mais velha, faleceu aos doze (12) anos de idade, portanto compõe o grupo infantil do século XIX que repousa no cemitério. Quanto a D. Elvina, seu tempo de vida foi mais curto, tendo sobrevivido até os dois (2) anos de idade, pertencendo ao conjunto dos inocentes. Seus pais não foram sepultados no cemitério e não se sabe se eles

tiveram outros filhos. Mesmo os pais não estando aí sepultados foram referenciados nas lápides de ambas as filhas, assegurando a continuidade mnemônica da linhagem.

No cemitério Santo Antônio, apesar de os membros da família não estarem enterrados numa mesma sepultura, constituindo o que Motta (2012) denomina de túmulo de família, há uma preocupação em colocar as sepulturas umas próximas das outras, assim como a de fazer menção à filiação na epigrafia tumular. A preocupação de referenciar a filiação, em geral, aparece quando diz respeito à família nuclear, ou seja, antes do matrimônio dos filhos. Com o casamento destes as lógicas de sepultamento se alterava, pois com o estabelecimento de novas famílias nucleares o que é gravado na lápide é o nome do (a) esposo (a) com o qual contraiu o consórcio e os filhos dele obtidos. O tipo de filiação, legítima ou ilegítima, é um princípio que deve ser observado na lógica de enterramento.

Na lápide 412 se nota uma preocupação da referência à filiação legítima da falecida: “Aqui jaz os restos mortaes de D. Cornelia Julieta Patrazana filha legitima de Jozé Joaquim gonsalves Patrazana e D. Jozepha Joaquina da Silva falleceu com 23 annos de idade a 4 de outubro de 1887” (LÁPIDE 412, 1887). Os filhos legítimos eram aqueles concebidos dentro das relações conjugais, portanto ilegítimos quando oriundos de relações extraconjugais. Os ilegítimos, em geral, não são sepultados em túmulos de família e não carregam o sobrenome do pai. Não há nessa data termo de óbito no livro de registro da paróquia. A lápide encerra uma cruz com flores no centro, tudo em alto relevo.

Figura 37 – Iconografia da lápide 412



Fonte: Acervo de Jéssica Gadelha (2015).

Apesar de as flores se encontrarem ao centro da cruz, como na lápide 4, se observa nessa imagem tanto a diversificação da cruz quanto das flores, embora remetam ao mesmo simbolismo que é o de amor divino e fé.

De forma semelhante às inscrições das lápides de D. Elvina e D. Angela está a lápide 413. Novamente o rito do batismo se faz presente, assim como a preocupação de realizá-lo o mais rápido possível quando do nascimento da criança.

Aqui jaz D. Ignez Hygina da Costa Araújo filha legitima do major Antonio da Costa Araújo Filho e de sua mulher D. Angelica Borges de Lemos natural da villa de Campo Maior da provincia do Piauhy nasceo no dia 12 de março de 1873 baptisou-se a 12 de junho do mesmo anno falleceo a 19 de julho de 1874 (LÁPIDE 413, 1874).

Das três lápides que trazem impressas esse rito (410, 411 e 413) apenas a 413 foi encontrada nos livros destinados a esse sacramento. A lápide traz a filiação, o rito de nascimento e morte. E o registro documental traz duas informações não contempladas na primeira, como o local onde ela recebe os santos óleos e o nome dos seus padrinhos.

Aos doze de junho de 1873, nesta vila de Campo Maior, em casa de residência do Major Antonio da Costa Araujo Filho baptizei e pus os santos óleos a Ignez, nascida a 12 de março do dicto anno, filha do mesmo Major Antonio da Costa Araujo Filho, e de sua mulher D. Angelica Borges de Lemos. Foram padrinhos o Coronel Antonio da Costa Araujo, e sua mulher D. Ignez da Costa Araujo. E para constar faço este assento que assigno. O vig. Manoel Félix Cavalcante de Barros (LIVRO nº 3 - 1871 a 1875).

De acordo com o trecho acima a pequena recebeu o sacramento em sua própria residência e, ao que consta, seus padrinhos foram seus avós paternos. Inclusive seu nome era uma homenagem à avó. A representação iconográfica é rica (Figura 38). A lápide é circundada por um gradil de ferro que possui uma cruz em ferro e dois anjos em suas bordas inferiores em gesto de oração. O anjo com mãos justapostas e olhos fechados traz uma expressão triste e refere-se, portanto, à lamentação pela morte.

Figura 38 – Iconografia e aspectos da lápide 413



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Há indícios de que esses anjos estavam nas quatro extremidades, sendo dois deles muito provavelmente alvo dos ladrões de túmulo. Na própria laje tumular se encontra a imagem de dois anjos em alto relevo sobrepondo uma coroa de flores numa criança que está

sentada em algo semelhante a uma flor que brota. Representa, portanto a imagem da criancinha morta. O anjo “personifica o ser espiritual que exerce o ofício de mensageiro entre Deus e os homens, daí merecer uma atenção especial na estrutura figurativa do cemitério” (BORGES, 2002, p. 182).

As Lápides 415 e 416 são de marido e mulher que “repousam” um ao lado do outro

Na paz do senhor aqui descança o capitão Antonio Jose da Costa casado que foi com D. Anna A. Furtado de Mendonça falleceu a 8 de dezembro de 1885 com 50 annos de idade em testemunho de amor e gratidão seus filhos padre Fábio J. da Costa Doutor Antonio J, da Costa Aqui collocaram esta lapida Orari por elle (LÁPIDE 415, 1885).

Aqui jaz D. Anna A. Furtado de Mendonça espoza do capitão Antonio Jose da Costa falleceu no dia 30 de junho de 1879 com 35 annos de idade pede-se um padre nosso e uma ave Maria pelo amor de Deus (LÁPIDE 416, 1879).

Na primeira inscrição verifica-se a profissão, o nome de solteira da esposa, a dedicatória feita pelos filhos do casal e súplica de oração pela alma. A dedicatória é feita com base em dois sentimentos, o amor e a gratidão, como se pode perceber.

O sentimento de gratidão seria a expressão afetiva da aceitação desse lugar de dívida, que é, em última instância, a aceitação de uma relação marcada por uma hierarquia em que o sujeito entra em relação com alguém que pode mais: daí a afirmação de que a gratidão teria um gosto de servidão (REZENDE; COELHO, 2010, p. 90).

Na relação familiar, quem podia mais, sem dúvida, era a figura do pai. Na segunda inscrição (Lápide 416), assim como a primeira aparece o nome do esposo, o rito de morte e a súplica de oração, dessa vez especificada, um “padre nosso e uma ave Maria”. Ela faleceu primeiro que seu cônjuge, e em sua lápide não consta nenhuma dedicatória de seus filhos e esposo. Além dos dois filhos referidos, Padre Fabio e Doutor Antonio, o casal também teve outro filho identificado nos livros de óbito, trata-se de Álvaro, que faleceu com dois (2) meses de idade.

A lápide de número 415 não possui ornamento gravado nela, como revela a imagem da figura a seguir. No entanto, apresentam orifícios nas bordas, possivelmente indícios de detalhamentos do túmulo que foram retirados ou deteriorados.

Figura 39 – Aspectos da lápide 415



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Os furos presentes em suas quatro extremidades evidenciam que a mesma possuía gradil de ferro, arrancado por algum motivo, possivelmente ladrões de túmulo. A raiz de uma árvore próxima a ela compromete sua conservação.

Um aspecto interessante da lápide 416 é que ela é uma das poucas voltadas para a cruz das almas. A iconografia presente é escatológica e em baixo relevo. Nela há uma cruz com uma foice, e em volta de ambos uma coroa de flores arrematada com uma fita. Nas laterais existem arabescos que assumem uma forma de flor de Lis. Os arabescos são empregados nos arremates laterais das lajes de mármore epigrafadas existentes em túmulos simples e nos monumentais. Eles formam um verdadeiro entrelaçar de linhas, ramagens e flores (BORGES, 2002). No gradil de ferro que a circunda há um vaso de ferro semicoberto por um manto. É uma iconografia bastante singular.

Figura 40 – Iconografia da lápide 416



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na Idade Média a morte comumente era representada por uma caveira e um de seus atributos era a foice, com a qual ela ceifava a vida, e o cavalo sobre o qual ela vinha a galope (PAIVA, 2002). Para Borges (2002) às coroas de flores são indicativas de uma alegria divina, e comumente são empregadas para representar a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Elas podem ser compostas de variadas flores como rosas, lírios, margaridas e azevinhas, geralmente arrematadas por um laço de fita.

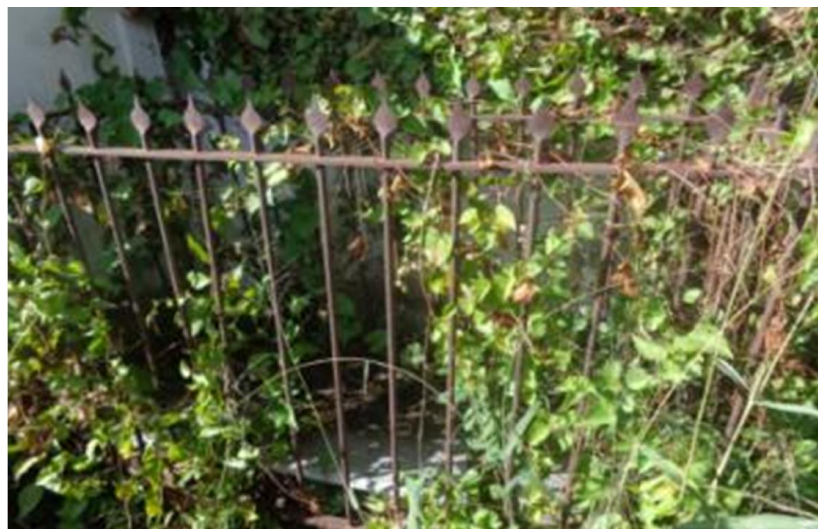
Para Dalmáz (2008) as coroas de flores podem ter dois significados, o de salvação alcançada, representando assim a vitória sobre as trevas e o pecado, e também o sentido de saudade, por isso é utilizada com recorrência nos funerais. Nesse caso da lápide 416, acredita-

se que elas desempenham o simbolismo da saudade, pois se a vitória sobre as trevas e o pecado tivesse assegurada seria desnecessária a súplica de oração. O vaso semicoberto pelo manto reforça a ideia da saudade, uma vez que ele representa a tristeza.

A flor de Lis que aparece nas quatro extremidades da lápide pode ser símbolo de poder, soberania, honra e lealdade, assim como de pureza de corpo e alma. No simbolismo associado aos cemitérios ela significa chama, paixão e ardor. Dessa forma, a representação iconográfica pode ser interpretada como mais uma vida cristã sendo ceifada e deixando intensas saudades.

A lápide 417 está voltada para a cruz das almas e cercada por grades de ferro pontiagudas, conforme mostrada na Figura 41.

Figura 41 – Gradil de ferro na lápide 417



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na inscrição da mesma lápide se lê:

D. Apolonia M. Ceza de Almeida Nascida em 20 de agosto de 1812 e falecida em 17 de setembro de 1875. Seus filhos o D^R Agisilão P. da Silva e tenente Coronel Lisandro P. da Silva lhe erigiram esta lapide em signal de eterna memória [...] christãos orae por Ella! (LÁPIDE 417, 1875).

Nela aparece quem lhe dedica a lápide e a súplica de oração em um “tom” quase imperativo direcionada aos cristãos. O marido não foi identificado. Dos dois filhos do seu consórcio só se obteve informação do Tenente Coronel Lisandro Pereira da Silva (Lápide 38). Esse se casou com Ludgera Pereira da Silva (Lápide 12) e com ela teve 6 (seis) filhos: Amelia

(encontra-se sepultada do lado do pai, Lápide 37), Francisca, Gastão (ou Padre Gastão, que se encontra sepultado ao lado da mãe, Lápide 11), Maria Augusta, Julia e Gustavo.

Nos livros de registro de óbito constatou-se que além desses seis filhos legítimos, Lisandro também teve um filho natural chamado Manoel que faleceu de febre com 5 meses. A mãe do pequeno Manoel chamava-se Ludgera de Macêdo Costa. Como se pode ver, o primeiro nome dela era tal como o nome da mãe de seus irmãos legítimos. Teve, portanto, D. Apolonia sete netos, sendo um deles ilegítimo.

Está gravada na Lápide 418, de José Ribeiro Franco de Sampaio, a profissão, o nome da esposa e a data em que esta veio a falecer, deixando-o viúvo. O número de filhos desse casal também é informado, inclusive são os filhos que dedicam a laje tumular ao pai. Nenhum dos cinco filhos foi identificado. A sigla P.N.A.M refere-se ao Padre Nosso e Ave Maria, portanto uma petição de oração pela alma do morto, como se pode ler:

Aqui descansam os restos mortais do capitão José Ribeiro Franco de Sampaio cazado que foi com D. Roza Lina de Sampaio enviouvou a 26 de janeiro de 1893 e falleceu a 18 de novembro do mesmo anno, com 62 annos de idade, deixando de seu consorcio cinco filhos que lhe consagrão esta campa em signal de eterna lembrança amor e respeito a sua memória P.N.A.M (Lápide 418, 1893).

Ao contrário da laje tumular, no atestado de óbito de José Ribeiro não consta sua profissão e aponta que à época de seu falecimento ele tinha 64 anos ao invés de 62, e que realmente era viúvo, apesar de o nome de sua esposa estar grafado de forma diferente do que foi informado no livro de óbito, que é D. Rosalina de Oliveira Sampaio. Natural do estado do Piauí, José Ribeiro faleceu acometido com hidropesia de peito. A dedicatória em sinal de eterna lembrança, amor e respeito à sua memória se coloca inclusive sobre o medo de esquecer. Acrescenta-se à parte gráfica o desenho de uma cruz em alto relevo emitindo raios.

Figura 42 – Iconografia da Lápide 418



Fonte: Acervo Pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Essa Lápide está alocada entre duas sepulturas, em posição inclinada, razão para não se ter conseguido um bom registro fotográfico da mesma.

De todas as lápides encontradas que remetem ao século XIX, a Lápide 420 (Figura 43), voltada para a cruz das almas, é uma das mais completas no quesito informação.

Figura 43 – Iconografia da lápide 420



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Jazigo eterno dos restos mortaes do Coronel Francisco José Teixeira filho legitimo de Ricardo Teixeira e de D. Henriqueta Lúcia da Costa Teixeira casado a 12 anos

com D. Ursula Maria de Santana Rita Teixeira deste matrimônio sete filhos maiores que foi sempre bom filho ótimo esposo incomparável pai sincero irmão amigo dos seus parentes ao mundo soube respeitar e adorar a religião Nasceu a 28 de fevereiro de 1833 e faleceu a 2 de junho de 1899 As lágrimas da sua família pedem para a caridade da sua alma um padre nosso e ave Maria (LÁPIDE 420, 1899).

Aqui jazem os restos mortais do T^E-C^{EL}Manoel da Costa Teixeira era filho de Ricardo José Teixeira D. Henriqueta Lúcia da Costa faleceu em 29 de julho de 1894 com 34 anos de idade Dedicar-lhe esta em sinal de profunda saudade de sua esposa Marcia Teixeira. Oraí por elle (LÁPIDE 422, 1894).

Dessas duas, somente a Lápide 420 informa a filiação, onde há a preocupação de deixar estabelecida de que se trata de uma filiação legítima, o nome da esposa seguido do sobrenome do marido, o tempo de união e o número de filhos que tiveram, 7 no total, todos eles sobreviventes. Também descreve as virtudes do morto nas diferentes esferas cotidianas (como esposo, pai, irmão, amigo e na religião), e a oração do padre nosso e ave Maria revelam uma preocupação com uma vida após a morte. Em sua epígrafe tumular há predominância de seus atributos, valorizados e enaltecidos.

O Coronel Francisco José Teixeira era neto do ancião Ricardo José Teixeira, filho de Ricardo José Teixeira e D. Henriqueta Lucia da Costa Teixeira. Sua tia, irmã de seu pai, era Maria Teixeira de Souza Mendes que contraiu matrimônio com o Conselheiro Antonio de Sousa Mendes. Teve como irmão o Tenente Coronel Manoel da Costa Teixeira (Lápide 422) e como esposa D. Ursula Maria de Santana Rita Teixeira com a qual foi casado 12 anos. Dos 7 (sete) filhos desse consórcio somente um foi identificado, Ricardo José Teixeira Neto. Este está sepultado juntamente a outras cinco pessoas que carregam os sobrenomes “Teixeira” e “Castelo Branco”. Além da parte escrita, a Lápide 420 também traz desenhos como uma cruz em baixo relevo com flores em sua base e no seu centro, antecedendo os epitáfios, e dois arcos entrecruzados voltados para baixo, sucedendo os epitáfios. Os arcos são signos escatológicos e representam a vida que passa. A referida lápide distingue-se das demais por estar abrigada em uma construção de alvenaria semelhante a uma casa, coberta parcialmente com telhas, que possuem registros do fabricante chamado Olaria Veneza.

A alvenaria é um processo de vedação da estrutura da construção por meio do uso de argamassa, cal, cimento ou gesso. A esse revestimento era possível se adicionar pintura e texturas. Seu acabamento é caracterizado como simplificado e barato e tinha as vantagens de rapidez na execução e relativa resistência e variabilidade de formas e concepções arquitetônicas. O custo de mão de obra é baixo, visto que, em geral, sua confecção não exige profissionais com elevado nível de qualificação, além de possuir processos conhecidos e difundidos no país. No entanto, caso não seja executado em boas condições de plasticidade,

adensamento e cura, o revestimento em alvenaria pode apresentar infiltrações, fissuras, corrosões e baixa resistência à tração (CARNEIRO, 2012). A construção no modelo de uma casa que abriga a sepultura do coronel Francisco José Teixeira é de tijolo comum, rebocado com cimento e caiado com cal hidratada. Ela não comporta uma pessoa em pé. Embora o custo da alvenaria não fosse alto, é importante ressaltar que poucos tinham condições de edificá-la sobre o túmulo de alguém, o que justifica a predominância de sepulturas demarcadas apenas com uma pedra local (Figura 44).

Figura 44 – Sepultura demarcada com pedra local



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na imagem acima se observa que sem nome e sem ritos da passagem da vida, o indivíduo abre mão de sua individualidade, mas não de sua confissão religiosa, daí a incisão de uma cruz na pedra.

A inscrição da Lápide 422 encontra-se na laje tumular do Tenente Coronel Manoel da Costa Teixeira, irmão do Coronel Francisco José Teixeira, citado anteriormente. Diferentemente do irmão, ele não teve filhos. Assemelha-se ao epitáfio do seu irmão José Teixeira por trazer a filiação e a súplica de oração, apesar de esta não estar especificada. De

acordo com o seu termo de óbito, ele faleceu antes de sua mulher, D. Marcia Avelina Teixeira, com 34 anos de idade, de uma síncope cardíaca. O casal residia em Teresina, e no dia de sua morte ele estava na cidade de Campo Maior.

Mesmo com o estabelecimento de novas famílias nucleares, se mantém na epigrafia a filiação, talvez com a intenção de avigorar as relações de parentesco e rememorar o grau de prestígio social da família. Portanto, pai e filho, sobrinho e tio jazem lado a lado.

Compondo as inscrições simples estão ainda as lápides 428, 441, 442 e 444. A inscrição da lápide 428 resume-se aos ritos de nascimento e morte e à dedicatória: A saudoza memória de D. Carmina da Silva Patrazana nasceu a 17 de junho de 1866 e faleceu a 21 de dezembro de 1895. Tributo de estima e veneração de seu esposo uma lágrima de saudade sobre o seu túmulo (LÁPIDE 428, 1895).

Em seu atestado de óbito consta que ela era natural da freguesia de Campo Maior, filha de Jose Joaquim Gonsalves Patrazana e D. Josefa Joaquina da Silva. A cultura material mostra que ela faleceu com 29 anos, mas seu atestado de óbito indica 26 anos. Ainda em vida casou-se com Francisco Figueredo da Silva Duarte. Pelo visto, não tiveram filhos. Há furos nas extremidades dessa lápide que evidenciam ter possuído gradil de ferro.

Figura 45 – Lápide 428 e sua iconografia



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

A iconografia presente é uma cruz em alto relevo radiada, com coroa de flores na base da cruz arrematado por um laço de fita, que respectivamente simbolizam a luz de Cristo que

se espalha pelo mundo e a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Outro significado para cruz e coroa é a soberania divina (CEMITÉRIOSP, 2016).

A lápide de número 441 (1886) inscreve: “A memória de Antonio da Cunha nasceo no anno de 1818 e falleceu a 20 de julho de 1886 tributo de veneração da sua espoza e filhos”. Ela está cercada por um gradil de ferro (Figura 46).

Figura 46 – Lápide 441 - Gradil de ferro e iconografia



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

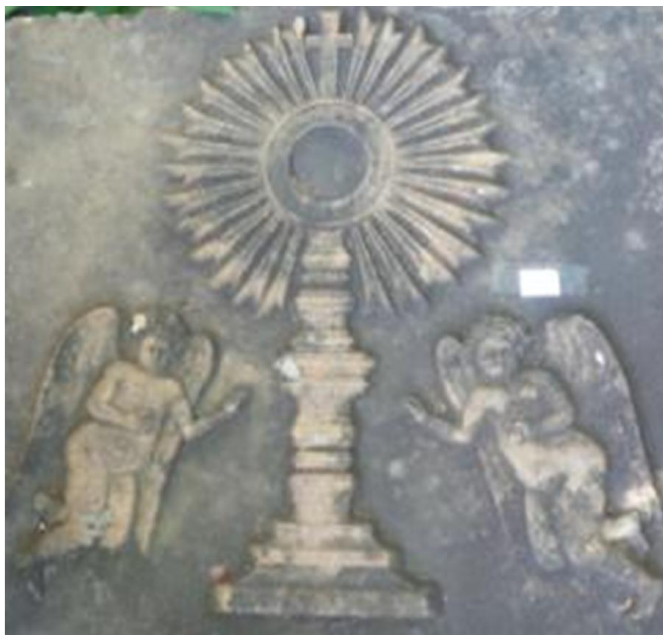
A parte iconográfica da Lápide 441 traz uma cruz radiada em baixo relevo. Os arremates de três círculos interseccionados na cruz representam a Trindade (pai, filho e espírito santo). Ele se apresenta de forma muito simples; apenas com a dedicatória da esposa e filhos, ambos não identificados.

A lápide 442 revela uma preocupação de mencionar a filiação legítima, conforme mostra a inscrição:

Aqui jaz os restos mortaes de D. Vircilina Furtado de Azevedo nasceu a 29 de dezembro de 1893 e falleceu a 1º de novembro de 1895, filha legitima de Domingos Rodrigues de Azevedo e D. Celerinda Furtado de Azevedo Uma lágrima de saudade (LÁPIDE 442, 1895).

Seu termo de óbito confirma o epitáfio, no entanto não cita sua causa de morte. A iconografia antecede a inscrição através de um ostensório com dois anjos ao seu lado (ver Figura 47).

Figura 47 – Iconografia da Lápide 442



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O ostensório é um objeto litúrgico usado para a bênção do Santíssimo Sacramento e nele é colocada a hóstia consagrada para a adoração de Jesus Cristo. Nele há a parte central fixa, chamada de custódia, que contém uma parte móvel, transparente, circular, a luneta onde se encontra a referida hóstia. Uma de suas características são os raios, o que significa que a partir da hóstia a luz de Cristo se espalha pelo mundo. Comumente esse objeto é usado em duas ocasiões: na adoração ao Santíssimo Sacramento e na festa do Corpus Christi. Retratado na companhia de anjos, remetem aos anjos da guarda e à santíssima eucaristia. Nesse entendimento, os anjos, sabendo quão importante é para eles a Eucaristia, o sacramento da nova e eterna aliança, não poupa esforços para garantir que o maior número de fiéis se empenhe vigorosamente no sentido de uma prática regular sacramental. Os anjos da guarda, portanto, clamam para que recorram ao sacramento da reconciliação (PAI ETERNO, 2016).

Na lápide 444 (1889), aparecem as virtudes do morto, quando em vida, como amigo e esposo, além da dedicatória feita por sua esposa: “Aqui descança Custodio José Albano que faleceu a 28 de outubro de 1889, com 74 anos de idade foi bom amigo e exemplar esposo De sua mulher saudades Vitoria Clarinda Trindade” (Figura 48).

Figura 48 – Inscrição e detalhamento iconográfico da Lápide 444



Fonte: Acervo pessoal da autora (2015).

Trata-se de laje tumular em estado de conservação ruim, e a iconografia que antecede os epitáfios é uma cruz com ramos de flores em sua base tudo em alto relevo.

Como foi apresentado até o momento, é perceptível que informações ora se repetem ora se apresentam como novas, mas até que seja possível alcançar as que se apresentam como novas é necessário antes de tudo muita conversa com as lápides, seguindo as histórias que elas contam. É o que acontece, por exemplo, com a lápide 445 onde está gravado “Aqui jaz Maria dos Anjos da Soledade nasceu a 2 D. agosto de 1802 falleceu a 29 de março de 1871 Pede-se um padre nosso e uma ave Maria pelo amor de Deus Homenagem de seu filho Antonio Maria Eulálio” (LÁPIDE 445, 1871).

Entre as informações que se repetem estão a súplica de oração, o Padre Nosso e Ave Maria. Quem lhe dedica a lápide, em homenagem, é seu filho Coronel Antonio Maria Eulálio, como se pode perceber na lápide 445. Não foi possível saber se ele era filho único, mas foi o único identificado. Na ornamentação da laje tumular encontra-se uma cruz em baixo relevo referente à Trindade. A lápide também é circundada por um gradil de ferro, onde aparece novamente um vaso semicoberto por um manto em suas extremidades que significa saudade ocasionada pela tristeza da perda.

Figura 49 – Gradil e iconografia presentes na lápide 445



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O filho de Maria dos Anjos casou-se com D. Josepha Maria de Jesus Eulálio e esse consórcio gerou 7 (sete) filhos, mas apenas 2 (dois) foram identificados. Um deles é o Coronel Antônio Maria Eulálio Filho, que se casou com Maria Joaquina do Nascimento Eulálio, conforme registra a Lápide 446, e teve com ela 2 (duas) filhas, Maria de Nazareth (lápide 429) e Alice Eulálio Alves (lápide 433). A primeira faleceu com 2 anos de idade e a segunda vingou, casou-se com Francisco Alves Cavalcante tendo com ele 4 (quatro) filhas: Alice, Idalice, Isolete e ainda , de acordo com a lápide 393, Alyete.

Segue abaixo a transcrição do registro de enlace matrimonial de Alice com Francisco Alves Cavalcante.

No dia vinte e dois de julho de mil novecentos e vinte e dois, nesta matriz, feita as denúncias canônicas sem descobrir-se impedimento em minha presença e das testemunhas, José Alves Cavalcante e João Cresostomo de Oliveira e Flavio pereira de Carvalho receberam-se em matrimônio por palavras de presentes, Francisco Alves Cavalcante, com vinte e quatro anos de idade e D. Alice Eulálio, com vinte anos de idade. O nubente natural da freguesia de S. Gonçalo da Batalha e ela desta freguesia onde são paroquianos, filhos legítimos ele de Raimundo Francisco Alves e D. Raimunda Alves de Menezes e ela de Antônio Maria Eulalio Filho e Maria Joaquina do Nascimento Eulalio. E logo lhes dei as bênçãos nupciais. E para constar, mandei fazer este assento que assino.

O vigário Conego gastão Pereira da Silva (LIVRO DE CASAMENTO n° 6).

Contrapondo a cultura material com o documento escrito verifica-se um choque de informação quanto à idade com que Alice veio a contrair matrimônio. Apesar de em ambos aparecer a data 22-07-1922 para tal rito, o vigário, na hora de redigir o assento de casamento, explicita que a mulher ao se casar tinha 20 anos de idade. Tomando como referência a cultura material, os dados apontam para a idade de 27 anos. Os 20 anos podem ter sido um erro acidental ou um erro proposital, uma vez que talvez não fosse de bom tom a nubente ser mais velha que o seu marido. Da vida de casada ela pôde desfrutar 4 anos. Acredita-se que ela tenha falecido em decorrência do parto de Alyete, que nasceu e faleceu em 15 de julho de 1926, tendo a mãe falecido quinze dias depois.

O outro filho de D. Josepha e do Coronel Antônio Maria Eulálio foi o Capitão Fábio Maria Eulálio, que se casou com D. Francisca Castello Branco Eulálio. Tiveram 12 (doze) filhos, dos quais 9 (nove) sobreviveram. Destes, apenas um foi identificado. Trata-se de Fábio Maria Eulálio Filho, que se casou com sua prima D. Maria de Lourdes Eulálio, de acordo coma descrição seguinte:

Aos trinta de novembro de mil novecentos e doze, na matriz desta parochia, feita as denúncias canônicas, sem outros impedimentos alem do de consanguenedade em segundo grão simples da linha lateral, de que foram dispensados, em minha presença e dos testemunhas Pergentino de Lobão Veras e Moyses Maria Eulalio, uniram-se em matrimônio por palavras Fabio Maria Eulalio Filho, com 22 annos e Maria de Lourdes Eulalio, com dezenove annos, naturais e parochianos d'esta freguesia, filhos legítimos, ele o Fabio Maria Eulalio e Francisca Castelo Branco Eulalio e ela o Antonio Maria Eulalio Filho e Maria Joaquina Nascimento Eulálio, e logo lhe dei as bênçãos nupciais, de que para constar fiz este assento, que assigno. O vigr. Benedicto Portela Lima (LIVRO DE CASAMENTO n° 50).

A nova informação que se apresenta é o casamento endogâmico. Note-se através das informações constantes na lápide que Fábio casou-se com a prima aos 21 anos de idade e faleceu cinco anos depois, porém perpetuou sua existência através de uma filha. Outra informação que se repete é a diferença de idade entre a lápide e o assento redigido pelo pároco que presidiu o casamento de Fábio. De acordo com o registro na lápide, conclui-se que seu

casamento ocorreu aos 21 anos, e no registro de casamento aparece a idade de 22. A benção dos nubentes foi do padre Benedito Portela Lima.

Conferindo o epitáfio “Aqui descança Aureliano Ferreira Mello faleceu a 9 de julho de 1889, com 22 annos de idade. Foi bom amigo, optimo filho e irmão. Saudades de sua irmã Maria Izabel do Nascimento” (LÁPIDE 448, 1889) com seu termo de óbito, se percebem algumas incoerências quanto à data de seu falecimento e com a idade em que faleceu. Natural da cidade de Campo Maior, filho de Custodio Ferreira Mello, já falecido, e de Vitoria Maria do Nascimento, faleceu com 23 anos, no dia 10 de julho de 1889, de estupor. As informações contidas na lápida não deixam dúvida quanto ao estado civil de Aureliano, solteiro, e que era um dos dois únicos filhos de seus pais. Seu pai já era falecido, portanto sua mãe e irmã eram os parentes mais próximos responsáveis pela preservação da sua memória.

Figura 50 – Lápide 448



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

De acordo com o relato da irmã de Aureliano Ferreira Mello, que lhe dedicou a lápide como forma de imortalizar sua lembrança, o rapaz tinha como atributos particulares a bondade fraterna e filial. A lápide, além das palavras ali gravadas, contém um ramo de flor em alto relevo, já parcialmente destruído.

Semelhantemente aos elementos das várias inscrições que já foram aqui apresentadas, a Lápide 449 encerra uma dedicatória e ressalta a virtude de quem lhe dedicou a laje tumular.

“Aqui jazem os restos mortaes de Jozé Félix Machado de Miranda fallecido a 1 de março de 1897, com 12 annos de idade Manda lhe erigir esta lápide, em signal da mais viva saudade sua extremoza mãe D Anna M. de Figueiredo” (LÁPIDE 449, 1897).

Figura 51– Lápide 449



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

Conforme seu atestado de óbito, Jozé Félix Machado era natural da cidade de Parnaíba e morava na cidade de Campo Maior. À época de seu falecimento, seu pai, Felix Dias de Miranda, também já havia falecido. Por essa razão, somente sua mãe lhe fez a dedicatória. A lápide está toda ornamentada nas bordas com ramos de flores em alto relevo, característica típica das lápides do século XIX.

As informações que se repetem podem ser vistas como aspectos que marcam uma época, à semelhança dos dizeres presentes na descrição da lápide 453:

Aqui descança os restos mortaes do innocente Alarico Miranda Sampaio, que nasceu a 20 de janeiro de 1894 e falleceu a 30 de novembro de 1895 filho legitimo do Cap^M.

Benicio Ribeiro de Sampaio e D. Anna Roza de Miranda Sampaio. Saudade. Não acordeis a tímida criancinha no seu pequenino túmulo rizonho ditozo o que vive com esperança feliz o que morre como um sonho (LÁPIDE 453, 1895).

O informe sobre a filiação legítima da pessoa é, portanto, lugar comum nas inscrições, e, no presente caso, houve a preocupação de expor a inocência de Alarico pela tenra idade, tímido porque não mais se manifesta, e a propósito dos cuidados que se tem com as crianças quando dormem, que se tenha o zelo de não despertá-la, desta vez de um sono profundo, mesmo porque é ditoso, pois, a exemplo do que dizem os textos evangélicos, é dos pequeninos o reino dos céus. A propósito, o silêncio é próprio desses espaços onde jazem corpos cujos corações não mais palpitam. Em seu atestado de óbito, consta que ele era natural da cidade de Campo Maior, e diferentemente do que cita o registro de seu epitáfio, faleceu em 15 de novembro de 1895, com 1 ano e 10 meses.

Figura 52 – Inscrição no túmulo de Alarico Miranda



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

A edificação no local de sepultamento do pequeno Alarico Miranda Sampaio simboliza uma igreja em miniatura esculpida em pedra direcionada para a cruz das almas.

A Figura 53, a seguir, está presente na Lápide 460, onde se lê:

Aqui descansão os restos mortaes de D. Lydia Mendes de Oliveira. Fallecêo no dia 10 de setembro de 1896 O seu extremozo espozo mandou erigir esta campa em signal de profundo respeito a sua saudoza memória e eterna recordação REQUIESCAT IN PACE (LÁPIDE 460, 1896).

Figura 53 – Iconografia da lápide 460



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Nesse caso, chama a atenção pelo fato de a virtude exaltada ser a do esposo de quem dedica a lápide e não a da pessoa falecida. A expressão em latim lhe confere destaque, uma vez que é pouco recorrente no acervo. A cruz com raios em alto relevo complementa a iconografia da lápide. Conforme seu termo de óbito atesta, o seu esposo era o Tenente Coronel Raphael Arcanjo de Oliveira. D. Lydia era filha de Joaquina Rosa de Oliveira. O nome do seu pai não foi mencionado, razão para se supor que ela era filha natural. A idade que possuía na data de falecimento não foi registrada com precisão. Consta apenas que ela tinha por volta 50 anos. Ela era natural da cidade de Campo Maior. A *causa mortis* foi uma inflamação nos intestinos.

Em outra laje tumular, encontra-se o registro de um caso em que as virtudes também aparecem como ornamentos. É a Lápide 464, em que consta a seguinte descrição:

Aqui descansão os restos mortaes de D. Raimunda baptista da Silva Moura cazada que foi com o desembargador João Gabriel Baptista de cujo consorcio tiveram 16 filhos sobrevivendo-lhe 11. Nasceu a 24 de setembro de 1855 e falleceu a 12 de julho de 1895 sendo cazada 28 annos e 6 mezes e 4 dias. Seu esposo, mãe e filhos inconsoláveis lhe mandaram erigir esta lapida prova da sua dor profunda. A terra lhe seja leve (LÁPIDE 464, 1895).

Conforme descrição acima, no epitáfio estão presentes o nome do esposo e o número de filhos do casal, inclusive especificando quantos deles sobreviveram. Dessa forma concluiu-se que D. Raimunda faleceu aos 39 anos, pois a mesma havia se casado quando tinha apenas

11 anos de idade, portanto vivera 28 anos em matrimônio. Não se encontrou registro de nenhum de seus 11 filhos sobreviventes. A lápide foi uma dedicação do seu esposo, da sua mãe e dos seus filhos, lamentando profundamente a sua perda. Infelizmente seu termo de óbito não está presente no livro de registro. As virtudes da falecida, de mãe, esposa, filha exemplar, aparecem nas bordas superiores e inferiores e nas laterais esquerda e direita como “ornamentos” da laje tumular. A lápide de D. Raimunda Baptista se encontra cercada por um gradil de ferro, conforme mostra a Figura 54, a seguir.

Figura 54 – Lápide com gradil de ferro



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O gradeamento de ferro que circunda o exterior da lápide de D. Raimunda possui detalhes pontiagudos com uma cruz de ferro edificada. A cerca garante a proteção, mas sem descuidar da insígnia religiosa.

A lápide 465 é outra inscrição que traz a naturalidade, ou seja, o local de nascimento (município, Estado). Ela é bem simples, e poucas são as palavras utilizadas para eternizar a pessoa ali sepultada. “Aqui jaz os restos mortaes de Vespaziano José de Salles natural do

Estado do Ceará nasceu a 12 de janeiro de 1869 e faleceu a 20 de junho de 1897. A terra lhe seja leve” (LÁPIDE 465, 1897).

Figura 55 – Iconografia da lápide 465



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Filho de Graciano Jose de Salles e Luisa Fernandes de Araujo, Vespaziano faleceu quando estava de passagem pela cidade de Campo Maior. Ele era casado com Maria Procosia Chavier. Orna a laje tumular uma cruz em alto relevo. A expressão “a terra lhe seja leve”, não tão frequente quanto o termo “aqui jaz”, também está presente nas lápides do cemitério Santo Antônio. É tradução da frase latina “Sit tibi terra levis”, inscrição usada na Roma antiga em artigos funerários com o sentido de que aos que morreram tudo deveria ser perdoado. Machado de Assis (1839-1908), no romance Dom Casmurro, faz menção a uma pequena variação dessa frase – A terra lhes seja leve! – no contexto da traição de Capitu e Escobar a Bentinho, que deveria lhes perdoar. Dentro desse entendimento de que as ações terrenas não representem um peso no céu, essa sentença também foi compartilhada pelo compositor e intérprete Belchior no último verso da poesia musicada “Pequeno perfil de um cidadão comum”.

A inscrição da lápide 502 é um mergulho em metáforas, em poesia, uma música de acalanto:

Aqui jaz a innocente Joanna Georgina da Paz filha legitima de Pedro Gonçalves da Silva e Maria Ludgera da paz nasceu a 29 de agosto de 1893 e falleceu a 16 de abril de 1896 saudades de seus Paes e madrinha Umbelina Augusta Ribeiro
As creancinhas de Deus estas rozas sem espinhos vão-se como uns passarinhos n'um ai'nos dizem a Deus (LÁPIDE 502, 1896).

Nessa inscrição lapidar, verifica-se uma preocupação em mencionar a filiação legítima e a dedicatória. O contorno da lápide é feito com flores e folhas em alto relevo (Figura 53). Conforme seu termo de óbito, a criança falecida era natural da cidade de Campo Maior e faleceu com 2 anos e 7 meses em virtude de uma febre.

Figura 56 – Lápide 502



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Segundo Morais (2014), a expressão “As creancinhas de Deus estas rozas sem espinhos vão-se como uns passarinhos n’um ai’nos dizem a Deus” metaforiza a ideia de que os pais, apesar de geradores da criança, pouco desfrutam do desabrochar de sua existência, pois Deus logo as chama para seu convívio. A rosa simboliza o amor divino, e sem espinhos é

o amor sem pecado, reforçando a pureza e inocência infantil. Dos passarinhos as criancinhas ganham as asas e tornam-se anjos. Pouco usufruem a vida terrena, ou seja, depois de um breve suspiro deixam a vida terrena para entrar na vida eterna. Essa mesma expressão destacada foi encontrada na laje tumular de Maria Liodora, como se pode ver na descrição seguinte:

Aqui jaz a inocente Maria Liodora da Paz filha legítima de Jose Francisco da Costa e Angelca Odilia Setima da Paz. Nasceu a 27 de outubro de 1907 e faleceu a 22 de julho de 1901. Saudade e seus Paes madrinha Severa Liodora da Paz. As creancinhas de Deus estas rozas sem espinhos vão-se como uns passarinhos n'um ai' nos dizem a Deus. E sua Irma Odília da Costa (LÁPIDE 798, 1901).

A lápide de número 502 está localizada na parte posterior esquerda do cemitério, enquanto a de número 798 está na parte frontal também do lado esquerdo. Embora em ambas tenha a presença do sobrenome Paz, não foi possível identificar se são parentes. No entanto, é notório que a 798 se inspirou na lápide 502, ajustando apenas o nome dos familiares.

Entre as lápides desse tipo de sepultura está a laje tumular, dedicada a Jose Joaquim Avelino 539 (Figura 57) foi feita em forma de papiro e encontra-se fora do padrão original.

Figura 57 – Lápide em forma de papiro



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na laje, a inscrição “Jose Joaquim Avelino 7-1-1890 Saudade e gratidão de seu filho [...] Avelino” tem seus dados completados pelas informações do termo de óbito, no qual consta ser ele natural do estado do Piauí, residente em Teresina, e era filho de Joaquim Jose Avelino, naquela época já falecido, e D. Senhorinha Antunes da Silva Avelino. Ele foi casado com D. Josefina Candida de Moraes Avelino, que faleceu com 74 anos por padecimento crônico do coração.

De forma semelhante a essa lápide descrita acima, encontra-se a 541, sob forma bastante simples, onde está escrito: “Jose Luis Cas[...] *13-4-[...] +5-8-1840 Lembrança de seus padrinhos Francisco Ferreira [...]”. Ela apresenta um epitáfio sucinto, sem informações complementares.

Figura 58 – Lápide 541



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Quanto ao ornamento, na laje tumular aparece apenas uma cruz com flores em baixo relevo em sua base. A forma como está disposta a cruz permite classificá-la como cruz de Santo André. Conforme relatos da tradição cristã, “Santo André sentiu-se indigno de ser crucificado como o seu Senhor. Dessa forma, suplicou que a sua cruz fosse diferente. Ela é um símbolo da humildade e do sofrimento” (HIEROMONGE, 2016). Essa lápide encerra o tipo de sepultura individual do século XIX.

5.1.2 Sepulturas coletivas do século XIX

As sepulturas coletivas mantêm as mesmas características do tipo individual, porém com a diferença de que a proximidade física das sepulturas foi substituída pelo sepultamento coletivo, ou seja, passa a se ter a nuclearização da família em um mesmo local de sepultamento.

A única sepultura coletiva do século XIX traz a seguinte inscrição, na segunda lápide a ser numerada para este trabalho:

Aqui jazem os restos mortaes do capitão [...] Francisco de Almeida natural do Estado do Ceará falecido em 22 de fevereiro de 1891 com 74 annos de idade, e de sua espoza D. Paschoa Francisca de Almeida natural do estado do Maranhão fallecida em 28 de agosto de 1896, com 72 annos de idade de eternas saudades. Ora [...] por suas almas (LÁPIDE 2, 1896).

O texto que faz homenagem à figura de Francisco de Almeida menciona sua origem cearense, data de falecimento, idade em que se encontrava na data da passagem para o outro lado da vida e a patente que ostentava. Dona Paschoa pertencia a outro estado e faleceu cinco anos depois.

Em relação ao aspecto iconográfico, visualizado na Figura 59, a seguir, à laje tumular foi acrescentada uma cruz em alto relevo (Figura 59).

Figura 59 – Lápide 2 e detalhamento de sua iconografia



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Apenas o atestado de óbito do marido foi encontrado. Nele, além dos dados já informados pela lápide, há ainda menção a sua filiação. Era filho de Francisco Alves Almeida e Maria Vieira de Almeida. Francisco de Almeida faleceu vítima de hidropesia geral,

deixando Dona Paschoa viúva. Como se pode ver há uma contradição entre as duas diferentes fontes consultadas.

5.1.3 Sepulturas coletivas dos séculos XIX e XX

Na pesquisa realizada se observou que já nesse tipo de sepultura predomina a estrela e a cruz respectivamente como simbologias do nascimento e da morte das pessoas. Também aparecem esculturas de santos e cruzes edificadas que substituíram gradualmente as cruzes e anjos em baixo e alto relevo. As biografias presentes nas lápides do século XIX (individual e coletivo) vão cedendo espaço para curtas palavras e o empobrecimento das lápides como fonte de informação.

Dentre esses tipos de sepultamento encontra-se a lápide 110, na qual se lê: “Aqui jaz José Pedro da Costa * a 29-6-1864 + a 13-4-1931 Ernestina Roza de Brito + a 26-1-1804 com 40 anos de idade. Lembrança de seu neto José Pedro da Costa Neto. Antonio Silva Parnaíba”.

Figura 60 – Lápide 110



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Como já mencionado no quarto capítulo, há uma hipótese de que essa sepultura possa ser a mais antiga. Trata-se de uma sepultura coletiva, na qual está sepultada a senhora Ernestina Roza de Brito, falecida aos 40 anos de idade. “Com a data de seu falecimento e a

idade com que ela veio a falecer, é possível chegar a sua data de nascimento, que é 1764. Ela assistiu a uma Campo Maior como vila, mas não pôde vê-la elevada à categoria de cidade” (MORAIS, 2014, p. 51).

O outro sepultado José Pedro da Costa, provavelmente filho de Ernestina, uma vez que quem lhe dedica a lápide é seu neto José Pedro da Costa Neto. Além da dedicatória está presente ainda a procedência da lápide “Antônio Silva Parnaíba” (LÁPIDE 110). Outras lápides do acervo em estudo, em especial as procedentes do século XX, possuem identificação do registro de fabricante, a exemplo do que será abordado no próximo item.

Ainda em se tratando de sepulturas com essas características acima citadas, destacou-se a de José Ribeiro Franco de Sampaio, com enterramento no final do século XIX (1893) e Carolina Rosa de Sampaio, sepultada na segunda metade do século XX, em 1956 (LÁPIDE 432, 1893-1956), conforme inscrição bastante visível na Figura 61 abaixo.

Figura 61 – Placa de metal com inscrição



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

A inscrição foi feita em placa de metal e não se constatou a relação que José tinha com Carolina em vida. No termo de óbito, consta que José Ribeiro era natural do Estado do Piauí e casou-se com D. Rosalina de Oliveira Sampaio, falecendo aos 64 anos de hidropesia de peito.

A lápide 435 também traz características de sepulturas que marcam a passagem do século XIX para o século XX, como se pode perceber na seguinte descrição:

Aqui jazem os restos mortaes de José Rodrigues de Miranda *11-10-1828 +8-3-1892, de sua legitima esposa D. Candida Rosa de Miranda, *27-2-1838 +1-5-1908 e de seu filho Luiz Rodrigues de Miranda.
 *22-4-1876 +3-7-1948
 Orai por suas almas
 Este tumulo foi mandado eregir em 1952 pela viúva e filhos de Luiz Rodrigues de Miranda (LÁPIDE 435, 1892-1908-1948).

Nessa descrição lapidar, se observa que permanece aqui uma característica recorrente nos tipos de sepulturas anteriores mencionadas, a súplica de oração, e revela ainda uma preocupação com a vida após a morte, pois, ao contrário, seria desnecessário orar. Segundo a documentação escrita, o falecido era natural de Torem, Reino de Portugal, filho de Domingos Rodrigues de Azevedo e Maria Rodrigues de Azevedo. Era residente em Campo Maior e casado com D. Candida Rosa de Miranda. Ele faleceu de hidropesia aos 64 anos. Outro aspecto interessante refere-se ao termo “legítimo” atribuído à esposa, mas não aos filhos, como apareceu em outras lápides. No entanto, se a esposa era legítima, conseqüentemente os filhos também seriam. Verifica-se ainda que mesmo sendo Luiz Rodrigues de Miranda casado, ele foi sepultado junto de sua família de origem, ou seja, junto de seu pai e de sua mãe, reconstituindo e atualizando simbolicamente sua casa, de identificação comum e de permanência e reprodução *post mortem* do grupo. O túmulo dessa família foi ornamentado com a imagem do sagrado coração de Jesus, “representado em sua forma mais célebre, o Detém-te”⁴² (MORAIS, 2014, p. 66).

As esculturas são recorrentes no cemitério a partir da segunda metade do século XX. Observou-se, nessa sepultura, que o último sepultamento realizado foi em 1948 e que a construção do túmulo foi feito apenas em 1952, conforme a epigrafia tumular.

⁴² Refere-se a uma milagrosa circunstância. Um jovem romano se alistou como combatente voluntário para defender o papado nas guerras do século XIX. Antes de partir, sua mãe lhe pendurou no pescoço um pedaço de pano no qual havia bordado o Coração de Jesus com a cruz, a coroa de espinhos e as chamas, assim como fora visto por Santa Margarida. No campo de batalha foi atingido por uma bala no peito, mas não o feriu. Ficou cravada na estampa do Coração de Jesus.

Figura 62 – Escultura do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Segundo Borges (2002), o sagrado coração de Jesus e o sagrado coração de Maria são as imagens sacras mais populares na cultura brasileira. Em geral, elas apresentam fisionomias serenas. Uma característica marcante dessas imagens são as mãos apontadas para o local do coração que está situado sobre a auréola, símbolo da divindade e do poder supremo de Jesus e Maria.

5.2 INSCRIÇÕES DO SÉCULO XX

O século XX se configura uma outra temporalidade presente no acervo funerário. Em suas características, se observou que as inscrições não são encontradas somente nas lápides, mas também em placas de metal ou de alumínio ou ainda horizontalmente sobre o túmulo. Existe, inclusive, o caso de sepulturas que não possuem nenhum tipo de identificação e outras que possuem apenas os dois últimos algarismos. A título de exemplo, as inscrições “24-07-

14”, presente na lápide de Ana Roza Subrinha para data de nascimento, e “22-05-03” para a data de morte, portanto, não permitem situá-las precisamente em uma das temporalidades apresentadas na análise da pesquisa.

O acervo referente ao século XX, quando comparado ao do século XIX, se apresenta de forma mais uniforme, embora se acredite que o número de sepultados por ano tenha sido maior, tal como o XIX. Existem evidências de sepultamentos de 1900 a 1978 quase que ininterruptamente, sendo que não existe nenhum registro para 1907, assim como dos anos de 1970 até 1977. Já na década de 1940 se constatou o maior número de sepultamentos, como se confirma na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Cultura material do século XX - Quantidade de sepultamentos por ano

Ano	Quantidade de sepultamentos
1900-1910	25
1911-1920	32
1921-1930	45
1931-1940	58
1941-1950	73
1951-1960	54
1961-1970	56
1978	1

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados coletados *in loco*.

Em virtude de o século XX apresentar um número mais elevado de sepultamentos, seria cansativo e monótono descrever individualmente cada epitáfio. Assim, optou-se por apresentá-lo em dois períodos: o primeiro será de 1900 a 1950 e o segundo de 1951 a 1978. Em princípio, se pensou em agrupar as análises por períodos de 20 anos, mas percebeu-se que nesse recorte temporal não seria possível identificar mudanças tão significativas em relação às representações da morte. No caso de sepulturas coletivas de décadas distintas, considerou-se a última data de enterramento.

5.2.1 Acervo funerário dos anos 1900-1950 e da segunda metade do século XX

Nos primeiros cinquenta anos do século XX, observou-se a predominância de características do acervo funerário do século XIX. No entanto, existem algumas variações que

acabam por se consolidar como proeminentes no período posterior. Grandes exemplares de um legado cultural funerário que perpassou de um século para o outro são as inscrições, as quais serão abordadas no parágrafo seguinte, considerando sua estrutura em início, meio e fim.

Ao analisar as lápides percebe-se uma diversificação na elaboração das expressões iniciais: “Aqui descansa”, “Aqui jaz”, “Repousa aqui”, “Jazido Perpetuo do”, “Aqui jaz a inocente”, “Na paz do senhor aqui descança”, “Dorme aqui o derradeiro somno”, “Aqui descança a inocente”, “Descansam aqui os restos mortaes de”, “Dorme aqui o eterno somno”, “Descanso eterno dos restos mortaes”, “Aqui dormem os restos mortaes do inocente”, “Na paz do senhor”, “Repouso eterno”, “Aqui restos mortaes”, “Aqui” e “Aqui para sempre adormece”. As visões de morte representadas nas expressões acima vão desde a ideia de um estado que poderá cessar, como o repouso, descanso e sono, até a ideia da morte como o fim de tudo, daí a utilização dos termos “perpetuo”, “eterno” e “para sempre adormece”.

No caso de sepulturas coletivas, verifica-se a expressão “Aqui sepultou-se também” e “Aqui jazem”, além das expressões já citadas. Encerrando os dados biográficos de um indivíduo, inicia-se a do outro, ou então eles são feitos de forma concomitante. Existem casos em que a inscrição já se inicia pelo nome da pessoa falecida ou simplesmente as iniciais do seu nome.

No meio da lápide se contempla a biografia do falecido. Nessa parte da laje, consta o nome, a profissão, o rito de nascimento, de casamento e morte, o nome do cônjuge, o número de filhos, a filiação, a naturalidade e as virtudes.

Certo adágio popular assegura “que não há música mais bonita aos ouvidos do que ouvir o próprio nome”. Sobre os nomes, aqui se considera importante destacar os casos em que essas designações particulares são abreviadas ou transformadas em uma forma afetiva de chamamento, refletindo uma maneira carinhosa em que os falecidos costumavam ser tratados pelos entes queridos. É o caso de José Siqueira Paz, o “querido Zezé”, e de Elvira Maria da Conceição, a “Bobó”.

Por outro lado, as profissões que aparecem no registro arqueológico desse período histórico do século XX são a de coronel, capitão, padre, cônego, alferes, tenente coronel, médico e poeta. Observa-se que todas as profissões identificadas foram atribuídas ao gênero masculino, o que possibilita afirmar que a profissão da mulher continuava sendo uma filha prendada, bem instruída para exercer o ofício de dona do lar, sendo uma boa esposa e mãe. Não há informação de que as mulheres até aqui referidas nos túmulos tenham sido lembradas

por alguma ocupação profissional. Era um país de sociedade patriarcal, eminentemente rural e, em se tratando de um local no interior do nordeste, mudanças estruturais e comportamentais entre as mulheres são mais raras ainda. As mulheres davam prioridade aos afazeres domésticos e pouco se detinham na escolarização (MELNIKOFF, 2011).

Em relação àqueles que se dedicaram à vida religiosa, como o padre Benedito e o cônego Gastão, não foi possível saber se o fizeram por uma inata vocação ou em cumprimento de promessa da mãe religiosa que se apegou às forças divinas para assegurar a vida do seu filho, livrando-o de toda forma de enfermidade. Bentinho, de Dom Casmurro (1986), obra machadiana já citada neste trabalho, é um exemplo clássico na literatura brasileira. Ele foi prometido por sua mãe, dona Glória, ainda em sua tenra infância, ao seminário, caso sobrevivesse sadio e forte.

Acontece que esse não era o plano traçado pelo jovem rapaz que, desde a infância, através das brincadeiras, se envolvia cada dia mais com sua vizinha Capitu, aquela cujos olhos foram denominados pelo agregado José Dias como olhos de cigana, oblíqua e dissimulada. Bentinho, a cada dia que se passava, desejava tê-la como esposa, constituir uma vida a dois, a três, enfim, quantos filhos fosse possível ter com ela. A ideia de entrar para o seminário para se tornar padre foi um desejo de Dona Glória, sua mãe e não do filho Bentinho. Ele se formou em direito e fez de Capitu sua esposa, como almejava, e com ela teve apenas um filho, Ezequiel.

A filiação paterna de Ezequiel é a grande trama de Machado de Assis. O epitáfio presente na lápide do suposto filho de Bentinho, que faleceu de uma febre tifoide e foi enterrado nas imediações de Jerusalém, inquieta ainda mais o leitor. Diz o seguinte: “Tu eras perfeito nos teus caminhos”. Essa inscrição, tirada do profeta Ezequiel, na íntegra diz assim: “Tu eras perfeito nos teus caminhos, desde o dia da tua criação”. De tal forma, se conclui que prometer os filhos ao sacerdócio não seria uma garantia do cumprimento da mesma.

Quanto à profissão de poeta registrada no acervo, tem-se a figura de Moysés Maria Eulálio, autor do Hino ao “Glorioso Santo Antônio”.

Figura 63 – Sepultura de Moysés Maria Eulálio, com detalhamento da placa de metal



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O referido hino é cantado fervorosamente pelos fiéis que acompanham anualmente a procissão de Santo Antônio que ocorre no dia 31 de maio. A letra é entoada durante as trezenas que se encerram no dia 13 de junho. À vista de ser um Eulálio, membro de uma família de destaque social e político na cidade de Campo Maior, seu túmulo é simples, e se não fosse o nome poeta antecedendo seu nome passaria despercebido entre outras sepulturas.

O rito de nascimento quase sempre aparece representado na sequência numeral-escrita-numeral e às vezes já aparece antecedido por estrela (*) seguida da letra “N”, representando a data do nascimento da pessoa. O rito de morte, da mesma forma que o de nascimento, é em sua maioria representado por numeral-escrita-numeral. Também se verifica que já existe uma tendência em representá-lo através de uma cruz (+) acompanhada de numerais, e ainda assim se observa o não uso do rito de nascimento em detrimento somente do rito de morte (numeral-escrita-numeral) seguido da idade com que o indivíduo veio a óbito, e precedido de “F”. seguido de numeral.

Na representação do rito de casamento verifica-se ainda a preocupação em afirmar que deixava um legado da sua existência, seja através da viúva, que chora a perda do marido, e, sobretudo através dos filhos. A preocupação em deixar clara a filiação legítima era recorrente. Vale ressaltar que o número de filhos por casal permanecia alto e, ao que tudo indica, o amor não era o principal responsável pela união dos esposos, já que o ato de casar-se aparece através da palavra consórcio.

Entre as lápides que apresentam o rito de casamento está a de Horácio Vieira da Rocha e D. Marciana Maria de Macedo. Eles não tiveram filhos. Em contrapartida, outros consórcios resultaram em grandes proles: Manoel Ignacio de Abreu e D. Luciana Maria de Freitas

tiveram 9 (nove) filhos; do casal Coronel Antonio Maria Eulálio e D. Josepha Eulálio sobreviveram 7 (sete) filhos; D. Rosa Gonçalves Lima e Luiz José do Valle deixaram 6 (seis) filhos maiores; Ludgera Pereira da Silva e Cel. Lysandro Pereira da Silva tiveram igualmente 6 (seis) filhos; sobreviveram 5 (cinco) filhos de Antônio Tito Castello Branco e D. Ondina Souza Castello Branco; Alice Eulálio Alves e Francisco Cavalcante tiveram 4 (quatro) filhas sobrevivendo-lhes 3, e o casal Jose Nunes Bona e Rosa de Rezende Bona com 3 filhos.

O termo “sobreviveram” indica que o número de filhos poderia ter sido ainda maior, uma vez que a quantidade indicada era em geral daqueles que permaneceram vivos nos primeiros dias de vida. Considerando que, nesse período, ainda não ocorrera grandes avanços e descobertas da ciência em relação às doenças infecto-contagiosas e perinatais e que havia péssimas condições sanitárias no país, a taxa de mortalidade infantil era alta, impedindo tão cedo que os pequenos sobrevivessem. Quando à descendência legítima, não é especificada quantitativamente. Em geral, ela aparece no plural sob a expressão “filhos”. É o caso do consórcio entre Silvino V. de Andrade e D. Anna Joaquina dos Santos: “Aqui descança Silvino V. de Andrade nasceu a 26-5-1842 casou-se à 15-10-1864 com D. Anna Joaquina dos Santos faleceu a 18-set-1924. Lembrança de sua mulher e filhos” (Lápide 483). Observando atentamente as inscrições, verifica-se que há caso em que a filiação aponta somente para o nome da mãe, o que significa que a filiação ilegítima aparece de forma velada, como o epitáfio que segue: “Aqui jaz os restos mortaes de Othilia Maria de Jesus filha de Mariana Rosa de Jesus * 6-1-1929 + 10-2-1931 Orai por ela” (LÁPIDE 859).

Também se constataram dois casos de adoção: o de Maria de Lourdes Cardoso, gerada por Maria, mas foi criada pelo casal Capitão Joaquim da Silva Cardoso e D. Candida Marques Cardoso. Eles poderiam ter sido seus padrinhos e, na ausência da mãe, tornaram-se seus pais. Assim, também foi o caso de José Ovídio, que teve como mãe adotiva Lina Monteiro (LÁPIDE 516 e 394).

Uma união baseada no consórcio não impede que o casal possa vir a ter uma boa vida a dois, pautada na afetividade, no respeito e até quem sabe no amor. Existiram casos em que o laço de afetividade era tão intenso que, na perda de um dos cônjuges, o outro não permanecia vivo por muito tempo. Foi o caso de Maria Esmerinda Furtado Livramento e o Alferes Antonio Alves Silva, ela falecida a 24 de janeiro de 1920 e ele a 25 de janeiro do mesmo ano. A ausência de sua mulher foi tamanha que no dia seguinte foi juntar-se a ela (LÁPIDE 514 e 515).

Outro exemplo foi o de D. Luciana Maria de Freitas e de seu marido Manoel Ignacio de Abreu. Ele faleceu a 14 de julho de 1900 com 53 anos de idade, tendo se casado com D.

Luciana em 29 de agosto de 1867 com 20 anos de idade. Do matrimônio deixaram nove filhos “extremosos”, expressão esta que designava o nível afetivo que unia a família. Seis dias depois do falecimento do seu marido ela também veio a falecer (LÁPIDE 592 e 593).

Já os esposos Honório José Nunes Bonna e Maria Joaquina Nascimento, pelo visto, não tinham uma boa relação.

Aqui jaz [...] Honório José Nunes Bonna nasceu nesta cidade em dezembro D' 1823 casou-se com D. Maria Joaquina do Nascimento Bonna [...] quem teve de sobreviver e fal[...] 3 de janeiro de 1902. Lembrança eterna Do seu filho Antonio José Nunes Bonna Primo (LÁPIDE 47).

O trecho “quem teve de sobreviver” pode ser o indício de que eles não tinham bom relacionamento, de que o convívio era mantido pela indissociabilidade do casamento, não pela inexistência da possibilidade, mas pela pressão social, e em último caso pode até mesmo ser uma expressão corriqueira daquela época. Constatou-se na lápide de dona Maria Joaquina que ela teve 5 (cinco) filhos, mas se observa na inscrição acima que apenas um dos cinco manifesta o sentimento de perda do pai. A família Bona Primo é uma das famílias naturais e tradicionais da cidade de Campo Maior, porém existem outras lápides que apontam para outros lugares de origem, como Lisboa, em Portugal, Oeiras, no Piauí, Santa Quitéria e Sobral no Ceará.

As virtudes nem sempre aparecem e nem sempre se restringem à pessoa falecida; se estendem também a quem faz a homenagem da lápide, como a inscrição que segue:

Aqui jaz os restos mortaes de Jose ferreira Calaça filho legitimo de Joaquim Ferr^a Calaça e D. Maria Rosa Santos falleceu a 10 de abril de 1913 com 60 annos de idade deixando sua extremosa espoza Avellina Maria de Calaça
Orai por ele (LÁPIDE 584).

Perceba-se que a virtude que aparece é atribuída à esposa e não ao marido falecido. Em geral, a mulher é retratada como “esposa exemplar e virtuosa, mãe extremosa, dedicada e carinhosa”, ou seja, as virtudes manifestadas por ela no pacto de relação conjugal e materna. Do homem, além de sua condição de pai e esposo, aparece também a condição de filho. Dessa forma o homem é referenciado como “bom esposo e extremo pai”, “exemplo de bondade como filho, esposo, pae e amigo sincero”, “exemplo de amor e virtudes viveu e morreu como um justo”. A morte dignifica, como se pode perceber na citação seguinte:

Dorme aqui o derradeiro somno quem se chamou entre os vivos Antonia das Neves e Silva filha única de Raimundo das Neves e Silva já falecido e de D. Justina Maria

da Conceição ela nasceu a 14 de maio de 1876 e faleceu a 10 de outubro de 1903 em pleno albor da existência, integrando a terra o invólucro de um coração bemfazejo e a Deus um espírito Candido e bom. Sua extremoza mãe derrama-lhes seu túmulo as lágrimas da saudade. Orae por Ella (LÁPIDE 497).

O epitáfio acima contempla aspectos já abordados anteriormente (filiação, rito de nascimento e morte, virtudes). Antonia das Neves e Silva, a única filha de Raimundo das Neves e Silva e de D. Justina Maria da Conceição faleceu com 27 anos, idade considerada por sua mãe como sendo o albor da existência. Quando de sua morte, seu pai já havia falecido. Verifica-se uma distinção entre corpo e alma, a matéria e o espírito: à terra coube seu coração bemfazejo e a Deus um espírito cândido e bom. A virtude presente refere-se tanto à falecida quanto a sua mãe, mencionada como extremoza, que é quem lhe dedica a lápide. Segundo Rezende e Coelho (2010), a lágrima é uma reação corporal produzida por emoções diferentes como a alegria e a tristeza. Nesse caso trata-se de lágrimas de tristeza; é a reação do sentimento de perda da sua filha única.

As inscrições das lápides da primeira metade do século XX se encerram com a dedicatória, a súplica de oração e a procedência da lápide. A dedicatória é uma última homenagem dos familiares e amigos, é um testemunho de afeto que não se encerra com a morte biológica do ente querido. Ela aparece como prova da eterna saudade dos filhos que choram a perda da mãe carinhosa, como prova da estima que ainda lhe consagram, como tributo de grata afeição, amor e indelével saudade. O amor e a admiração são dois sentimentos suscitados pela ausência do outro, a solidão e a saudade (REZENDE; COELHO, 2010).

As lápides expressam a saudade do esposo e dos filhos que perderam precocemente a mulher esposa, mulher mãe e mulher filha. A dor dos pais que perdeu prematuramente o(a) filho(a) e da madrinha que vê o desaparecimento de seu afilhado. É a representação de uma saudade imensa, pungente, eterna, perenal e intérmina. Contudo, a dedicatória é uma homenagem de amor e eterna recordação dos familiares e amigos, preito de eterna amizade e viva saudade, apresenta-se desde a forma mais simples, como “Lembrança de seu filho”, até as mais elaboradas como “Sua esposa e filhos o pranteiam, gravam aqui a sua imensa e perennal saudade”.

A súplica de oração consiste em pedir aos vivos que orem pela pessoa falecida, pela alma dos que já se foram, dos que já estão ausentes no convívio diário. No acervo funerário se encontram as seguintes súplicas: “Orai por ella”; “Orai por elle”; “Christãos piedosos orae por Ella”; “Orai pela sua alma”; “Fazei por elle uma prece a Deus”; “ Na morte, seja a eterna paz o seu supremo gozo orae por elle”; “Uma prece a Deus pelo bondozo e inesquecível parochó”;

“P.N.A.M.”; “Orai por Ella uma prece”; “P.A.M”. Dentre elas, uma se destaca das demais por estar gravada em primeira pessoa: trata-se da inscrição funerária presente na sepultura de Antônio José Monteiro Filho: “Deste túmulo em que repouso, clamo e suplico-te que oraes por min” (LÁPIDE 475).

As lápides do Cemitério Santo Antônio que fizeram parte desta investigação apontam para os negócios da época em torno da produção do enxoval funerário, como se pode perceber por meio da procedência das mesmas, ou seja, o local de origem da lápide, bem como o registro do fabricante. Entre as lápides que possuem gravação de registro do fabricante se visualizam diferentes locais de origem: a cidade de Parnaíba, no Piauí, e os estados do Maranhão e do Pará, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 1 – Procedência das lápides

Estado	Variação de nomes da marmoraria
Maranhão	A.M. Gondim Rua do Sol 15 Maranhão; Jen Godim Maranhão; A.M. Godim Maranhão; A.M. Gondim Maranhão
Pará	M. Luzitana-Pará; Marmoraria Luzitana de A. Pereira dos Santos & Fº Pará; M. Luzitana Pará.
Parnaíba	Antonio Silva Parnaíba

Fonte: Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa *in loco*.

Figura 64 – Procedência e registro de fabricantes gravados na lápide



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

A ornamentação é outro aspecto que se assemelha a do século XIX. Existe uma profusão de cruzes em alto e baixo relevo, acompanhado de coroa de flores, galhos de folhas e flores, lápides com bordas ornamentadas com flores em alto relevo. Cruzes edificadas, cruz com Cristo crucificado, e esculturas de santos e anjos começam a aparecer de forma ainda não muito acentuada.

O Crucifixo é a representação do Cristo crucificado que representa o caminho da salvação para os cristãos. O Cristo, mesmo estando morto, transmite serenidade (BORGES, 2002). Outra representação encontrada no cemitério Santo Antônio foi a do Cristo em ascensão. Ela é uma das poucas esculturas que integram seu acervo e é conhecida segundo os catálogos estatutários como Cristo de Thorvaldsen, isso porque ele é uma réplica de uma obra do escultor alemão Bertel Thorvaldsen⁴³ cujo nome é “Jesus ressuscitado”, representando a entrega das chaves a São Pedro pelo Cristo consolador.

Figura 65 – Cristo de Thorvaldsen



⁴³ Thorvaldsen foi um escultor do período neoclássico. A mitologia grega foi sua inspiração ao reproduzir em obras os relevos, estátuas e bustos. Criava imagens de importantes personalidades, a exemplo da estátua do Papa Pio VII. Suas obras estão espalhadas por vários países europeus, principalmente em Copenhague, no Museu Thorvaldsen, onde se encontra seu túmulo, no pátio interno. Sua estátua do “Cristo ressuscitado” foi criada para adornar o templo hoje conhecido como Catedral Luterana, em Copenhague.

Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O Cristo aqui representado é o cristo ressuscitado que aparece para consolar os aflitos, pois ele próprio venceu a morte e todos aqueles que morreram deverão ressuscitar junto ao Cristo para uma vida plena. Sua expressão serena e o porte elegante a estender os braços num gesto de acolhida e boas vindas aos que partiram do plano terreno. O panejamento todo drapeado cobre-lhes apenas um dos ombros (ver Figura 65). Essa mesma réplica é encontrada nos cemitérios de Porto Alegre e no cemitério Avenida da Saudade, em Ribeirão Preto. Conforme Carneiro (2012), ela é entendida como uma tipologia cristã que apresenta traços fisionômicos serenos, e o efeito plástico da representação da indumentária transmite sobriedade.

A escultura da Figura 65 orna a sepultura do Coronel Antonio Maria Eulálio Filho. Foi esculpida em mármore branco, um material menos acessível financeiramente e, no estado atual, possui parte dos dedos decepados. Carneiro (2012) coloca que uma desvantagem desse tipo de material é a fragilidade nas extremidades, em especial quando aplicado à confecção de estátuas, cruzeiros e adornos em geral, porque pode lascarse com muita facilidade e, devido à alta porosidade, também é suscetível às manchas e opacidade.

Além da escultura ainda há nessa sepultura 2 (duas) fotografias. Ao que tudo indica, uma representa sua esposa e a outra retrata o próprio Antonio Maria. O interessante é que na epigrafia tumular não consta que sua esposa esteja sepultada junto a ele.

Aqui jazem os restos mortais do Coronel Antônio Maria Eulálio Filho, que em vida, foi um pai de família extremoso e um exemplo de austeridade, fidalguia de trato e honradez. Nasceu a 8 de setembro de 1867, filho do C^{EL} Antônio Maria Eulálio e D. Josepha Maria de Jesus Eulálio Casou-se a 30 de novembro de 1889, com D. Maria J. Nascimento Eulálio. Faleceu a 24 de março de 1937. Saudades e lágrimas de sua esposa e filhas. Orai por elle (LÁPIDE 446, 1937).

A epigrafia revela ainda os ritos de passagem da vida, seu matrimônio aos 22 anos de idade e falecimento aos 69 (sessenta e nove anos). Com quase 50 anos de casado, a morte não desfz a imagem do casal, que é representado lado a lado através das fotografias. As virtudes do morto abrangiam aspectos ligados à vida em família, como o amor conjugal, bem como aspectos relacionados à vida em sociedade, apresentando inteireza de caráter, severidade e rigor, um homem generoso e nobre, honesto e respeitado. E, de forma discreta, na parte inferior, o túmulo apresenta o nome “perpetua”.

A procedência e o registro do fabricante estão marcados na lápide. Todos esses aspectos, esculturas, fotografias, epigrafia tumular revelam o poder aquisitivo e o prestígio político e social da família Eulálio. Aqui cabe retomar uma menção feita no Capítulo 3 a esse sobrenome da família do Coronel Antônio Maria Eulálio Filho, o qual em 1930 era o fabriqueiro da Irmandade de Santo Antônio, bastante elogiado pelo cuidado e zelo no asseio, conservação e administração das coisas eclesiásticas e patrimoniais e o senhor Octacílio Eulálio que foi procurador do patrimônio de Santo Antônio em 1942.

Alguns elementos ornamentais são menos frequentes e chamam a atenção. É o caso da imagem do carneiro em alto relevo, a do coração com a cruz, a do curral construído com toras de madeira de carnaúba rodeado pela serra de Santo Antonio, a dos campos sob a imagem do Cristo com seu sagrado coração, a da cruz sob a Bíblia envolvida por uma estola e ainda as representações escatológicas da morte, que não estão em grande número no acervo mortuário do Santo Antonio, mas aparecem esporadicamente no final do século XIX e na primeira metade do século XX, e dentre essas poucas que aparecem predominam os archotes direcionados para baixo.

Figura 66 – Corações



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

O coração tem um sentido cristão. Segundo Dalmáz (2008), ele pode ter o sentido de sentimento e da virtude, a felicidade e a tristeza, e é ainda considerado o lugar onde habita Cristo. A representação do curral de gado com o Cristo ao alto é bem peculiar do cemitério Santo Antônio. Ela faz referência ao ciclo econômico do gado, um dos elementos da identidade econômica da cidade. Morais (2014, p. 66) afirma que “aos olhos leigos, ela pode ser entendida como a mescla entre o sagrado e o profano, é uma interpretação”. Entretanto, é mais provável que o curral represente a prosperidade econômica de quem ali jaz e que as

conquistas econômicas foram o resultado do trabalho individual que obteve a proteção de Cristo vinda dos céus.

Figura 67 – Curral com Cristo ao alto



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Essa representação pertence à sepultura coletiva de Clemente Pires Ferreira e a Lina Carolina Pires Ferreira que faleceram respectivamente em 1933 e 1934. O material usado na edificação do túmulo é o mármore branco, marca do seu poder aquisitivo. Ainda como elemento de distinção social aparece a inscrição em latim “Requiescant in pace”, que significa “descanse em paz”.

Na edificação da sepultura de Jacob de Almendra Freitas aparecem como representações escatológicas o archote voltado para baixo (Figura 68), a ampulheta alada e as papoulas (Figura 68). A ampulheta, segundo Borges (2002), é um tipo de relógio primitivo, é o sinal de escoamento do tempo. Na arte funerária ela vem sempre acompanhada de asas, símbolo da divina missão. As papoulas possuem uma propriedade narcótica e, por essa razão, se faz essa associação do sono com a morte. “É uma alusão a morte, ou sono eterno da paz” (CEMITERIOSP, 2016).

Figura 68 – Alegoria do princípio cristão e sentimental



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Figura 69 – Archote voltado para baixo



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014)

Figura 70 – Ampulheta alada e papoulas



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

De acordo com Carneiro (2012), as alegorias são de dois tipos: as de princípio cristão, que expressam sentimentos religiosos; e as de princípio sentimental, que expressam emoções humanas de forma mais sentimental. Entre as de princípio cristão estão: as da oração, as da morte e as do juízo final. E entre as de princípio sentimental estão: as da desolação, caso da alegoria de uma mulher chorando sobre o vaso, mostrada na Figura 71; da esperança; da lembrança; entre outras.

Figura 71 – Desolação: alegoria de princípio sentimental



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2014).

Morais (2014, p. 33) descreve essa alegoria retratada na Figura 71 como “uma figura feminina com o corpo debruçado sobre o túmulo com a expressão de profunda tristeza e consternação”.

Jacob era filho legítimo de João Manoel de Freitas e Mariana Delfina da Fonseca Freitas. Nasceu em Lisboa, em 3 de agosto de 1850, e faleceu em Campo maior em 22 de julho de 1908. A edificação sobre seu túmulo foi construída a mando de sua viúva, Lina Leonor de Almendra, e data de 1911. Dessa forma, a mulher que chora sobre o vaso pode ser uma figuração de Lina Leonor que chora desolada a perda de seu esposo.

Lina Leonor era uma das cinco filhas do “consórcio” entre Lina Clara Castello Branco e Jacob Manoel de Almendra. Ela era herdeira de muitas fazendas entre as quais a Fazenda São Domingos, de Campo Maior. Com o casamento ambos foram proprietários do último reduto da casa da torre no Piauí, a Fazenda Abelheiras. Foram seus irmãos Jacob Manoel de Almendra Junior, Raimunda Leonor, Antonio de Sampaio e Almendra (gêmeo com Inês Leonor), Inês Leonor. Os homens faleceram solteiros. Raimunda Leonor casou-se duas vezes: primeiro com Fernando Aguiar, com quem teve o filho Fernando Antonio de Aguiar Almendra. Quando viúva, contraiu segundas núpcias com José Rodrigues de Sampaio, pai de seu outro filho, Luiz Mariz Sampaio de Almendra. Segundo Silva (1991), ela faleceu em 13 de agosto de 1889 e encontra-se sepultada no Cemitério São José, em Teresina. Inês Leonor casou-se com Raimundo José de Sousa Gaioso e teve com ele dois filhos, Jacob Almendra de Sousa Gaioso e João Henrique Sousa Gaioso Almendra. Inês faleceu no parto deste segundo filho.

Lina Leonor tomou para si a responsabilidade de cuidar de seus sobrinhos, tornando-se, portanto, seus filhos adotivos. Quando contraiu matrimônio, já contava com mais de 40 anos de idade. Por conveniência familiar, casou-se com seu primo, o já citado Jacob de Almendra Freitas, que repousa no Cemitério Santo Antônio. O casal não teve filhos legítimos.

D^a–Lina Leonor, a caçula da família, compadecida da sorte e da orfandade dos sobrinhos, chamou para si a responsabilidade de criá-los com amor e carinho. Deu-lhes esmerada educação e, quando se deu conta, lembrou-se que ainda era solteirona, já passando dos quarenta anos de idade. Casou-se mesmo assim, com separação de bens, visando salvaguardar o patrimônio dos sobrinhos e filhos adotivos, com o primo Jacob Almendra Freitas, português de nascimento e neto de D^a Maria Francisca de Almendra Freitas, irmã do padre João Manoel de Almendra. Casamento por conviniência familiar que não impediu a felicidade de ambos enquanto vivera. Não deixando descendentes diretos Jacob e Lina legaram a imensa fortuna dos Castelo Branco Almendra, compreendendo fazendas de gado, casas de engenho, residências urbanas de aluguel e dinheiro, aos filhos de adoção Jacob e João Henrique com exceção do quinhão destinado a Raimunda Leonor de Sampaio Almendra (SILVA, 1991, p. 130).

Em visita ao Cemitério São José, não se encontrou a sepultura de Raimunda Leonor, como afirmou Silva (1991). Em compensação, encontraram-se a dos irmãos Jacob Manoel D Almendra e de Antônio Sampaio Almendra, ambos sepultados juntos. Também foi encontrada a sepultura de Jacob Manoel D’Almendra, o pai dos cinco filhos aqui mencionados. Elas estão localizadas uma ao lado da outra e a edificação é idêntica a que está presente no Cemitério Santo Antônio.

Figura 72 – Sepultura no cemitério São José em Teresina – Piauí - I



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha Morais (2015).

Observa-se que a cruz ao alto está ausente, muito provavelmente em decorrência de transformações naturais. Com exceção do epitáfio e da placa de metal na base para fins de localização, transcritas ao lado da imagem, tudo é exatamente igual.

Aqui jazem os restos mortaes de Jacob Manoel D'Almendra, commendador da ordem de Christo e commandante superior da guarda nacional do município de Campo Maior filho legitimo de Manoel Caetano de Carvalho e de D. Maria José D'Almendra já falecidos natural da Freguesia da Trindade Provincia Atraz os Montes do Arcebispado de Braga Reino de Portugal nasceo em maio de 1796 e com idade de oito annos veio para o Brazil onde chegou em 1804 em maio de 1820 desposou-se com D.Lina Clara de Castello Branco de cujo consorcio deixou cinco filhos Falleceo no dia 24 de agosto de 1859 tendo de idade de 64 annos incompletos Christão fiel. Bom filho, esposo amante, pai extremoso, optimo amigo e cidadão prestimozo sua alma dotada de tam nobres virtudes descance na paz do senhor Requiem eternam dona ei. Domine et lux perpetua luciat El requiescat in pace (TRANSCRIÇÃO DA LÁPIDE. Bloco-01 QD-02 Seção- B cova-116 N° 5279/98).

O epitáfio de Jacob Manoel D'Almendra, acima, traz sua trajetória de vida, quem o gerou e onde foi concebido, as terras por onde andava, as conquistas alcançadas, a mulher desposada, a idade de falecimento e a descendência deixada. Ao que consta foi um homem religioso e virtuoso.

O outro exemplar da edificação encontrado está em perfeito estado de conservação (Figura 73), mas, em virtude de estar próximo a uma árvore, a imagem frontal não permite uma boa visualização.

Figura73 – Sepultura no Cemitério São José em Teresina – Piauí - II



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2015).

Aqui repousão os restos mortaes de Jacob Manoel D'Almendra e de Antonio de Sampaio Almendra, ambos solteiros. Naturaes desta província do Piauhy, e filhos legitimos do commendador Jacob Manoel D'Almendra e Dona linna Clara de Castello Branco Almendra. O 1º oficial da imperial ordem da Roza e coronel commandante superior do município d'esta capital. Nasceo a 12 de maio de 1828, e falleceo na Villa de Principe Imperial D'esta mesma província a 12 de setembro de 1861. O 2º era bacharel formado em direito pela faculdade do Recife, cujo grau foi-lhe conferido no anno de 1856. Nasceo a 23 de novembro de 1829 e falleceo n'esta cidade a 10 de fevereiro de 1871. Bons filhos, irmãos extremosos, amigos sinceros e dedicados e cidadãos prestimosos. Suas almas entre os resplendores da luz perpetua gosemo premio dos predestinados. Requiem ae tornam donaeis domine, et lux perpetua luceateis. Dona Linna Leonor D'Almendra irmã dos illustres finados em testemunho de eterna saudade mandou erigir-lhes este mausoleo em o anno de 1873 (TRANSCRIÇÃO DA LÁPIDE. BLOCO-01 QD-2).

De acordo com as informações contidas nessas inscrições tumulares, assim como mandou erigir edificação sobre o túmulo de seu esposo, Dona Lina Leonor também o fez por seus únicos dois irmãos em testemunho de suas eternas saudades. A forma similar dos túmulos evidencia uma identificação de família, o que é reforçado pela inscrição de ambas as lápides.

A outra representação que mescla alegoria do princípio cristão com a de princípio sentimental está presente no túmulo de Alice Eulálio. Trata-se de uma figura que tem mais feições humanas do que angelicais. Em uma das mãos ela segura um archote voltado para baixo e com a outra mão ela levanta uma cortina. Abaixo desta está a fotografia da falecida.

O archote significa a chama da vida que se apagou. O ato de erguer a cortina pode dar tanto a ideia de passagem para o desconhecido quanto à ação de lembrar. Segundo Leite (2008, p. 121), quase sempre a figura humana é representada por uma mulher abrindo uma cortina, e atrás dessa cortina geralmente se encontram as imagens das pessoas falecidas.

Figura 74 – Morte e lembrança: alegoria do princípio cristão e sentimental



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2015).

A estrutura da alegoria está sustentada por quatro patas de leão. “O leão representa a força, a firmeza, passando a mensagem de que os familiares e amigos devem ser fortes mediante a perda do ente querido” (MORAIS, 2014, p. 62). Diz-se também que as patas do felino lembram aqueles que eram os responsáveis pelo sustento da família, que agora vai precisar de um novo “Rei Leão”. Acredita-se que se trata não de um sustento econômico, mas no sentido dos cuidados de esposa e mãe.

A mulher da fotografia é Alice Eulálio Alves, primeira dama da cidade por duas vezes, quando seu esposo ocupou o cargo administrativo maior da cidade de Campo Maior no período de 05-10-1930 a 22-03-1936 e de 03-01-1938 a 18-04-1942 (LIMA, 1995). Em sua lápide permanece a memória assim retratada:

A Alice, saudades de seu esposo e filhas, Maria Alice, Idalice e Isolete. Repouso eterno de Alice Eulalio, Alves, filha do C^{EL} Antônio Maria Eulalio Filho e D. Maria J. N. Eulalio. Nasceu a 26-11-1894; casou-se a 22-7-1922 com Francisco Alves Cavalcante e faleceu a 30-7-1926 (LÁPIDE 433, 1926).

Na mesma lápide o sobrenome de solteira de Alice é encontrado junto ao nome que adquiriu com o casamento. O nome das suas filhas segue uma hierarquia assumida na família, ou seja, são citadas da mais velha para a mais nova. Como demonstrado em outro momento neste capítulo, o casal teve uma quarta filha, Alyete, que morreu no mesmo dia, e em decorrência de seu parto, a mãe, Alice, também veio a falecer.

Das vinte e 24 (quatro) fotografias encontradas no acervo, e já trabalhadas no capítulo anterior, 3 (três) são da família Eulálio. Sua lápide foi uma das que vieram de fora; foi confeccionada na marmoraria de A. Pereira dos Santos & F^o no Estado do Pará.

Nas alegorias do princípio cristão estão representados um anjinho deitado sobre o túmulo e um anjo com trombeta junto a ele, que representa a alegoria do juízo final. Na crença cristã, a trombeta é um instrumento que no dia do juízo final irá acordar os mortos para prestarem conta com Deus. “A sua imagem tem uma referência direta com a narrativa do apocalipse bíblico, uma vez que é ao som das trombetas que se estabelece o anúncio do juízo final” (DALMÁZ, 2008, p. 108).

Figura 75 – Morte e juízo final: alegoria do princípio cristão



Fonte: Acervo pessoal de Jessica Gadelha (2015).

Outras alegorias do princípio cristão foram encontradas, mas estavam fora de contexto ou as sepulturas em que estavam localizadas não possuíam data, o que inviabilizou a identificação com os períodos históricos aqui trabalhados (Figura 76).

Figura 76 – Alegoria do princípio cristão



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Os anjos estão em gesto de oração. A forma como eles apresentam as mãos fizeram com que os mesmos ficassem conhecidos nos catálogos estatúarios como anjo espreme limão, e, de acordo com Lima (1994), eles foram bastante comuns nos três padrões por ela identificados.

Ainda com relação à primeira metade do século XX foram encontrados dois anjos que não se encaixam na classificação de Carneiro (2012). Um se encontra alado, com ombros e pernas à mostra e o outro, também alado, está sentado com um livro aberto nas mãos, conforme a Figura 77, a seguir.

Figura 77 – Outras representações de anjo do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Na sepultura onde este último anjo se encontra também se verifica a presença de uma estrela. A estrela, segundo Dalmáz (2008), assume diferentes significados para a religiosidade cristã. Pode funcionar como guia, representa os anjos das sete igrejas do apocalipse ou até mesmo representa cristo.

A partir da segunda metade do século XX, as inscrições que eram feitas nas lápides ou gravadas horizontalmente sobre o túmulo passam, a partir da década de 1950, a serem feitas em placas de metal. Em virtude do tamanho reduzido das placas cimiteriais, o espaço se torna limitado para comportar as informações sobre a pessoa falecida. Os dados apresentam o nome, o rito de nascimento, representado por uma estrela (*), o de morte, precedido respectivamente pelo sinal da cruz (+), e a dedicatória. Praticamente as expressões introdutórias, como as biografias e as súplicas de oração, desaparecem. De maneira fortuita, ainda se vê a súplica de oração através de um simples “Orai por ela”. Há, portanto, em relação aos períodos anteriores, uma sumarização textual, com epitáfios breves, assim como hoje são as visitas aos cemitérios.

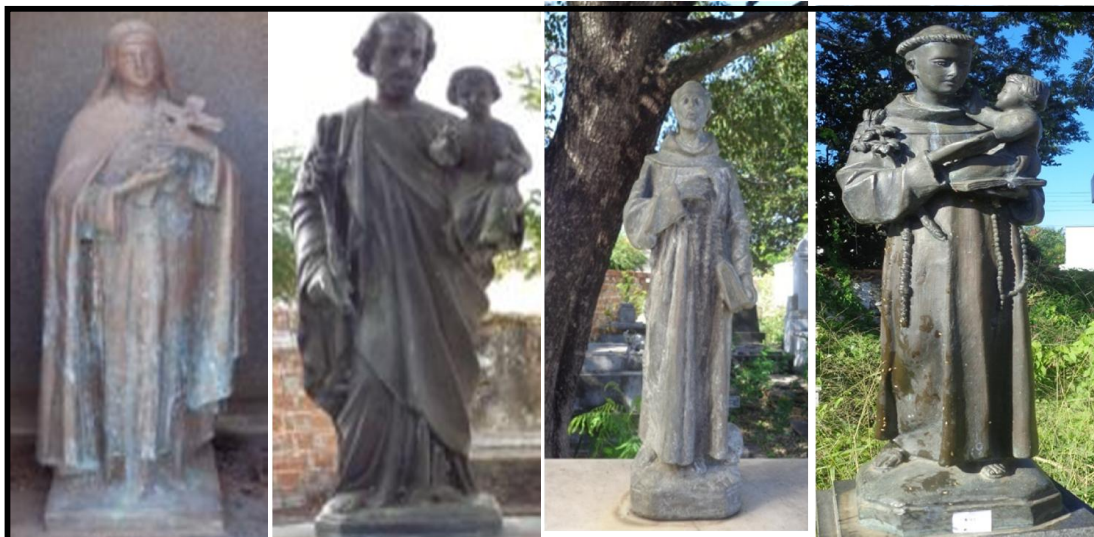
Figura 78 – Placa de metal com inscrição



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

No entanto os familiares e amigos diante de uma nova forma de se portar em relação à morte e diante de tão reduzido espaço para gravarem algo, optaram em prestar a seus entes queridos uma última homenagem, ou seja, a dedicatória. Dessa forma incrustam ali que sua partida deixou imorredouras saudades de seu esposo e filhos, uma eterna recordação e lembrança de amigos e familiares. A placa com a inscrição aparece na cruz ou diretamente sobre o túmulo. Os ornamentos em baixo e alto revelado dão lugar às cruzes edificadas com Cristo crucificado e escultura de santos (Figura 79).

Figura 79 – Santa Teresinha, São José, São Francisco e Santo Antônio da esquerda para direita



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

Portanto, é a partir da segunda metade do século XX que as mudanças aparecem de forma mais nítida no cemitério Santo Antônio tanto no que diz respeito à epigrafia quanto à iconografia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área onde o cemitério está situado não possui nenhuma placa de identificação, cemitério da Irmandade Santo Antônio ou simplesmente Santo Antônio é como ele aparece

referenciado nas fontes consultadas. A população local também o denomina cemitério velho em virtude de o mesmo estar fechado para sepultamentos desde a segunda metade do século XX, mais precisamente em 1978. Chaves (2013) aponta ainda a designação de cemitério São Vicente de Paulo, que ele acredita ser sustentado por alguma lei municipal, embora não cite o que o levou a levantar tal possibilidade nem o número da lei.

Acredita-se que o nome São Vicente de Paulo possa ter tido inspiração numa associação religiosa de mesmo nome existente na igreja matriz como foi demonstrado no capítulo três. E entre tantas possibilidades de denominação optou-se por aquelas que as fontes mencionam.

Na cidade de Campo Maior houve uma singularidade geográfica da morte, uma vez que nem toda a população teve como local último a igreja. Nas fontes consultadas, as informações obtidas de sepultamentos em igrejas, em Campo Maior, apontaram que esse espaço era utilizado para sepultar alguns daqueles que se dedicaram ao sacerdócio. E que embora a sepultura mais antiga de cemitério Santo Antônio seja de 1804, não é possível afirmar que já no início do século XIX ele estava incrustado na paisagem da Princesa das Campinas. Se comprovado em estudos posteriores a data de funcionamento desde 1804 será um aspecto diferencial das demais localidades do país, a exemplo do Rio de Janeiro e da Bahia cuja implantação de cemitérios extramuros só ocorreu respectivamente em 1850 e 1836.

Independentemente se do início ou do final do século XIX naquele cemitério jazem muitas histórias, desde as ditas até aquelas que foram silenciadas. Tentaram por algum motivo enterrar definitivamente algumas dessas histórias no ventre da terra, no silêncio contido na ausência dos epitáfios e até mesmo na privação de uma sepultura permanente, o local de uma derradeira memória.

Entre essas histórias ocultas, sonegadas e recônditas estão pessoas que foram estigmatizadas como os escravos (as) e de tantas outras pessoas que lá repousam no anonimato. A historiografia piauiense acerca do tema da escravidão diverge quanto ao tratamento brando ou não que tais grupos receberam. No contexto investigado os indícios fragmentados das fontes são insuficientes para tomar um posicionamento da divergência citada, mas cabe reflexão.

Os senhores aceitaram dividir espaço de morte com aqueles que em vida foram seus subordinados, mas estabeleceu-se como critério a existência de um muro, um marco de separação interna de onde jazeriam seus corpos. E quanto ao fato da grande maioria dos filhos

da mulher escrava serem filhos naturais? Talvez os pequenos fossem filhos ilegítimos dos senhores de suas mães, que a gosto ou a contragosto deitaram-se com eles.

Também se verificou que havia uma lógica de sepultamento no sentido de preservar a nuclearização da família, seja fazendo com que as sepulturas ficassem próximas umas das outras seja sepultando a família nuclear numa mesma sepultura.

A falta de conhecimento sobre o potencial informativo dos espaços mortuários é um dos principais entraves para repensar o patrimônio funerário piauiense. Somente com o esclarecimento sobre o tema é que o cemitério poderá ser visto como importante fonte de informação para entender a atuação de várias gerações e do processo histórico local. Dessa forma buscou-se na lápide fria o pulsar da vida, o risco do epitáfio tornou-se risco de evidência, e o rito e a iconografia da crença.

Não existe cidade sem passado, povo sem memória. O que há são capítulos de história e estórias não lidas pelo simples fato de nunca terem sido contadas pela historiografia oficial, o que justifica a importância da Arqueologia Histórica. As lápides são então páginas de um livro não lido, em especial a do século XIX e da primeira metade do século XX onde estão gravados os ritos de existência (nascimento, batismo, casamento e morte) e a trajetória individual e profissional de cada indivíduo e de sua relação com a história da cidade.

Notas sepulcrais, materiais empregados na construção tumular, fotografias, ornamentos das sepulturas são reveladores de como a população expressou e representou a morte de pessoas próximas e como o morto foi visto pelo grupo familiar e social, além de se poder perceber a visão que aquela sociedade tinha do casamento, os modismos da época, as relações comerciais, as profissões mais destacadas na época, a análise do corpo por meio das fotografias, as expectativas médias de vida dos grupos: homens/mulheres/crianças, ricos-pobres.

Há lápides que se refere ao casamento como consórcio, ideologia típica de sociedades tradicionais. “O nascimento em um dado grupo define assim, entre outras possibilidades, direitos e deveres políticos, profissões ou parceiros possíveis para o casamento” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 51). Os filhos, um legado da existência de seus pais, refletiam o status social e a crença da família. O batismo era uma dupla segurança para a mãe, a certeza de que a madrinha em sua ausência faria de seu afilhado o seu filho e uma morte cristã ao filho que partiu prematuramente. Somente um círculo restrito de pessoas tinha poder aquisitivo para importar lápides de Parnaíba, do Maranhão e do Pará, o que justifica o predomínio das covas simples com pedra local.

Observou-se ainda nas lápides do século XIX e primeira metade do século XX a forte presença de vocábulos emotivos, ou seja, expressão dos sentimentos dos parentes e/ou amigos que dedicaram a lápide à pessoa falecida. Entre os sentimentos gravados nas lápides é recorrente o sentimento da saudade ora e outra intensificada pelos adjetivos imorredouras e indelével, ou seja, que não acabará, evidenciando que mesmo com o afastamento dos corpos permanece a “união de suas memórias”, que não se esquece um ente querido ausente. A súplica de oração através de “um padre nosso e uma ave Maria” revela o medo de um suposto esquecimento de intervenção pela alma dos que não estão mais no plano terreno.

Constatou-se que na segunda metade do século XX as lápides gradualmente vão desaparecendo em substituição às placas de metal, que pouco “falam” dos que ali jazem. Foi nesse período também que os ornamentos de cruzes com flores e galhos em baixo e alto relevo cedem espaço para cruzes edificadas em sua maioria remetendo ao suplício de Cristo assim como a consolidação de imagens de santos, ainda que apareçam em pequeno número.

Entretanto quase todo potencial informativo do seu acervo material está em vias de destruição: esculturas e lápides estão avulsas; partes de inscrições ilegíveis; túmulos destruídos; imagem de santos e anjos deteriorados; estruturas do muro por ruir. Para Herberts (2011, p. 37), “é o rito ou o zelo que mantém vivo o cemitério, que precisa mais do que sua arquitetura para sobreviver ao tempo”. Nesse aspecto, o cemitério está bem vivo, pois não lhe faltam velas, flores naturais e artificiais, ex-votos, entre outros ritos.

A potencialidade e o estado de conservação ruim do acervo não é exclusividade histórica do cemitério Santo Antônio. O que talvez seja sua exclusividade histórica é que este agora possui seu acervo material preservado através desse estudo aqui empreendido, diferentemente dos demais que continuam a perder parte significativa de seus elementos e, dessa forma, suas histórias e estórias vão sendo para sempre submersas a sete palmos do chão. Há ainda os que estão no anonimato, nas veredas dos sertões piauienses.

É censurável que esse patrimônio histórico e a cidade já tenha perdido boa parte do seu aspecto arquitetônico original e parte significativa do seu acervo. Contudo, este trabalho é um importante instrumento de registro, assim como de preservação de um significativo acervo histórico e arqueológico de mais de um século.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Luciano Mendes. **Bíblia sagrada**. Brasília: Imprimatur, 1991.

ARAÚJO, Jordelson Carvalho de. **A morte contada em vida: um olhar sobre o espaço cemiterial como fonte histórica no Cemitério da Irmandade em Campo Maior**. 2011. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí. Campo Maior, 2011.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de; RIGO, Kate Fabiani. Repensando currículo das ciências humanas: o cemitério como proposta prática-pedagógica. V Simpósio Internacional e VIII Fórum Nacional de Educação. **Anais...**, Torres- RS, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Biblioteca universitária, 2000.

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Copyright, 1986.

AZEVEDO, Álvares de. **Lira dos 20 anos**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2007.

BASTOS, Rossano Lopes. O registro arqueológico como instrumento de memória social. **Fundamentos**, n. 9, v. 4, 2010.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Portugal: Edições 70, 2006.

BORGES, Jóina Freitas. **Sítio Arqueológico seu bode: em busca de um lugar na história**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Piauí, 2002a.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002b.

_____. Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã. III Reunião da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. **Anais...**, Goiânia, 2008.

BRANDÃO, Giane. **Vamos passear... no cemitério?** 2010. Disponível em: <http://www.cemiteriosp.com.br/pdf/Passear_no_cemiterio.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Revista Multidisciplinar da UNIESP**, n° 6, dez, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os que estão vivos e os mortos. 2012. **Disponível em:** <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=92853>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CARNEIRO, Maristela. **Construções tumulares e representações de alteridade:** materialidade e simbolismo no cemitério municipal São José, Ponta Grossa/ PR/BR, 1881-2011. Dissertação (Mestrado em ciências sociais aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma prática da ausência. **Artcultura**. Uberlândia, v.12,n.20,p.163-182, jan-jun-2010.

CARVALHO, Elmar. **Bernardo de Carvalho, o fundador de Bitorocara**. Edição Primeira, 2012.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **Batalha do Jenipapo:** reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

CARVALHO JÚNIOR et al. **Uma cidade fúnebre:** vida após vida no cemitério São José em Altos - Piauí, 2011,7f. Artigo (curso de História). Universidade Estadual do Piauí (no prelo).

CASTRO, Elisiana Trilha. **RuheSanft:** inventário do cemitério de imigrantes alemães de São Martinho Alto. Blumenau: Nova Letra, 2014.

_____. **In Frieden:** inventário do cemitério de imigrantes alemães de São Martinho. Blumenau: Nova Letra, 2014.

_____. **Aqui também jaz um patrimônio:** identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do cemitério do imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2008.

CEMITÉRIO SP. **Arte cemiterial**. Disponível em <<http://www.cemiteriosp.com.br/artecemiterial/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CHAVES, Celson Gonçalves. **O cemitério da Irmandade de Santo Antônio**. Campo Maior: Edição do autor, 2013.

_____. **Rua Santo Antônio**. 2. ed. rev. melh. Ampl., Campo Maior - PI: EDUFPI, 2014.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Diogo M. Estudos mortuários em arqueologia pré-histórica e histórica: de espelho etnográfico à máscara social. **Habitus**, Goiânia. v. 10, n. 1, p. 105-114, jul./dez., 2012.

_____. Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, São Paulo, Apr./June 2013.

_____. Arqueologias históricas: um panorama espacial e temporal. **Vestígios**. v. 4, n. 2, jul./dez., 2010.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DIVINO PAI ETERNO. **O ostensório e a adoração de Jesus Cristo**. 17 set. 2014. Disponível em: <<http://www.paieterno.com.br/site/2014/09/17/o-ostensorio-e-a-adoracao-de-jesus-cristo/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ENTREVISTA com a professora Maria Elizia Borges. **Revista Inter-legere**. Janeiro a junho de 2013.

FOCHI, Graciela Márcia. **Morte, cemitérios e jazigos: um estudo do cemitério municipal de Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MIN/IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e arqueologia histórica: a América Latina e o mundo. **Vestígios**. v. 1, n. 1, jan./jun. 2007.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da arqueologia histórica brasileira. Estudos bibliográficos: Ensaios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 13, p. 269-301, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GRASSI, Clarissa. **Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano**. Curitiba, PR: Edição do autor, 2014.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. **Dicionário de símbolos**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dicionários-de-símbolos/degraus/>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

HIEROMONGE, Pe. André. **Cruz: suas formas e significados**. Disponível em: <<http://www.ecclesia.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

HERBERTS, Ana Lúcia; CASTRO, Elisiana Trilha. **Cemitérios no caminho: o patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos Campos de Lages**. Blumenau: Nova Letra, 2011.

HERTZ, Robert. **A preeminência da mão direita**: um estudo sobre a polaridade religiosa. 1980.

HOLGUIN, Pe. Henry Vargas. **Igreja e doutrina**- para que serve a estola? . Disponível em: <<http://www.ptaleteia.org>. 20 de março de 2015. Acesso em 19/09/2016.

INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário de Campo Maior-PI**. 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Você fotografa seus mortos? In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Imagem e memória**: ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: Gramound, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et AL. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Morte e fotografia. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Imagem e memória**: ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: Gramound, 2001.

LIMA, Francisco de Assis. **Campo Maior em recortes**. Campo Maior: Edição do autor, 2008.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de Lima. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Teresina: Gráfica e editora Júnior Ltda, 1995.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do museu paulista**, nova série, n. 1, 1993.

_____. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 2, p. 87-159, jan/dez. 1994.

LIVRO de óbito dos filhos da mulher escrava da Freguesia de Campo Maior (1873 a 1883).

LIVRO de óbito da Freguesia de Campo Maior nº 03 (1887-1898).

LIVRO índice de casamento nº 01 (1862 a 1882).

LIVRO índice de casamento nº 04 (1900).

LIVRO índice de casamento n° 05 (1908 a 1919).

LIVRO índice de casamento n° 06.

LIVRO de batismo n° 03 (1871 a 1875).

LIVRO de Tombo da Freguesia de Campo Maior n° 1, 1883.

LIVRO de Tombo da Freguesia de Campo Maior n° 2, 1906.

MASCARENHAS, Marielly Ibiapina. **Entre trilhas e carnaúbas**: breve história da arquitetura de Campo Maior-Piauí. 2012. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Piauí, 2012.

MATOS, Shirlene Marques. **Análise tipológica das lápides do cemitério Nossa Senhora de Lourdes da cidade de São Raimundo Nonato-PI**. Monografia (Bacharelado em Arqueologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, 2009.

MELO, Pe Claudio. **Os primórdios de nossa história**. Texto não publicado. Arquivo Público do Piauí. Sala de reservas relativas ao poder executivo e legislativo. 1983.

MELLO, Janaina Cardoso; CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. Cultura e poder no post-mortem: um estudo de Arqueologia Histórica dos cemitérios Santa Isabel (SE) e Recoleta (AR). **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 26, n. 1, jan/jun. 2013.

MORAIS, Jessica Gadelha. **A história dos mortos para a história dos vivos**: análise do acervo do cemitério Santo Antônio em Campo Maior - Piauí. 2014. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Piauí, 2014.

_____; CARVALHO JÚNIOR, Domingos Alves de. “Aqui jaz”: a saudade dos entes queridos. **XIII Simpósio de produção científica e XII Seminário de iniciação científica**. Teresina, 2013.

_____; _____. Escavando estórias: o patrimônio (i) material do cemitério (da Irmandade de) Santo Antônio em Campo Maior – Piauí. **Seminário Patrimônio imaterial- Lugar, Cotidiano e Existência**. São Raimundo Nonato – Piauí. 17 a 19 de agosto de 2015.

_____; _____. Lápides que falam e ajudam a contar histórias: uma análise a partir do cemitério Santo Antônio de Campo Maior. **XII Simpósio de produção científica e XI seminário de iniciação científica**. Teresina, 2012.

_____; _____. Retratos de histórias: uma escavação do acervo fotográfico do cemitério Santo Antônio de Campo Maior – Piauí. **III Reunião da sociedade de Arqueologia Brasileira- Núcleo Regional Nordeste**. São Luis, 29, 30 e 31 de outubro de 2014.

_____; _____. Uma história com muitas histórias: um passeio pelos cemitérios de Campo Maior – Piauí. **V Encontro de produtividade em pesquisa e V Encontro de iniciação científica IFPI**. Teresina. 15 e 17 de maio de 2013.

MORAIS, Jéssica Gadelha et al. A primavera no cemitérios do Piauí. **III Semana de ciência e tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**. Campus São Raimundo Nonato de 24 a 25 de outubro de 2013.

_____. Turismo e paisagem no Cemitério do Batalhão em Campo Maior – Piauí. **VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais**. Rio de Janeiro. 20 a 23 de julho de 2015.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL, FUNDAC; DETRAN, 2010 (Coleção Grandes Textos, v. 8).

MOTTA, Antônio. Pessoas, genealogias e lugares mortuários: lógicas de nomeação, de distinção e de reconhecimento entre elites brasileiras e portuguesas em cemitérios oitocentistas. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). **Lugares, pessoas e grupos: as lógicas de pertencimento em perspectiva internacional**. 2. ed. Brasília: ABA publicações, 2012.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, 2006.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando o cemitério é um patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em memória social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Natalia Maria da Conceição. **Ver, viver e sentir: uma história do patrimônio religioso de Campo Maior-PI**. 2011. Monografia (Graduação em História)-Universidade Estadual do Piauí - Campo Maior, 2011.

_____. **Paróquia de Santo Antônio: 300 anos evangelizando o povo de Campo Maior (1715-2015)**. Secretaria de Educação.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de livro LTDA 1992.

_____. **Introducción a La Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIXÃO, Marcus Vinícius Costa. **Memória, Economia, Religião, História e Geografia a partir do Rio Surubim**. Disponível em: <<http://campomaioremfoco.com.br/memoria-economia-religiao-historia-e-geografia-a-partir-do-rio-surubim.html>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

PAIXÃO, Marcus Vinícius Costa. **Campo Maior origens- uma análise histórica e documental do início da povoação de Campo Maior**. Campo Maior: Edição do autor, 2015.

PASCUTI, Rafaela Regina; SANDERSON, Abrahão. Elementos da egiptomania no cemitério municipal São José, Teresina-PI. **Revista Tarairiú**, Campo Grande-PB, ano V, v. 11, n. 8, ago. 2014.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril cultural. Brasiliense, 1985.

PROJETO LEI N° 50. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. 3 ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, José Alberione dos. Sobre uma arrelia que provoca tensão entre arqueologia e história: documento escrito/documento material. **Métis**: história & cultura-v. 3,n.5,p.93-114,jan./jun.2004.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das praticas mortuárias uma abordagem historiográfica**. São Paulo: Alameda, 2007.

RIGO, Kate Fabiani. Fotografias cemiteriais. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RUBY, Jay. Retratando os mortos. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Imagem e memória**: ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: Gramound, 2001.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Juvandi de Sousa. Vida e morte nos grupos humanos: algumas informações preliminares. In: OLIVEIRA, Thomas Bruno (Org.). **Pré-história II: estudos para a arqueologia da Paraíba**. João Pessoa: JRC Editora, 2011.

SIGNIFICADO DE JHS. Disponível em <<http://www.significados.com.br>>.

SILVA, Cristovane Rodrigues da. **As multifacetadas do patrimônio em Campo Maior**. 2011. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Piauí. Campo Maior, 2011.

SILVA, Halan Kardeck Ferreira. **Pedra Negra**. Teresina: Nova Aliança, 2012.

SILVA, Josias Clarence Carneiro. **Abelheiras**. O último reduto da Casa da Torre no Piauí. Teresina: Gráfica e Editora Junior LTDA, 1991.

SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SILVA NETA, Alcelina da. **Entrevista concedida ao Núcleo de Pesquisa de História Oral da UFPI em 13 e 27 de novembro de 2015**.

SILVA, Robson Willians; MALAGUTTI FILHO, Walter. Cemitérios: fontes potenciais de contaminação. **Ciência Hoje**, v. 44, n. 263, set. 2009.

SIMBOLOS E OBJETOS LITURGICOS. Disponível em: <<http://www.ahora damissa.com>>. Acesso em 19/09/2016.

SYMANSKY, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, Walter; MOI, Flavia Prado (Org.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 279-310.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da morte: fotografia e memória**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOARES, Nara Kerliane de Carvalho. **Do anonimato à santa do povo: devoção popular em Campo Maior - PI (1968-2010)**. 2013. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Piauí - Campo Maior, 2013.

SOUSA, Jaqueline Pereira. **Exortando corpos: por uma antropologia dos ritos fúnebres**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

STEYER, Fábio Augusto. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. **Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional). Rio de Janeiro, 2012.

TORRES, Ana Catarina. Rituais funerários pré-históricos um estudo antropológico. **Clio arqueológica**, n. 12, 1997.

VALLADARES, C. do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 2v.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. In: LIMA, Manuel Ferreira Filho; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007.

ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena (Org.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul.** Cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Edicionesdel Tridente, Colección Científica, 2002.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE SEPULTADOS

IDENTIFICAÇÃO DA SEPULTURA	IDENTIFICAÇÃO DO (A) FALECIDO (A)	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE FALECIMENTO	IDADE
1	Sem identificação			
2	Francisco de Almeida/ D.Paschoa Francisca de Almeida	1817/ 1824	22-02-1891/ 08-08-1896	74 / 72
3	Padre Benedicto Portella Lima	06-01-1862	24-07-1918	56
4	D. Maria Joaquina do Nascimento	1820	15-10-1893	73
5	Ana Rosa Andrade Oliveira/ Dina Adelaide Oliveira	28-05-1840/ 14-06-1865	18-03-1902/ 14-05-1958	61/ 92
6	Sem identificação			
7	D. Ana Rosa de Andrade			
8	Antonio Felix da Paz/ Maria da Luz do M. Paz	17-03-1885/ 02-02-1892	10-07-1964/ 15-08-1921	79/ 29
9	Maria Lucia Andrade	12-12-1938	26-11-1946	7
10	Severa Amelia da Silva/ Isaú José Nunes Bona	12-02-1854/ 19-03-1892	05-08-1935/ 12-09-1964	81/ 72
11	Padre Gastão Pereira da Silva	16-08-1886	04-05-1944	56
12	Ludgera Pereira da Silva	26-03-1860	22-12-1932	72
13	Sem identificação			
14	Genuina Andrade/ Dionisia Andrade/ EllesbãoR. de Andrade/ Rosina O. Andrade/ Dionisia Andrade	—	04-07-1948/ 12-08-1956	—
15	Comerino O. Andrade/ Custodia R. Melo/ João Andrade Antonio Andrade	03-11-1892	13-02-1961	68
16	Ana Roza Subrinha	24-07-14	22-05-33	18
17	Sem identificação			
18	C.R.S			
19	Joaquim Leite Pereira/ Alexandrina Maria de Jesus Leite	10-11-1873/ 20-02-1867	06-01-1967/ 03-09-1954	93/ 87
20	Sem identificação			
21	[...] da Maltade Oliveira/ Etelvina Monteiro de Oliveira	1867/ 18-04-1902	20-09-[...]/ 04-09-1966	— 64
22	Cornelio N. Rodrigues	14-09-1900	13-04-1934	33
23	Sem identificação			
24	Jose Alexandre [...] Pereira	1839	28-08-1921	82
25	Sem identificação			
26	M.J.A			
27	V.N.S			
28	Acimara R.D' Oliveira/ José R. da Silva	06-03-1885/ 1875	08-07-1925/ 23-03-1935	40/ 60
29	M.R			
30	Aarão Ferreira de Santana	11-10-1883	19-06-1950	66
31	Os dois irmãozinhos Antonio de Padua	—	1911/ 1915	—
32	Alferes do exercito Alvaro Furtado de Mendonça	1864	18-09-1899	35
33	Anizia Genuino de Oliveira Monte/ Sinfronio Olimpico do Monte	11-12-1860/ 26-07-1855	12-03-1904/ 06-06-1944	43/ 88

34	D.Joanna Viana de Noronha			
35	R.F.A			
36	Sem identificação			
37	João [...] de Oliveira/ Amélia Pereira da Silva	27-01-1879/ 15-07-1882	19-09-1957/ 05-11-1927	78/ 45
38	C ^{EL} Lysandro Pereira da Silva	27-09-1842	01-01-1919	76
39		29-12-1894	07-08-1924	29
40	Albertina Monte Ferreira	13-04-1898	14-05-1940	42
41	Joaquina Delmiro de Oliveira	1875	1937	62
42	Pedro Celestino Monte Ferreira	19-04-1864	23-09-1963	99
43	Marcos Pereira de Araujo	07-10-1856	18-06-1909	52
44	Eudoro Portella Lima	31-12-1873	17-12-1922	48
45	Anna Aurora Sampaio/ Joana Rosa da Silva	27-07-1920/ 11-05-1861	29-09-1943/ 21-08-1947	23/ 86
46	Sem identificação			
47	Honorio Jose Nunes Bonna	12-1823	03-01-1902	78
48	R.F.A			
49	S.O.P			
50	Luiz A. da Paz/ Maria Olinda M. Paz	22-05-1882/ 29-07-1887	02-07-1922/ 07-06-1958	40/ 70
51	Jose Almeida P[...]	[...]-04-1924	[...]-09-1961	37
52	Raimunda Barros Uchoa Miranda/ Feliciana	25-04-1926/	31-08-1956/ 19-04-1941	30/
53	Jose Antônio			
54	[...] Alexandre [...] reira	1839	28-08-1921	82
55	Sem identificação			
56	Herminia A. da Paz/ Candido de A.Paz	24-12-1897/ 02-01-1943	11-09-1965/ 27-03-1957	67/ 14
57	Sem identificação			
58	Capitão Jose Thomaz D'Oliveira	08-02-1849	[...]-06-1915	66
59	Deodata Maria Lustosa	07-11-1918	21-03-1937	18
60	[...] ymunda [...] mendes [...]/ Maria do Carmo M.Moura/ Raimunda Candida de D. Silva	11-05-1866/ 16-07-1876/ 07-11-1878	31-05-1901/ 15-09-1954/ 13-11-1957	35/ 78/ 79
61	Ana Joaquina dos Santos/ Maria Adelaide de Andrade	15-01-1845/ 20-08-1848	18-10-1925/ 25-01-1938	80/ 89
62	Félix Machado dos Santos	1887	30-05-1942	55
63	[...]			
64	José Firmino Oliveira/ Maria Floresta da Paz oliveira/ Cap. Manoel Oliveira			
65	Martiniano Alves Ferreira	12-11-1916	04-08-1948	31
66	Jose Pereira do Nascimento/ Antonia Barbosa da Silva	30-10-1892/ 25-08-1918	18-02-1964/ 02-10-1964	71/ 46
67	A mesma sua esposa			
68	Sem identificação			
69	Jose Felix [...] Pa[...]/ Vidvina de Araújo	28-02-1878/ 18-09-1896	19-07-1958/ 26-12-1965	80/ 69
70	Tenente Coronel Jose Higino de Souza	11-01-1833	09-10-1884	51
71	Raimundo Valerio da Silva/ [...]	08-10-[...]/ 17-08-18[...]	01-[...]-[...]/ 22-03-19[...]	
72	[...]			
73	Antonio Felix Barbosa/ Maria Benedita Saraiva		1917	
74	Sinha Pereira			
75 a 77	Sem identificação			

78	Maria [...] Santos/ Miguel de Souza	1874/	20-03-1919/	45/
79	Lourenço Lopes Ribeiro	21-05-1864	04-04-1946	81
80	Sem identificação	_____	_____	_____
	N.A.C	_____	_____	_____
81	Sem identificação	_____	_____	_____
82	Capitão Antônio Jose de Oliveira/ [...] Lina de Oliveira	24-04-1880/ 03-08-[...]	18-08-1929/ 14-05-[...]	49/ _____
83	[...]	_____	_____	_____
84	Sem identificação	_____	_____	_____
85	Abraham Lopes Teixeira	1814	05-04-1888	73 ou 74
86	G.M.U	_____	_____	_____
87	U.M.J	_____	_____	_____
88	Maria Amelia da Silva	26-06-1881	03-01-[...]	_____
89	[...]	_____	_____	_____
90	M ^ã de Nazaré Souza Carvalho	_____	13-07-1967	_____
91	Ana Rosa do Espirito Santo	_____	20-12-49	75
92	Antônio Barbosa/ Raimundo Barbosa	23-07-1941/ 02-02-1945	12-08-1941/ 02-01-1947	20 dias/ 1
93	Antonio Conrado de Andrade/ Ana Oliveira Andrade/ Maria Jose Oliveira Andrade	19-02-1885/ 06-08-1897/ 03-11-1924	28-12-1958/ 26-08-1955/ 29-08-1949	73/ 58/ 24
94	J.B.T	_____	_____	_____
95	Idalina de Jesus Lima/ Maria Jesus Lima	18-01-1900/ 19-09-1912	11-07-1927/ 21-10-1925	27/ 13
96	A cerventinha	_____	_____	_____
97	Sem identificação	_____	_____	_____
98	Tem. José Joaquim de Oliveira	19-11-1883	21-07-1938	54
99	Jose Francisco de Melo/ Maria Isabel de Melo	03-07-1870/ 07-09-1876	12-11-1928/ 07-06-1965	58/ 88
100	[...]	_____	_____	_____
101	Horacio Vieira da Rocha	13-11-1859	24-10-1908	48
102	C [...] aricewiener/ Riaevande	_____	_____	_____
103	Sem identificação	_____	_____	_____
104	Antonio B. Saraiva	03-07-1941	18-08-1941	15 dias
105	Isabel Leocadia da Conceição/ Francisco Alves Ferreira	_____	_____	_____
106	Manoel Peres de Oliveira	28-10-1925	30-03-1944	18
107	[...] Leite Ibiapina	1909	04-11-1942	33
108	Filadelfia da Costa Araujo/ Conrado de Araujo Chaves	_____	_____	_____
109	Francisco Conrado de Araújo/ Isaura Maria de A. Guerreiro	18-08-1893/ 26-02-1945	01-09-1952/ 15-11-1964	59/ 19
110	José Pedro da Costa/ Ernestina Roza de Brito	29-06-1864/ 1764	13-04-1931/ 26-01-1804	66/ 40
111	[...]	_____	_____	_____
112	[...]	_____	_____	_____
113	A.F.A	1877	1938	60 ou 61
114	Francisco [...] Assis [...]	_____	28-02-[...]	68
115	M.F.F	_____	_____	_____
116	Raimundo da [...] Araujo/ Agostinho [...] Costa/ Maria José de [...]	[...]/	[...]/	_____
117	[...]	1868	24-02-1942	73 ou 74
118	Cacimira R.D. Oliveira/ Jose R. da Silva	06-03-18[...]/ 1875	08-07-1923/ 23-03-1935	60

119	Maria da Paz	1920	23-03-1951	31
120	Sem identificação	_____	_____	_____
121	A inocente Marlúcia de Miranda Paz	_____	_____	_____
122	Maria Cordeiro da Silva	_____	_____	_____
123	R.M.I/ J.A.I	_____	_____	_____
	Arsênio Delmiro de Oliveira	29-08-1896	03-12-1966	70
124	Ivonete Teixeira da Silva	_____	_____	_____
125	Joaquim da Silva	_____	_____	_____
126	J.P.Z	_____	_____	_____
127	[...] Portela[...]	_____	_____	_____
128	Sem identificação	_____	_____	_____
129	[...]	_____	_____	_____
130	José Alves do Nascimento	_____	_____	_____
131	A.M.W	_____	_____	_____
132 a 133	Sem identificação	_____	_____	_____
134	Osires Bona	27-07-1907	06-04-1944	36
135	Eremita Roza de Melo	1871	19-05-1918	47
136	D. Thereza Ferreira de Jesus	1876	08-12-1920	44
137	Fernando T. Sampaio Neto	08-06-44	20-06-44	12 dias
138	Joaquim de [...] D'Oliveira Carvalho	_____	_____	7
139 a 140	Sem identificação	_____	_____	_____
141	M.J.E	_____	_____	_____
142	Sem identificação	_____	_____	_____
143	José Lopes Castelo Branco	20-03-86	03-03-52	_____
144	Joaquim da Silva	07-09-21	24-07-1949	_____
145	José Rodrigues de Moura	10-02-1900	15-04-1940	40
146	I.M.S	_____	_____	_____
147	Raimunda NonataPeris	24-02-2[...]	19-09-46	_____
148	Maria Joaquina de Sousa	08-10-1848	17-08-1943	94
149	Maria [...]	_____	_____	_____
150	José Leite Pereira Subrinho	14-12-1896	09-12-1956	59
151	Luiz Moraes de Abreu	13-12-1925	[...] 1939	13 ou 14
152	[...]	_____	_____	_____
153	Cecília Melo	23-04-1888	05-03-1947	58
154	Ruy Tito de Oliveira	29-01-1906	19-12-1928	22
155	Alcangela Delmiro de Oliveira Valle	08-05-1900	13-01-1936	35
156	A.J.P	_____	_____	_____
157	Sem identificação	_____	_____	_____
	Pacifico Fortes/ Julio Chaves Bona	_____	_____	_____
158	Cristina de Andrade Melo/ Dalila de Andrade Melo	22-08-1895/ 11-04-1901	11-06-1964/ 03-11-1945	68/ 44
159	Maria Portela Costa	06-06-1880	31-12-1933	53
160	Raimundo de Lima Ibiapina/ Adelina de Lima Ibiapina	04-04-1879/ 18-01-1869	10-07-1947/ 28-12-1931	68/ 62
161	Porfirio Veras	_____	05-01-1944	_____
162	José Cardoso de Lima	19-09-1909	13-01-1963	53
163	A.A.A.N	_____	_____	_____
164	Josefa Francisca do Nascimento	19-09-1915	29-09-1946	31
165	M.R.C/ S.F	_____	13-11-44	_____
166	Antonio Siqueira Paz	13-06-1916	08-08-1946	30
167	Maria Marques Ferreira	_____	17-11-[...]47	_____

168	José Siqueira Paz	20-07-1919	26-03-1949	29
169	Francisca Nogueira Cruz/ Cícero Freire Cruz	27-02-1906/ 10-11-1896	17-02-1950/ 22-11-1968	43/ 72
170	A.F.S	_____	_____	_____
171	A.S.D/ Francisca B. de Melo Filho	21-12-56	28-12-56	7 dias
172	Z.M.R	_____	_____	_____
173	Sem identificação	_____	_____	_____
174	[...] Maria Balbina	_____	_____	_____
175	[...]/ F.F.L/ R	_____	_____	_____
176	Sem identificação	_____	_____	_____
177	J.S.S.N	_____	_____	_____
178	Luiz Rodrigues Freire	21-07-1873	06-08-1964	91
179	Sem identificação	_____	_____	_____
180	Maria Rodrigues Pereira	25-09-1918	18-04-1965	46
181	M.P.S	_____	_____	_____
182	Manoel Hermogenes Vasconcellos	19-04-1895	10-11-1954	59
183	Edmar Vaz Muniz	29-01-1944	24-12-1953	9
184	Sem identificação	_____	_____	_____
185	João Peres da Cunha	27-12-1892	23-09-1956	63
186	Sem identificação	_____	_____	_____
187	Joana Lina de Deus Carvalho	27-01-1884	30-03-1963	79
188	Sem identificação	_____	_____	_____
189	Jose Bandeira da Rocha	10-02-1911	29-05-1985	74
190 a 191	Sem identificação	_____	_____	_____
192	O.C.A/ A.L.C.A/ J.F.C	_____	_____	_____
193	Sem identificação	_____	_____	_____
194	Aristides da Silva Braga	_____	_____	_____
195	M.J.A/ Francisca da Silva Braga/ Ursula Maria A. da Silva/ Ursula Rosa A. da Silva/ Maria Jose Aragão	_____	_____	_____
196	Sem identificação	_____	_____	_____
197	Maria Gomes de Souza	22-08-1902	07-12-1939	37
198	Sem identificação	_____	_____	_____
199	R.N.A	_____	_____	_____
200	Sem identificação	_____	_____	_____
201	Antonio M. da Silva/ Antonio J. da Silva	_____	_____	_____
202	Sem identificação	_____	_____	_____
203	[...]/ Onofre R. Oliveira	_____	_____	_____
204	M.J.T	_____	_____	_____
205	F.P.S/ M.A.S	_____	_____	_____
206	[...] elianoFrancisco [...]	01-05-18[...]	14-08-[...]	_____
207	Ciro da Silva Braga/ Suely Maria S. Braga	04-07-1889/ 28-01-1958	08-02-1956/ 21-09-1958	66/ 7 meses
208	Sem identificação	_____	_____	_____
209	Francisca das Chagas Oliveira	[...]-1906	[...]-1946	39 ou 40
210	T.F.O	_____	_____	_____
211	J.B.C.P	_____	_____	_____

212	Sem identificação			
213	L.P.B		07-09-1957	
214	F.C.C			
215	Sem identificação			
216	Vicência Monteiro de Souza	07-09-1932	[...]-1959	26 ou 27
217 a 218	Sem identificação			
219	M.G.C			
220	S.E.M			
221	F.T.J	03-03-41	05-06-58	17
222 a 224	Sem identificação			
225	[...]			
226	[...] Pedro			
227	Sem identificação			
228	Angelicada Costa Paz	08-08-1959	23-06-1959	I
229	Sem identificação			
230	Jo[...] Ja[...]/ João Evangelista da Paz/ Angélica Pinheiro da Paz	17-12-86/ 27-12-1883/ 17-12-1886	08-05-4[...]/ 27-04-1933/ 07-05-1941	49/ 54
231	A.M.M/ M.C.O			
232	J.C.E/ E.M.I			
233	R.I.[...]			
234 a 235	Sem identificação			
236	João Canuto da Silva/ CalzidaRaymunda da Silva	1860/ 1867	08-06-1922/ 1924	62/ 57
237	Sem identificação			
238	B.M.G			98
239	M.R.Z			
240	J.O.S			
241 a 244	Sem identificação			
245	Maria José Gomes	31-12-1913	19-01-1946	32
246	[...]			
247 a 252	Sem identificação			
253	Maria Canuto Barbosa	02-06-10	09-07-52	42
254 a 256	Sem identificação			
257	J.C.S			
258	Antonio do Carmo		27-06-1948	
259	S.R.S	1904	1929	24 ou 25
260	Sem identificação			
261	Tereza S. Fontinele	03-07-1945	15-10-64	19
262	R.[...]			
263 a 264	Sem identificação			
265	Raimundo Ribeiro	26-09-1935	04-01-1953	17
	M.R.O			
266	Sem identificação			
267	Maria do Amparo Vieira	15-06-45	11-01-46	6 meses
268	Sem identificação			
269	I.O.T			
270	M.R.C			
271 a 274	Sem identificação			
	F.A.P			
275 a 276	Sem identificação			
277	V.M.L		1951	
278	Maria de Lurdes Barros	08-09-1911	29-07-1929	17
279 a 282	Sem identificação			
283	Maria dos Remédios Lima	1957	1969	11 ou 12
284	[...]			

285	Francelina Façanha Silva/ Maria de Fátima da Silva/ Maria Gorete da Silva	1905/ 13-10-1954/ 20-07-59	15-04-1945/ 13-01-1955/ 03-1963	39 ou 40/ 3 meses/ 3
286	Jose de carvalhoBraga	12-11-40	[...]-04-47	_____
287	Raimunda Alves Lima	04-1898	08-10-55	_____
288 a 290	Sem identificação	_____	_____	_____
291	Ana Maria de Santana	_____	_____	_____
292	C.R.S	_____	_____	_____
293	Maria de Lourdes Barros	1911	[...]-07-1929	17 ou 18
294	Sem identificação	_____	_____	_____
295	Antonia Maria da Natividade	10-12-1910	03-01-1942	31
296	Walda Oliveira Melo	18-08-1963	09-06-1964	10 meses
297 a 298	Sem identificação	_____	_____	_____
299	A.C.B	_____	_____	_____
300	M.N.B	_____	15-03-44	_____
301	P.P.B	_____	_____	_____
302	C.A	_____	_____	_____
303	Sem identificação	_____	_____	_____
304	A.R.S	_____	_____	_____
305	Sem identificação	_____	_____	_____
306	Sebastião pereira Barcelar/ F.A.A	06-11-1914	23-06-194[...]	_____
307	Maria das graças	_____	19-09-1955	_____
308	J.A.B	_____	_____	_____
309	Maria deodata da Conceição Pretinha	17-10-1892	12-07-1962	69
310	Sem identificação	_____	_____	_____
311	Pedro Martinss Neto	22-11-1953	12-05-1966	12
312	Sem identificação	_____	_____	_____
313	[...]P.V	1900	1935	34 ou 35
314	Sem identificação	_____	_____	_____
315	M.C.O/ P.O.L/ F.O.S	_____	_____	_____
316	Georgina Maria de Araújo	[...]-1896	01-01-1966	69 ou 70
317 a 319	Sem identificação	_____	_____	_____
320	Cap ^M Mariano José da Paz/ Maria Magdalena	18-07-1838	27-09-1903	65
321	Sem identificação	_____	_____	_____
322	R.N.S	_____	_____	_____
323	M.J.P.N	_____	1912	_____
324 a 325	Sem identificação	_____	_____	_____
326	Maria de Nazaré Araújo	06-03-1936	16-06-1963	27
327	Sem identificação	_____	_____	_____
328	B.M.P	_____	_____	_____
329	ARO	_____	_____	_____
330	L.L.S	_____	_____	_____
331	R.S.C	_____	_____	_____
332	L.M.C	1927	1938	10 ou 11
333	F.P.N/ A.U.P	_____	_____	_____
334 a 335	Sem identificação	_____	_____	_____
336	R.M.J	_____	_____	1903
337	M[...]R	_____	_____	_____
338	Francisco das Chagas	16-11-35	23-07-36	_____
339	E.R.P	_____	_____	_____
340	Luiz R.Franco	04-01-1906	09-09-1950	44
341	Maria das Graças	01-05-48	08-06-49	_____

342 a 343	Sem identificação			
344	Sargento Pedro Rodrigues		05-63	
345	Sem identificação			
346	E.J.M	01-12-1909	15-10-1922	12
347	Sem identificação			
348	M.J.J			
349 a 350	Sem identificação			
351	F.M.A/ M.M.C			
352 a 357	Sem identificação			
358	E.J.S			
359 a 360	Sem identificação			
361	V.M.M			
362	Pedro Braga	30-01-1864	03-08-1931	67
363	Sem identificação			
364	Antonia Maria de Freitas	26-06-1927	24-01-1936	8
365	Sem identificação			
366	Massimiano de Loiola Dias	26-11-56	29-11-56	
367 a 368	Sem identificação			
369	Francisca vieira da Costa quadro	09-02-1913	11-04-1951	38
370	M.F			
371	Damião Carvalho de Brito/ F.C.B	07-10-[...]/	21-10-[...]/	
372	Maria das Dores de Jesus	20-01-1892	26-05-1956	64
373	Jose Ribamar Fernandes	15-09-58	08-06-68	
374	Umbelina Saraiva de Moura	03-11-1898	15-07-1925	26
375	J.M.O			
376	José R.Pinto	28-08-28	11-12-61	
377	G.T.L			
378				
379	Zelina Alves de Carvalho	30-03-1925	26-10-1949	24
380	Sem identificação			
381	F.M.C/ M.J.C			
382 a 384	Sem identificação			
385	Da[...]ina Gomes de Araujo	23-08-1935	25-01-1944	8
386	Sem identificação			
387	JozeBibiano de Moura	16-01-1892	22-01-1944	52
388	A.P.M			
389	Sem identificação			
390	F.C.T			
391 a 392	Sem identificação			
393	Alyete	15-07-1926	15-07-1926	0
394	José Ovideo	20-11-1914	08-04-1931	16
395	F.R.P			
396 a 397	Sem identificação			
398	M.I.S.S	1856	1934	77 ou 78
399	Sem identificação			
400	B.L.S			
401	I.P.C			
402	A.R.J			
403	E.F.F			
404 a 405	Sem identificação			
406	M.C.P.C	10-05-1936	06-11-1965	29
407 a 408	Sem identificação			
409	João Antonio [...]/ Vicente [...]	1836/ 1863	1920/ 1930	83 ou 84/ 66 ou 67

410	D. Elvina Fortes Castello Branco	02-02-1867	11-12-1869	2
411	D. Angela Pia Fortes Castello Branco	05-05-1860	25-11-1872	12
412	D. Cornelia Julieta Patrazana	1864	04-10-1887	23
413	D. Iguéz Hygina da Costa Araújo	12-03-1873	19-07-1874	1
414	[...]			
415	Capitão Antonio Jose da Costa	1835	08-12-1885	50
416	D. Anna Furtado de Mendonça	1844	30-06-1879	35
417	D. Apolonia M. Ceza de Almeida	20-08-1812	17-09-1875	63
418	Jose Ribeiro Eramgo de Sampaio	1831	18-11-1893	62
419	Úrsula da Costa Araújo Miranda / Antonio Rodrigues de Miranda	26-06-1878/ 23-07-1916	20-09-1957/ 06-09-1949	79/ 33
420	Coronel Francisco José Teixeira	28-02-1833	02-06-1899	66
421	Ricardo Jose Teixeira Netto/ Dr. Jacob J. Castelo Branco/ Maria N.M Teixeira/ Benedita L.C. Branco/ Antonio João C. Branco Pedro de A. Teixeira/ Maria N.C. Branco Lins	_____ 04-02-1908 _____ _____ _____ 19-10-1861/ 24-06-1911	18-09-1937/ 21-05-1967/ 15-11-1934/ 11-09-1944/ 06-01-1960/ 03-08-1936/ 14-09-1964	_____ 59/ _____ _____ _____ 74/ 53
422	^{TE} C ^{LE} Manoel da Costa Teixeira	1860	29-07-1894	34
423	Marion Saraiva Monteiro	07-12-1902	13-08-1978	75
424	Jose Rodrigues de Miranda Primo	02-02-1913	23-06-1925	12
425	[...]			
426	Leopoldo Pacheco/ Inês da Costa Araújo Pacheco	24-01-1897/ 10-02-1876	10-08-1933/ 07-12-1949	36/ 73
427	Capitão João[...] da Silva	24-08-1861	19-12-[...]	____
428	D. Carmina da Silva Patrazana	17-06-1866	21-12-1895	29
429	Maria de Nazareth	17-07-1902	28-02-1905	2
430	Maria do Coração de Jesus Bonna	22-08-1878	[...]	____
431	Francisco Figueiredo Duarte/ Olimpia de Figueiredo Bastos	____	____	____
432	José Ribeiro Francode Sampaio/ Carolina Rosa de Sampaio	14-10-1829/ 19-09-1892	18-11-1893/ 22-12-1956	64/ 84
433	Alice Eulálio Alves	26-11-1894	30-07-1926	32
434	Capitão José Rodrigues de Miranda	____	____	____
435	José Rodrigues de Miranda/ D. Candida Rosa de Miranda/ Luiz Rodrigues de Miranda	11-10-1828/ 27-02-1838/ 22-04-1876	08-03-1892/ 01-05-1908/ 03-07-1948	63/ 70/ 72
436	Antônio Costa Araújo/ Engrácia da Costa Araújo	____	29-12-1927/ 25-04-1953	____
437	[...]	04-05-1880	31-12-[...]	____
438	D. Liduina Rosa de Carvalho Oliveira/ Maria José	____ 26-05-1918	10-02-1900/ 16-03-1920	____ 1
439	Antonio Saraiva de Carvalho	23-04-1852	05-11-1912	60
440	Ana Joaquina Saraiva	____	25-08-1947	____
441	Antonio da Cunha	1818	20-07-1886	67 ou 68

442	D. Virçilina Furtado de Azevedo	29-12-1893	01-11-1895	1
443	Antonio Rodrigues de Miranda/ Maria de Jesus Pereira/ Joaquim R. de Miranda	12-04-1905/ _____	04-02-1950/ _____	44/ _____
444	Custodio José Albano	1815	28-10-1889	74
445	Maria dos Anjos da Soledade	02-08-1802	29-03-1871	68
446	Coronel Antonio Maria Eulalio Filho	08-09-1867	24-03-1937	69
447	D. Josepha Maria de Jesus Eulalio	19-03-1836	27-07-1903	67
448	Aureliano Ferreira Mello	1867	09-07-1889	22
449	Jozé Felix Machado de Miranda	1885	01-03-1897	12
450	Laura/ Antonio		02-1904/ 06-1914	33 dias/ 13 meses
451	R.E[...]			
452	Sem identificação			
453	Alarico Miranda de Sampaio	30-01-1894	30-11-1895	1
454	Benicio Ribeiro Sampaio/ Anna Miranda Sampaio/ [...] Sampaio	19-10-1864/ 15-09-1869/ 17-08-1914	07-05-1946/ 16-05-1949/ 09-12-1939	81/ 79/ 25
455	[...]	14-02-1891	12-01-19[...]	
456	Sem identificação			
457	Antonio José Monteiro Filho/ Herminia Alcides Saraiva Monteiro	26-11-1867/ 25-12-1876	26-04-1910/ 19-12-1965	42/ 89
458	Ancião Ricardo José Teixeira		26-10-1901	
459	João Mendes de Oliveira	25-08-1871	09-05-1908	36
460	D. Lydia Mendes de Oliveira		10-09-1896	
461	Anisio Gomes Campêlo	27-09-1917	22-12-1939	22
462	Capitão Fábio Maria Eulálio	10-01-1870	12-07-1913	43
463	Francisco Mendes de Sampaio/ José Mendes da Silva	15-06-1924/ 03-03-1885	13-05-1962/ 01-02-1969	37/ 83
464	D. Raimunda Baptista da Silva Moura	24-09-1855	12-07-1895	39
465	Vespaziano José de Salles	12-01-1869	20-06-1897	28
466	Coronel Antonio Maria Eulalio	10-12-1821	02-03-1912	90
467	[...] Eulálio[...]			
468	José Euzebio de Carvalho	22-05-1896	02-03-1957	60
469	C ^{apm} Ernesto de Figueirdo[...]		29-01-[...]	41
470	Sem identificação			
471	Maria Jose/ Maria Joaquina da Anunciação Saraiva/ Corinto Saraiva Monteiro/ Anaide Saraiva Portela	19-03-1893/ 23-03-1852/ 25-03-1906/ 20-09-1904	14-08-1918/ 25-06-1927/ 25-09-1951/ 17-09-1966	25/ 75/ 45/ 61
472	D. Alcina Saraiva de Sousa			
473	Gonçala de melo Paz/ Julia Capucho do Vale	17-02-1884/ 10-09-1913	01-07-1958/ 25-04-1925	74/ 11
474	[...]			
475	Antonio Jose Monteiro Filho	26-11-1867	26-04-1910	42
476	[...]			
477	Anna Diamantina de Carvalho Oliveira		26-11-1873	
478	[...]			
479	Domingos Rodrigues de		15-05-1910/	

	Asevedo/ D.Celerinda Furtado De Asevedo/ CAP ^M Domingos Rodrigues de Asevedo		23-01-19[...]/ 16-05-193[...]	
480	Benicio R.Sampaio Neto	01-01-1922	23-08-1926	4
481	Raymunda F. De O.Mendes/ Maria de Nazareth Mendes Sampaio/ [...]	11-07-1864/ 26-01-1905	30-06-1919/ 19-06-1925	54/ 20/
482	[...]			
483	Silvino V. de Andrade	26-05-1842	18-09-1924	60
484	Raymundo Ferreira da Cunha	15-09-1874	31-07-1912	37
485	Jacob de Almendra Freitas	03-08-1850	22-07-1908	57
486	M.J.M			
487	Adelina Castelo Branco Pacheco			
488	Iracema/ Maria Eva[...]	29-09-[...]		
489	Raimunda Menezes Alves	11-01-1876	17-04-1932	56
490	Raimundo Francisco Alves Cavalcante	03-08-1863	21-12-1937	74
491	Dr.Alcides Freitas	04-03-1890	06-05-1913	23
492	Berenice/ Maria do Socorro			2/ 7 meses
493	Clemente Pires Ferreira/ Lina Carolina Pires Ferreira	16-04-1847/ 22-08-1854	02-04-1933/ 14-11-1934	85/ 80
494	José Pires Firmino Neto	[...]-1880	16-[...]-1950	69 ou 70
495	Raphael Archanjo de Oliveira/ Lydia Santana de Oliveira	24-10-1855/ 29-11-1901	19-03-1941/ 01-02-1916	85/ 14
496	Isaías Pereira da Silva	20-12-1877	19-08-1935	57
497	Antonia das Neves e Silva	14-05-1876	10-10-1903	27
498	D.Constança Rosa da Silva Monteiro			
499	José Alvarenga			9
500	E.L	[...]	[...]	
501	Alcina Oliveira Machado/ Maria de Jesus Machado/ Luiz da Cunha Machado Filho/ Otavio Oliveira Machado/ Modesto Tito Castelo Branco	05-05-1885/ 03-04-1915/ 21-04-1885/ 13-12-1913/ 26-01-1877	12-08-1925/ 16-12-1943/ 07-05-1954/ 18-06-1906/ 17-08-1917	40/ 28/ 69/ 1/ 40
502	Joanna Georgina da paz	29-08-1893	16-04-1896	3
503	L.J.S			
504	Candy Castello Branco de Oliveira	19-07-1900	15-02-1929	28
505	Sem identificação			
506	Fabio Maria Eulalio Filho	05-11-1891	12-01-1917	25
507	Coronel Joze Joaquim Avellino	1837	07-01-1900	63
508	T ^E C ^{EL} Antônio[...] Sousa [...]			
	Sandra Maria Borges	08-06-[...]	17-06-[...]	
509	Antonio da C. Machado	27-12-1871	06-02-1940	68
510	Joanna Borges Machado/ Anita C.Machado	27-02-1879/ [...]	05-08-1943/ 21-11-40	64/ [...]
511	Antonio Tito Castello Branco	15-04-[...]	03-02-1912	
512	[...]			
513	Ana Monteiro Bona	02-08-188[...]	05-07-1953	
514	Maria Esmerinda Furtado	14-04-1842	24-01-1920	77

	Livramento			
515	Alferes Antonio Alves Silva	11-03-18[...]	25-01-1920	
516	Maria de Lourdes Cardoso	16-10-	10-03-1921	
517	Antonia Cardoso Pereira da Silva (sinhazinha)/ Chistina Cardoso de Morais	1888/ 1894	1954/ 1940	65 ou 66/ 45 ou 46
518	Valdemar Paulino de Miranda	27-07-1907	06-02-1915	7
519	L.A.P			
520	Vitória			
521	Justino			
522	Sebastião F. do Vale Filho/ Cosma Olímpia do Vale C.E.S			
523	Sem identificação			
524	Emygdio Herculano Lima	22-03-1887	06-12-1938	51
525	Clarinda F. de Sampaio/ Rosa Ercília de Sampaio	23-11-1864/ 02-01-1891	24-05-1956/ 04-05-1927	91/ 36
526	M.R.S			
527	Josefina Clara Lidia	1862	1937	74 ou 75
528	Miguel E. da Silva	12-12-1880	30-04-1950	69
529	M.J.E			
530	Domingos José da Silva/ Benedita/ Claudina Barbosa/ Luiz Gonzaga	21-08-1877/ 10-06-1907/ 05-08-1876/ 18-09-1902	02-10-1939/ 10-02-1931/ 01-07-1939/ 02-06-1928	62/ 23/ 62/ 25
531	F.R.L			
532	Sem identificação			
533	Anna manda[...] da Silva	20-04-18[...]	09-[...]	
534	Sem identificação			
535	AntonioBona[...]	27-04-1874	26-04-1943	68
536	[...]RaimunfaErnesta[...]			
537	Joaquina Ximenes de Aragão	16-03-1859	18-01-1941	81
538	Francisca C.BrancoEulalio/ Afonso C.BrancoEulalio/ José/ Fábio Eulalio Machado/ Francisca C.B Eulalio machado			
539	Jose Joaquim Avelino		07-01-1890	
540	Benedito Portela A. Barbosa/ [...]idiaC.B.E.Portela			
541	Jose Luiz Cas[...]/ Francisco Ferreira[...]	13-04-[...]/	05-08-1840/	
542	AntonioF.Mendes	09-10-12	28-04-40	
543	MarizethM.S.Lima/ M.M/ S.L	12-08-1944/ —	21-01-1969/ —	24/ —
544	[...]			
545	D.Marcolina de Brito Borges/ Nilza	12-09-1877/	23-07-[...]/	
546	José Er[...] da Costa/ Ana Soares da Costa	07-07-1907/ 13-08-1906	08-08-1948/ 20-09-1954	41/ 48
547	I.M.C			
548	Antonio Exalto de Araújo/ A.E.A			
549	A.M			35
550	Francisco Jose da Rocha	1852	22-09-1923	71
551	W.B.P	[...]	[...]	
552	Pergentino Lobão Néias/	05-09-1884/	28-09-1937/	53/

	Lina Fortes Lobão	[...]	2[...]-11-[...]	
553	D.Gertrudes M.de Deus e Silva/ J.O.D.S	—	13-11-1910/ 17-08-25	—
	R.N.J			
554	D.liduina Maria da Conceição			74
555	Januaria Lima/ Maria Tomázia Lima	—	25-01-1970/ 17-10-1943	—
556	Francisco Napoleão	08-06-1887	[...]8-09-1910	23
557	[...]			
558	Aldemar Mendes de Melo	08-06-1907	02-07-1941	34
559	Nicodemos da Silva/ D.da Silva	02-04-1874/ 01-01-1887	04-07-1947/ 27-07-1933	73/ 46
560	João Galdino Aragão	07-11-1886	11-07-1960	73
561	Oswaldo Portela Ibiapina	01-12-1936	27-04-1937	1
562	Anna Roza Muniz	15-11-1892	24-10-1926	33
563	Lina Fortes Bona/ T ^{TE} C ^{EL} Antonio José Nunes Bona Primo	15-11-1851/ 07-11-1847	24-03-1934/ 28-10-1927	82/ 79
564	José Nunes Bona	15-12-1881	18-01-1921	39
565 a 566	Sem identificação			
567	Manoel Raymundo Lima	24-11-1868	30-03-1920	52
568	Francisco Carneiro de Lima	1867	08-03-1922	55
569	Sem identificação			
570	Moisesu de Andrade/ Luiz D. de Andrade	25-05-1871/ 25-08-1913	10-12-1935/ 28-09-1941	64/ 28
571	João/ Francisco/ Estevão/ Izia Maria	—	—	—
572	A.F.M			
573	Benedita Neves/ Angélica da Costa Araújo Miranda	14-03-1848/ 02-05-1911	04-03-1933/ 20-04-1949	84/ 37
574	Francisco Miguel Pereira Ibiapina/ Ana Maria Ibiapina	03-12-1839/ 26-07-1905	16-04-1935/ 16-11-1965	95/ 60
575	Joaquim Miguel Ibiapina/ Maria Quitéria Ibiapina	18-10-1868/ 30-09-1876	07-12-1920/ 02-05-1966	52/ 89
576	Sem identificação			
577	[...]		21-12-1930	
578	Manoel Raymundo Lima Filho/ Frederico Ribeiro Franco (Babau)/ M ^A Madalena do Rego.R.Franco	30-08-1903/ 27-05-1862/ 16-10-1881	05-02-1933/ 13-09-1939/ 01-02-1946	29/ 77/ 64
579	Moysés Maria Eulálio	30-01-1871	20-09-1931	60
580	J.R[...]/ E[...]	—	—	—
581	Raimundo Felix do Monte/ Temístocles Murilo de Oliveira	18-09-1870/ 21-07-1903	15-04-1936/ 11-07-1947	65/ 43
582	Sem identificação			
583	Thome Ferreira de Andrade	1848	02-08-1926	78
584	Jose Ferreira Calaça	1853	10-04-1913	60
585	José Olanda Cavalcante	1882	11-09-1942	60
586	Sem identificação			
587	Raimundo Joze Oliveira/	1861/	08-12-1920/	59/


	Emilia Roza de Oliveira		20-05-	71
588	A.P de Aragão/ M.L Pimentel Aragão			
589	D.Rosa Gonçalves Lima	1850	10-10-1914	64
590	Luis José do Valle	1840	15-10-190[...]	
591	J.J.V			1900
	Luis Correa			21-06-1970
592	D.Luciana Maria de Freitas	09-01-1847	20-07-1900	53
593	Manoel Ignácio de Abreu	1847	14-07-1900	53
594	Sem identificação			
595	Manoel Barboza Saraiva	25-09-1939	21-02-1940	4 meses
596 a 597	Sem identificação			
598	Maria Grecia Evangelista	11-[...]	19-[...]	
599	Mari de Nazaré e Silva	19-08-1934	06-06-1947	12
600	[...] Correia Jardim/ Cervis de Matus Jardim		08-01-39/ 05-07-43	
601	Raimunda Roza de Freitas	11-01-1911	04-08-1942	30
602	Anna Roza Lopes Araújo			
603	Florismino Correia Jardim/ Paulo Correia Jardim/ Antonia Rosa da Paz			
604	Sem identificação			
605	Maria Conceição Lima	08-02-1936	17-07-1966	30
606	Antônia Ximenes Lima	12-10-1906	15-06-1948	41
607	F.L.S			65
608	Adelaide Duarte	02-06-1910	07-07-1957	47
609	Elvira Maria da Conceição	08-12-1870	20-02-1945	74
610 a 611	Sem identificação			
612	Maria Dilurde Andrade de Melo			
613	Raimunda Ramos Mousinho	07-04-1919	24-04-1957	38
614	Emidia de Sousa Paz	08-03-1907	06-12-1957	50
615 a 616	Sem identificação			
617	Erasmo Leite	21-11-1900	15-01-1961	60
618	Liracilda P. Leite	17-07-1944	15-01-1961	16
619	Sem identificação			
620	Antonia Moreira Fernandes			36
621	[...]rç[...]a de Melo Barros	28-06-1877	25-02-1959	81
622	Benedita Barboza e Silva	10-06-1891	08-02-1931	39
623	[...]			
624	I.M.P.C			
625	M.L.P			
626	Sem identificação			
627	I.A.M			
628 a 629	Sem identificação			
630	Carmelita B. Macêdo	09-12-32	03-09-48	
631	Sem identificação			
632	M.U.B/ M.P.S			
633 a 635	Sem identificação			
636	Miguel R. Neves/ Antonia R. Neves/ Josefa R. Neves	26-12-1884/ 08-06-1892/	25-07-1953/ 23-01-1939/	68/ 46/
637	Sem identificação			
638	Bendito Eustaquiode Azevêdo	20-09-1936	28-11-1970	34
639	Sem identificação			
640	Mariana Pereira Ibiapina	1883	1953	69 ou 70
641	Elesbão Pinto de Abreu	1874	1963	88 ou 89

642	Sem identificação			
643	R.A.Z			
644 a 646	Sem identificação			
647	R.C.L			
648	Maria Amancia		11-07-44	
649	A.R.S			
650	Candida Rosa de Freitas	10-11-1862	13-12-1924	62
651 a 653	Sem identificação			
654	F.P			
655	V.A.Z		1958	
656	Candida Maria [...]		[...]-43	70
657	Sem identificação			
658	Francisco Pereira da Silva	17-05-38	07-12-1958	
659	Sem identificação			
660	Pedro Paulo da Silva	29-06-1902	28-03-1940	37
661	Sem identificação			
662	[...]cisca Sim [...]			
663	Maria Jose Alves de Sousa			
664 a 665	Sem identificação			
666	D.M.C			
667	Raimundo de Melo Paz	10-08-1937	19-05-1963	25
668	Paulina Cristo	1927	05-07-1952	24 ou 25
669	Antonio Francisco de Paula Cunha	02-04-1953	10-08-1953	4 meses
670 a 671	Sem identificação			
672	Onofre Rodrigues de Oliveira			
	Francisco C. de Moraes	20-06-1897	28-01-1968	70
673	R.S.M			
674	R.P.P			
675	José R.Lima	21-07-1925	14-06-1968	42
676	João Pereira de Andrade	14-10-1904	21-09-1964	59
677 a 678	Sem identificação			
679	Maria de Jesus Ibiapina/ Edilson Raimundo Ibiapina	1963/ 1964	1963/ 1964	
680	M.R.I			
681	Sem identificação			
682	C.J.S		20-12-86	
683	Sem identificação			
684	R.C.L			
685	M.R.L.M/ A.M.P.F			
686	A.P.B			
687	Sem identificação			
688	J.G.Brito		17-05-53	
689	Rosa P.Cavalcante/ M ^A D. Cavalcante	05-03-24/ 19-08-41	12-06-59/ 12-12-44	
690	Sem identificação			
691	M.R.A/ M.R.C		23-08-1960/	
692	J.M.C			
693	M.P.O			
694	José Antonio Alves Patriolino	06-08-1863	[...]-01-1923	59
695	M.E.P.S			
696	Francisco Jose do Carmo			89
697 a 698	Sem identificação			
699	Clementina de Brito Melo Resende	02-08-1881	04-02-1960	78
700	R.S			

701	Luiz Bispo de Deus	10-12-91	07-61	
702	Rita Mendes do E.Santo	23-05-1920	18-05-1961	40
703	F.A.B			
704 a 705	Sem identificação			
706	[...]			21
707	J.S.C			
708	M.P.S			
709	Sem identificação			
710	D.Antonia Maria da Conceição			1945
711 a 712	Sem identificação			
713	A.F.F/ L.R.F			
714 a 715	Sem identificação			
716	A.A.L			
717	Godofredo Costa	1892	23-03-1948	56
718	R.N.A	27-06-48	26-11-48	5 meses
719	Sem identificação			
720	M.R.D		03-12-55	
721	T.M.C			
722	C.M.S			
723	R.M.T			
724	Sem identificação			
725	M.F.P			
726	Josefa[...]			
727	S.X.A			
728	Amgelo Jose da Silva	15-08-1882	23-12-1962	80
729	A.M.J	1882	1934	51 ou 52
730	Francisco Ipiapina Cavalcante	01-07-1942	26-04-1967	24
731	F.F.B			
732	Ozita Maria da Conceição Rego/ Maria De Lourdes	30-07-1907/ 03-09-1933	21-05-1947/ 19-06-1934	39/ 9 meses
733	Rita Ibiapina Cavalcante	22-05-1918	22-08-1962	44
734 a 736	Sem identificação			
737	V.C.R			
738 a 741	Sem identificação			
742	U. M. S			
743 a 744	Sem identificação			
745	B.C.S			
746 a 751	Sem identificação			
752	M.U.Z			
753	S.V.L			
754	Raimundo Alves Pereira/ Pedro Luiz Pereira/ Elizabet Pereira Oliveira			
755	J.A.M/ M.R.C			
756	Sem identificação			
757	Maria da saúde Araujo	08-11-62	13-11-62	5 dias
758	Sem identificação			
759	Sem identificação			
760	A.L.H.S	28-03-31	22-08-66	
761	Sem identificação			
762	Maria do C. Ferreira	01-08-56	24-07-61	
763 a 764	Sem identificação			
765	R.N.O			
766	J.D.S			

767 a 769	Sem identificação			
770	F.J.L			
771	A.M.A			
772	M.V			
773 a 774	Sem identificação			
	A.S.S			
	M.C.V			
775	Sem identificação			
776	Iracema Ibiapina	24-09-1924	04-10-1945	21
777	Maria do Socorro Uchôa	27-12-35	30-09-58	
778	Maria Livramento da Conceição	15-06-1907	05-1941	33
779 a 782	Sem identificação			
783	Emanuel Moura	03-04-53	29-09-53	
784 a 785	Sem identificação			
786	J.R.F	09-08-1889	14-07-1956	66
787	Sem identificação			
788	Joana Maria S.N	27-05-57	07-1962	
789	B.A.S			
790 a 791	Sem identificação			
792	Felix P. dos Santos/ F.Agustinho dos Santos	07-07-1914	11-10-35/ 11-10-44	55/ 30
793	Mamede Alves da Silva/ Francisco Mamede da Silva	31-03-1923	08-09-1924/ 09-04-1952	29
794 a 796	Sem identificação			
797	Mariano Alves da Silva	15-08-1887	04-12-1963	76
798	Maria Liodoria da Paz	27-10-1997	22-07-1901	I
799	F.R.P			
800	Sem identificação			
801	Binidito Paulino de Macedo	22-02-1886	14-08-1949	63
802	R.M.A			
803	H.M.C.A			
804	F.C.O			
805	Raimundo P[...] Loiola	08-08-1932	08-08-1970	38
806	Sem identificação			
807	F.O.S			
808	Sem identificação			
809	L.G.D			
810	I.A.S			
811	Sem identificação			
812	Valentim de Sousa Lima	14-02-1889	10-09-1949	60
813	Maçal Martins da Silva/ Antonia Holanda Martins	08-09-1901/ 13-10-1910	26-03-61/ 03-02-70	59/ 59
814	Sem identificação			
815	E.P.S			
816	Sem identificação			
817	R.N.Z			
818	Sem identificação			
819	Jose de Arribamar Lopes/ Maria do Socorro Lopes	[...]-10-44/ 07-10-44	09-03-45/ 09-03-45	
820	Valentim de Sousa Lima	14-02-1889	10-09-1949	60
821	Izabel Ozorio Lopes	18-11-1895	02-03-1925	29
822	Sem identificação			
823	C.F.S			
824 a 825	Sem identificação			
826	A.A.S		13-03-64	
827	A.M.S			
828 a 829	Sem identificação			

830	J.R.V	11-10-12	22-07-62	_____
831 a 832	Sem identificação	_____	_____	_____
833	A.L.C	1911	28-10-1968	56 ou 57
834	Sem identificação	_____	_____	_____
835	C.P.S	_____	_____	_____
836	Regina Ferreira Lima	08-09-1888	24-07-1964	75
837	Sem identificação	_____	_____	_____
838	José Horacio de Melo/ Maria[...] de Melo	_____	13-08-1965/ 22-02-1944	_____
839 a 840	Sem identificação	_____	_____	_____
841	R.P.L	_____	_____	_____
842	Sem identificação	_____	_____	_____
843	M.L.M	_____	_____	_____
844	J.P.S	_____	_____	_____
845	Dionizia Maria da Paz	06-03-1913	18-10-45	32
846	P.O.S	_____	_____	_____
847 a 851	Sem identificação	_____	_____	_____
852	W.A.G	_____	_____	_____
853 a 854	Sem identificação	_____	_____	_____
855	Ch e Liandro	10-10-1915	16-03-1963	47
856 a 857	Sem identificação	_____	_____	_____
858	M.G.A	_____	_____	_____
859	Othilia Maria de Jesus	06-01-1929	10-02-1931	2
860 a 861	Sem identificação	_____	_____	_____
862	Maria de [...]	_____	_____	_____
863	E.P.V.L.S	_____	_____	_____
864	Sem identificação	_____	_____	_____
865	Francisco Xavier Cordeiro/ Josefa Maria da Conceição/ Raimundo Cordeiro/filho/ Antonio Cordeiro/filho	_____	_____	_____
866	Antonio Calace Neto	07-04-13	14-03-36	_____

APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA-CCN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, CEP 64049-550
Telefone: 3215-5723 E-mail: Pgarq@ufpi.edu.br

Campo Maior – Piauí, 27 de fevereiro de 2015

Ao excelentíssimo senhor Paulo Martins prefeito de Campo Maior – Piauí

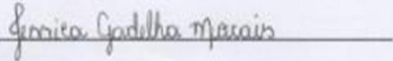
Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa acadêmico-científica no cemitério Santo Antônio popularmente conhecido como Cemitério Velho.

Através do presente instrumento solicito do gestor da Prefeitura Municipal de Campo Maior Piauí, excelentíssimo senhor Paulo Martins, autorização para realização da pesquisa integrante da dissertação da mestranda Jessica Gadelha Moraes, matrícula nº 2014107076, da Universidade Federal do Piauí. A mesma é portadora do RG N° 3.056.20, CPF N°049.600.183.30, domiciliada na Rua Capitão Alexandre Nereu, nº88, Bairro de Fátima deste município.


O presente trabalho intitula-se de Aqui jaz muitas histórias: um resgate arqueológico do acervo histórico do cemitério Santo Antônio em Campo Maior Piauí e tem como objetivo investigá-lo destacando o potencial contido em seu acervo como instrumento para tecer reflexões sobre o patrimônio funerário piauiense. A coleta de dados será feita através de preenchimento de fichas e de registro fotográfico.

Na certeza de sermos atendidos renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C – PARECER DO GESTOR


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA-CCN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, CEP 64049-550
Telefone: 3215-5723 E-mail: Pgarq@ufpi.edu.br

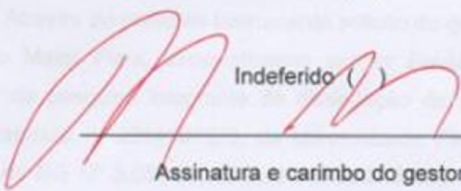
Terresina, Piauí, 27 de Setembro de 2019

PARECER DO GESTOR

Assinatura e carimbo do gestor

Deferido ()

Indeferido ()


Assinatura e carimbo do gestor

APÊNDICE D – FICHA DE REGISTRO TUMULAR**IDENTIFICAÇÃO DO TÚMULO:**

ABANDONADO VISITADO FREQUENTADO

CARACTERÍSTICAS:

GRANDE PEQUENO MÉDIO

CONFISSÃO RELIGIOSA:

CATÓLICA PROTESTANTE NÃO IDENTIFICADO

EDIFICAÇÕES:

CRUZ ALTAR IGREJA CAPELA

TIPO DE SEPULTURA:

COVA SIMPLES JAZIGO TÚMULO MAUSOLÉU AMONTOADO
DE PEDRAS GRADES GRANÍTICO AZULEJO

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL:

ORDENADA REGULAR RUIM ÓTIMA

FATORES DE DESTRUÇÃO:

MUSGOS FERRAGEM VEGETAÇÃO VANDALISMO RACHADURA

PERÍODO CRONOLÓGICO:

DATA DE NASCIMENTO: _____ DATA DE FALECIMENTO: _____

RITOS:

VELAS FLORES NATURAIS FLORES ARTIFICIAIS CULTO POPULAR

REGISTRO FOTOGRÁFICO:

Nº DE FOTO:

PREENCHIMENTO FICHA:

DATA:

LÁPIDE:

APÊNDICE E – FICHA DE REGISTRO DE ÓBITO

N° do livro: _____
Nome: _____
Filiação:
Pai _____
Mãe _____
Nasceu em: _____
Natural de: _____
Estado civil: () Solteiro/a () Casado/a () viúvo/a
Nome do esposo (a): _____
Faleceu em: _____ Sepultado em: _____
Causa da morte: _____
Escravo/a: () Sim () Não
Propriedade de: _____
Local de sepultamento: _____
Observação: _____

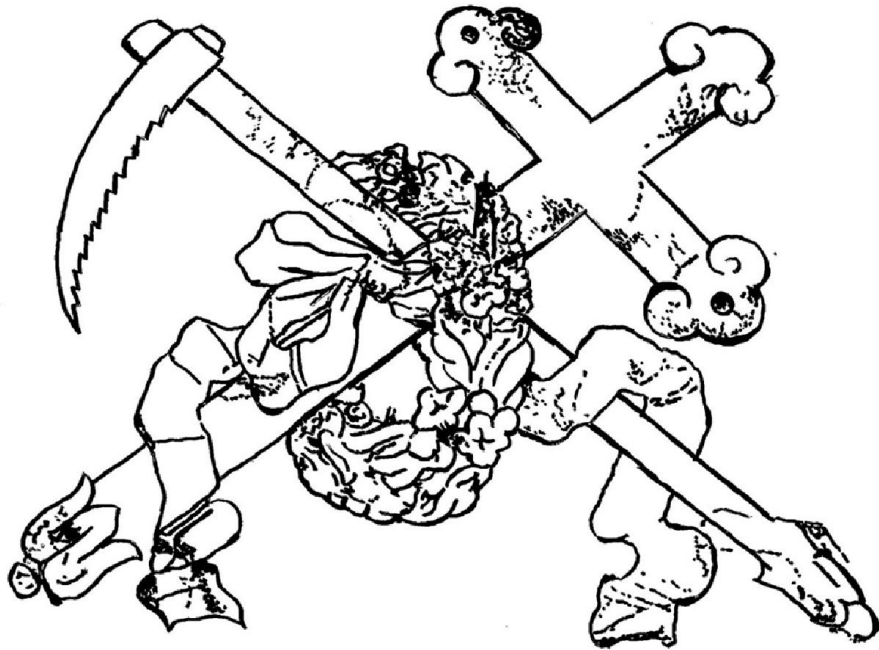
Responsável pela assinatura do termo: _____
Preenchimento da ficha em: _____ / _____ / _____
Responsável: _____

“

AQUI JAZEM” MUITAS HISTÓRIAS:

UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO ACERVO HISTÓRICO DO
CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO MAIOR – PIAUÍ

(1804-1978)



TERESINA

2016